

Trabalho Democracia & Direitos

Clarice Gontarski Speranza
Micaele Scheer (Orgs.)

Volume 2

Mundos do Trabalho, Identidades e Cultura Operária



Esta publicação, em quatro volumes, reúne as comunicações científicas apresentadas durante o V Seminário Internacional Mundos do Trabalho, ocorrido em setembro de 2018 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob o tema geral "Trabalho, democracia e direitos". Paralelo ao evento internacional, foram realizadas também a IX Jornada Nacional de História do Trabalho e a IX Jornada Regional do GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História (ANPUH), seção Rio Grande do Sul. Os eventos foram promovidos pelo GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História, pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e pelo Programa de Pós-graduação em História da UFRGS, com financiamento Capes e CNPq e apoio de diversas entidades e instituições. O GT Mundos do Trabalho é um coletivo de historiadores cujo foco de pesquisa é a história social do trabalho no Brasil. O grupo está organizado em diversos estados do país, entre eles Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Amazonas e Pará.



PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



pro:pesq
Pró-Reitoria de Pesquisa - UFRGS



Trabalho, Democracia e Direitos



V Seminário Internacional Mundos do Trabalho

Comitê Científico

Prof. Dr. Aldrin Castellucci (UNEB)
Prof. Dr. Antonio Luigi Negro (UFBA)
Profa. Dra. Beatriz Mamigonian (UFSC)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Cesar Queiroz (UFAM)
Prof. Dr. Claudio Batalha (UNICAMP)
Profa. Dra. Clarice Speranza (UFRGS)
Profa. Dra. Fabiane Popinigis (UFRRJ)
Prof. Dr. Fernando Teixeira Da Silva (UNICAMP)
Prof. Dr. Henrique Espada Rodrigues (UFSC)
Profa. Dra. Iacy Mata (UFBA)
Prof. Dr. Marcelo Badaro Mattos (UFF)
Prof. Dr. Paulo Fontes (UFRJ)
Prof. Dr. Roberio Santos Souza (UNEB)
Profa. Dra. Silvia Petersen (UFRGS)

Comissão Organizadora

Profa. Dra. Clarice Speranza (UFRGS)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad (UFSM)
Profa. Dra. Isabel Bilhao (UNISINOS)
Profa. Dra. Silvia Petersen (UFRGS)
Prof. Dr. Alisson Droppa (UNICAMP)
Prof. Dr. Frederico Duarte Bartz (UFRGS)
Profa. Dra. Regina Celia Lima Xavier (UFRGS)
Profa. Dra. Helen Osorio (UFRGS)
Profa. Dra. Regina Weber (UFRGS)
Profa. Dra. Claudia Mauch (UFRGS)
Profa. Dra. Melina Perussatto (UFFS)
Profa. Msa. Heliene Nagasava (FGV-CPDOC)
Profa. Msa. Micaele Irene Scheer (UFRGS)
Prof. Ms. Guilherme Nunes (UFRGS/IFC)
Bolsista: Graduando João Henrique Jung (UFRGS)

Trabalho, Democracia e Direitos

Volume 2

Mundos do Trabalho, Identidades e Cultura Operária

Organizadoras:

Clarice Gontarski Speranza

Micaele Scheer



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

Arte de Capa: John Salvino / Unsplash

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SPERANZA, Clarice Gontarski; SCHEER, Micaele (Orgs.)

Trabalho, democracia e direitos, volume 2: mundos do trabalho, identidades e cultura operária [recurso eletrônico] / Clarice Gontarski Speranza; Micaele Scheer (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

423 p.

ISBN - 978-85-5696-529-5

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Trabalho; 2. Democracia; 3. Direito; 4. Ética; 5. Sociedade; I. Título.

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade 177

Sumário

Apresentação	11
Clarice Gontarski Speranza; Micaele Scheer	

Intelectuais e cultura operária

1.....	15
Um líder operário nas redações: Nerval Silva, a união operária do Paraná e a crise da Primeira República (1920-1932)	

Jhonatan Uewerton Souza

2.....	33
As noites quentes dos proletários: intelectuais e movimento operário no Rio de Janeiro da Primeira República	

Pedro Cazes

3.....	65
O Exemplo, um jornal do povo: imprensa, trabalho e racialização no pós-abolição (Porto Alegre, 1892-1911)	

Melina Kleinert Perussatto

4.....	95
Uma classe de analfabetos? Estereótipos da classe trabalhadora e a política do preconceito linguístico na República Velha	

Débora Luciene Porto Boenavides

5.....	131
Arte de protesto na imprensa operária brasileira: imagens, contos, poesias e suas funções políticas no mundo do trabalho	

Caroline Poletto

Identidades dos trabalhadores e trabalhadoras

- 6 167
Dissidentes sexuais e possibilidades de atuação na prostituição masculina a partir do caso Luísa Felpuda (Porto Alegre, 1980)
Tiago Vidal Medeiros
- 7 191
Trabalhadores indefinidos: trabalho, pobreza e cotidiano na cidade de Fortaleza (1900-1930)
Amanda Guimarães da Silva
- 8 201
As excluídas do bem-estar: mulheres trabalhadoras no fordismo britânico (1945-1979)
Thiago Romão de Alencar
- 9 233
Chegadas e partidas: a trajetória de trabalhadores espanhóis na metrópole amazônica (1898-1920)
Aline de Kassia Malcher Lima
- 10 255
As lutas por reconhecimento através dos clubes de futebol operário das minas de carvão do Rio Grande do Sul (1930-1950)
Tassiane Mélo de Freitas

Memórias e cotidiano

- 11 277
“Era como escravo, era empregado, mas tinha que trabalhar”: aspectos do mundo do trabalho de uma charqueada na visão de trabalhadores/as (Jaguarão, século XX)
Allan Mateus Cereda
- 12 307
Trabalhar e morar em Florianópolis: políticas urbanas e condições de moradia dos(as) trabalhadores(as) da Companhia Hoepcke (1945-1960)
Jéssica Duarte de Souza
- 13 329
Empoderamento de mulheres por meio do trabalho na construção civil: uma forma de inclusão social
Neusa Maria da Silva; Daisy Moreira Cunha

14	347
Mudanças no cotidiano de trabalho das famílias nos seringais do Amazonas após a Segunda Guerra Mundial	
Agda Lima Brito	
15.....	365
Memórias dos Mundos do Trabalho em Macapá (década de 1990): relatos de trabalhadores como fontes para o ensino de história local	
Angela Maria dos Anjos Nascimento	
16.....	403
As fotografias 3x4 dos trabalhadores do Rio Grande do Sul no acervo da Delegacia Regional do Trabalho, 1933-1943	
Aristeu Elisandro Machado Lopes	
Sobre o V Seminário Internacional Mundos do Trabalho	423

Apresentação

Clarice Gontarski Speranza

Micaele Scheer

Quem são os trabalhadores? O que distingue ou identifica um trabalhador? A experiência do trabalho coletivo e da solidariedade de classe? O ofício? As culturas de classe? Como se constitui a identidade dos trabalhadores e das trabalhadoras? Estes são alguns dos aspectos que têm mobilizado historiadores e cientistas sociais desde a constituição do campo dos estudos envolvendo trabalho, gerando abordagens diversas que nunca conseguem esgotar o objeto.

Nas últimas décadas em especial, a identidade operária deixou de ser vista como simples derivação da estrutura sócio-econômica e passou a ser encarada como uma construção, que tem no âmbito cultural um de seus aspectos mais relevantes. Construção essa não isenta de contradições e tensões, que convivem paralelamente à necessária constituição e reconstituição permanente de solidariedades. Neste sentido, o estudo das tradições, dos costumes e dos significados culturais, bem como das relações étnico-raciais são instrumentos importantes para o enfrentamento do tema.

Este segundo volume da coletânea *Trabalho, democracia e direitos* é dedicada a pesquisas históricas recentes envolvendo os temas da identidade e da cultura operária de autoria de jovens pesquisadores brasileiros. Como em todos os quatro volumes desta coletânea, optamos por organizar os artigos do ponto de vista temático e não cronológico ou espacial, buscando estabelecer possíveis pontes entre propostas diversas do ponto de vista diacrônico. Nossa

intenção é oferecer um panorama das novas produções sobre o tema ora em desenvolvimento no mundo acadêmico.

A primeira parte dos textos reúne trabalhos que examinam intelectuais e cultura operária, em especial ligados à imprensa e produção literária. A segunda parte enfoca diferentes identidades constituídas por trabalhadores e trabalhadoras, tanto em contrastes de gênero quanto de classe, raça ou ofício. Por fim, reunimos artigos envolvendo memórias e experiências de trabalho coletivo em diferentes setores, espaços e temporalidades.

Esta publicação reúne comunicações científicas apresentadas durante o V Seminário Internacional Mundos do Trabalho, ocorrido em setembro de 2018 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob o tema geral “Trabalho, democracia e direitos”. Paralelo ao evento internacional, foi realizado também a IX Jornada Nacional de História do Trabalho e a IX Jornada Regional do GT Mundos do Trabalho da ANPUH/RS. Os eventos foram promovidos pelo GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História (ANPUH), pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e pelo PPG em História da UFRGS, com financiamento Capes e CNPq.

O GT Mundos do Trabalho é um coletivo de historiadores cujo foco de pesquisa é a história social do trabalho no Brasil. O grupo está organizado em diversos estados do país, entre eles Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Amazonas e Pará, entre outras, contando com cerca de 200 membros e um site próprio (<https://gtmundosdotrabalho.org/>). Desde sua criação, no início dos anos 2000, o GT vem promovendo simpósios temáticos no interior de todos os encontros nacionais da ANPUH, e Jornadas envolvendo pesquisadores ligados ao tema em anos alternados. O GT também edita desde 2009 um periódico científico, a Revista Mundos do Trabalho (<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho>). O evento que promovemos e esta publicação é uma amostra da fertilidade do campo de estudos.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Intelectuais e cultura operária

Um líder operário nas redações: Nerval Silva, a união operária do Paraná e a crise da Primeira República (1920-1932)

*Jhonatan Uewerton Souza*¹

O exame da historiografia relativa à formação da classe trabalhadora no Paraná revela uma espécie de fascinação em relação à Greve Geral de 1917 e sua retórica anarquista. Desde os primeiros trabalhos acadêmicos realizados sobre o assunto, ainda na década de 1980, por Luiz Carlos Ribeiro e Maria Ignês De Boni², o período que vai da greve dos sapateiros de 1906 à greve de 1917, momento de hegemonia anarquista no movimento operário curitibano e de defesa da “greve geral revolucionária” como estratégia de derrubada do poder pelos trabalhadores, é sublinhado como uma espécie de “era de ouro” do movimento operário local. Essa perspectiva, relativamente comum na historiografia da redemocratização, seria ainda reforçada por trabalhos posteriores, escritos e publicados na década de 1990, como os de Alcina

¹ Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR), campus avançado Goioerê. E-mail: jhonatanusouza@gmail.com.

² RIBEIRO, Luiz Carlos. *Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920)*. (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1985). DE BONI, Maria Ignês. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. O livro foi baseado na tese de doutorado de mesmo título defendida pela autora em 1985, no Programa de Pós-Graduação em História da USP.

Cardoso, Silvia Araújo, Silza Valente e Ricardo Marcelo Fonseca e Maurício Galeb.³

Tomados em conjunto, esses trabalhos dão a impressão de que depois da derrota na greve geral de 1917 – com a perseguição, prisão e expulsão de lideranças grevistas do Paraná – teria se seguido um período de refreamento do movimento operário, interrompido brevemente pela bem-sucedida greve geral de 1919 – iniciada pelos ferroviários e liderada pelos socialistas da União Operária do Paraná (com especial destaque para o então jovem militante Elbe Pospissil) – que só retomaria plenamente seu vigor em 1934, com a greve dos 7.000 ferroviários da RVPSC e a estruturação das primeiras células do Partido Comunista no Paraná⁴, para logo em seguida arrefecer novamente, por obra das perseguições da polícia-política estadonovista.

É como se a repressão e o exílio forçado, na repressão à greve de 1917, e o fechamento e prisão das lideranças da UOP, em 1921, tivesse criado algo como um vácuo na linha de frente do movimento operário local, que só seria devidamente reocupado no início dos anos 1930. É preciso assinalar, entretanto, que nem todos os militantes presos no início dos anos 1920 permaneceram no cárcere até o final da década. Além do mais, as mesmas políticas de expulsão e exílio que levavam militantes paranaenses para outras partes do país, vez ou outra traziam militantes de outras localidades para essas terras. É este o caso de Nerval Silva, objeto deste estudo. Acompanhando brevemente sua trajetória, pretendemos apontar alguns aspectos do movimento operário no

³ ARAUJO, Silvia; CARDOSO, Alcina. *Jornalismo & militância operária*. Curitiba: Ed. UFPR, 1992. ARAUJO, Silvia; CARDOSO, Alcina. *1º de maio: cem anos de solidariedade e luta*. Curitiba: Beija-flor, 1986. VALENTE, Silza. *A presença rebelde na cidade sorriso: contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba, 1890-1920*. Londrina: EdUEL, 1997. FONSECA, Ricardo Marcelo; GALEB, Maurício. *A greve geral de 17 em Curitiba: resgate da memória operária*. Curitiba: IBERT, 1996.

⁴ MONTEIRO, Claudia. “Ferroviários em greve: relações de dominação e resistência na RVPSC”. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, vol. 12, n. 1, ver. 2007. MONTEIRO, Claudia. *Fora dos trilhos: as experiências da militância comunista na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (1934-1945)*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007).

Paraná dos anos 1920, a retomada de uma tradição socialista no estado e as posições assumidas pelo movimento operário local em relação à crise da Primeira República, a Revolução de 1930 e os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, que, em terras paranaenses, corresponderam às interventorias de Mário Tourinho (1930-1931), João Perneta (1931-1932) e Manoel Ribas (1932-1945).

Da Bahia ao Paraná

Nerval Silva nasceu em Salvador, no estado da Bahia, em algum momento da última década do século XIX, em uma família de fortes vínculos militares. Era filho do capitão Arthur Ernesto da Silva, neto do coronel Ernesto Silva e primo do major Hannibal Silva.⁵ Estudante de humanidades durante o ensino secundário, ingressou na faculdade de odontologia da Bahia, onde se formaria cirurgião dentista em 1921. Como rememoraria em diversos artigos publicados na imprensa paranaense, foi enquanto acadêmico que iniciou seu envolvimento com o movimento operário e com os círculos socialistas da capital baiana.⁶

Conforme Aldrin Castellucci, os anos entre 1919 e 1921 foram de intensa agitação operária e socialista em Salvador, com a eclosão da primeira greve geral da Bahia, que paralisou Salvador e, posteriormente, o Recôncavo Baiano, em junho de 1919, a organização do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Baianos, em julho daquele ano, a fundação da Federação dos Trabalhadores Baianos, em fevereiro de 1920, reunindo aproximadamente 25 mil filiados. A principal liderança dos operários baianos nesse momento era Agripino Nazareth, militante experiente, com passagens pelos círculos operários de Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, que naquela conjuntura ainda fundaria a revista *Germinal*,

⁵ *A Notícia*, Salvador, 06 mar 1915, p. 3.

⁶ *Diário da Tarde*, Curitiba, 28 out 1933, p. 2. *Diário da Tarde*, Curitiba, 29 out 1934, p. 5. *Diário da Tarde*, Curitiba, 05 nov 1934, p. 5.

em março de 1920, e o Partido Socialista Baiano, em agosto do mesmo ano. Partido pelo qual, aliás, se candidataria, sem sucesso, a Deputado Federal nas eleições de 1921.⁷ Foi nesse contexto que Nerval Silva se formou politicamente e foi por seu envolvimento com essas organizações operárias e socialistas que o jovem cirurgião dentista foi expulso de seu estado natal.

Em janeiro de 1921, em meio à greve dos operários têxteis da Companhia Progresso Industrial da Bahia, a polícia encontrou diversas bombas de dinamite espalhadas pela cidade, que seriam usadas, supostamente, para explodir as linhas dos bondes. A descoberta desencadeou uma onda de repressão às organizações operárias e socialistas, que levaria à prisão de diversos militantes e à deportação de tantos outros. Agripino Nazareth foi embarcado no pacote Manaus e deveria seguir para o exílio no Amazonas ou no Mato Grosso, mas a rota da embarcação foi alterada e ele aportou no Rio de Janeiro.⁸ Conforme o próprio Nazareth narraria posteriormente, Nerval Silva acompanhou-o naquela viagem, preso e deportado no mesmo dia de sua formatura.⁹ Depois do desembarque, o destino de ambos se separaria. Agripino Nazareth se fixaria na capital federal e se integraria ao *Grupo Clarté*, ao lado de Everardo Dias e Evaristo de Moraes, com quem fundaria o Partido Socialista Brasileiro em 1925.¹⁰ Enquanto isso, Nerval Silva seguiu viagem e se estabeleceu em Curitiba, onde montou seu gabinete dentário. Não obstante a distância, a figura de Agripino Nazareth continuou sendo um ponto de contato fundamental com o movimento socialista no restante do Brasil e uma fonte de inspiração para Nerval Silva.

⁷ CASTELLUCCI, Aldrin. “Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 64, 2012, p. 82-85.

⁸ Idem.

⁹ *Diário da Tarde*, 05 nov 1934, p. 5. *Diário da Tarde*, Curitiba, 28 out 1933, p. 2.

¹⁰ CASTELLUCCI. “Agripino Nazareth e o movimento”, p. 86.

A expulsão de Salvador seria apenas o primeiro problema que o cirurgião dentista enfrentaria com a polícia. Conforme breve texto biográfico escrito por Elbe Pospissil, deputado socialista paranaense e amigo íntimo de Nerval:

[...] como elemento perigoso (quem trabalha para o bem é assim considerado), foi deportado de sua terra natal, deportado do Rio, de S. Paulo e preso diversas vezes nessa capital [Curitiba], não como nota infamante, mas como idealista, pregador de uma doutrina sã e pura, de uma sociedade onde não houvesse senhores nem escravos.¹¹

Os socialistas e a reorganização do movimento operário no Paraná

No tocante à questão operária, Nerval Silva chegou à capital paranaense em uma conjuntura tão tumultuada quanto aquela que abandonara em seu estado natal. Depois de uma nova greve iniciada entre os ferroviários, em 1920, contra a apropriação pela empresa da Caixa de Pensão dos Ferroviários, movimento que rapidamente se alastrou para outras categorias, a onda de repressão às organizações operárias foi intensificada e a União Operária do Paraná (UOP), à época com aproximadamente 7.000 filiados, foi invadida e desmantelada pela polícia paranaense.¹² Nerval Silva não demorou a se aproximar dos círculos operários locais e a auxiliar no processo de reorganização dos trabalhadores curitibano. Ainda em junho de 1921, ao lado de Elbe Pospissil, Manoel de Oliveira Sá e Candido Rodrigues fundou o Partido Socialista Paranaense, um “partido operário”, a fim de “pugnar pelo interesse da classe e levar para a casa legislativa verdadeiros representantes de sua classe”.¹³

¹¹ POSPISSIL, Elbe. “Nerval Silva”. *Diário da Tarde*, Curitiba, 29 out 1934, p. 5.

¹² ARAUJO; CARDOSO. “1º de maio”, 1986, p. 43.

¹³ *Diário da Tarde*. Curitiba, 15 jan 1921, p. 1.

Em 1922 contraiu matrimônio com a normalista Cidália Bório, com quem se mudou para o litoral paranaense para fundar a Escola Operária Agripino Nazareth, voltada aos filhos dos trabalhadores de Morretes e Antonina.¹⁴ Em 1925, de volta a Curitiba, auxiliou na fundação do núcleo do Partido Socialista do Brasil na cidade – o representante do Paraná no congresso nacional que fundou a agremiação foi Agripino Nazareth – e assumiu postos na direção da UOP.¹⁵ Foi nesse período que iniciou com maior frequência suas atividades na imprensa.

De início, editando jornais voltados especificamente às associações de trabalhadores, periódicos com frequência irregular e normalmente publicados em celebração ao primeiro de maio. Em fins daquela década, entretanto, seu público leitor se ampliou, à medida que passou a assinar junto com Elbe Pospissil a coluna “Secção Operária”, no jornal *Commercio do Paraná*, órgão de grande circulação na cidade, que rivalizava com o *Diário da Tarde* e a *Gazeta do Povo* em tiragens.¹⁶ Pelas colunas da seção, a dupla informava semanalmente a respeito da movimentação dos trabalhadores no estado, veiculava ideias socialistas e desferia críticas pesadas às oligarquias republicanas, o que terminaria por aproximá-los de outros setores descontentes com o regime, como os militares de baixa patente e as dissidências do Partido Republicano Paranaense.

Uma aproximação com os tenentes

Entre 1922 e 1925, na conjuntura do governo repressivo de Arthur Bernardes, Nerval Silva se aproximou de círculos militares

¹⁴ *O Combate*. São Paulo, 29 abr 1925, p. 1.

¹⁵ POSPISSIL, Elbe. “Partido Socialista”. *Diário da Tarde*. Curitiba, 12 abri 1932, p 2.

¹⁶ O nome da coluna era inspirado na seção homônima que Sarandy Raposo assinava em *O Paiz* desde 1923. Segunda Ângela de Castro Gomes, as “Seções Operárias” em grandes jornais foram uma tendência desse período. GOMES, Ângela C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 146.

relacionados ao movimento tenentista, cujos principais articuladores no Paraná eram Plínio Tourinho e Antônio Couto Pereira.¹⁷ Sobre sua relação com o “movimento revolucionário” dos tenentes, Nerval Silva escreveu em 1931:

Fui como é público, desde mil novecentos e vinte e um, no Paraná, um dos elementos de propaganda para a revolução que abortou em 22 e 24. Em 1925 a 1927 estive em Goyaz em diversas cidades. De 1927 a 1929 agitamos S. Paulo na organização proletária, apesar da reação oposta pelo governo, conseguimos organizar o Comício Monstro da Praça da Concordia, no Braz, valendo diversas deportações de camaradas.¹⁸

Em 1929, vivendo entre São Paulo e Curitiba, tomou parte da campanha da Aliança Liberal naquele estado e dirigiu a sucursal paulista do periódico carioca *A Manhã* – cujo diretor, no Rio de Janeiro, era Agripino Nazareth, que assumiu a coordenação da redação depois que Mario Rodrigues deixou o controle periódico, em fins de 1928. A campanha oposicionista em pleno território de Washington Luís e Júlio Prestes lhe rendeu uma nova prisão seguida de deportação, motivo pelo qual retornou definitivamente a Curitiba em dezembro de 1929. No retorno ao Paraná, conforme recordaria em texto escrito em 1932, teve novos problemas: “Chegando a Curitiba a polícia tinha comunicação das suas congêneres do Rio e de São Paulo para me prender e deportar imediatamente, o que não aconteceu devido a intervenção do deputado trabalhista Elbe Pospissil.”¹⁹ Em um ponto, ao menos, a memória traiu Nerval Silva. Àquela altura, em dezembro de 1929, Pospissil era apenas um candidato ao legislativo. Não sendo ainda,

¹⁷ TOURINHO, Plínio. “A vida de um revolucionário (Fé de ofício do Major Couto Pereira)”. IN: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba, vol. XXI, 1974, p. 345-351. TOURINHO, Luiz C. P. “A revolução de 1930 no Paraná”. IN: *Cinquentenário da Revolução de trinta no Paraná*. Curitiba: IHGP, 1980.

¹⁸ SILVA, Nerval. Porque colaborei com o ministério do trabalho. *Diário da Tarde*. Curitiba, 17 fev 1932, p. 5.

¹⁹ Idem.

portanto, um deputado eleito. Nerval Silva, aliás, tomaria parte na campanha daquele ano para eleger o primeiro deputado operário do estado.

Às urnas, trabalhadores!

De volta ao Paraná, Nerval auxiliou na mobilizou das principais agremiações operárias do estado em uma ampla articulação que terminaria por eleger Elbe Pospissil deputado estadual em 1930. Durante o processo eleitoral, uma Federação Operária do Paraná foi fundada – a UOP havia encerrado suas atividades em meados da década de 1920 – recebendo filiados da capital, do interior e do litoral. Uma análise mais detida do pleito é particularmente interessante para compreendermos as forças que se digladiavam com os socialistas, no Paraná, em busca de hegemonia entre o movimento operário. Enquanto no Rio de Janeiro e em São Paulo, socialistas, cooperativistas, anarquistas e comunistas disputavam o controle das associações de trabalhadores; na terra das araucárias, os principais opositores dos socialistas, ao que parece, eram os próprios industriais, que se filiavam à FOP por meio de associações beneficentes e, uma vez integrado à central, tentavam controlar os rumos da instituição. Por essas manobras, eram chamados pelos socialistas de “falsas lideranças operárias”.²⁰

Em 1930, por exemplo, na reta final das eleições, o industrial Gastão Chaves, dono de uma construtora, utilizou de seu prestígio para tentar anular o apoio da Federação Operária do Paraná à candidatura de Elbe Pospissil e se lançar como o “verdadeiro candidato do operariado”. Essa não era uma estratégia nova, desde as cisões no Partido Republicano Paranaense causadas por episódios como a Campanha Civilista e a Reação Republicana, era comum que as minorias partidárias procurassem apoio em bases populares para se eleger nos pleitos eleitorais. Pospissil, entretanto,

²⁰ *Diário da Tarde*. Curitiba, 25 jan 1930, pp. 1-8.

conseguiu resistir às investidas de Gastão Chaves, reverter a situação e se manter candidato à legislatura estadual.²¹

A eleição de Elbe Pospissil fortaleceu o movimento operário local, que agora tinha uma voz no parlamento – o “deputado operário” ou “deputado trabalhista”, como gostavam de se referir ao legislador. Com esse prestígio, Nerval e Elbe refundaram a UOP – por conta das cisões durante as eleições, a FOP foi desarticulada – e passaram a publicar o jornal “A voz do operário”. Ao mesmo tempo, passaram a redigir a seção “Columna Operária” – posteriormente alteraria o nome para “Vida Operária” – no *Diário da Tarde*, periódico com ainda mais visibilidade que o *Commercio do Paraná*. Pelas páginas do *Diário da Tarde*, defenderiam a importância da sindicalização e da ação parlamentar como vias de melhora da condição de vida dos trabalhadores.²² A deflagração da Revolução, em outubro de 1930, traria novos desafios a esses militantes. Se, até então, sua retórica, afinada aos preceitos da segunda internacional, era francamente gradualista (minimalista) e defensora da via parlamentar, a partir daquele momento, o tema da “revolução” e da ruptura violenta com o poder constituído invade o léxico da “Columna Operária”, alterando seu tom e flexibilizando suas teses.

A revolução bate à porta

A Revolução de 1930 contou com intensa mobilização social e movimentação de tropas no Paraná. As lutas travadas em Santa Catarina e na divisa com São Paulo, e a expectativa da batalha de Itararé, que àquela altura ninguém sabia que não aconteceria, exaltava os ânimos da população local. Em suas memórias, Luiz Carlos Pereira Tourinho, filho da liderança militar da revolução em Curitiba, Plínio Tourinho, e sobrinho do primeiro interventor federal do Paraná, Mário Tourinho, recorda que durante vinte dias:

²¹ Idem.

²² SILVA, Nerval. “Comluna Operária”. *Diário da Tarde*. Curitiba, 20 mai 1930, p. 7.

“O povo não deixava a rua Quinze. Das sacadas da Gazeta do Povo, tribunos que lembravam Danton, se revezavam. Despejando torrentes de palavras inflamadas.”²³ Valfrido Piloto, uma das lideranças civis do movimento revolucionário na cidade, ao recordar os oradores que ocuparam a sacada da Gazeta do Povo, afirma que: “daquele posto brilhou o vocabulário subversivo mas verdadeiro, do vanguardista proletário Nerval Silva”.²⁴

De fato, Nerval Silva se envolveu intensamente com o processo revolucionário, chegando mesmo a compor a diretoria do Centro Cívico “5 de Outubro”, entidade responsável por organizar a ala civil do movimento.²⁵ No dia 06 de outubro, por meio da Coluna Operária, Silva publicou um manifesto intitulado “Camaradas”, conclamando as sociedades operárias a se mobilizarem em defesa da revolução.²⁶ Como fruto desse esforço de agitação, ainda naquela semana seria formado o Comitê Operário Revolucionário, que participaria de todos os comícios e reuniões durante os eventos de outubro de 1930 em Curitiba. Segundo as memórias de Valfrido Piloto, foi nas associações de trabalhadores ligadas ao Comitê Operário Revolucionário, como a Sociedade Protetora dos Operários e a Sociedade dos Barriqueiros do Ahú, que as tropas recém-mobilizadas ficaram aquarteladas.²⁷

Em artigo publicado em 19 de outubro de 1930, Nerval Silva tentou interpretar o processo em curso, comparando-o à Revolução Francesa. Para Nerval, a revolução que se iniciava como um processo de “regeneração nacional” trazia em seu bojo um potencial latente de instauração de um regime menos persecutório em relação ao movimento operário e mais aberto às suas demandas. Era tarefa dos operários, pois, à exemplo dos jacobinos, tomar a frente do

²³ TOURINHO, Luiz C. P. *Toiro Passante IV – Tempo de República Getulina*. Curitiba: IHGB, 1991, p. 160.

²⁴ PILOTO, Valfrido. *Quando o Paraná se levantou como uma nação*. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1982, p. 79.

²⁵ *Ibid*, p. 50.

²⁶ SILVA, Nerval. “Camaradas”. *Diário da Tarde*. Curitiba, 06 out 1930, p. 2.

²⁷ PILOTO, “Quando o Paraná”, 1982, p. 58.

movimento e impulsionar seu potencial emancipatório, levando-o às suas últimas consequências.²⁸ Não era tão simples, entretanto, para alguém que até poucos meses atrás abusava da retórica reformista, a fim de mobilizar eleitores para garantir a vitória da candidatura de Elbe Pospissil, esposar agora um léxico revolucionário, em tudo oposto ao pacifismo da via parlamentarista.

A solução argumentativa encontrada por Nerval Silva para dar conta do paradoxo entre a agenda reformista e a revolucionária foi colocar a culpa pela revolução na falta de organização sólida do operariado. E essa falta de organização, segundo Silva, era resultado de anos subsequentes de perseguição às lideranças socialistas pelas mesmas elites republicanas que, agora, à força, saíam do poder. Apegados aos anéis, os políticos perrepistas terminaram por perder as próprias mãos. Essa linha de raciocínio é exposta de maneira bastante clara no artigo “Ensinamentos dessa Revolução”, publicado no dia 17 de outubro de 1930, na Coluna Operária:

Quando pregávamos a organização da classe trabalhista, através de todos os empecilhos criados pela burguesia parasitária era para evitarmos os acontecimentos sanguinolentos, a evidência da força, o emprego de armas mortíferas. Se houvesse unificação da classe proletária do Brasil, certamente não se chegaria a essa situação, porque a classe trabalhadora quando bem orientada por homens desprendidos da materialidade, seria a única força capaz de operar revoluções sem consequências ltuosas.²⁹

Morde e assopra: os socialistas e o governo provisório

Findado o processo revolucionário, Nerval Silva foi convidado a assumir o posto de Delegado Regional do Trabalho. Diferente do colega Agripino Nazareth, que se tornaria uma das principais figuras do ministério capitaneado por Lindolfo Collor,

²⁸ SILVA, Nerval. O general Francisco e a Revolução. *Diário da Tarde*. Curitiba, 19 out 1930, p. 3.

²⁹ SILVA, Nerval. Ensinamentos desta revolução. *Diário da Tarde*. Curitiba, 17 out 1930, p. 2.

Nerval Silva declinou do convite, defendendo que as lideranças operárias não deveriam ingressar nas estruturas estatais. Sua relação com a estrutura sindical montada pelo governo provisório era paradoxal, crítico de primeira hora do fim da liberdade sindical, encarava a formação dos sindicatos oficiais como uma fase importante na criação de uma consciência de classe entre os trabalhadores e via a lei sindical como um artifício de pressão sobre o patronato que ainda resistia a permitir a sindicalização de seus funcionários – como em Tibagi, onde a lei de sindicalização só passou a vigorar, de fato, depois de uma intensa mobilização da União Operária do Paraná na região.³⁰ Por isso, ofereceu uma espécie de “apoio crítico” à estrutura sindical varguista, viajando por diversas cidades do Paraná e de Santa Catarina, ao lado de Agripino Nazareth, auxiliando na fundação de aproximadamente 80 sindicatos entre 1931 e 1932.³¹

Em troca desse apoio, conseguiu negociar a permanência da UOP (e seu reconhecimento oficial como órgão representante dos trabalhadores paranaenses de ofícios que ainda não tinham seu próprio sindicato) mesmo depois da fundação da Federação Regional do Trabalho do Paraná. Conforme entrevista de Nerval ao periódico *A Barricada*, do Rio de Janeiro, republicada pelo *Diário da Tarde*, a UOP chegou a ter 42 mil filiados em 1931.³² Por meio da UOP, Nerval e Elbe fundaram uma escola voltada aos filhos dos operários, uma Universidade Popular, para formar “os brios revolucionários” dos trabalhadores³³ e organizaram, ainda, uma Cooperativa do Barriqueiros, que chegou a fornecer barricas para as empresas da família Leão e Carneiro³⁴ e uma cooperativa de

³⁰ *Diário da Tarde*. Curitiba, 19 dez 1931, p. 3.

³¹ SILVA, Nerval. Vida Operária. *Diário da Tarde*. Curitiba, 22 set 1931, p. 5. *Diário da Tarde*. Curitiba, 12 nov 1931, p. 5. SILVA, Nerval. Porque colaborei com o ministério do trabalho. *Diário da Tarde*. Curitiba, 17 fev 1932, p. 5.

³² SILVA, Nerval. Vida Operária. *Diário da Tarde*. Curitiba, 10 ago 1931, pp. 2-5.

³³ SILVA, Nerval. Vida Operária. *Diário da Tarde*. Curitiba, 7 set 1931, p. 2.

³⁴ SILVA, Nerval. Vida Operária. *Diário da Tarde*. Curitiba, 28 ago 1931, pp. 2-5.

Alfaiates responsável por confeccionar os uniformes dos funcionários do Estado do Paraná, durante a interventoria de Manoel Ribas, e da RVPSC – Rede Viação Paraná – Santa Catariana.³⁵ Por diversas vezes, tentaram formar uma “Colônia Agrícola dos Sem Trabalho” e até conseguiram recursos federais para essa empreitada, mas sua consecução foi retardada pelas interventorias estaduais que não desapropriavam o território necessário para o estabelecimento da colônia.³⁶

Em paralelo à intensificação da organização operária, Nerval Silva foi se afastando, aos poucos, dos ideais do novo governo. Ainda em junho de 1931, quando de sua participação na fundação da Legião Revolucionária Paranaense, formada por tenentes descontentes com os rumos do governo provisório, Nerval publicou um artigo na “Vida Operária”, afirmando que a Revolução de 1930 não tinha “passado de um carnaval”.³⁷ Em agosto, na já mencionada entrevista ao jornal *A Barricada*, quando perguntado se a Revolução de 1930 e as leis trabalhistas não tinham sido suficiente para a causa dos trabalhadores, afirmou: “Não! Para nós o termo revolução tem um outro significado.”³⁸ Para Nerval Silva, a Revolução de 1930 era um processo ainda em curso e seu futuro era incerto. No mesmo mês de agosto de 1931, concede outra entrevista, dessa vez para o *Diário da Tarde*, onde defende que a única saída para o Brasil seria a “revolução agrária e anti-imperialista”. Perguntado se esse não era o mesmo programa de Luiz Carlos Prestes, Nerval afirma positivamente, mas ressalta que, diferente do Cavaleiro da Esperança, ele via com bons olhos o sindicalismo oficial, pois, mesmo com seu caráter policialesco, ele cumpria a função de organizar as massas de norte a sul do país,

³⁵ SILVA, Nerval. *Vida Operária*. *Diário da Tarde*. Curitiba, 20 abr 1932, p. 2.

³⁶ SILVA, Nerval. *Vida Operária*. *Diário da Tarde*. Curitiba, 10 ago 1931, pp. 2-5.

³⁷ SILVA, Nerval. *Vida Operária*. *Diário da Tarde*. Curitiba, 10 jun 1931, p. 2.

³⁸ SILVA, Nerval. *Vida Operária*. *Diário da Tarde*. Curitiba, 10 ago 1931, pp. 2-5.

elevando suas consciências e preparando-as para lutas mais intensas no futuro.³⁹

Por essas posições em defesa da “revolução agrária e anti-imperialista”, Nerval foi preso acusado de envolvimento com comunismo, em outubro de 1931.⁴⁰ Em fevereiro de 1932, indignado com as vistas grossas que o governo provisório fazia em relação ao descumprimento da Lei de Férias e da Lei de Sindicalização pelo patronato, rompe publicamente com o Ministério do Trabalho e funda a Legião Proletária Paranaense “para fazer os direitos proletários por suas próprias mãos”.⁴¹ Acusado mais uma vez de formar uma organização comunista no Paraná, Nerval Silva se resumiu a afirmar que a Legião Proletária não era filiada “à terceira internacional, [aqui] as ideias são livres”.⁴²

Sua distancia do Estado era sempre provisória e sua avaliação da Revolução de 1930 era de que ela representava um avanço no campo político, mas precisava avançar para o estabelecimento de uma economia socialista.⁴³ Essa relação dual em face ao governo Vargas, a um só tempo elogiosa e crítica, atingirá seu ponto máximo em 1932. Ao mesmo tempo em que, politicamente, Nerval Silva oferece as tropas da Legião Proletária para lutarem contra os paulistas na Revolução Constitucionalista, em defesa dos legados da “revolução regeneradora”;⁴⁴ no plano sindical, meses antes, ele liderava uma greve entre os funcionários da Companhia Força e Luz, que lhe renderia uma nova prisão.⁴⁵

³⁹ SILVA, Nerval. “Cooperativa de produção do sindicato dos barriqueiros”. *Diário da Tarde*. Curitiba, 21 ago 1931, p. 5.

⁴⁰ TACLA, Paulo. “A mulher sem fronteiras”. *Diário da Tarde*. Curitiba, 08 out 1931, p. 5.

⁴¹ SILVA, Nerval. “Porque colaborei com o ministério do trabalho”. *Diário da Tarde*. Curitiba, 17 fev 1932, p. 5.

⁴² SILVA, Nerval. “Comunicado dos exploradores do proletariado”. *Diário da Tarde*. Curitiba, 20 fev 1932, p. 5.

⁴³ SILVA, Nerval. “Trahidores da Pátria”. *Diário da Tarde*. Curitiba, 9 mar 1932, p. 5.

⁴⁴ *Diário da Tarde*. Curitiba, 27 ago 1932, p. 8.

⁴⁵ SILVA, Nerval. Vida Operária. *Diário da Tarde*. Curitiba, 04 jun 1932, p. 4.

A disputa pela memória

Depois da greve da Força e Luz, em junho de 1932, com as finanças em frangalhos, Nerval Silva aceitou um convite de Manoel Ribas para assumir a direção do Abrigo de Menores. O aceite ao convite representou o rompimento com diversos companheiros, tanto da Legião Revolucionária Paranaense, quanto da Legião Proletária, além da própria UOP, que passaram a denunciar Nerval Silva como um oportunista.⁴⁶ Nerval morreu em 30 de outubro de 1932, de congestão cerebral, repentinamente, dentro de um ônibus.⁴⁷ No dia seguinte, um préstito enorme formado por sociedades operárias levou o corpo do líder operário até o cemitério municipal. Entre 1933 e 1938, todos os anos, no 1º de maio e no 30 de outubro romarias eram feitas até o túmulo de Nerval e comícios eram realizados em sua homenagem. Com a morte de Nerval, iniciou-se uma luta por sua memória.⁴⁸

Os ideólogos do Estado Novo afirmavam que as ideias de Nerval continuavam vivas na obra de Getúlio Vargas e os críticos da ditadura reivindicavam a retórica revolucionária do líder socialista, lamentando sua adesão tardia à estrutura burocrática do estado varguista.⁴⁹ Em 1945, com a redemocratização, a memória de Nerval Silva voltou ao palco. No 1º de maio daquele ano, no comício em frente ao seu túmulo, falaram Maximino Zanon, presidente do PTB e Atilio Borio, diretor da seção sindical da UDN.⁵⁰ Na região litorânea, onde o sindicato dos estivadores era

⁴⁶ POSPISSIL, Elbe. Vida Operária. *Diário da Tarde*. Curitiba, 29 nov 1932, p. 3.

⁴⁷ *Diário da Tarde*. Curitiba, 22 nov 1932, p. 3.

⁴⁸ Sobre o enterro de Nerval Silva, consultar: POSPISSIL, Elbe. Vida Operária. *Diário da Tarde*. Curitiba, 03 nov 1932, p. 2.

⁴⁹ *Diário da Tarde*. Curitiba, 3 nov 1941, p. 2. STROCKLER, Heitor. Motivos da cidade. *Diário da Tarde*. Curitiba, 11 nov 1943, p. 1.

⁵⁰ A romaria de hoje ao túmulo de Nerval Silva. *Diário do Paraná*. Curitiba, 28 out 1945, p. 4.

controlado pelo Partido Comunista, havia uma escola, desde 1932, com o nome de Escola Nerval Silva.⁵¹

Considerações Finais

No prefácio à edição de 1997 do clássico “A Revolução de 1930: historiografia e história”, Boris Fausto investe criticamente contra as formulações de Edgar De Decca no, igualmente clássico, “1930: o silêncio dos vencidos”, especialmente no que se refere à participação da classe operária nos eventos que marcaram a crise da Primeira República e a Revolução de 1930. Para Fausto, interpretações dessa natureza se resumem a “uma aplicação equivocada da vertente historiográfica que introduziu uma nova abordagem, concentrando-se na história dos dominados ou dos vencidos”. E prossegue: “No Brasil da década de 1920 não havia conjuntura revolucionária em que o proletariado tivesse a iniciativa, não chegando a classe operária organizada a constituir um ator político relevante.”⁵²

É certo que não havia, efetivamente, uma situação de revolução proletária se desenhando em fins dos anos 1920 no Brasil. Sabemos, igualmente, que instituições como o Bloco Operário e Camponês eram frágeis e sofriam duras críticas mesmo no interior do próprio movimento comunista internacional.⁵³ Daí concluir que a classe operária não era um ator político relevante em fins dos anos 1920, nos parece, é um enorme equívoco. Como percebemos acompanhando a trajetória de Nerval Silva, se redirecionarmos nosso olhar para outras tradições políticas dos trabalhadores, como a socialista, perceberemos uma intensa atividade no decorrer dos anos 1920 e no início da década de 1930,

⁵¹ *Diário da Tarde*. 10 nov 1932, p. 3.

⁵² FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 17.

⁵³ KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao Parlamento. O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 119-166.

que aponta para um envolvimento significativo de setores operários em confabulações tenentistas, na campanha da Aliança Liberal, no processo revolucionário de outubro de 1930 e na montagem do governo provisório. Ao menos no caso do Paraná, esse envolvimento é bastante evidente.

A aproximação de setores operários e socialistas com outros grupos descontentes com os rumos da Primeira República, entretanto, não se deu de forma pacífica, sem tensões e oposições. Existiam projetos distintos em disputa e em negociação. O debate em relação à tomada de posição dos trabalhadores em face à Revolução de 1930 e ao governo Vargas, por vezes, se polariza entre aqueles que defendem uma comunhão de ideias e uma adesão dos trabalhadores ao bloco de poder varguista, e aqueles que atribuem essa adesão à coerção, à propaganda e ao oportunismo de lideranças pelegas. A trajetória de Nerval Silva, seus impasses, ambiguidades, mudanças de posição e a própria disputa por sua memória apontam em outra direção, mais complexa, contraditória e indeterminada. Nerval era, a um só tempo, socialista e revolucionário, crítico e propulsor do sindicalismo oficial, apoiador e opositor do governo provisório. Sua trajetória ilumina uma dimensão dessa classe trabalhadora que tinha projetos autônomos, mas que precisava negociá-los, a todo o momento, em face às limitações impostas pela conjuntura.

Referências

ARAÚJO, Silvia; CARDOSO, Alcina. *1º de maio: cem anos de solidariedade e luta*. Curitiba: Beija-flor, 1986.

ARAÚJO, Silvia; CARDOSO, Alcina. *Jornalismo & militância operária*. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.

DE BONI, Maria Ignês. *O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

- CASTELLUCCI, Aldrin. “Agripino Nazareth e o movimento operário da Primeira República”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, nº 64, 2012.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FONSECA, Ricardo Marcelo; GALEB, Mauricio. *A greve geral de 17 em Curitiba: resgate da memória operária*. Curitiba: IBERT, 1996.
- GOMES, Ângela C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao Parlamento. O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.
- MONTEIRO, Claudia. “Ferroviários em greve: relações de dominação e resistência na RVPSC”. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, vol. 12, n. 1, ver. 2007.
- MONTEIRO, Claudia. *Fora dos trilhos: as experiências da militância comunista na Rede de Viação Paraná-Santa Catarina (1934-1945)*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007).
- PILOTO, Valfrido. *Quando o Paraná se levantou como uma nação*. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1982.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. *Memória, trabalho e resistência em Curitiba (1890-1920)*. (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 1985).
- TOURINHO, Luiz C. P. “A revolução de 1930 no Paraná”. IN: *Cinquentenário da Revolução de trinta no Paraná*. Curitiba: IHGP, 1980.
- TOURINHO, Luiz C. P. *Toiro Passante IV – Tempo de República Getulina*. Curitiba: IHGB, 1991.
- TOURINHO, Plínio. “A vida de um revolucionário (Fé de ofício do Major Couto Pereira)”. IN: *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Curitiba, vol. XXI, 1974.
- VALENTE, Silza. *A presença rebelde na cidade sorriso: contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba, 1890-1920*. Londrina: EdUEL, 1997.

As noites quentes dos proletários: intelectuais e movimento operário no Rio de Janeiro da Primeira República

Pedro Cazes¹

O filósofo francês Jacques Rancière (nascido na Argélia em 1940) é hoje um dos principais intelectuais de esquerda no mundo, com obras traduzidas em inúmeros idiomas e intervenções públicas relativamente sistemáticas sobre a política contemporânea. Sua produção intelectual mais recente sobre estética e política – incluindo aí textos sobre cinema, literatura, teatro, artes plásticas e fotografia² –, bem como alguns escritos de intervenção³ vem sendo traduzidos e publicados no Brasil nas últimas décadas, sendo facilmente encontrados nas livrarias. Seus escritos sobre educação, particularmente o livro *O mestre ignorante* (1987), e sobre filosofia política (*O Desentendimento*, 1995), já logram uma recepção consistente nos campos especializados da educação e das ciências sociais, além, é claro, da filosofia. O próprio Rancière tem vindo ao Brasil com alguma frequência, desde sua primeira conferência na USP, em 1967, então

¹Doutorando em Sociologia pela UERJ. E-mail de contato: pedrocazes@yahoo.com.br.

² Ver *A partilha do sensível* (Ed. 34, 2009), *O inconsciente estético* (Ed. 34, 2009), *Políticas da escrita* (Ed. 34, 1995/2017), *A fábula cinematográfica* (Papirus, 2011), *As distâncias do cinema* (Contraponto, 2012), *O destino das imagens* (Contraponto, 2012), *O fio perdido: ensaios sobre a ficção moderna* (Martins Fontes, 2017), *O espectador emancipado* (Martins Fontes, 2012).

³*O ódio a democracia* (Boitempo, 2014).

ainda ligado ao “althusserianismo” do qual se desvinculou no ano seguinte, sob o impacto dos acontecimentos de maio de 1968. Tudo isso ajuda a explicar o porquê seu nome vem se tornando uma referência importante para a reflexão crítica e para a produção intelectual vinculada, sobretudo, às perspectivas emancipatórias dos “debaixo”.

Porém, dito isto, espanta o fato de sua presença no debate historiográfico brasileiro ser ainda muito tímida, quase inexistente – tanto mais pelo fato do autor ter produzido boa parte de sua obra em diálogo crítico com a historiografia. Vou me restringir, nessa apresentação, a comentar sua ausência no campo da história social do trabalho, deixando de lado as suas provocações e críticas à “nova história” e à historiografia em geral presentes no livro *Les Noms de l'histoire - Essai de poétique du savoir*, de 1992, cuja tradução brasileira foi publicada apenas dois anos depois, em 1994⁴. Também não me aprofundarei nas diversas ocasiões nas quais o filósofo tratou do problema do “anacronismo” (Rancière, 1996). Voltando um pouco em sua produção intelectual, me concentrarei nos textos da década de 1970 e do início dos anos 1980, pois foi nesse período que Rancière publicou a maior parte de seus textos sobre a história do movimento operário, bem como procurou refletir sobre a relação entre intelectuais e a emancipação política, questão que de certa forma continua perseguindo até hoje.

A obra mais famosa dessa “fase” de Rancière (e de onde tiramos a paródia do título dessa apresentação) é, sem dúvida, *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*, publicado originalmente em 1981 e traduzido para o português pela Companhia das Letras em 1988, com supervisão e indicação de Francisco Foot-Hardman⁵. Essa obra de certa forma coroa os anos em que Rancière, rompendo com o “althusserianismo” de seus

⁴*Os nomes da história: ensaio de poética do saber*. São Paulo: Educ, 1994. Recentemente a obra foi reeditada pela editora UNESP em 2014.

⁵*A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. São Paulo, Cia das Letras, 1988. Não houve até hoje uma reedição ou reimpressão da obra, encontrando-se atualmente fora de catálogo.

anos de juventude, se dedica a pesquisar os arquivos do movimento operário francês das décadas de 1830 a 1850. O silêncio em torno do trabalho de Rancière é ainda mais chocante por se tratar de um tipo/estilo de investigação historiográfica muito afeita à história social: a paixão pelos arquivos das associações operárias, a narrativa mais colada à fala dos atores sociais, a ênfase na descrição. Não se trata, portanto, daquelas obras marxistas clássicas que buscavam montar um grande quadro de análise macro, onde as causalidades, estruturas e direções do processo histórico estavam em primeiro plano, bem definidas.

Para fins desta apresentação, busco inicialmente levantar algumas hipóteses interpretativas para o desencontro entre a produção de Rancière e o debate brasileiro sobre a formação da classe operária. Em seguida, a partir de um rápido esforço de síntese visando delinear algumas das principais provocações e ideias do autor, buscarei indicar de que modo elas podem ser interessantes para pensarmos algumas relações que se teciam na construção do movimento operário no Rio de Janeiro da Primeira República. Refiro-me, especificamente, à relação entre intelectuais e classe operária, tema de minha pesquisa de doutorado em sociologia ainda em andamento.

Jacques Rancière e a história social do trabalho: em torno do problema da emancipação

Quando tomamos alguns balanços recentes da área de história social do trabalho no Brasil (Fontes et al., 2017; Fortes, 2016), constatamos a ausência de referências quanto a possíveis impactos da obra de Rancière. A principal influência, quanto aos aportes teóricos, segue sendo, desde os anos 1980, a obra de E.P. Thompson. De fato, chega a ser difícil encontrar alguma dissertação ou tese que não faça, no seu “capítulo teórico”, um apanhado da contribuição desse autor para pensar a história da classe trabalhadora no Brasil, sobretudo na medida em que tratou

“classe social” como um fenômeno histórico, produzida pelo acúmulo de experiências compartilhadas pelos sujeitos que se vêem como “classe”. Mais recentemente, temos percebido mais fortemente a influência de abordagens interseccionais, que buscam pensar a questão de classe atravessada por outras relações sociais e identidades (como gênero, raça, nação, etc.), bem como de abordagens pós-coloniais, decoloniais e transnacionais. Mesmo sem tomar esses últimos termos como intercambiáveis, todos apontam para a necessidade de descolar o olhar em relação às teorizações produzidas nos países europeus centrais no desenvolvimento capitalista, e buscar repensar as categorias de análise a partir de histórias periféricas, entendidas como “histórias conectadas”, ou de uma “história global” que busca na visão transnacional um potencial desestabilizador para o entendimento das classes trabalhadoras no capitalismo. De todo modo, essas novas perspectivas parecem ser pelo menos parcialmente compatibilizadas com o registro basicamente empírico/descritivo pelo qual Thompson pensa a “formação da classe”. Assim, não me parece que essas novas abordagens têm transformado significativamente a perspectiva teórica pela qual pensamos o que é uma classe social, ainda que complexifiquem o tema⁶.

É claro que Thompson não é a única referência teórica das pesquisas de história social do trabalho. Tanto nas suas ramificações mais específicas, uma literatura mais especializada conforma abordagens e modelos, assim como é possível indicar outras tradições intelectuais presentes nesse campo (por exemplo, os trabalhos sobre “cultura política”, as abordagens mais próximas da demografia ou da economia, etc.). Além disso, na sua conformação nacional, o campo da história social do trabalho tem correntes interpretativas em aberta disputa, sobretudo no debate em torno da compreensão de temas como “populismo”,

⁶ Autores como D. Chakrabarty, R. Guha e P. Chatterjee possuem críticas aos clássicos da historiografia inglesa, como Thompson e Hobsbawm, que por questões de espaço não abordaremos aqui.

“cidadania”, ação coletiva, etc. Mas, no que tange especificamente aos trabalhos sobre a história do movimento operário, me parece ser possível afirmar a hegemonia de uma perspectiva thompsoniana.

Produzida já no âmbito de uma produção acadêmica (ainda que Thompson não tenha sido professor/pesquisador universitário), a ênfase no trabalho empírico de pesquisa e na necessidade de reconstituir, a partir das fontes disponíveis, a classe social como fenômeno histórico a partir da “experiência” dos próprios trabalhadores, fez com que a perspectiva thompsoniana fosse operacionalizável em diferentes contextos nacionais de pesquisa. Deixando relativamente em aberto as formas em que essa experiência se transmutaria em uma “cultura” de classe (com suas instituições, símbolos e ideologias próprias), a obra de Thompson não apresentava uma hipótese a ser comprovada/refutada pela pesquisa empírica, mas uma metodologia para orientar o trabalho de pesquisa. Assim, me parece que foi possível que ela permanecesse orientando trabalhos na fase mais madura a que a produção acadêmica especializada chegou, no Brasil, a partir dos anos 1970, quando o debate historiográfico tendeu à especialização – o que explicaria porque o grande acúmulo de pesquisas empíricas não envolveu, necessariamente, uma revisão mais profunda na “teoria” que as orienta.

Frente a essa situação relativamente “estabilizada” da abordagem thompsoniana na história social do trabalho, me parece que a obra de Rancière ganha um teor especialmente provocativo. Não que o relativo silêncio sobre sua obra na historiografia nacional⁷ seja muito dispare da situação internacional. Por exemplo, uma busca no principal periódico internacional de história social⁸ encontra apenas um resultado para o termo

⁷ Na base de periódicos Scielo a busca pelo nome do autor resulta em apenas oito artigos, nenhum deles em periódicos da área de História.

⁸ Refiro-me aqui à *International Review of Social History*.

“Jacques Ranciere”. Trata-se do artigo de Mischa Suter, que busca justamente recuperar a contribuição de Jacques Rancière e da revista *Les Revoltes Logiques* para o campo da história social, bem como apontar alguns dos debates que elas suscitaram. Nesse artigo, Suter comenta que a recepção do livro *La nuit des prolétaires* no campo da história do trabalho foi marcada pela “surpresa”, pela “aceitação interessada” mas também pela “contudente rejeição” (2012, p. 78). Passados quase trinta anos da publicação do livro, o pouco de polêmica que a obra conseguiu levantar parece já ter se apagado, destoando da atualidade que goza a produção intelectual mais recente do autor.

Mas poderíamos perguntar: por que a obra de Rancière *deveria* continuar a ser lida? Para além do “argumento de autoridade”, qual é a contribuição efetiva que ela pode nos dar hoje? Buscarei me aproximar de uma possível resposta a essas perguntas nas próximas páginas. Acredito que a obra de Rancière realiza profunda problematização de algumas categorias que informam a tradição (sobretudo marxista) de interpretação do movimento operário. A pertinência dessa problematização pode ser avaliada, acredito, pelos impasses a que chegaram alguns dos historiadores do movimento operário mais reconhecidos.

Tomemos o artigo de Eric Hobsbawm “Notas sobre consciência de classe”, originalmente publicado em 1971. Após argumentar pela especificidade moderna desse conceito, e partindo do pressuposto que a “consciência de classe” não é simplesmente o somatório das consciências empiricamente registráveis de cada operário que compõe a classe, o autor replica o esquema leninista segundo o qual a “consciência de classe” teria níveis/tipos distintos. A passagem da “consciência sindical”, dita “espontânea”, para o nível mais alto da “consciência socialista” propriamente dita só pode se dar através da organização política (partido), entendida como um “complemento essencial” da consciência de classe. O problema é que a partir daí, “a necessária mediação da organização implica uma diferença e, com maior probabilidade, uma

divergência entre ‘classe’ e ‘organização’” (Hobsbawn, 1987, p.50). Essa divergência, quando resolvida a favor da “vanguarda”, é chamada pelo autor de “substitucionismo”, tanto mais grave quando da “tomada do poder” e da construção do socialismo, quando partidos operários ou comunistas tomam a hegemonia.

O momento em que a ‘revolução proletária’ tem êxito é, portanto, o momento crítico. Então, quando o pressuposto originariamente razoável de uma identidade virtual entre classe e organização cede lugar à subordinação da primeira à última, o ‘substitucionismo’ torna-se perigoso. Na medida em que a organização continua a manter sua identidade geral *automática* com a classe, e nega a possibilidade de ocorrerem divergências maiores do que as mais superficiais e temporárias, abre-se um amplo caminho para abusos extremos, até o limite do stalinismo (sem excluí-lo). De fato, algum grau de abuso é praticamente inevitável, pois a organização provavelmente supõe que suas opiniões e ações representam as opiniões *reais* (ou, em termos lukacsianos, a consciência ‘atribuída’) da classe, e onde as opiniões reais da classe divergem da organização, elas são atribuídas à ignorância, à falta de compreensão, à infiltração hostil, etc., devendo ser ignoradas ou mesmo suprimidas (Hobsbawn, 1987, p.52, grifos do autor).

A citação longa se justifica, a meu ver, por apresentar a aporia da problemática na qual o autor desenvolve seu argumento, já que a realização máxima da “consciência de classe”, o ponto de chegada do seu longo processo de desenvolvimento, pode se voltar contra as “opiniões reais”⁹ da própria classe. A forma mais comum de se pensar essa divergência é a da “traição” ou do “vanguardismo”. De qualquer forma, o jogo de palavras empregado entre a classe “real” e a classe reivindicada pelas organizações indica um problema do qual não há saída, já que a identidade virtual entre classe e organização se mantém como um

⁹ Poderíamos nos perguntar por que Hobsbawn utiliza aqui a palavra “opiniões”, denotando algo mais subjetivo e incerto, e não “interesses”.

“pressuposto razoável”. Porém essa identidade virtual nem sempre é virtuosa. O próprio autor, reconhecendo aí “um problema crítico da política do século XX”, só apresenta como solução a velha receita da “maior democracia interna” (Idem, p.53), mesmo que reconheça como “inevitável” algum substitucionismo. Mas como poderia essa exigência de democracia se coadunar com um esquema interpretativo baseado no pressuposto da unidade/substância da “consciência de classe”? Ou seja, por que razão essa exigência estaria vinculada a uma necessidade?

Como sabemos, o pressuposto da unidade está envolvido na noção de “sujeito” a qual a noção de “consciência” costuma estar ligada. E, como sabemos também, foi exatamente essa noção de sujeito que foi bombardeada pelas correntes teóricas que se desenvolveram particularmente na França no fim da década de 1960 em diante. Contra esse esquema interpretativo baseado no pressuposto (e na conseqüente busca) de uma unidade (que vai se formando progressivamente) da “consciência de classe”, Jacques Rancière vai propor outro esquema interpretativo, baseado no dissenso, na polêmica divergente, na tensão e nas contradições que dividem a “classe”. Daí que a figura que toma a “política operária” será muito mais difícil, problemática, tortuosa. Ao invés de um esquema que invista no fortalecimento de uma identidade e acabe em um formalismo naturalizado (classe = organizações “típicas” que reivindicam a representação da classe), Rancière, informado pela discussão francesa sobre a Revolução Cultural chinesa¹⁰, vai perguntar: o que significa a emancipação operária?

Uma rápida contextualização pode nos ajudar a entrar no pensamento de Rancière sobre o problema da história operária. No início de sua carreira intelectual, o autor trabalhou junto do grupo de estudantes próximos à Louis Althusser na *École Normale*

¹⁰ Influenciados pelas discussões chinesas sobre a revolução cultural, Louis Althusser e seus “discípulos” vão atacar a visão economicista do socialismo, defendendo a necessidade de revolucionar as relações de produção, e não reproduzir a classe operária fordista dentro do socialismo “real”.

Supérieur de Paris, tendo sido um dos autores incluídos na famosa coletânea “*Lire le Capital*” (1965), resultado de um seminário realizado naquela instituição no início dos anos 1960 e que pode ser tomada como inauguração do “althusserianismo”. Suas pesquisas sobre o “jovem Marx” estavam em consonância, em termos gerais, com a perspectiva althusseriana, e, nos anos seguintes, continuaria a pesquisar o pensamento de Feuerbach, bem como sua influência em Marx. Segundo o próprio autor, os acontecimentos de maio de 1968 teriam um impacto decisivo para a sua reorientação teórica e de pesquisa nos anos seguintes. Em 1969, escrevo uma crítica à Althusser, seguida por outros textos nos anos seguintes nos quais discorda da noção de “ideologia” que seu ex-mentor vinha desenvolvendo. Essa fase de ruptura culmina com a publicação em 1974/75 de *La Lesson d’Althusser*, texto no qual denuncia que a filosofia althusseriana é uma filosofia da “ordem”, que pensa os agentes sempre subsumidos a uma dominação ideológica da qual não possuem os meios para sair.

A partir daí suas pesquisas tomam um novo rumo. Em 1969, foi nomeado assistente de Michel Foucault na recém-criada Universidade Paris VIII – Vincennes, instituição que buscava dar uma “resposta” aos anseios de Maio e para a qual confluía boa parte da intelectualidade francesa de esquerda em ascensão. Nesses primeiros anos da década de 1970, Rancière inicia um trabalho de pesquisa nos arquivos da história operária francesa, visando encontrar uma forma alternativa de pensar o seu desenvolvimento. Também nesse contexto monta, junto com Jean Borreil e Geneviève Fraisse, o *Centre de Recherche des Idéologies de la Revolte*. O próprio nome do núcleo de pesquisas buscava desestabilizar a oposição entre dois termos que não costumavam andar juntos no “althusserianismo”: “ideologia” e “revolta”. A ideologia deixava de ser entendida de modo estritamente negativo, como aquilo que esconde a realidade ou que ilude os dominados. O centro deu luz a um periódico que concentrou a produção de Rancière da segunda metade dos anos 1970: a revista *Les Revoltes*

Logiques. Um projeto que visava desestabilizar a visão etapista que o marxismo construiu para a história do movimento operário – na qual um passado dominado por concepções utópicas e idealistas era ultrapassado pela emergência do marxismo como doutrina oficial, dos sindicatos como instituições de luta econômica dos trabalhadores e do partido como órgão coordenador e expressão mais bem acabada da “classe operária”.

A revista *Les Revoltes Logiques* teve cerca de quinze números entre 1975 e 1981, todos disponíveis para consulta na internet, graças a digitalizações recentes¹¹. Uma breve observação de seus sumários mostra que, junto com os temas clássicos de pesquisa sobre a história do movimento operário, apareciam artigos sobre a questão da emancipação da mulher e das visões sobre as mulheres no século XIX, textos sobre a ligação de organizações de trabalhadores e regimes autoritários, sobre teatro popular e representações do “povo”, etc. Ou seja, um leque aberto para investigar as manifestações culturais e políticas das classes trabalhadoras, sobretudo *na sua relação* com os intelectuais e a cultura “burguesa”.

Na apresentação, escrita em 2011, para a reedição de seus artigos publicados originalmente na revista, Rancière reconstrói retrospectivamente o sentido da iniciativa de *Les Revoltes Logiques*¹². Em sua visão, tratava-se então de procurar uma alternativa às duas visões predominantes no contexto da “desilusão” da esquerda militante com o marxismo. Esta tenderia basicamente para duas saídas: por um lado, a rejeição, por parte dos “novos filósofos”, de qualquer política radical emancipatória, entendida como a ante-sala do Gulag e do totalitarismo; por outro lado, a idealização de uma cultura popular “pura”, “autêntica”, ainda não contaminada pelo discurso marxista. Ambas recairiam

¹¹ Ver <http://archivesautonomies.org/spip.php?article86>

¹² Os artigos de Rancière publicados na revista foram compilados em dois volumes pela Verso Books (Londres/Nova Iorque) em 2012, *Staging the people: the proletarian and his double* e *The Intellectual and his people*.

numa essencialização do “povo”, seja pela via da vitimização, seja pela idealização de um passado feito de microrresistências cotidianas, o reverso da disciplina fabril então em vias de implantação. A ênfase que o coletivo da revista buscava seria, então, a reconstrução de uma história do movimento operário, ou melhor, do pensamento operário a partir de suas bifurcações, ambiguidades e contradições.

To the controversies between Marxist schools, as well as the anti-Marxist imprecations of the ‘new philosophers’, Les Revoltes logiques opposed the need to enter into the quick of the contradictions that had constituted working-class history and the revolutionary scene, knowledge of which was the only way to help understand the vicissitudes and disillusiones that doctrinaires exhausted themselves in deducing from principles – or from unfaithfulness to principles. (2011, p.11)

Assim, continua Rancière, buscava-se um uso da história distinto tanto da historiografia militante, interessada em desenterrar alguma tradição política “autêntica” por baixo da rigidez marxista, quanto da historiografia acadêmica que buscava um cotidiano operário que se mantinha por trás das flutuações do proselitismo político e das representações mistificadoras. O ponto central é que não adianta buscar o “cotidiano” dos trabalhadores sem analisar as representações que também a constituíam. Evitando assim qualquer dualismo, o autor afirma que

What then had to be challenged in both Marxist and anti-Marxist dogmatisms was not a fine tradition of the revolutionary movement or a certain knowledge of the realities of the world and of workers’ movements. It was not a history of voices from below against one of discourse from above, a history of individuals against that of collectivity, or of spontaneous movements against that of organizations and institutions. It was a history that questioned the very functioning of these spairs of opposites, and also those that opposed realities to representations. (2011, p.13)

A nosso ver, a recusa de Rancière em relação a uma historiografia que representasse as “vozes debaixo” está menos, obviamente, no interesse político por recuperar essas vozes, mas na representação subentendida por essa formulação, na qual a relação entre os “debaixo” e os “de cima” aparece como uma relação de *exterioridade*. Para Rancière, o interessante é exatamente aquilo que embaralha essas distinções claras, onde cada coisa “aparece no seu lugar”.

The reality denoted by the terms ‘worker’, ‘people’ or ‘proletarian’ could never be reduced it her to the positivity of a material condition nor to the superficial conceit of an imaginary, but Always designated a partial (in both senses) linkage, provisional and polemical, of fragments of experience and forms of symbolization (2011, p. 14).

Recusando o pressuposto substancialista de uma “consciência de classe” que pudesse ser estabilizada, definida em algum corpo doutrinário ou teoria científica, Rancière enfatiza que “não há uma única ‘voz do povo’. Só existem vozes partidas, polêmicas, sempre dividindo a identidade que elas apresentam” (2011, p.12). O primeiro artigo em que aparece sistematizada essa nova forma de pensar a questão da política/emancipação operária é “Le proletaire et son double”¹³, publicado no número 13 da revista (inverno de 1980-81), um pouco antes da publicação de *La nuit des prolétaires*. Ali o autor aponta o encontro com os escritos do carpinteiro saint-simoniano Louis-Gabriel Gauny¹⁴ como o ponto de virada de sua visão sobre os problema da “identidade” operária. O que se tornava evidente era a profunda ambivalência dos discursos que visavam positivar tal identidade: elas podiam servir tanto para a condução de greves e autogestão de fábricas

¹³ O próprio autor anuncia, no início do texto, que o título original seria “A formação do pensamento operário na França”.

¹⁴ Rancière viria a organizar uma edição de seus escritos em 1985. Ver Louis-Gabriel Gauny, *Le philosophe plébéien*.

paradas quanto para a repressão a quaisquer desvios em relação a política colaboracionista ou estatal em contextos autoritários. Digamos, tanto para a subversão de situações de exploração, quanto para a sua justificação/encobrimento, à la Stakhanov.

Portanto, tornava-se necessário pensar o problema da “representação” da classe, tanto no sentido da produção das representações sociais sobre os trabalhadores, quanto da função de representação que os militantes e intelectuais exerciam, somente através da qual poderia existir um pensamento operário. Assim, o autor passa a perseguir na produção intelectual desses militantes operários do século XIX de que forma os problemas da contradição entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, da “dignificação” do trabalho (abstrato) e da emancipação (individual ou coletiva) se colocavam.

A ênfase na dimensão simbólica e política da construção da classe, entendida como necessariamente contraditória, será levada a cabo no estudo de fôlego *A noite dos proletários*. Perseguindo em outro sentido o caminho que havia levado estudantes e militantes universitários para as fábricas (cujo registro mais famoso é o livro *L'établi - Greve na Fábrica* - de Robert Linhart), Rancière inicia os seus estudos sobre a “intelectualização” dos proletários (Suter, 2011). O livro busca refazer uma trajetória do pensamento operário de meados do século XIX na França, focando-se principalmente no fenômeno do “saint-simonismo”. Mas o livro destoa bastante da modalidade canônica de pesquisa historiográfica. Baseado em um punhado de escritos de trabalhadores mais ou menos proletarizados, mas que por ‘desvios’ contingentes acabaram se envolvendo na produção da “palavra operária”, Rancière está interessado em investigar como o problema da emancipação era pensado pelos próprios trabalhadores, como ele era desenvolvido nos debates que contrapunham, por exemplo, saint-simonianos e fourieristas, moralistas e comunistas. O andamento tortuoso, assistemática, quicá descontextualizada em que a prosa ensaística de Rancière vai evoluindo também deixa claro que seu objetivo não

é, de modo algum, fazer a reconstituição/narrativa historiográfica do movimento operário francês pré-1848, muito menos avaliar sua eficácia política, mas iluminar, a partir dessas sinuosas vias e de seus mil equívocos e acertos, o problema da emancipação. Trata-se, portanto, mais uma contribuição ao problema político-filosófico por um caminho “arqueológico”¹⁵ do que uma historiografia orientada filosoficamente.

Para nos levar, ao longo das 400 páginas do livro, a tamanha incursão naquilo que até então aprendemos a esnoar com uma categoria desqualificadora, é porque os problemas que colhe ali são também atuais. As questões envolvidas no debate entre saint-simonianos e materialistas são, de certo modo, também as nossas, ou melhor, as questões inextricavelmente ligadas à ideia de revolução/emancipação: o problema da prefiguração/antecipação da abolição (futura) das classes/emancipação operária na prática presente do movimento revolucionário; o problema da “organização” (ou seja, da mediação, tal como já indicamos em Hobsbawn); o problema da transformação moral x transformação das condições materiais; o problema da transcendência x imanência ou “idealismo” x “materialismo”; o problema da relação entre a abolição das classes sociais e de outras formas de dominação social (particularmente da dominação sobre as mulheres), etc.

Discutindo a relação entre trabalhadores e intelectuais, que nos interessa especialmente, o autor propõe que tomemos o espaço articulado por essa relação como um espaço tenso e ambíguo, mas onde era possível a existência precária de uma negação da condição operária. Comentando a tendência dos trabalhadores em luta a buscarem entre os intelectuais e literatos os “porta-vozes” de suas reivindicações e da afirmação de sua presença no espaço público, Rancière vai afirmar:

¹⁵ O próprio autor assim classifica o tipo de investigação que realizou naquele contexto, obviamente influenciado por Michel Foucault (Rancière, 2012, p.16).

Mas é precisamente por isso, porque são *outros*, que eles vão vê-los no dia em que têm qualquer coisa a *representar* perante os burgueses (patrões, políticos ou magistrados); não simplesmente porque sabem falar melhor, mas porque há que mostrar aos burgueses – para além dos salários, do tempo de trabalho ou das mil chagas do trabalho assalariado – fundamentalmente aquilo que as loucas noites desses porta-vozes já provam: que os proletários devem ser tratados como seres a quem seriam devidas muitas vidas. Para que o protesto das oficinas tenha uma voz, para que a emancipação operária ofereça um rosto visível, para que os proletários existam como sujeitos de um discurso coletivo que dê à multiplicidade das suas concentrações e dos seus combates, é preciso que estas pessoas se tenham já feito *outras*, na dupla e irremediável exclusão de viver *como* os operários e de falar *como* os burgueses (2012, p.9, grifos do autor).

Dizendo numa fórmula bruta, para Rancière a luta pela emancipação operária é uma luta radicalmente anti-identitária: a insurreição operária é uma insurreição contra a condição operária¹⁶. Isso porque a emancipação é entendida como o gesto (ou o momento/acontecimento) pelo qual o proletário recusa o “seu lugar” na sociedade, ou seja, recusa a prisão de ser “proletário” e ter o seu tempo de vida roubado para que possa ganhar um salário para a precária manutenção da própria vida. Por isso a subversão de utilizar as suas noites para a interrupção da cadeia que leva à reprodução da força de trabalho (ou, se quisermos, à biopolítica). Porém, o caminho que leva da “consciência da exploração” à emancipação operária não é um avanço linear por uma estrada pré-determinada. A trajetória que o autor busca reconstruir mostra na realidade uma espiral de identificações, um jogo de deslocamentos em que há sempre novas contradições se colocando.

¹⁶ Nas palavras do autor “L’insurrection cordonnière n’est pas un combat *pour* mais *contre* La qualité cordonnière” (2007, p.92).

No labirinto dos seus discursos imaginários e reais, quisemos justamente seguir o fio de Ariadne de duas questões: por que meandros esses trânsfugas, desejosos de escapar à sujeição da existência proletária, forjaram paradoxalmente a imagem e o discurso da identidade operária? E que formas novas de desconhecimento vêm afetar essa contradição, quando o discurso dos proletários amantes da noite dos intelectuais encontra o discurso dos intelectuais amantes dos dias laboriosos e gloriosos do povo? (Idem, *Ibidem*, p.10)

Por isso seu trabalho de pesquisa se constitui, em larga medida, como uma investigação sobre a “lógica dos percursos de identificação” (Rancière, 2012, p.21) através dos quais aquelas promessas de emancipação se transformam em seu contrário – daí o tom trágico de sua visão¹⁷.

Isso posto, não acredito que possa ser tirado do trabalho de Rancière algo como uma “metodologia” de análise da história do movimento operário. Seu caráter ensaístico e assistemático, bem como suas críticas recorrentes ao trabalho de historiadores e sociólogos, faria dessa tentativa uma verdadeira “traição”. Porém, acredito ser possível uma inspiração rancieriana, por assim dizer, para o trabalho de pesquisa sobre a produção intelectual e política dos militantes operários e dos intelectuais que buscaram servir a “causa” do povo. De todo modo, descontadas as particularidades através das quais o autor buscou demarcar uma diferença em relação ao grupo de “althusserianos” do qual se desligou no final da década de 1960, acredito ser possível encontrar uma consonância entre as reflexões que acabamos de remontar e as ideias desenvolvidas na década de 1980 por outro “althusseriano” de renome, Étienne Balibar. Em seu livro de 1988, em colaboração com Immanuel Wallerstein, Balibar também reforça a ideia de que a classe operária só pode existir dividida. Ao invés de um esquema

¹⁷ Pelos interesses próprios desse artigo, bem como por questões de espaço, não indicaremos aqui os desdobramentos e as posições desenvolvidas por Rancière no livro *Le philosophe et ses pauvres*, de 1983.

teleológico ou essencialista sobre a “identidade de classe”, Étienne Balibar lembra que a classe está sempre envolvida em relações com o Estado, com as outras camadas populares, com a Igreja e outras instituições.

Eu afirmaria, para começar, que aquilo que se manifestou, ao longo do século XIX e XX, como uma 'identidade proletária', relativamente autônoma, deve ser entendida como um efeito ideológico objetivo. (...) esse efeito ideológico não tem nada de espontâneo, automático, invariável. Pelo contrário, ele procede de uma dialética permanente de práticas operárias e de formas de organização, nas quais não intervêm somente as 'condições de vida', as 'condições de trabalho', as 'conjunturas econômicas', mas também as formas que tomam a política nacional no quadro do Estado (por exemplo, a questão do sufrágio universal, da unidade nacional, as guerras, a questão da laicidade escolar e religiosa, etc.). Portanto, uma dialética constantemente sobredeterminada na qual uma classe relativamente individualizada se constitui somente por suas relações com todas as outras, no seio de uma rede de instituições (Balibar, 2007, p.227-8)

Recusando também a ideia de classe social como Sujeito da história, no que não deixa de estar ligado às teses de Louis Althusser desenvolvidas, sobretudo, no texto “Resposta à John Lewis” de 1972, Balibar afirma que

Não devemos, com efeito, cair em um reducionismo inverso, exatamente aquele sustenta a representação idealizada da 'classe-sujeito', identificando cada vez mais o movimento operário com as organizações operárias, e a unidade – mesmo relativa – da classe com esse movimento. Entre esses três termos sempre existiu, necessariamente, um deslocamento [décalage] que produz as contradições que fazem a história real, social e política, da luta de classes. (...) É por isso que as divisões, os conflitos ideológicos (reformismo e ruptura revolucionária), os dilemas clássicos e sempre renascidos do 'espontaneísmo' e da 'disciplina'

não representam acidentes, mas a substância mesma dessa relação. (Balibar, 2007, p.228)¹⁸

Portanto, acredito que a perspectiva de Rancière pode ser inserida dentro de uma teoria das classes sociais mais ampla, que pensa seu caráter *relacional* de modo distinto das teorias que pensam classe como um sujeito, enfatizando as tensões e contradições envolvidas na produção de um “pensamento” ou de uma “palavra” operária. Não poderemos alongar essa discussão aqui, mas acredito ser possível exercitar essa perspectiva em estudos de caso sobre a classe operária nascente da Primeira República.

Intelectuais e movimento operário no Rio de Janeiro da Primeira República: algumas questões de pesquisa

Buscarei indicar agora como as reflexões apresentadas acima podem ser aproveitadas para pensar a atuação de intelectuais engajados na construção do movimento operário no Rio de Janeiro da Primeira República. Não se trata, importante frisar, de uma “aplicação” da perspectiva rancieriana na minha pesquisa ainda em andamento. Mas de aproveitar a contribuição de Rancière em dois sentidos: primeiro, explicitar o caráter heterogêneo da composição das associações operárias, nas quais os intelectuais tiveram papel central; segundo, buscar uma interpretação para a “militância das letras” que desenvolveram junto ao operariado nascente.

Primeiramente, para situar e contextualizar de que “movimento operário” estamos falando, podemos enxergá-lo dentre as formas de associativismo nas quais as camadas populares estavam envolvidas então. Em linhas gerais, podemos afirmar que o perfil das associações de classe passava por uma transformação: o protagonismo deixava de estar concentrado nas associações

¹⁸Tradução minha do texto original em francês.

mutualistas que surgiram na segunda metade do século XIX ou nas “irmandades” diretamente ligadas o papel da Igreja na organização social (sobretudo dos afrodescendentes), e passava às organizações sindicais mais “típicas” que vão aos poucos emergindo junto com a nova República. Vale lembrar que o Rio de Janeiro, então Distrito Federal e capital da República, era o principal pólo do processo de industrialização no Brasil pelo menos até meados da década de 1910. O Censo de 1906 indica que aproximadamente 15% da população total da cidade era de operários, percentual que subiria nos anos seguintes. Predominavam, numericamente, os estabelecimentos pequenos e médios, mas já estavam instaladas grandes fábricas, empregando quantidade maior de mão de obra.

Ainda sem o controle estatal que marcaria a grande transformação varguista, a situação dos recém-criados sindicatos era de relativa independência em relação à estrutura estatal, porém de grande fragilidade, tanto pela repressão/perseguição política que se abatia sobre eles nos momentos de maior agitação, quanto pela precariedade dos meios materiais de manutenção de uma entidade sindical e de sua incipiente imprensa própria. Ainda que em fevereiro de 1907 o Decreto nº 1637, conhecido como “Lei dos sindicatos”, reconhecesse o direito de associação por profissionais de profissões similares ou conexas, devendo registrar seus estatutos e enviar a relação dos membros de sua diretoria para a repartição competente, a prática de repressão sobre o movimento operário foi contínua, se intensificando na década de 1920 (Samis, 2002), dado que a lei previa que os sindicatos deveriam se pautar pelo princípio de harmonia entre o capital e o trabalho (Vianna, 1978).

De modo geral, a bibliografia aponta serem três as principais correntes políticas a disputarem a direção do movimento operário no Rio de Janeiro do início do século: os anarquistas, os socialistas reformistas e os trabalhistas “amarelos” (ou “pelegos”). No Rio de Janeiro, diferentemente de São Paulo, a tese da hegemonia dos anarquistas é mais questionada, já que a forte presença dos

“amarelos” marcou uma longa disputa nas primeiras décadas do século (Addor, 2002; Batalha, 2000; Cruz, 1981). Cada uma dessas correntes possuía visões distintas sobre a política, o trabalho, as formas de ações coletivas, as estratégias de luta e o Estado.

Portanto, mesmo dentro dos sindicatos e associações operárias então nascentes podemos identificar disputas fundamentais para a definição de uma política de classe. Ao invés de atenuar essas divisões, privilegiando uma delas, acredito que o trabalho de pesquisa deva estar voltado justamente para captar a fricção, o atrito entre elas. Esse atrito está relacionado ao grau de tensão que se produz historicamente nas práticas dos atores sociais envolvidos, dos grupos políticos e seus militantes mais ativos. Em artigo recente, Claudio Batalha (2017) sugere que é necessário sondar mais as ambiguidades e os hibridismos dessa “cultura operária” nascente. Assim, o autor propõe que abandonemos a visão de que “anarquistas” e “reformistas” (“amarelos”) teriam constituído forças políticas totalmente separadas, bem delimitadas e antitéticas dentro do movimento operário da Primeira República e que passemos a enxergá-las de modo muito mais matizado, deixando-se perceber inclusive uma “cultura comum”. Além disso, a literatura recente também tem alertado para o problema de se tomar o “sindicalismo revolucionário” que se conformou no final do século XIX na Europa e ganhou desdobramentos diversos nas primeiras décadas do século XX como sendo unicamente “anarquista” ou como sinônimo de “anarcosindicalismo”, já que em torna dessas práticas confluíram diferentes grupos políticos, cujas orientações teóricas e estratégias políticas poderiam diferir bastante (Toledo, 2004).

Concentro-me em minha pesquisa, na atuação de intelectuais libertários junto ao movimento operário da época. Através da análise de diferentes formas em que participaram da construção das organizações sindicais e políticas vinculadas à classe trabalhadora da capital, bem como dos embates políticos, sobretudo na imprensa, quanto a legitimidade das manifestações e

reivindicações do movimento operário, acredito que podemos captar o processo de redefinição do conflito político que esteve em jogo na Primeira República.

A presença de grupos e militantes libertários no Rio de Janeiro costuma ser identificada a partir da última década do século XIX – diferentemente de São Paulo, que já contava com grupos e jornais (publicados em italiano) desde a década anterior. Em 1898, já circulavam dois jornais de pequeno porte na cidade, *O Despertar* (sob a direção do chapeleiro José Sarmiento Marques) e *O Protesto*, reunindo militantes brasileiros, espanhóis e portugueses (Toledo, 2007). Mas é na primeira década do século XX que se fortalece a presença de militantes anarquistas no Rio de Janeiro, como se vê no I Congresso Operário Brasileiro¹⁹, realizado em abril de 1906, e em cujas resoluções pode-se perceber a influência do sindicalismo revolucionário (Addor, 2002); na iniciativa de criação de uma Universidade Popular voltada à instrução das classes trabalhadoras, em 1904, congregando um grupo de intelectuais engajados, dentre os quais Fabio Luz, Elísio de Carvalho e Rocha Pombo; na fundação do Grupo Dramático de Teatro Livre, em 1903, que apresentava os clássicos do teatro libertário; na fundação de diversos jornais, como *A Greve* (1903) e *A Voz do Trabalhador* (1907), jornal da Confederação Operária Brasileira (C.O.B.), e a revista *Floreal*, cujo diretor foi o escritor Lima Barreto. É também nessa década que são lançados alguns dos primeiros romances de claro cunho social, como *O Ideólogo* (1903) e *Os Emancipados* (1906), ambos de Fabio Luz.

A década seguinte, de 1910, teria sido o auge da influência dos libertários no movimento operário e na conjuntura política nacional (Gomes, 2005). Tanto pelas grandes greves e tentativas

¹⁹ Contando com a presença de 43 delegados representando 28 sindicatos, as teses aprovadas no Congresso permitem identificar relativa presença de posições anarquistas na forma de compreender a luta sindical, na recusa à política partidária-institucional, na ênfase na ação direta, entre outros (Addor, 2002). Percebe-se também a presença de alguns intelectuais libertários na organização e na Comissão Redatora do Congresso

de insurreição ocorridas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outras cidades do país entre 1917 e 1919, quanto pela explosão de jornais, organizações sindicais, associações e centros sociais e culturais organizados por anarquistas e socialistas. É o momento também em que o debate intelectual sobre o que era cada uma dessas correntes vai se aprofundando, preenchendo as páginas dos periódicos independentes²⁰. Já o declínio da influência dos anarquistas é marcado pelo recrudescimento da repressão na década de 1920, no final do mandato de Epitácio Pessoa e durante os governos Arthur Bernardes e Washington Luís, pelo fortalecimento de movimentos nacionalistas que “demonizavam” os anarquistas, e pela ruptura política dentre os revolucionários promovida pela fundação do Partido Comunista Brasileiro (1922).

Para o caso dos libertários no Rio de Janeiro da Primeira República, proponho que pensemos sua atuação e a articulação entre intelectuais e movimento operário em 4 aspectos diferentes: 1) a Instrução²¹: nas iniciativas de educação popular e nas palestras de divulgação da “doutrina” anarquista nos meios sindicais e nos “Centros de estudos sociais”; 2) a Organização: na construção de associações de classe, sindicatos, Federações Operárias, etc.; 3) a Propaganda: na realização de comícios e “meetings” nos quais os oradores escolhidos pelo movimento não raro eram os militantes mais “doutrinários”, e na própria imprensa entendida também como parte da atividade de propaganda e agitação política; 4) a

²⁰Como sabemos, a maior parte dessas iniciativas tiveram vida curta, determinadas seja pela precariedade de meios materiais, seja pelas oscilações dos arranjos políticos, seja pela repressão sistemática que sofriam dos aparelhos de Estado. Assim, é necessário um trabalho de mapeamento e reconstrução das redes e círculos intelectuais que, ao longo das duas primeiras décadas do século XX, se reuniram em diversas iniciativas editoriais e associativas.

²¹Vale lembrar que no Rio de Janeiro, segundo os dados do recenseamento municipal de 1906, 48,1% da população era analfabeta, número expressivamente menor do que no resto do país no qual girava entre 70% e 80% da população. Claro que podemos desconfiar desses números, dado o estigma social envolvido no analfabetismo. De qualquer forma, na ausência de oferta de educação pública universal, multiplicavam-se diversas iniciativas, desde religiosas até sindicalistas, de oferta de educação popular, que ganhavam um outro sentido na prática militante dos libertários (Lamela, 2017).

Mediação: na articulação política com outros movimentos nacionais e internacionais, na tradução de reportagens e artigos da imprensa estrangeiras, bem como de livros e panfletos políticos dos nomes mais reconhecidos do movimento revolucionário mundial, além de mediar a própria relação do movimento com outras instituições inclusive estatais.

Porém, para conhecermos melhor quem eram esses intelectuais libertários, faz-se necessário realizar um mapeamento mais sistemático do conjunto. Para tal, realizo um recorte que incide sobre a década de 1910, reconhecidamente o auge da atuação e influência dos anarquistas no movimento operário da cidade do Rio de Janeiro (Toledo, 2007; Addor, 2002). Nossa estratégia metodológica para reconstruir esse “universo” dos libertários da Primeira República está baseada na exploração da imprensa operárias e libertária que temos acesso através dos acervos.

A partir de um conhecimento mais geral sobre essa imprensa, possibilitado pelas sistematizações já existentes (Ferreira, 1978), selecionamos sete periódicos editados no distrito federal como principais materiais de pesquisa. São eles: *A Guerra Social* (periódico quinzenal razoavelmente regular que sai entre junho de 1911 e o segundo semestre de 1912); *A Voz do Trabalhador* (jornal da Confederação Operária Brasileira, editado entre janeiro de 1913 e junho de 1915, com periodicidade irregular); *A Vida* (revista mensal publicada entre novembro de 1914 e maio de 1915, totalizando 7 números); *Na Barricada* (semanário razoavelmente regular que é publicado entre o segundo semestre de 1915 e o primeiro semestre de 1916); *O Debate* (periódico semanal publicado entre junho e outubro de 1917); *Crônica Subversiva* (semanário editado entre junho e outubro de 1918) e *Spártacus* (publicação iniciada em agosto de 1919 e realizada até 1920). Tomando primeiramente esses periódicos como *fontes* de pesquisa, realizamos um levantamento dos colaboradores que assinaram textos/artigos nas páginas dessa imprensa, ou que foram listados pelo próprio periódico como seus editores ou

colaboradores. Encontramos um total de 97 nomes, todos do sexo masculino²², já excluídos aí os pseudônimos que conseguimos identificar (ver ANEXO I).

Algumas colocações são necessárias para explicitar os vieses de nossa seleção. Primeiro, cumpre deixar claro que como temos em vista, sobretudo, a atuação dos “libertários”, escolhemos os periódicos que mais explicitamente se vincularam a uma posição mais combativa e crítica da ordem política. Isso significa que, ainda que apareçam como colaboradores dos periódicos escolhidos alguns partidários de outras correntes políticas, inclusive do sindicalismo “amarelo” (também chamado de reformista ou pelego), a nossa seleção foi voltada para captar, sobretudo, o conjunto dos libertários - cuja proporção no movimento operário como um todo não pode ser dimensionado, portanto, pela nossa seleção.

Essa pesquisa foi feita, sobretudo, através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, cuja base de dados permite a busca nominal em 152 periódicos editados no estado do Rio de Janeiro para a década de 1910. Além dessa fonte, foram utilizadas também obras de referência sobre a história do movimento operário no Brasil (como Pinheiro e Hall, 1979), além do *Dicionário do Movimento Operário*²³ organizado por Claudio Batalha²⁴.

É necessário fazer algumas ressalvas quanto aos resultados da pesquisa sobre o perfil dos colaboradores. As principais dificuldades e limitações na realização desse levantamento são basicamente: 1) a existência de homônimos, 2) a ausência de qualquer ocorrência na base de dados da Hemeroteca Digital para determinado nome, bem como nas obras de referência sobre a

²² Os pouquíssimos textos assinados por mulheres que encontramos até agora nos periódicos pesquisados são apresentados como “carta de uma leitora”, ou contribuições externas.

²³ BATALHA, Claudio (org.) *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920*, militantes e organizações. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

²⁴ Por questões de espaço vale apenas indicar algumas dificuldades desse levantamento: 1) a existência de homônimos, 2) a ausência de qualquer ocorrência nas bases de dados disponíveis para determinado nome, 3) a distinção entre pseudônimos e nomes próprios.

história do movimento operário, 3) a distinção entre pseudônimos e nomes próprios.

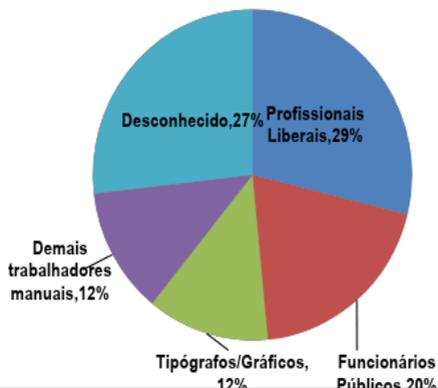
A partir desse levantamento, pudemos realizar uma quantificação agrupando, quanto à atuação profissional, em quatro categorias: 1) Profissionais liberais (médicos, advogados, jornalistas, escritores, engenheiros, etc.), 2) Funcionários Públicos, 3) Tipógrafos e gráficos, 4) Demais trabalhadores manuais.

Para cerca de 10% do total houve ambiguidade na classificação, podendo ser colocados em mais de uma categoria. Nesses casos a definição tomou como critério: 1) identificar como “funcionários públicos” aqueles profissionais liberais que durante a década de 1910 ocupavam cargos na administração pública, classificando como “profissionais liberais” apenas os que trabalhavam na iniciativa privada ou sem vínculos empregatícios conhecidos; 2) classificar como “tipógrafos/gráficos” aqueles casos em que essa profissão seja anterior à participação na imprensa como jornalistas; 3) classificar como “demais trabalhadores manuais” todas as ocupações que não fossem ligadas diretamente às atividades gráficas nem ao trabalho intelectual, a despeito de seu caráter fabril ou não. Tendo em vista as observações realizadas acima, sabemos que há uma margem de erro na classificação abaixo realizada, mas ela não nos parece distorcer gravemente os resultados. O resultado a que chegamos foi o seguinte:

Profissão	Quantidade
Profissionais Liberais	28
Funcionários Públicos	19
Tipógrafos/Gráficos	12
Demais trabalhadores manuais	12
Desconhecido	26
Total	97

Tabela 2 – Colaboradores da imprensa libertária segundo a atuação profissional na década de 1910. Elaboração própria.

Distribuição por profissão



O gráfico acima apresenta uma composição relativamente equilibrada entre trabalhadores manuais e intelectuais, se considerarmos que a maior parte dos casos em que não pudemos encontrar informação referente à profissão seja de trabalhadores proletarizados. Mas mesmo não considerando essa fatia, ainda teriam cerca de $\frac{1}{4}$ dos colaboradores oriundos da classe operária, o que não deixa de ser um dado relevante tendo em vista que só trabalhamos com um periódico diretamente ligado a associações sindicais.

É claro que essa composição geral não se apresenta da mesma forma dentro de cada um dos periódicos que construíram nossa amostragem. Alguns periódicos - como *Na Barricada*, *A Vida* e *O Debate* - possuem um perfil mais elitizado nas contribuições, tendo poucos trabalhadores manuais dentre seus colaboradores. E, de fato, são jornais que, além das notícias relativas às movimentações dos sindicatos, têm suas páginas preenchidas predominantemente por artigos de opinião, pequenos ensaios, críticas literárias, etc.

Outra quantificação que pode ser realizada a partir da sistematização dos dados levantados diz respeito à recorrência com que cada nome colaborou para essa imprensa, identificando os indivíduos que colaboraram com mais periódicos. Dentre os nomes

que contribuíram com três ou mais (dos sete escolhidos), temos Domingos Ribeiro Filho, Neno Vasco, Fabio Luz, José Oiticica e Astrojildo Pereira – todos os cinco pertencentes à camada de intelectuais “de profissão”, ainda que nem todos de origem social abastada.

Em resumo, acredito que os dados alcançados permitem identificar a heterogeneidade das ocupações profissionais dos colaboradores dos jornais, que a seu modo são indicativas das diferenças de classe entre os militantes e intelectuais libertários do período. Porém, mais importante do que isso é ter em vista que os esforços envolvidos na produção e circulação dessa imprensa envolveu a articulação entre trabalhadores de diferentes qualificações e posições sociais, de modo que podemos propor a hipótese de que a produção desses periódicos configurou umas das principais frentes de articulação entre intelectuais libertários e o nascente movimento operário da época.

O levantamento também aponta um conjunto bastante heterogêneo em relação à posição política e às formas de participação no movimento operário. Assim, podemos sugerir que essa articulação envolvia uma gama variada de situações, ou melhor, um gradiente que ia desde a contribuição mais pontual em iniciativas educativas ou na imprensa operária e anarquista até a atuação sistemática e permanente em organizações sindicais, centros de estudos, na organização de congressos e festivais operários, etc. Por outro lado, também temos uma gama de origens sociais e condições de classe bastante diversas, indo desde membros de famílias abastadas com influência na política nacional, como a de José Oiticica, até militantes operários que contribuíam regularmente como o marmorista Minervino de Oliveira.

Esse conjunto heterogêneo de intelectuais – dentre os quais se destacam os funcionários públicos, professores, médicos e jornalistas, quase todos também escritores e literatos – foi atraído para as fileiras do movimento libertário na virada do século, muitas vezes após se decepcionarem com as promessas de

mudança associadas ao republicanismo “radical” (também chamado de “jacobino” ou “florianismo”, por sua ligação com os seguidores do Marechal Floriano Peixoto). Sua atuação, além da imprensa operária e anarquista, passava por conferências e palestras nos centros e festivais operários, iniciativas de educação popular, produção de peças para os grupos de “teatro social”, organização de comícios e campanhas, além de sindicatos e confederações sindicais. Em termos mais substantivos, essas diferenças em termos de posição social indicam que a articulação que estamos analisando envolvia desigualdades evidentes no que diz respeito aos recursos políticos e simbólicos que poderiam ser mobilizados para a construção da legitimidade da palavra e da ação coletiva da classe operária, sempre envolvida numa teia de relações com o Estado, a imprensa (e a “opinião pública”), a Igreja, etc. Esse problema permite pensar alguns aspectos da política de representação envolvida nessa articulação, para a qual os intelectuais dedicaram sua prática militante.

O fato da representação dos “interesses” do proletariado ser cada vez mais disputada entre diferentes grupos/linhas políticas reforça a importância desse problema, e ajuda a pensar a questão dos intelectuais. Pois se é um fato que o crescente número de organizações eram disputadas também por políticos “reformistas”/amarelos, e nesse sentido um conjunto de intelectuais se colocasse na intermediação entre o movimento e o Estado, não é certo que a “função” intelectual ocupasse para esses grupos o mesmo lugar que ocupava entre os libertários. Seja pela alta carga de utopia, para a qual a propaganda cumpria uma função diferente dos “moderados”, seja pelo papel conferido à educação na modelagem do “novo homem”, entendemos não só que o anarquismo atraísse mais intelectuais em suas fileiras, como o lugar que eles ocupavam dentro desse movimento era central.

Sempre buscando ostentar o seu desinteresse por uma carreira política montada a partir da “exploração” das demandas operárias, os intelectuais libertários ora podiam mobilizar a sua

condição de “professores” e “médicos” para atestar a sua devoção total à causa do proletariado, ora poderiam atestá-la pela pobreza a qual eram arrastados os “profissionais liberais” (sobretudo jornalistas) que sacrificavam sua condição material pela independência política (Sevcenko, 2003).

Em artigo no periódico libertário *Spártacus*, de 1919, Fabio Luz, médico e inspetor escolar com larga atuação no movimento operário da capital, expõe alguns dos significados que emprestava à sua prática de militância através das letras. Falando sobre as noites passadas na companhia dos trabalhadores no Centro de Estudos Sociais e outros espaços do tipo, ele afirma: “Venho transmitir como posso e o que posso, aos que na conquista do pão não dispõem de tempo suficiente para estudar. *Leio para eles e por eles*. Com eles converso sobre coisas de ciência e em boa camaradagem passo algum tempo.” (Fábio Luz, SPARTACUS, 4 out.1919, grifos meus). É para pensar essa relação de representação envolvida no “por eles” e “para eles” que acredito ser interessante a contribuição de Jacques Rancière.

Referências

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 2002.

BATALHA, Claudio. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. “Revolutionary Syndicalism and Reformism in Rio de Janeiro’s Labour Movement (1906-1920)”. *International Review of Social History*, n.62, 2017, p.75-103.

BALIBAR, Étienne. “De la lutte de classes à la lutte sans classes?” In: BALIBAR, Étienne & WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, Nation, Classe: les identités ambiguës*. Paris, La Découverte, 2007.

FAUSTO, Bóris. *Trabalho urbano e conflito social (1890 - 1920)*. São Paulo: DIFEL, 1976.

- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil, 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- FONTES, P., FORTES, A., & MAYER, D. (2017). Brazilian Labour History in Global Context: Some Introductory Notes. *International Review of Social History*, 62(S25), 1-22.
- FORTES, Alexandre. “O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações”. *Estud. hist. (Rio J.)* [online]. 2016, vol.29, n.59, pp.587-606.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, nem Patrão! (vida operária e cultura anarquista no Brasil)*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.
- HOBSBAWN, Eric. “Notas sobre consciência de classe”. In: _____. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil. Documentos (1889 a 1930)*. São Paulo: Alfa e Ômega, 1979.
- RANCIÈRE, Jacques. “Le concept d’anachronisme et la verité de l’historien”. *L’Inactuel*, nº 6, p.53-68, 1996.
- _____. *Le philosophe et ses pauvres*. Paris: Flammarion, 2007.
- _____. *Staging the people: the intellectual and his double*. Londres: Verso, 2011.
- _____. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. Lisboa: Antígona, 2012.
- SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002.
- SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SUTER, Mischa. A torn in the side of Social History: Jacques Rancière and Les Revoltes Logiques. In: *International Review of Social History*, n.57, 2012, p.61-85.

TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália (1890-1945)*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

O Exemplo, um jornal do povo: imprensa, trabalho e racialização no pós-abolição (Porto Alegre, 1892-1911)

*Melina Kleinert Perussatto*¹

O jornal *O Exemplo*, inaugurado em Porto Alegre no final do ano de 1892 por um grupo de jovens homens negros, foi refundado em outubro de 1902, mais de cinco anos após seu fechamento, por um dos fundadores e por novos integrantes. Conforme algumas pesquisas, no avançar deste segundo momento do periódico, mais precisamente com o ingresso de militantes libertários na redação em 1908, passou a ganhar feições operárias, ainda que se considerasse a importância da atuação precedente de um dos refundadores, o socialista Tácito Pires. Dentre os indícios da feição operária, dois novos colaboradores e suas ideologias, a saber, Henrique Martins e Cristiano Fettesmann. O primeiro, branco, era um dos principais anarquistas da capital e participou da Greve Geral de 1917; o segundo, negro, filho de pai alemão e mãe liberta, participou ao lado de Martins da fundação do jornal anarquista *A Luta* em 1906 e foi professor na Escola Eliseu Reclus fundada na sede do periódico.²

¹ Doutora em História pela UFRGS com bolsa do CNPq. Professora de Ensino de História (UFFS). Email: melinaperussatto@gmail.com

² Este texto origina-se da tese: PERUSSATTO, Melina Kleinert. “Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal *O Exemplo* de Porto Alegre (cc.1892-c.1888)”. (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018).

No entanto, a adoção do lema “jornal do povo” em substituição à “propriedade de uma associação” na refundação do periódico em 1902 torna-se um importante indício da adoção de uma feição operária antes do ingresso dos anarquistas na redação; localizamos publicações acerca dos problemas e desafios enfrentados pelos “laboriosos cidadãos de cor” no mundo do trabalho desde as primeiras edições do periódico; e jornais de maior circulação da capital, em dezembro de 1893, por ocasião do primeiro aniversário de *O Exemplo* adjetivaram-no como um “pequeno semanário que advoga os interesses do proletariado” e um “periódico de proletários”.³ Ademais, encontramos registros da atuação de seus membros em agremiações de classe, de cor ou de raça, desde o final do XIX. Todas essas evidências nos levaram a questionar o surgimento da feição operária somente em 1908.

Em um país historicamente estruturado sobre a exploração do trabalho negro é fundamental considerar cor e raça na análise de experiências coletivas que concorreram para a formação da classe trabalhadora. E a imprensa negra⁴, além de arauto da comunidade negra, tornou-se defensora dos interesses dessa coletividade no mundo do trabalho e, mais do que isso, afirmadora de negro enquanto trabalhador livre, cidadão de direitos. Desse modo, no presente texto, atento aos desafios e preconceitos enfrentados pelos trabalhadores negros no alvorecer republicano, problematizamos as relações entre imprensa, trabalho e racialização a partir de discussões sobre características, limites e aproximações entre imprensa negra e imprensa operária. Para tanto, nos valem de escritos registrados em *O Exemplo* e em outros periódicos da época, bem como da historiografia.

³ *O Exemplo*, Porto Alegre, 11 dez. 1893, p. 1; 17 dez. 1893, p. 3.

⁴ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

“Os filhos do trabalho”, a “classe tipográfica” e os “laboriosos operários”: mundos do trabalho na primeira fase de *O Exemplo* (1892-1897)

Embora os estudos existentes sobre *O Exemplo* reiterem a ideia de que somente após a refundação, com mais afinco no avançar da década de 1910, o diálogo com o movimento operário e suas pautas foi entretido, durante a primeira fase são diversas as evidências da vinculação questões operárias. São comuns as notas que saúdam “laboriosos operários” ou “laboriosos cidadãos” pelas datas natalícias ou que denunciam arbitrariedade cometidas contra eles, sobretudo pela polícia e seus agentes. A ação policial que acarretou na morte do cidadão Abel Cunha, nesse sentido, serviu como exemplo da necessidade de “aqueles que nos negam seu auxílio” perceberem a importância de apoiarem *O Exemplo* “para, em ocasiões como esta, terem quem defenda seus direitos”.⁵ Embora se reportando à fase seguinte, Marcus Rosa postulou que “os redatores do jornal identificavam-se como negros e, ao agirem assim, atribuíam sentidos particulares e positivos à própria identidade racial; entretanto, entendiam que a identificação por meio da cor nas crônicas policiais dos ‘jornais de brancos’ era uma forma de aproximação com o cativo e, portanto, com a condição de não-cidadão”.⁶ Ademais, o único editorial publicado ao longo do primeiro ano de existência a mencionar a mulher referia-se aos efeitos prejudiciais do aumento dos impostos pela municipalidade sobre a vida das lavadeiras, adjetivadas como “pobres mulheres”.⁷

No quadro a seguir, o grupo fundador de *O Exemplo* e suas renovações ao longo da primeira fase. Arthur de Andrade era

⁵ “Prisão e Ferimento”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 24 dez. 1893, p. 1. Retomamos este caso em: PERUSSATTO, Melina Kleinert. *O Exemplo*, a imprensa e os homens “de cor” em Porto Alegre no pós-abolição. *Intellectus* (UERJ. Online), v. 17, p. 28-47, 2018.

⁶ ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. “Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)”. (Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2014), p. 261.

⁷ “Os impostos”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 22 jan. 1893, p. 1.

funcionário concursado dos Correios; Marcílio Freitas tipógrafo; Alfredo Souza farmacêutico na Santa Casa de Misericórdia; Arthur Gama funcionário concursado da Secretaria do Tesouro; Aurélio Júnior aspirante à Faculdade de Direito de São Paulo; seu irmão Sérgio de Bittencourt era funcionário da Secretaria do Interior; e os irmãos Calisto, barbeiros.

Quadro 1 - Integrantes do jornal e suas funções, 1892-1897

Nome	dez. 1892 - jan. 1894	jan. 1894 -nov. 1894	nov. 1895	jan. 1897
Arthur de Andrade	- Fundador - Diretor de redação	-	-	- Comissão de redação
Marcílio Freitas	- Fundador - Editor-gerente - Direção material	- Diretor-gerente interino	-	- Comissão de redação
Alfredo Cândido de Souza	- Fundador - Comissão de redação - Direção material	- Diretor-caixa	-	- Comissão de redação
Arthur Gama	- Fundador	- Presidente	-	-
Aurélio Júnior	- Fundador - Comissão de redação - Diretor de redação interino	-	- Redator e editor	-
Sérgio de Bittencourt	- Fundador - Comissão de redação - Comissão de lançamento	- Direto de redação	-	-
Esperidião Calisto	- Fundador - Direção material	-	-	-
Florêncio Calisto	- Fundador	- Secretário		- Diretor-gerente - Comissão de redação
Miguel Cardoso	-	-	-	- Comissão de redação
Pedro de Almeida	-	-	- Diretor-gerente	-
Antônio Enes Bandeira	-	-	-	- Redator-chefe

Fonte: *O Exemplo*, 1892-1897.

Arthur Ferreira de Andrade (1871-1925) foi o primeiro editor de *O Exemplo*. Na época da fundação, atuava há cinco anos na repartição dos Correios, onde ascendeu de praticante (1891) à

oficial da seção de administração (1913), posto no qual se aposentou.⁸ Nos alistamentos eleitorais (1895, 1900, 1901), foi descrito como empregado público⁹ e em um deles, 1899, como advogado.¹⁰ No entanto, ingressou na Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre somente em 1902, um ano depois de sua fundação, formando-se em meados da década seguinte. Sua atuação como advogado prático contou com o apoio de Aurélio Júnior, colega de fundação do periódico, formado em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1896 e Juiz de Direito na capital desde 1897.¹¹ Aurélio Júnior, por sua vez, era filho de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Secretário de Estado do Presidente do Estado, e funcionário público concursado desde 1868.¹² É considerado como aquele que abriu as portas para ingresso de outros *patrícios* nesse âmbito profissional e a atuação de Andrade como advogado prático, além do conhecimento jurídico, contou com redes estabelecidas por homens negros na virada do século XIX para o XX em Porto Alegre.

A despeito do lugar socioprofissional ocupado por Andrade lhe assegurar uma condição de trabalho digna, não raro manifestava sua preocupação com “os filhos do trabalho”, tal como em um editorial de 1893 por ele assinado. “O fechamento das portas, imposto aos proprietários de armazéns, vendas, etc., nos domingos, foi uma medida acolhida com aplauso pelo grosso dos caixeiros porto-alegrenses; mas foi uma medida que veio prejudicar imensamente às classes menos abastadas”. Essa medida

⁸ Praticante (*A Federação*, Porto Alegre, 06 mar. 1891); praticante da administração (21 set. 1900); terceiro oficial (14 nov. 1910); segundo oficial (21 nov. 1913).

⁹ *A Federação*, Porto Alegre, 21 jun. 1895, p. 3; 5 mar. 1900; 23 mar. 1901; 27 maio 1903; 05 mar. 1904; 15 jun. 1907.

¹⁰ *A Federação*, Porto Alegre, 6 jul. 1899.

¹¹ Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Juízo Distrital. Arrecadação de espólios de João Egeler. Curador Arthur Ferreira de Andrade, 1899; APERS. Juízo Distrital. Arrecadação de espólios de Juliana Vecck. Curador Arthur Ferreira de Andrade, 1899.

¹² MOREIRA, Paulo. “Aurélio Viríssimo de Bittencourt: burocracia, política e devoção”. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 83-107.

agradava aqueles que desejavam descansar aos domingos e “deprime, por outro lado, aos menos abastados, que, vivendo do trabalho cotidiano, recebe, seus vencimentos nos sábados à noite e dispõem de pouquíssimo tempo para atenderem às múltiplas necessidades de suas famílias”. Clamava, pois, generosidade aos “*senhores mestres de obra e proprietários*” para que pudessem aliviar “tão prejudiciais quão desagradáveis danos. Esperamos, pois, que as férias desses filhos do trabalho, lhes sejam abonadas nas sextas-feiras ou, pelo menos, nos sábados ao meio dia”. Em suma, “Se não fosse desumano contemplar-se uma família reduzida a necessidades, que resultam da falta de humanidade dos poderes públicos e daqueles que devem proteger os seus subordinados, por certo não nos acharíamos aqui a pedir-lhes, em nome dos oprimidos, que remedeiem esses males, já que não os podem extinguir de todo”.¹³

Marcílio Francisco da Costa Freitas (1876-1928), o mais jovem dentre os fundadores, com apenas dezesseis anos de idade assumiu o posto de gerente do periódico. Tamanha responsabilidade certamente estava associada ao seu trabalho como aprendiz de tipógrafo nas oficinas da *Folha Nova*. Não sabemos ao acerto, mas não demorou muito a migrar para a tipografia do jornal *O Mercantil*, onde era responsável por imprimir *O Exemplo*. Mais tarde, assim como Andrade, ingressou via concurso público nos Correios e acabou fazendo carreira na Alfândega.¹⁴ Logo após fundar o hebdomadário, em janeiro de 1893, foi eleito fiscal da Sociedade Tipográfica Rio-Grandense, embrião do sindicato da categoria e fundada em 1891, enquanto Agostinho José Lourenço, integrante de *A Federação* e um dos

¹³ ANDRADE, Arthur de. “Aconselhando”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 16 abr. 1893, p. 1.

¹⁴ SANTOS, José Antônio. “1876-1928: Itinerários de um jornalista e burocrata negro”. In: ANAIS DO XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA., 2014, Natal, Anais... Natal, UFRN, 2013. (Anais eletrônicos)

agentes da salvaguarda de *O Exemplo*, foi empossado orador.¹⁵ Freitas torna-se, pois, uma importante pista sobre a participação de homens negros no ainda incipiente movimento operário porto-alegrense.¹⁶

Uma das primeiras greves no país foi liderada por tipógrafos no Rio de Janeiro em 1858, o que revela o potencial político e a consequente expectativa de mobilização e organização reivindicatória desta categoria.¹⁷ No entanto, cerca de dois meses depois de ser empossado fiscal da entidade tipográfica, Marcílio Freitas manifestou sua insatisfação quanto à indisponibilidade de seus colegas de profissão se comportarem como classe. Isto contribuía para seu desprestígio e prejuízo de seus membros, muitos deles provedores de famílias. Nesse viés, assim pronunciou-se:

Esta classe que devia ser uma das mais consideradas, porque ela tem uma missão grandiosa – a de derramar luz sobre os povos – é, no entanto, uma das mais abocanhadas. É uma classe que atualmente, aqui nesta capital pelo menos, não tem valor algum, está completamente desprestigiada. [...] Temos uma sociedade para o progresso da qual devíamos todos cooperar, a fim de que em qualquer tempo, agremiados, pudéssemos fazer valer nossos direitos. No entanto o que vemos? A ela poucos pertencem, e muitos destes não contribuem com as suas mensalidades! Daí nasce a nossa completa nulificação, a ponto de já termos sido por alguém eliminados da comunhão social. Outro fato bem recente vem em abono das minhas palavras – o empastelamento do *Mercantil*, em cujo fato, se tem dito a boca cheia, tomaram parte muitos

¹⁵ A *Federação*, Porto Alegre, 17 jan. 1893, p. 2. A primeira diretoria foi eleita em 1891 e em 1895 Marcílio assumiu o posto de bibliotecário (23 jan. 1891; 03 jan. 1895, p. 1). O fortalecimento desta relação pode ser depreendida diante da presença de Marcílio Freitas nos atos de encomendação de d. Margarida F. da Silveira, sogra de Agostinho José Lourenço que a esta altura, 1905, era gerente da folha republicana (16 jun. 1905, p. 2).

¹⁶ PETERSEN, Sílvia; SCHMIDT, Benito Bisso. “O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920)”. In: NEUMANN, Eduardo et al. (orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 209-246.

¹⁷ Sobre a greve dos tipógrafos no Rio de Janeiro, ver: VITORINO, Artur José Renda. “Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912” (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, 1995).

tipógrafos. Então estes senhores ignorariam que iam prejudicar colegas seus, muitos dos quais com família? Por certo que não; e nesse caso deviam colocar acima de quaisquer sugestões o amor à classe. Por estes e outros fatos está evidentemente provada a minha asserção: os únicos culpados da degradação moral da classe tipográfica são os próprios tipógrafos.¹⁸

Uma semana antes dessa publicação, aliás, noticiou-se que *O Exemplo* não havia sido distribuído no último domingo em virtude do empastelamento de *O Mercantil*.¹⁹ A situação se repetiu cerca de oito meses depois, mas por outra razão: uma desavença entre o proprietário e Marcílio Freitas, que a esta altura trabalhava nas oficinas da referida folha, levou-o a demitir-se. O jornal passou a ser impresso na Tipografia do Rio Grande e, depois de dois meses, com os ânimos abrandados, retornou à antiga tipografia. A mudança implicou, novamente, na não circulação da folha por mais um domingo.²⁰ Depois disso, temos notícia de que durante o afastamento de Freitas causado por um “incômodo de saúde”, a impressão do periódico ficou sob responsabilidade do “inteligente artista tipográfico Gustavo Pereira”, a quem agradeceu-se pelos “relevantes serviços materiais que junto à empresa do *Mercantil*, em cujas oficinas é impressa esta folha, prestou-nos na ausência daquele amigo”.²¹

Por fim, uma edição de novembro de 1895 informou a impressão da folha na Tipografia da Agência Literária, localizada nas imediações do escritório de *O Exemplo*, mais exatamente no prédio de número 261 na rua dos Andradas.²² Ademais, no

¹⁸ FREITAS, Marcílio. “A classe tipográfica”, *O Exemplo*, 19 mar. 1893, p. 1.

¹⁹ *O Exemplo*, 12 mar. 1893, p. 3. Também mencionado por PINTO. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*, p. 142.

²⁰ Embora somente na edição de 16 de abril informou-se em um rodapé a nova tipográfica, a partir da edição de 12 de março há uma alteração gráfica no título (*O Exemplo*, Porto Alegre, 12 mar. 1893; 16 abr. 1893, p. 4). Deixou de circular em 18 de maio, cuja justificativa foi apresentada na edição seguinte (25 maio 1893, p. 3).

²¹ A empresa, “O Exemplo”, *O Exemplo*, 15 out. 1893, p. 2.

²² Por meio de um anúncio podemos conhecê-la um pouco melhor: “Esta bem montada tipografia acaba de receber, além de um bom sortimento de tipos Norte-americanos, uma máquina *Marinoni* que a habilita a executar todos dos trabalhos tipográficos, como: jornais, romances, estátuas e

contexto de tensões com o proprietário da tipografia de *O Mercantil*, para não deixar dúvidas sobre sua honorabilidade, Marcílio Freitas fez um comunicado aos leitores e leitoras:

Para evitarmos comentários pouco lisonjeiros à minha pessoa, declaro que desde segunda-feira, 20 do corrente, deixei de ser empregado do *Mercantil*, não por motivos que me desdorem, como sejam – falta de cumprimento de deveres ou comprovada má conduta – e sim, **tão somente devido a ter deixado de imprimir O EXEMPLO naquelas oficinas.**²³

Corroborando com a intenção de rechaçar os estereótipos acerca do negro reforçados em jornais de maior circulação, vemos também nessa nota o importante papel pedagógico assumido pelo periódico. Era, pois, necessário construir e fortalecer uma nova imagem sobre negro, por sua vez dissociada do escravismo e consoante às exigências dos tempos republicanos. Era, por mais paradoxal que seja, afirmar sua existência enquanto trabalhador livre, digno e honrado.

De “propriedade de uma associação” a “jornal do povo”: mundos do trabalho no primeiro período da segunda fase de *O Exemplo* (1902-1905)

Deixando de viver na mão do tipógrafo [...], *O Exemplo* vivia contudo no pensamento de muitos: umas vezes imenso, capaz de à sombra e de suas [folhas] reunir toda essa classe de homens de cor preta, de infelizes trabalhadores, alquebrados ao peso do labor e amesquinados pela ação dos preconceitos [...]. Diante deste anseio pel’*O Exemplo* tendo nós de publicarmos um jornal destinado à defesa dos oprimidos, assim o encabeçamos, com

qualquer livro. Especialidade em cartões de visita e participações de casamentos. BREVIDADE E PREÇOS RAZOÁVEIS” (*O Exemplo*, Porto Alegre, 10 nov. 1895, p. 4 [Caixa alta original])

²³ A Empresa, “O Exemplo”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 15 nov. 1893, p. 1. [grigos originais]. Em janeiro de 1893, José Francisco Dias era proprietário e editor de *O Mercantil*, por sua vez, genro de João Cândio Gomes, fundador da folha (*O Mercantil*, Porto Alegre, 02 jan. 1893, p. 1; *A Federação*, Porto Alegre, 10 ago. 1889, p. 3).

tanto mais razão quanto seu título é coerente com a norma de conduta que temos traçado – *Educar pelo exemplo*.²⁴

Com o empenho de Esperidião Calisto e novos integrantes, *O Exemplo* reabriu suas portas em cinco de outubro de 1902, na rua Fernando Machado, n. 152, após quase cinco anos de uma melancólica despedida. Um mês depois da refundação, Calisto reiterou que ao lado de Tácito Pires e Vital Baptista estava cumprindo o dever de concluir a “missão d’*O Exemplo*, um jornal que aqui existiu, escudado por um grupo de talentosos moços que, com sua variada ilustração, faziam-no fulgurar com a refulgência de um farol entre a mastreação da flotilha da imprensa porto-alegrense”. Por isso, embora sendo “a mais diminuta fração daquela empresa”, decidiu por atender aos apelos feitos “para publicarmos este jornal, com igual título do extinto”, cedendo “apenas ao impulso de nossos princípios que preceituam só serem dignos da vida os que fazem o que podem pelos que sofrem”.²⁵ Vaticínio ou não, o fato é que o prognóstico oferecido na edição de despedida de janeiro de 1897 acabou por acontecer. No quadro a seguir, a nova composição do jornal: Tácito Pires era tipógrafo com atuação em diversas associações e jornais de classe; Vital Baptista alfaiate. Depois ingressaram Alcebiades dos Santos tornou-se mais tarde advogado e Felipe Eustacchio era agência.

Quadro 3 - Integrantes do jornal e suas funções, 1902-1905

Nome	out. 1902-jan. 1904	maio 1904 -jan. 1905
Esperidião Calisto	- Redator	- Redator
Tácito Pires	- Redator	- Diretor
Vital Batista	- Gerente	- Gerente
Alcebiades Azeredo dos Santos	-	- Redator
Felipe Eustacchio	-	- Administrador

Fonte: *O Exemplo*, 1902-1905.

²⁴ “O Exemplo”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 05 out. 1902, p. 1. [grifos originais].

²⁵ Esperidião Calisto, “Campanha difamatória”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 03 nov. 1902, p. 1.

Esperidião Calisto (1864-????) foi um dos fundadores do periódico. Era filho de Calisto Felizardo de Araújo (1819-1909), proprietário do Salão Calisto, barbearia onde *O Exemplo* foi fundado e sediado durante a primeira fase. Segundo relatos, Esperidião transformou seu quarto em escritório do jornal. Seu irmão mais velho, Florêncio (1863-????), também participou da fundação do hebdomadário, mas sua atuação foi mais pontual. Os irmãos exerciam o ofício ao lado do pai e, aparentemente, apenas o mais moço seguiu como barbeiro. As escolhas de Esperidião nos levaram a conjecturar que acabou se aproximando da militância operária da capital, diferentemente dos demais fundadores que se perfilaram ao PRR, conquistaram patentes da Guarda Nacional e ingressaram no funcionalismo público.

Segundo o editorial de refundação, ainda que extinto, *O Exemplo* seguia vivo no pensamento de muitos, tanto foi que tal memória acabou por “reunir toda essa classe de homens de cor preta, de infelizes trabalhadores, alquebrados ao peso do labor, e amesquinados pela ação dos preconceitos”. Ao ressurgir destinava-se à “defesa dos oprimidos”, assim como traçado em sua “norma de conduta”, qual seja, “*Educar pelo exemplo*”.²⁶ Em um nítido jogo de palavras, recuperou-se a função pedagógica da imprensa, seja na disseminação de um projeto de emancipação via educação ou de imagens positivas e modelares construídas acerca do negro. Porém, o que nos chamou de imediato a atenção não foi a maneira como o programa original foi recuperado, mas a assunção de um vocabulário explicitamente racializado: tratava-se, pois, de um projeto de combate ao preconceito de cor indissociado da luta contra a exploração capitalista, uma vez que o trabalhador negro não desapareceu com a Abolição.

A partir da refundação, o jornal aumentou de tamanho (de 30 centímetros por 21 centímetros para 56 por 38) e colunas (de quatro para cinco), mas seguiu com quatro páginas e com

²⁶ “Ao que viemos”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 05 out. 1902, p. 1; 05 out. 1902, p. 1. [grifos originais].

circulação dominical. A adoção de uma publicidade mais sistemática caracterizou esse novo período, mas não foi o suficiente para livrá-lo de novas interrupções. Às vésperas de uma pausa de quase um ano, uma nota explicou o formato e o custo “anúncios econômicos, avisos etc.”: deveriam conter oito linhas e ocupar apenas uma coluna; ao custo de 3\$000 por mês, 5\$000 por um bimestre ou 6\$000 por um trimestre; e o anunciante receberia gratuitamente a folha durante o respectivo período.²⁷ Sua distribuição passou a contar com quatro planos de assinatura.

Se compararmos o valor da assinatura à renda de operários assalariados na capital, temos que em 1906 um homem adulto recebia diariamente, em média, 4\$333 no setor têxtil, enquanto um pedreiro faturava em torno de 2\$700 por dia no ano anterior. Esses valores equivaliam, respectiva e aproximadamente, a um plano de assinatura semestral e trimestral de *O Exemplo*. Nauber Gavski da Silva também arrolou o valor de itens fundamentais na dieta dos trabalhadores. Como exemplo, em 1905 um quilo de feijão custava, em média, \$250 réis e um quilo de arroz, \$400 réis – valores relativos a um e a dois exemplares avulsos. Em 1909, era necessário renunciar a dois quilos de pão (1\$000 réis) para assinar o jornal por dois meses. Além disso, Silva estimou um consumo diário de 174 gramas de carne verde por habitante de Porto Alegre em 1905, o que equivalia a pouco mais de cinco quilos mensais e um custo total superior a 2\$000 – pouco menos do que o valor de uma assinatura trimestral.²⁸

Tendo isso em vista, segundo os redatores, a retomada do jornal só foi possível pelos “próprios sacrifícios e economias” da equipe, alimentando-os somente “a intenção de sermos úteis aos nossos, **fazendo gente surgir dentre nossa gente**”. Ainda assim, a “má vontade de muitos” em colaborar com sua marcha, levou a

²⁷ “Reclame econômico”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 05 jan. 1903, p. 3.

²⁸ SILVA, Nauber Gavski da. “Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932” (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010), p. 143.

uma interrupção do jornal em janeiro de 1903, momento em que “o débito de assinantes à caixa do nosso humilde semanário, [chegava] a não fraca soma de 1:731\$000, como pode-se verificar de nossos livros”; dentre os 710 assinantes, apenas 133 havia quitado a assinatura trimestral. No mesmo balanço, informaram a tiragem: mil exemplares ao custo de 45\$850. O custo do trimestre foi de 596\$050, correspondente à impressão de treze edições. Havia ainda “a despesa de selos de remessa, correspondência, papel e envelopes para a mesma, canetas, penas, barbante, tinta, livros e caderneta, que avançou a 65\$400”, chegando à soma de 664\$450. Considerando a entrada de 399\$000 referentes às 133 assinaturas, registravam um prejuízo de 265\$450 e a suspensão da publicação de *O Exemplo*, pois não desejavam dever “um vintém a quem quer que seja”. A prestação pública de contas, a despeito de se tratar de uma empresa particular, cumpria o fim de evitar a ação dos “detratores de nossas intenções, que ocupam-se de fazer-nos parecer aos olhos dos menos prevenidos coisa diversa do que somos; há gente que assoalha que este jornalzinho é o nosso ganha pão e não a nossa tenda de combate por ideais definidos, tais os que temos exposto e continuaremos a expor”. Por isso, era fundamental o empenho do “círculo de nossos favorecedores, enviando-nos listas de assinantes, a fim de podermos desassombradamente levar avante a obra de propaganda em benefício dos nossos, obra que temos iniciado”.²⁹

Ademais, se ao longo da primeira fase contou com a segurança de uma sede, oferecida pela família Calisto, a segunda não pode contar com a mesma sorte, ao passo que o escritório teve, ao menos, sete endereços. Conforme assinalado por Marcus Rosa, da cidade alta, em alusão à região central da cidade, a sede do periódico deslocou-se para a Cidade Baixa, região marcada por habitações populares.³⁰ No mapa e tabela seguintes os diversos

²⁹ *O Exemplo*, Porto Alegre, *O Exemplo*, 07 ago. 1904.

³⁰ ROSA. “Além da invisibilidade”, p. 234.

endereços do escritório do jornal e o tempo de em cada permanência ao longo das três fases.³¹

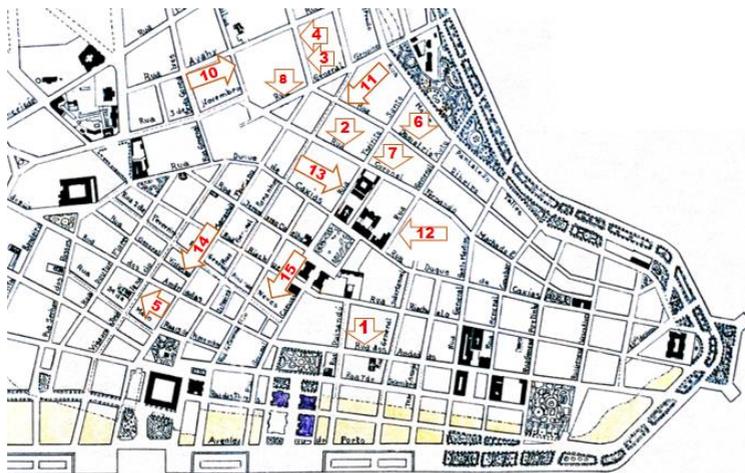


Figura 1 - Localização das sedes do escritório de *O Exemplo*, 1892-1930
MPA. Plano Geral de Melhoramentos da Intendência Municipal de Porto Alegre, 1914.

Quadro 3 - Endereços de *O Exemplo*, 1892-1930

Ref.	Endereço original	Endereço atual	Período
1	Rua dos Andradas, 247	Rua dos Andradas, 929	dez. 1892 a jan. 1897
2	Rua Fernando Machado, 152	Rua Fernando Machado, 844	out. 1902 a dez. 1902
3	Rua da Concórdia, 02	José do Patrocínio, 02*	dez. 1902 a jan. 1903
4	Rua da Concórdia, 06	José do Patrocínio, 06*	jan. 1903 a jan. 1905
5	Rua Vigário José Inácio, 78	Rua Vigário José Inácio, 410	nov. 1908 a ago. 1909
6	Rua Demétrio Ribeiro, 177	Rua Demétrio Ribeiro, 815	set. 1909 a jan. 1911
7	Rua Fernando Machado, 265	Rua Coronel Fernando Machado,	fev. 1911 a fev. 1911

733

³¹ A precisão da localização dos endereços nos logradouros foi realizada a partir do acesso à renumeração realizada no final da década de 1920 e a respectiva localização no Plano Geral de Melhoramentos da Intendência Municipal de Porto Alegre, de 1914 (Museu Municipal de Porto Alegre Joaquim Felizardo), a partir do sítio “google maps”. Fontes: *O Exemplo*, Porto Alegre, 1892-1930; *A Federação*, Porto Alegre, 10 jun. 1927 a 20 set. 1927. Os endereços assinalados com asterisco não foram atualizados por não termos localizado a renumeração correspondente; o endereço cuja referência é o número nove não foi assinalado no mapa por estar fora do perímetro por ele abrangido.

8	Rua Coronel Genuíno, 68 C	Rua Coronel Genuíno, 197	fev. 1911 a jun. 1911
9	Rua General Bento Gonçalves, 16*	Rua General Bento Gonçalves, 16*	fev. 1916 a jul. 1916
10	Rua General Lima e Silva, 38	Rua General Lima e Silva, 167	jul. 1916 a dez.1916
11	Rua Demétrio Ribeiro, 215	Rua Demétrio Ribeiro, 981	out. 1919 - impreciso
12	Rua General Auto, 42	Rua General Auto, 81	dez. 1920 - impreciso
13	Rua Espírito Santo, 24A	Rua Espírito Santo, 126	dez. 1921 a jun. 1928
14	Rua General Vitorino, 40	Rua General Vitorino, 226	jun. 1928 a nov. 1928
15	Rua Andrade Neves, 81	Rua Andrade Neves, 227	dez. 1928 a jan. 1930

Os endereços mais duradouros foram os de número um, quatro e treze, cada qual de uma fase. O primeiro trata-se do famoso estabelecimento situado na rua dos Andradas, 287, o Salão Calisto. Ainda que uma hipótese, o anúncio de que Florêncio Calisto comprou o estabelecimento de seu pai ocorreu na edição derradeira de janeiro de 1897 sugere que o empreendimento familiar estava enfrentado dificuldades de manutenção, seja diante da especulação imobiliária decorrente do crescimento urbano ou do avanço das ciências médicas, tenha se visto compelido a vender o estabelecimento e a reinvestir em um espaço mais modesto. Na abertura do inventário de Calisto Felizardo de Araújo, aliás, o prédio não estava mais sob a sua posse e residia em uma região conhecida por abrigar famílias negras no pós-abolição.³² O fato de Florêncio residir em 1917 na rua dos Andradas, por fim, sugere a melhoria da situação financeira após o ingresso no funcionalismo público.³³

³² Historiadores observaram o deslocamento de famílias e sociedade de áreas centrais da cidade para zonas mais periféricas em meio a disputas no mercado de trabalho e nos espaços de moradia associados a processos de modernização (leia-se, higienização social), largamente assentada na ideia de raça vigente nos círculos intelectuais, científicos e políticos da época. Ver: MÜLLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmática, 2013; BOHRER, Felipe Rodrigues. “A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição”. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013); ROSA. “Além da invisibilidade”.

³³ Essas informações estão mais detalhadas no segundo capítulo de: PERUSSATTO. “Arautos da liberdade”.

Já o segundo endereço mais duradouro, “rua da Concórdia, 06” (atual José do Patrocínio, no limite entre o Centro Histórico e a Cidade Baixa), deve ser relativizado por se tratar justamente do intervalo na publicação do periódico compreendido entre janeiro de 1903 e janeiro de 1905. Cristina Bahia aventou a hipótese de se tratar da residência de Esperidião Calisto, já que em matéria de 1902, quando o escritório se situava no número dois da referida rua, denunciou-se a agressão sofrida por sua filha, com apenas cinco anos de idade, enquanto brincava com “um bando de alegres meninas nas imediações” do número dezesseis na rua da Concórdia, endereço próximo a sua residência.³⁴

É dentro dessa nova conjuntura que podemos melhor compreender a mudança do lema “propriedade de uma associação” para “jornal do povo” na refundação do jornal, cuja inflexão também está associada à reconfiguração em seu quadro. A essa altura, Esperidião Calisto contava com 38 anos de idade, seguia barbeiro e, ao contrário do irmão e demais fundadores, aparentemente refratário ao PRR. Talvez durante o interregno entre o fechamento do jornal e sua refundação, Esperidião Calisto tenha se aproximado do movimento operário em processo de estruturação na capital. Sobre sua vida associativa sabemos apenas que em 1900 integrou a diretoria da sociedade de Beneficência Porto-Alegrense. Entre o final de 1893 e princípio de 1894 publicou uma série de artigos tratando das “nossas beneficências”³⁵, o que converge para sua inserção em meio ao mutualismo, considerado o germe do *fazer-se* da classe operária no Brasil por expressar a tomada de consciência pelos trabalhadores acerca de sua situação

³⁴ Ver: BAHIA, Cristina. “Aprendendo a ser negro(a): representações sobre educação/instrução e pedagogias culturais no jornal O Exemplo (1892-1910)”. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Luterana do Brasil, 2017), p. 28.

³⁵ CALISTO, Esperidião. “As nossas beneficências I”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 29 out. 1893, p. 1; _____. “As nossas Beneficências II.”, *O Exemplo*, Porto Alegre., 05 nov. 1893, p. 1; _____. “As beneficências III”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 19 nov. 1893, p. 1; _____. “As beneficências IV”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 17 dez. 1893, p. 1; _____. “As beneficências V”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 01 jan. 1894.

nas relações produtivas e sociais e não somente a busca por um melhor bem viver (e morrer).³⁶

Embora os limites do texto não nos tenham permitido abordá-las, as mulheres foram personagens essenciais para a consecução do projeto de levantamento moral e intelectual projetada pelo *O Exemplo*. A colaboração de mulheres durante a primeira fase foi bastante pontual, realidade amenizada apenas na segunda fase. Sophia Ferreira Chaves foi quem contribuiu com mais textos, entre maio de 1904 e janeiro de 1905, e as potencialidades advindas desses e dos escritos pontuais de outras colaboradoras nos permitiram acessar a via pela qual letradas negras se inscreveram no projeto, a saber, a literatura, e discordaram do papel desejado por muitos dos redatores. Nesse viés, o debate em torno da emancipação da mulher colocou em lados opostos apoiadores da emancipação apenas no âmbito social e aqueles que desejavam a completa emancipação, estender-lhes, pois, a cidadania política. Em ambos os lados, o entendimento sobre o trabalho primordial a ser exercido por elas foi unânime: a maternidade e o cuidado.

Ainda um “jornal do povo”: mundos do trabalho no segundo período da segunda fase de *O Exemplo* (1908-1911)

O Exemplo quer ser a fibrilha do coração dessa parte do povo degradada das ilecebras sociais, [...] quer ser o transmissor íntimo das alegrias ou tristezas das famílias desse menosprezado departamento da humanidade de onde tem surgido a contribuir para nomeada dignificante que goza o povo brasileiro na

³⁶ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja a nossa pátria!* História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Editora da UFSM, 2001, p. 37. Ver ainda: LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. 2. ed. rev. ampl. Pelotas: Editora da UFPel, 2016; SILVA JR., Adhemar Lourenço da. “As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)”. (Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004); BATALHA, Claudio; MAC CORD, Marcelo (orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

comunhão universal [...]. Aparecendo hoje sob a direção e a gerência de nossos acatados companheiros Baptista Figueiredo e Julio Rabello, *O Exemplo* é o que foi e será o que é.³⁷

Em 1908, após um intervalo de 83 edições ainda não localizadas, mas que foram publicadas, as frustrações com o regime republicano, nem tão novo assim, cresciam a passos largos: “A República que igualou a todos os brasileiros perante a lei é ainda uma utopia. Lutamos, pois, com coragem e perseverança”, asseverou o antigo colaborador Lindolfo Ramos.³⁸ Por essa razão, a despeito das renovações e das questões conjunturais específicas, o projeto traçado em 1892 seguia em curso e mastreado por, ao menos, um dos fundadores: Esperidião Calisto. Embora não mais à frente da redação, conforme podemos asseverar na citação acima, mantinha-se vigilante para que o projeto, enfim, se realizasse. No quadro a seguir, a nova composição e renovações ao longo do período. Cristiano Fettermann, filho de pai alemão e mãe negra, foi um importante colaborador; e Henrique Martins, branco, de foi de colaborador a editor. Ambos eram ligados ao movimento operário libertário e trouxeram viés para as páginas de *O Exemplo*.

Quadro 4 - Integrantes de *O Exemplo* e suas funções, 1908-1911

Nome	nov. 1908- mar. 1909	jun. 1909- set. 1910	out. 1910- jan. 1911	fev. 1911- jun. 1911
João Baptista de Figueiredo	- Diretor de redação	- Diretor de redação	- Diretor de redação	-
Júlio da Veiga Rabello	- Gerente da empresa	-	-	-
José Gomes do Nascimento	-	- Gerente da empresa	-	-
Leovegildo da Silva	-	-	- Gerente da empresa	- Gerente da empresa
Henrique Martins	-	-	-	- Diretor de redação

Fonte: *O Exemplo*, 1908-1911.

³⁷ CALISTO, Esperidião. [editorial], *O Exemplo*, Porto Alegre, 17 nov. 1908, p. 1. A primeira edição a que temos acesso ao que consideramos um segundo período dentro da segunda fase, assinala a entrada de uma nova equipe à frente do periódico.

³⁸ PERY. “Lutemos”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 20 dez. 1908, p. 1. Pseudônimo de Lindolfo Ramos.

A importância de Esperidião Calisto se mantinha e as ideias anarquistas, cada vez mais presentes no movimento operário, adentraram na redação. Como se pode depreender do excerto acima, extraído da reflexão de Esperidião Calisto acerca da trajetória de *O Exemplo*, a interconexão com as lutas operárias foi mais uma vez amalgamada com as lutas negras. Para ele, a experiência das pessoas negras no mundo do trabalho particularizava-se em relação a das pessoas brancas na medida em que a incidência de dois preconceitos, o de classe e o de raça, potencializava os efeitos negativos e prejudiciais sobre trabalhadores negros. Não esqueçamos, pois, que a racialização também operava sobre o trabalhador branco, conferindo-lhe geralmente vantagens e não prejuízos quando cotejada ao impacto sobre o negro.³⁹ Se o trabalhador branco, mormente o imigrante, passou a representar o trabalhador livre no imaginário acerca do mundo do trabalho no Brasil e em outros pontos do Atlântico, o negro, e conseqüentemente, seu grupo racial, ainda precisava ser reconhecido como tal. Por essa razão, contra a alegação de que pretendiam formar a “classe da cor da epiderme”, o fundador e refundador do periódico apenas reclamava “a partilha de regalias que a civilização garante ao gênero humano”, defendendo “a nossa equidade de direitos perante os homens, as leis e Deus, se existe”.⁴⁰

Neste último aspecto, e para dar conta da última parte da citação, Calisto exemplificou o quão sofisticado era a ideia de que se dava valor apenas ao mérito, uma vez que os princípios de “solidariedade religiosa” eram pregados apenas “por luxo” enquanto cada pessoa vivia apenas para si e “indiferente aos males do próximo”. O “valor do mérito pessoal só deveria ser julgado pela vantagem que deles fruísem os desprotegidos da sorte, pelos

³⁹ Sobre a racialização operada pelos sujeitos para conferir-lhes vantagens ou sobre a maneira como a racialização pode ser vista também por este viés, ver: MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

⁴⁰ CALISTO [editorial]. Ver: ROSA. *Além da invisibilidade*, p. 263-264.

benefícios e igualdade de quinhão da justiça, ao ter que ser aplicada a lei de acordo com a razão que assistam aos indivíduos, sem indagar-se da origem, o meio de vida e a crença que professam”. O “preconceito de classe”, segundo Calisto, era notado inclusive nos “jornais operários”, que nada falaram sobre a brutal e injusta morte de Jacinto José Pereira, encontrado já sem vida na Rua da República, possivelmente por se tratar de “um simples carroceiro”.⁴¹ Enfim, procurou marcar o que particularizava o periódico, até mesmo em relação aos congêneres operários.

O escrito de Esperidião Calisto além de assinalar sua manutenção no esteio de *O Exemplo*, cumpriu a missão de saudar a nova direção e gerência, lembrando-a que o periódico “é o que foi e será o que é”: “[...] a fibrilha dessa parte do povo degredada das ilecebras [sic] sociais” e “o transmissor íntimo das alegrias ou tristezas das famílias desse menosprezado departamento da humanidade de onde tem surgido a contribuir para nomeada dignificante que goza o povo brasileiro na comunhão universal”.⁴² Recuperou-se, portanto, a condição de arauto dos interesses das famílias negras e dos acontecimentos no seu meio assumida pelo *O Exemplo* desde sua fundação sem perder de vista o caráter combativo frente às questões sociais. A dimensão política de tal ato, qual seja, mostrar aos detratores que o negro possuía família e constituía sociedade, era outro traço que particularizava o viés adotado pelo hebdomadário, uma vez que além de provar que o negro também era um trabalhador livre, dissociando o trabalho das ideias de raça, era ainda imperante reforçar que o negro possuía família e constituía sociedade.

⁴¹ CALISTO [editorial]. A partir das memórias de três operários com mais de setenta anos, um ferroviário, um motorista e uma enfermeira, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva assinalou que nenhum dos três envolveu-se com associações de classe ou em movimentos reivindicatórios, o que não redundou em ausência da consciência sobre sua situação de exploração (GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. *Histórias de operários negros*. Porto Alegre: EST-ND, 1987).

⁴² CALISTO [editorial]. A primeira edição a que temos acesso ao que consideramos um segundo período dentro da segunda fase, assinala justamente a entrada de uma nova equipe à frente do periódico.

***O Exemplo*, um jornal do povo negro, laborioso e cidadão**

A adoção do lema “jornal do povo” em substituição à “propriedade de uma associação” nos ajuda a relativizar postulados acerca de feição operária de *O Exemplo* ter surgido somente no final do período abrangido por este estudo, mais intensamente no avançar da década de 1910. Ao abordar a imprensa negra existente no país, Flávio Gomes assinalou que “foram o formato e o estilo dos jornais operários as grandes fontes de inspiração para a produção dos primeiros periódicos exclusivamente voltados para o cotidiano das associações negras”. Inspiração porque, segundo o historiador, registrou-se uma inversão no “eixo temático”, ou seja, se na imprensa operária a preocupação estava centrada no que se passava no “mundo do trabalho”, na negra os “espaços de lazer” ocupavam espaço primordial.⁴³

O Exemplo, a partir do que apresentamos sobre sua primeira fase, nos levou a ponderar tal consideração. A constante presença da vida associativa em suas páginas se somava a do mundo do trabalho, levando jornais de maior circulação a adjetivá-lo como um jornal de proletários, a despeito de o editor Arthur de Andrade ter assinalado na edição comemorativa ao seu primeiro ano de seu viés “literário, crítico e noticioso”. Se houve uma possível recusa em adjetivá-lo com as palavras escolhidas pelo editor, associá-lo ao mundo do trabalho nos diz muito sobre a maneira como as pautas lançadas pelo grupo de homens “de cor” a frente do periódico eram vistas pelos redatores de dois jornais de maior circulação.

O programa de *O Exemplo* foi resumido no editorial de 1892 como “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos” e, na sequência, a raça foi explicitada como fator de aglutinação em torno da classe e a decorrente necessidade de enaltecê-la ante as ideias disseminadas pelos “doutrinários que julgam o homem pela cor da epiderme”. Era,

⁴³ GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e Política* (1888-1937). Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005, p. 32.

pois, fundamental, o aperfeiçoamento moral e intelectual, uma vez que o único vetor de inferioridade do negro estava no campo das oportunidades.⁴⁴ Para os jornalistas negros não era possível falar em *classe* sem trazer consigo ideias de *raça*, na medida em que estavam na base da reorganização das hierarquias sociais no pós-abolição: a questão social era fundamentalmente uma questão racial. Nesse cenário, talvez fosse muito mais palatável para os jornais de maior circulação vincular o colega de imprensa ao segmento operário do que assumir a existência de um periodismo negro na capital do Estado que se pretendia a Europa brasileira.

Disso decorria ainda o conflito entre o sentimento de pertença nacional e toda sorte de prejuízos advindos da racialização em curso. Nessa esteira, é digno de nota, a inserção dos fundadores e apoiadores, sobretudo de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, em meio à sociabilidade republicana e ao funcionalismo público ter sido lida na chave da harmonia das raças enquanto os mesmos desferiam duras crítica à maneira como a vida republicana seguia hierarquizada por linhas de cor e raça, fosse na porta de casa, como foi o caso da agressão sofrida pela filha de Esperidião Calisto enquanto brincava com amiguinhas, fosse porta a dentro, na medida em que famílias negras precisavam de certidão de casamento ou autorização policial se não quisessem ter o festejo abreviado pela truculência policial.

A trajetória de Esperidião Calisto junto ao periódico demonstra que estar em consonância a um projeto de emancipação não significou fazer as mesmas escolhas e as muitas maneiras de se vivenciar um projeto coletivo. Apesar disso, como os colegas e outros homens letrados de seu tempo, estava alinhado às ideias iluministas e valeu-se também delas para forjar sua luta. Calisto reabriu o jornal cinco anos após uma dramática despedida, ao lado de Vital Baptista e Tácito Pires, tornando-se um dos personagens centrais no que concerne à persistência do projeto ao longo do

⁴⁴ A REDAÇÃO. "O Exemplo", *O Exemplo*, Porto Alegre, 11 dez. 1892, p. 1.

período aqui abrangido. Embora o programa original ter sido preservado, mudanças substanciais ocorreram não apenas no formato, mas também na abordagem, o que nos leva a relativizar ainda mais o postulado sobre a feição operária do jornal e a propor uma leitura mais abrangente. Calisto possivelmente se aproximou do movimento operário e de militantes socialistas e, com eles, reabriu o periódico.

No expediente do jornal, outra nítida evidência: “Aceita-se e publica-se gratuitamente todos os artigos concordantes com a norma de conduta da folha, bem como as declarações de operários sem trabalho e que queiram colocação”. Além disso, uma nota de 1904 assinalava que “*O Exemplo* não é um jornal mercantil, é o arauto de uma ideia – a do levantamento moral e intelectual das classes desprotegidas – que são as únicas que lhe devem auxílio”. Na sequência, outra informava o grupo específico que deveria apoiar o periódico: “Vós, os homens de cor preta, tendes n’*O Exemplo* o eco de vossos direitos, o defensor de nossos mais santos interesses. Não o desampareis porque a sua queda será o vosso suicídio moral”.⁴⁵ Mais uma vez, a intersecção entre raça e classe e fazia evidente.

Depois de um intervalo de 83 números na disponibilidade do periódico nos deparamos com a presença de militantes anarquistas, tais como Cristiano Fettermann e Henrique Martins. Isso nos levou a ampliar o escopo das divergências, mas também de solidariedades entre trabalhadores. Marcus Rosa também arrolou uma série de notas sobre sociedades operárias e jornais permutados como evidências “do permanente e intenso diálogo entre grupos organizados em torno de diferentes orientações teóricas e estratégias de atuação, tais como os socialistas e os anarquistas”. Isso cumpria tanto o fim de divulgar “demandas da população negra e operária local”, como também facilitar “a

⁴⁵ Respectivamente: “Expediente”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 12 out. 1902, p. 1; D. D’ALBA, *O Exemplo*, Porto Alegre, 17 jul. 1904, p. 1; L COTTA, *O Exemplo*, Porto Alegre, 17 jul. 1904, p. 1.

construção de alianças e estratégias de atuação conjunta em contextos de repressão”.⁴⁶ Nesse sentido:

Negros, imigrantes, proletários: todos eles compartilhavam agremiações e necessidades sociais nos espaços mais empobrecidos de Porto Alegre. Eles pareciam saber que estabelecer alianças para agir em conjunto era uma forma de ampliar sua força política. Não era casualidade a existência de tantas sociedades operárias congregando pessoas com origens étnicas e raciais diversas. Ainda assim, havia certas diferenças intra-classe. Alguns operários “de cor”, que alcançaram destaque como lideranças, deram demonstrações de que permaneceram sensíveis ao fato de que os significados aviltantes atribuídos ao trabalho depois da Lei Áurea se somavam aos sentidos depreciativos conferidos à pele escura. Talvez tenha sido por isso que alguns deles se empenharam em ressignificar certos estigmas.⁴⁷

A percepção de *O Exemplo* como um “classista” foi registrado a posteriori em compilações sobre a imprensa operária gaúcha, assinalando, no entanto, a adoção da “luta social” ou da “luta de classes” somente a partir de 1908, quando os anarquistas adentraram a redação. Antes disso, o periódico foi caracterizado mormente como “porta-voz da comunidade negra de Porto Alegre”.⁴⁸ Nesse viés, Jorge Jardim sublinhou que somente após Henrique Martins – um homem branco – ter assumido a direção do periódico, em 1911, que “a cobertura dos acontecimentos do movimento operário” foi intensificada e registrou-se a defesa aberta do sindicalismo e o ataque à política partidária. Jardim surpreendeu-se com a “forma muito respeitosa” como Francisco Xavier da Costa foi tratado em diversas ocasiões, “sem incorporar

⁴⁶ ROSA. “Além da invisibilidade”, p. 250-253. As referências são: *O Exemplo*, Porto Alegre, 02 dez. 1904, p. 03 e *O Exemplo*, Porto Alegre, 03 jul. 1904, p. 02.

⁴⁷ ROSA. “Além da invisibilidade”, p. 255.

⁴⁸ PETERSEN, Sílvia. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul (1874-1940)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989, p. 46; MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2004, p. 99; 274.

as críticas e divergências profundas que os libertários tinham com ele e com a sua atuação no meio operário” e, tendo em vista a participação de Tácito Pires em *O Exemplo*, conjecturou a possibilidade de diálogo com a pauta operária ser anterior. Ainda assim, para Jardim o periódico “não é propriamente operário”; apenas “defende os interesses populares e divulga notícias do movimento operário”.⁴⁹

Ainda segundo Jardim, a imprensa operária, como “um fenômeno da sociedade capitalista industrial”, aborda temas referentes aos desafios enfrentados pelas “classes trabalhadoras” e distintas matrizes ideológicas (positivismo, socialismo, anarquismo, comunismo) imprimiam formas particulares de enfrentamento ao capitalismo.⁵⁰ Para acalorar essa conversa, recuperemos a crítica dirigida por Esperidião Calisto em 1908 aos “jornais operários” que nada falaram acerca da brutal morte de um carroceiro.⁵¹ Nos parece, portanto, que o entendimento coetâneo sobre o que e quem era operário foi adotado extemporaneamente, uma vez que para Jardim “a linha editorial vinculada a determinada corrente ideológica é um dos elementos caracterizadores da imprensa operária no período anterior a 1930”.⁵²

Situação historiográfica distinta é aquela do jornal *A Alvorada*, o mais longevo da imprensa negra no país e que circulou em Pelotas entre 1907 e 1965. Beatriz Ana Loner em seu estudo sobre os processos de construção de classe em Pelotas, mapeou por meio dele a dupla militância de indivíduos negros em organização “de classe” e “de raça”, reportando-se para isso ao processo emancipacionista e ao movimento abolicionista. A dupla militância,

⁴⁹ JARDIM, Jorge Pastorisa. “Comunicação e militância: a imprensa operária do Rio Grande do Sul (1892-1923)”. (Dissertação de Mestrado em História Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1990), p. 105-106. O historiador tomou como critério para isso a existência de uma coloração ideológica explícita.

⁵⁰ JARDIM. “Comunicação e militância”, p. 17.

⁵¹ CALISTO, Esperidião. [editorial], *O Exemplo*, Porto Alegre, 17 nov. 1908, p. 1.

⁵² JARDIM. “Comunicação e militância”, p. 142.

segundo a historiadora, decorria da necessidade do negro afirmar-se como operário em uma sociedade em processo de industrialização, ainda que fosse por excelência o trabalhador em ambas as cidades, e de lutar contra o forte preconceito racial.⁵³ Nesse encaixo, José Antônio dos Santos dedicou-se a investigar de forma mais vertical as trajetórias dos intelectuais negros reunidos no *A Alvorada*, articulando as lutas negras com as operárias.⁵⁴

Recuperamos, nesse sentido, a contribuição oferecida pela historiadora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva às vésperas do Centenário da Abolição. Em *Histórias de operários negros* objetivou oferecer imagens distintas acerca do negro, desvinculado da escravidão, da miséria, da imoralidade e dos vícios, reiterando a ideia de que “a maioria dos negros é operário, é trabalhador cujas atividades pouco exigem de conhecimentos de leitura e escrita”. A este último fato não atribuiu um atavismo, mas a ausência de oportunidades e de tratamento equânime. Tendo em vista a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho no pós-abolição, especialmente via serviço doméstico, reforçou que foram elas as principais responsáveis pela “manutenção das famílias, na educação dos filhos”; e que “ser moralmente forte, tenaz, capaz de iniciativas, elemento-chave para a ascensão social dos filhos” se contrapunha à imposição social de essa mesma mulher aceitar todas as vicissitudes “com submissão de escrava, sem revoltas, sem desejo de interferir nos acontecimentos. Só o fato de ser preta é uma advertência para que se conserve submissa”. Enfim, ao se lançar ao desafio de entender como, a esse despeito, pessoas negras constituíram-se como operárias, a autora nos ofereceu a possibilidade de se alargar o entendimento sobre o operário negro e a operária negra.⁵⁵

⁵³ LONER, *Construção de classe*, p. 167-197.

⁵⁴ SANTOS, José Antônio. *Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Editora da UFPel, 2003.

⁵⁵ GONÇALVES e SILVA. *Histórias de operários negros*. A autora qualifica como operário “todo homem ou mulher que, capaz de realizar tarefas precisas, requerendo habilidades

Defendemos que enquanto fenômenos urbanos e protagonizados por grupos subalternos, imprensa negra e imprensa operária tinham aproximações, imbricações e diferenças, sobretudo ao registrarem frustrações em relação à nascente República e estratégias para mobilizar a audiência em torno de uma causa. As características particulares afloravam na medida em que cada periódico possuía não apenas uma perspectiva em específico, como também devido às formas particulares como cada um de seus membros experimentavam sua situação e a transformava em bandeira de luta. O ingresso de militantes operários em *O Exemplo*, aliás, acompanhou as mudanças de orientação ideológica no movimento operário, ou seja, primeiro os socialistas Tácito Pires e Vital Baptista, depois os anarquistas Cristiano Fettermann e Henrique Martins. Sem redundar no apagamento das pautas negras, pelo contrário, houve o manejo das referidas ideologias em prol do projeto de *O Exemplo*.

Enfim, *O Exemplo* enquanto um jornal da imprensa negra não se furtou dos debates acerca dos impactos do capitalismo sobre os trabalhadores negros, embora a necessidade de afirmação de sua existência, para além da escravidão, e de sua humanidade, a despeito das teorias raciais vigentes, fossem a tônica. Em outras palavras, além da luta por dignidade no ambiente de trabalho, dos planos de reforma social ou de revolução, os jornalistas negros (e sua classe) precisavam combater os preconceitos associados à coloração epidérmica e às ideias de raça e serem vistos como trabalhadores, cidadãos respeitáveis, portadores de direitos – mais

predominantemente não ligadas a conhecimento de leitura e da escrita, empregam seus préstimos em troca de salário, para garantir sua sobrevivência e da família” (p. 10). Como “operários negros” não aqueles que possuem uma etnia, mas “homens que se distinguem por ter a tez negra, pela sua história de exilados, castrados em sua cultura, que passaram de valiosos instrumentos de trabalho a homens livres, sem que tivessem condições material e políticas de se assumirem como tal. [...] O operário negro, além das contingências em que viviam todos os outros, era o ex-escravo e carregava toda uma carga que lhe foi imputada de preguiça, pouca inteligência, desorde, fealdade” (p. 13-15). Embora saibamos que a maioria da população negra não era mais escravizada quando aboliu-se a escravidão, concordamos quanto à persistência da associação do negro a esse sistema e a toda sorte de estereótipos e preconceitos raciais.

do que eles, aqueles que permaneciam nas condições mais subalternas de existência. É dentro deste campo de disputas que as lutas por instrução também devem ser compreendidas, uma vez que ampliaria as possibilidades de participação e reconhecimento na sociedade republicana e no mundo do trabalho livre em construção no pós-abolição.

Referências

ANDRADE, Arthur de. “Aconselhando”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 16 abr. 1893.

A REDAÇÃO. “O Exemplo”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 11 dez. 1892.

BAHIA, Cristina. *Aprendendo a ser negro(a): representações sobre educação/instrução e pedagogias culturais no jornal O Exemplo (1892-1910)*. (Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Luterana do Brasil, 2017).

BATALHA, Claudio; MAC CORD, Marcelo (orgs.). *Organizar e proteger: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

BOHRER, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013).

CALISTO, Esperidião. “As nossas beneficências I”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 29 out. 1893.

_____. “As nossas Beneficências II.”, *O Exemplo*, Porto Alegre., 05 nov. 1893.

_____. “As beneficências III”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 19 nov. 1893.

_____. “As beneficências IV”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 17 dez. 1893.

_____. “As beneficências V”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 01 jan. 1894.

_____. [editorial], *O Exemplo*, Porto Alegre, 17 nov. 1908.

- D. D'ALBA, *O Exemplo*, Porto Alegre, 17 jul. 1904.
- FREITAS, Marcílio. “A classe tipográfica”, *O Exemplo*, 19 mar. 1893.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e Política* (1888-1937). Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.
- JARDIM, Jorge Pastorisa. *Comunicação e militância: a imprensa operária do Rio Grande do Sul* (1892-1923). (Dissertação de Mestrado em História Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1990).
- L COTTA, *O Exemplo*, Porto Alegre, 17 jul. 1904.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande* (1888-1930). 2. ed. rev. ampl. Pelotas: Editora da UFPel, 2016.
- MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2004.
- MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.
- MOREIRA, Paulo. Aurélio Viríssimo de Bittencourt: burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio (orgs.). *Experiências da Emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição* (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 83-107.
- MÜLLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. *Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre* (cc.1892-c.1888). (Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018).
- PERUSSATTO, Melina Kleinert. *O Exemplo, a imprensa e os homens “de cor” em Porto Alegre no pós-abolição*. *Intellèctus* (UERJ. Online), v. 17, p. 28-47, 2018.
- PETERSEN, Sílvia. *Guia para o estudo da imprensa periódica dos trabalhadores do Rio Grande do Sul* (1874-1940). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1989.

- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. *Que a união operária seja a nossa pátria!* História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Editora da UFSM, 2001.
- PETERSEN, Sílvia; SCHMIDT, Benito Bisso. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In: NEUMANN, Eduardo et al. (orgs.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 209-246.
- PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- PERY. “Lutemos”, *O Exemplo*, Porto Alegre, 20 dez. 1908, p. 1. Pseudônimo de Lindolfo Ramos.
- ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. (Tese de Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, 2014).
- SANTOS, José Antônio. “1876-1928: Itinerários de um jornalista e burocrata negro”. In: ANAIS DO XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA., 2014, Natal, *Anais...* Natal, UFRN, 2013. (Anais eletrônicos).
- SANTOS, José Antônio. *Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa*. Pelotas: Editora da UFPel, 2003.
- SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. (Tese de Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004).
- SILVA, Nauber Gavski da. *Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010).
- VITORINO, Artur José Renda. *Processo de trabalho, sindicalismo e mudança técnica: o caso dos trabalhadores gráficos em São Paulo e no Rio de Janeiro, 1858-1912*. (Dissertação de Mestrado em História, Universidade Estadual de Campinas, 1995).

Uma classe de analfabetos?

Estereótipos da classe trabalhadora e a política do preconceito linguístico na República Velha

Débora Luciene Porto Boenavides¹

Introdução

Conforme Margareth Rago, as representações da classe trabalhadora pela classe dominante na República Velha foram construídas a partir de uma dicotomia, que envolvia criar estereótipos para a classe trabalhadora. Essa estereotipação fazia com que as representações imaginárias das trabalhadoras e dos trabalhadores fossem construídas com base em características positivas e negativas. Assim, de um lado, temos o preconceito, construído a partir da representação imaginária “do operário bêbado, fumante, decaído, selvagem e arruaceiro”; de outro, temos a exaltação do trabalhador ideal, construída a partir da representação do “trabalhador sóbrio, sério e produtivo”².

Um dos estereótipos da classe trabalhadora que foi construído pela classe dominante envolvia a questão do analfabetismo: uma classe de iletrados, incapazes de pensar por si, de terem consciência de sua situação. No entanto, as agitações, as

¹ Doutoranda em Letras pela PUCRS. Bolsista CNPq. E-mail: debora.boenavides@acad.pucrs.br.

² RAGO, Margareth. “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)”. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014. , p. 155.

greves, a presença da imprensa operária e de escolas criadas por trabalhadores durante a República Velha demonstram que esta ideia que se tinha da classe trabalhadora era, no mínimo, um pouco equivocada.

Já na última década do século XIX, época que nos interessa no presente trabalho, houve uma modernização das tipografias brasileiras, que passaram a utilizar máquinas de impressão rotativa. Vitorino³ defende que esta modernização foi necessária devido ao aumento do número de leitores, ocasionado, também, pelo início da venda avulsa de jornais nos centros urbanos brasileiros. Sobre o número de leitores destes jornais, parece existir uma lacuna entre os números publicados pelos censos da época, a respeito da alfabetização, e a tiragem e a variedade de jornais escritos em língua portuguesa e em língua estrangeira durante a República Velha.

Acreditamos que tal estereotipação tenha contribuído também para o silenciamento dos trabalhadores da época. Desta forma, destacamos o preconceito linguístico ao qual foi submetida a classe trabalhadora da Primeira República, que fez com que suas vozes soassem enfraquecidas nas esferas discursivas políticas. Podemos, através do nosso conhecimento geral, apontar que essa prática que se firmou nos primórdios das relações de trabalho livre no Brasil se manteve e continua sendo empregada como estratégia das classes dominantes para calar a classe trabalhadora.

Nesse trabalho, embasado na sociolinguística histórica, discorreremos sobre a política do preconceito linguístico, através da discussão sobre os estereótipos da classe trabalhadora construídos pela classe dominante. Essa discussão terá como foco o estereótipo de uma classe formada por analfabetos. Analisaremos como isso contribuiu para a política do preconceito linguístico, bem como para delimitar as esferas sociais e discursivas possíveis

³ VITORINO, Artur José Renda. “Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro 1858 – 1912)”. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

para a classe trabalhadora brasileira. Para isso, verificaremos, primeiramente, como a classe dominante através das políticas de homogeneização linguística e do condicionamento da educação formal da época procurou restringir as práticas languageiras dos trabalhadores, ou delas, de alguma forma, usufruir. Depois, analisaremos os dados dos recenseamentos da época sobre a escolarização/alfabetização no Brasil, contrastando-os com os dados sobre a educação da classe trabalhadora e com os dados da imprensa operária da época.

Sobre a escolarização e as políticas de homogeneização linguística na Primeira República

A abolição da escravatura, em 1888, e a proclamação da República, em 1889, permitiram que se criassem as condições materiais favoráveis a profundas mudanças socioeconômicas, que tiveram efeitos profundos sobre a realidade sociolinguística do país. Entre essas mudanças, podemos destacar a urbanização crescente, e a migração interna, consequências diretas da industrialização, assim como a crescente e “maciça presença dos meios de comunicação social”⁴, a expansão da rede escolar de ensino fundamental e, conseqüentemente, a diminuição dos índices de analfabetismo.

Como nos mostra Faraco⁵, se observarmos as características do período, decorrentes das modificações sociais e econômicas no país, podemos perceber dois movimentos, oriundos da tradicional polarização socioeconômica, que existia no país desde o início da colonização, um em direção ao plurilinguismo, e outro em busca de uma suposta unificação da língua falada no país, a partir, sobretudo, de atitudes discriminatórias.

⁴ FARACO, Carlos Alberto. “História sociopolítica da língua portuguesa”. São Paulo: Parábola Editorial, 2016, p. 151.

⁵ FARACO. “História sociopolítica da língua portuguesa”, p. 150.

Trabalhadores escravizados, após a sua libertação, em 1888, passaram a participar do espaço público de uma outra forma. Se durante a escravidão falar em algumas esferas discursivas não lhes era permitido, com a abolição, isto começou a mudar, embora de forma bastante demorada. Suas línguas africanas foram sendo substituídas no cotidiano pela língua dominante, o português, embora se mantivessem (e continuem vivas até os dias atuais), de maneira muito reduzida, em suas religiões de matriz africana, sob a forma de língua ritual⁶.

No entanto, embora passassem a participar do espaço público, sua fala nas esferas públicas era bastante restrita e abafada. O ex-cativos foram estigmatizados já nos primeiros meses que se seguiram à abolição. Apelidados de os “13 de maio”⁷, ex-trabalhadores escravizados, assim como muitos trabalhadores das classes subalternizadas, tiveram desde o início sua participação nos espaços públicos restringida, tanto nos espaços de lazer quanto nos espaços políticos. Uma das evidências dessa exclusão foi a criação de associações de cunho recreativo apenas para negros, visto que não lhes era permitido participar das associações recreativas existentes antes da abolição.

A defesa da suposta “harmonia” entre os brasileiros, através de uma exaltação patrioteira, segundo Candido⁸, se deu de forma a ocultar as diferenças sociais, culturais e, até mesmo, econômicas presentes no país. Assim, foram menosprezadas a línguas e os dialetos não pertencentes à classe dominante, fato que vem sendo combatido pelos linguistas nos dias atuais, mas que continua presente em nosso cotidiano.

Junto com o ocultamento das diferenças, vieram, sob a forma de leis ou não, políticas linguísticas que procuraram, em um

⁶ SANT'ANNA, Márcia. “Escravidão no Brasil”. 2003, edição kindle, posição 17-19.

⁷ GOMES, Flávio. “Negros e Política: 1888-1937”. Rio de Janeiro: Zahar 2005.

⁸ CANDIDO, Antonio. “Uma palavra instável”. In: _____. Vários escritos. 4ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 215-225. p. 217.

primeiro momento, apenas deter a africanização e a “indigenização” da língua falada no país e dificultar o acesso dos libertos e dos indígenas a possíveis direitos políticos, a exemplo do direito ao voto. Isto se vê através da legislação eleitoral brasileira, que com o avanço da campanha abolicionista, em 1881, proibiu o voto dos analfabetos com a chamada Lei Saraiva. Com a proibição, a maioria dos libertos foi privada do direito de votar⁹.

A alfabetização na República Velha em números

Como apontamos, um dos maiores estereótipos da classe trabalhadora brasileira do período que analisamos envolve a questão do analfabetismo. Acreditamos que essa estereotipação é um dos fatores que vem gerando a continuidade do sistema meritocrata no Brasil, que tem em suas bases a ideia de que o acesso aos bens materiais e culturais, bem como o status social são alcançados por aqueles que merecem, os quais normalmente pertencem à classe dominante. É essa representação um dos aspectos que faz com que trabalhadoras e trabalhadores não consigam participar de algumas esferas discursivas.

Uma das principais problemáticas dessa representação das trabalhadoras e dos trabalhadores, enquanto analfabetos, está no fato de o conceito de alfabetização poder ser visto de diferentes perspectivas. Pode-se pensar que alfabetizado é aquele que frequentou a escola formal, aquele que sabe ler e escrever, aquele que sabe descodificar o alfabeto, aquele que compreende o que lê.

Durante a Primeira República, o conceito também foi problematizado. Discutiu-se, no *Recenseamento do Rio de Janeiro*

⁹ Apenas com a Constituição Federal de 1988, tornou-se facultativo o voto dos analfabetos. No entanto, em seu artigo 5º, a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, nosso atual código eleitoral, proíbe o alistamento de estrangeiros, além dos “que não saibam exprimir-se na língua nacional”, fato que não foi analisado pela Constituinte de 1988 e que pode ser decorrente tanto de uma visão nacionalista xenófoba, quanto de uma visão anti-imperialista. Das duas formas, vale salientar a exclusão da maior parte dos indígenas do direito ao voto até os dias atuais, pelo fato de muitos não falarem a língua portuguesa.

(Distrito Federal) de 1906, os quesitos para se estabelecer o número de pessoas alfabetizadas e a finalidade de se acrescentar esses quesitos:

N'um inquerito censitario é de imprescindível necessidade a formação de dois grandes grupos demographicos - o das pessoas que sabem e o das que não sabem ler e escrever. Assim decidiu o Congresso Estatístico de S. Petersburgo, em 1872, adoptando as conclusões do parecer de Bondenheimer. Essa decisão foi confirmada em 1897 pelo Instituto Internacional de Estatística, de accôrdo com o relatório apresentado pelo illustre Korosi. O mesmo Instituto, discutindo, na sessão de Roma, em 1887, as discriminações dos quádros censitarios, já havia firmado, mediante proposta do mesmo Korosi, a necessidade de apurar, pelo menos, o numero dos analphabetos de 15 annos. ("

O quesito relativo ao gráo de instrucção, quanto á leitura e á escripta, figura, com effeito, nos recenseamentos de muitos paizes, taes como a Irlanda-, Russia, Austria, Belgica, França, Portugal, etc., limitando-se alguns, como a Italia, a apurar apenas o numero dos que sabem ler. A Dinamarca, a Noruega, a Hollanda e a Suissa desprezam aquelle quesito nos seus recenseamentos, porque a cultura elementar dos seus habitantes o torna hoje inteiramente superfluo. Entre nós, porém, não é ainda tão satisfactoria a diffusão do ensino primário para dispensar investigações dessa natureza. As pesquisas sobre o analphabetismo não se devem restringir sómente aos indivíduos maiores de 15 annos. Ha conveniência em conhecer-se tambem o gráo de analphabetismo da população nas edades onde é natural a frequencia escolar, isto é, dos 5 ou 6 até os 14 ou 15 annos¹⁰.

Podemos deprender da argumentação proposta pelos recenseadores que a pesquisa do grau de instrução da população, em 1906, advinha da necessidade de conhecer o grau de analfabetismo da população, para embasar a difusão do ensino primário.

¹⁰ BRASIL. "Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)". Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>>. Acessado em 15 ago. 2018, p. 107.

Em entrevista à João do Rio, em 1907, Olavo Bilac falava a respeito da pouca preocupação que os governantes tinham com a instrução da população:

O jornalismo é para todo o escritor brasileiro um grande bem. É o único meio do escritor se fazer ler. O meio de ação nos falharia absolutamente se não fosse o jornal – porque o livro ainda não é coisa que se compre no Brasil como uma necessidade. O jornal é um problema complexo. Nós adquirimos a possibilidade de poder falar a um certo número de pessoas que nos desconhecariam se não fosse a folha diária; os proprietários de jornal veem limitada, pela falta de instrução, a tiragem de suas empresas. *Todos os jornais do Rio não vendem, reunidos, cento e cinquenta mil exemplares, tiragem insignificante para qualquer diário de segunda ordem na Europa. São oito os nossos! Isso demonstra que o público não lê [...]. E porque não lê? Porque não sabe!* Tenho estatísticas aterrorizadoras, fenomenais. *Era natural que decrescesse a lista de analfabetos à medida que a população aumentasse em número e civilização. Pois dá-se ao contrário. Há hoje mais um milhão de analfabetos que em 1890! E digam depois que não é preciso criar escolas e difundir a instrução. Um povo não é povo enquanto não sabe ler.*¹¹

Olavo Bilac defendia, assim, que, apesar de ser a imprensa em geral uma esfera discursiva capaz de fazer com que os textos dos escritores brasileiros circulassem, ela ainda era, em 1907, bastante restrita, tendo em vista o grande número de analfabetos no país. Acreditamos, no entanto, que as considerações de Bilac, embora defendam a instrução, giram em torno de um grande preconceito a respeito da população brasileira: população analfabeta, que “não é povo enquanto não sabe ler”. Bilac, vai mais além: diz que o brasileiro era “uma raça em formação, na qual lutam pela supremacia diversos elementos étnicos” e que, por isso, não era capaz de produzir arte e literatura verdadeiras, que não

¹¹ BILAC, Olavo apud RIO, João do. “O momento literário”. Rio de Janeiro: Edições do Departamento Nacional do Livro/ Fundação Biblioteca Nacional, 1994. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/momento_literario.pdf>. Acessado em 3 ago. 2018, p. 6, grifo nosso.

fossem imitação, porque “não basta haver talentos e belos livros para que haja uma literatura”, era preciso “que a raça esteja formada”¹². Acreditamos que a visão de Bilac pode ser compreendida como o discurso da classe dominante da época, buscando a homogeneização linguística, cultural e étnica.

Durante a República Velha, os dados que temos sobre a escolarização são, no mínimo, questionáveis. Nas tabelas publicadas no *Anuário Estatístico do Brasil de 1996*¹³, referentes aos anos 1890, 1900 e 1920, podemos ter uma ideia melhor destes números:

Tabela 1: População – 1890-1920

Ano	Total	Homens	Mulheres
1890	14.333.915	7.237.932	7.095.983
1900	17.438.434	8.900.526	8.537.908
1920	30.635.605	15.443.818	15.191.787

Fonte: Adaptado de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). “Anuário Estatístico do Brasil de 1996”. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. v. 56.

Tabela 2: Alfabetização – 1890-1920

Ano	Sabem ler e escrever	Não sabem ler e escrever	Sem declaração	Total
1890	2.120.559	12.213.356 ¹⁴	-	14.333.915
1900	3.380.451	6.348.869	22.791	9.752.111
1920	6.155.567	11.401.715	-	17.557.282

Fonte: Adaptado de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). “Anuário Estatístico do Brasil de 1996”. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. v. 56.

Já nas cidades mais urbanizadas, como Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, o número de alfabetizados era consideravelmente maior durante a Primeira República. De acordo com o recenseamento da cidade do Rio de Janeiro de 1906, dos seus

¹² BILAC apud RIO. “O momento literário” p. 5.

¹³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). “Anuário Estatístico do Brasil de 1996”. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. v. 56.

Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1996.pdf>. Acessado em: 3 mar. 2016.

¹⁴ Como é possível verificar, no recenseamento de 1890 considerou-se, para calcular os índices de alfabetização, a população total, incluindo crianças abaixo de 6 anos de idade.

811.443 habitantes, 421.072 sabiam ler e escrever e 390.371 não sabiam. Dos que sabiam ler e escrever, 160.131 eram mulheres e 260.941 eram homens. A taxa de analfabetismo da época, de acordo com o censo, ficava em 48,10%, sendo de 43,70% entre os homens e de 53,98% entre as mulheres, menores que as taxas do Brasil como um todo em 1900: 65,10% de analfabetos.

No entanto, no próprio recenseamento de 1906, essa porcentagem é divergente. É apontado textualmente que o “coeficiente do analfabetismo é, por conseguinte, menor em 1906 do que em 1890, isto é, 402 contra 483 por 1.000 habitantes”¹⁵, ou seja, de 40,2%. Enquanto isso, como dissemos, os números apontam 48,10%. No recenseamento do Rio de Janeiro de 1906, além da distribuição entre homens e mulheres, foi pesquisada a relação entre alfabetização e nacionalidade. Os dados mostram que, na correspondência entre gênero/sexo, alfabetização e nacionalidade, os homens estrangeiros levavam vantagem: a taxa de alfabetização entre os homens estrangeiros era de 62,90%, maior que a dos brasileiros, de 54,72%. Enquanto isso, as mulheres brasileiras tinham vantagem sobre as estrangeiras 47,64% das brasileiras sabiam ler, para 41,92% das estrangeiras.

No entanto, destacamos o baixo número de mulheres estrangeiras presentes nessa tabela: apenas 53.588 mulheres estrangeiras, para 142.306 homens estrangeiros. Apontamos que, mesmo que o número de mulheres estrangeiras presentes no Brasil na época fosse menor, o número apontado pelo recenseamento pode ter sido subestimado, pois é possível que um grande número de mulheres, por estar trabalhando nas fábricas ou em lugares que não permitiam o acesso dos recenseadores, tenha ficado de fora dessas estatísticas.

Não sabemos, porém, se, nesta tabela, entre os números de estrangeiros, estavam também os ex-trabalhadores escravizados, que entraram no Brasil antes de 1850, quando a importação de

¹⁵ BRASIL. “Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)”, p. 110.

escravizados foi proibida, ou se foram considerados apenas os imigrantes europeus. Sabemos que, quando a escravidão foi oficialmente abolida, os ex-cativos passaram a poder requerer a cidadania brasileira e que em outro levantamento, neste mesmo recenseamento, os africanos foram considerados estrangeiros.

Tabela 3: Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro de 1906: brasileiros x estrangeiros

NACIONALIDADE	SABEM LER			NÃO SABEM			SEM DECLARAÇÃO			TOTAL		
	H.	M.	T.	H.	M.	T.	H.	M.	T.	H.	M.	T.
Brazeiros....	171.066	137.389	308.455	135.719	145.392	281.111	5.788	5.574	11.362	312.573	288.355	600.928
Estrangeiros..	89.511	22.469	111.980	49.520	29.629	79.149	3.275	1.490	4.765	142.306	53.588	195.894
N. ignorada...	364	273	637	634	607	1.241	7.576	5.167	12.743	8.574	6.047	14.621
	260.941	160.131	421.072	185.873	175.628	361.501	16.639	12.231	28.870	463.453	347.990	811.443

Fonte: BRASIL. “Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)”.

Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907, p. 110.

Especificamente sobre a alfabetização dos ex-cativos, o único vestígio que temos está na seção destinada aos centenários, em que, dos 8 homens que sabiam ler, 4 eram “africanos¹⁶”, e em 14 mulheres, 2 eram africanas. Entre estes, um “africano” chamado João da Mina, que, segundo a legenda da foto, era solteiro e sabia ler e escrever.

¹⁶ Ressaltamos que, tanto no censo de 1906 quanto no de 1920, rotula-se como “africano” todos os ex-trabalhadores escravizados, sem que seja apontado o seu país de origem.

Figura 1: “Os Centenários” Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)
Realizado em 20 de setembro de 1906



*João Mina Africano, com 100 annos de idade.
Solteiro, africano, sabendo lêr e escrever.*

Fonte: BRASIL. “Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)”. Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1907, p. 155

Ressaltamos alguns relatos feitos no recenseamento sobre estes centenários, para que possamos tentar compreender como foram alfabetizados. O primeiro relato que apontamos, é sobre Anastacia Maria da Conceição, que aprendeu a ler e escrever com uma baronesa, no Rio de Janeiro, quando trabalhava em sua casa como ama seca.

Anastacia Maria da Conceição, com 100 annos de idade, solteira, brasileira, sabendo lêr e escrever, recenseada na estrada da Freguezia n. 65. Nasceu na Ilha do Governador e veiu muito moça morar no centro da cidade. *Até a idade de 20 annos exerceu a profissão de ama secca, servindo depois como cozinheira em diversas casas _ de familias conhecidas, taes como a do Barão de Lavradio, onde esteve mais de 20 annos.* Conheceu muito de perto D. Pedro II e toda a familia Imperial. Está em Jacarépaguá ha 10 annos. E' bastante forte, vê e ouve bem. *Aprendeu a lêr e escrever com a Baroneza de Lavradio.*¹⁷

¹⁷ BRASIL. “Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)”, p. 164.

O segundo relato que apontamos é sobre Rechelina Babbista, uma lavradora que teve 12 filhos e sabia ler e escrever:

Rechelina Babbista, com 109 annos, viuva, brasileira, sabendo lêr e escrever, lavradora, recenseada no morro das Caboclas (casa s/n). Nasceu em Campo Grande e mora ahi com um filho. Casouse aos 20 annos com Manuel Antonio Babbista, já fallecido. Teve 12 filhos, dos quaes só existe um com 82 annos e sem descendentes. Até bem poucos annos, dedicou-se aos serviços da lavoura; actualmente quasi não faz nada, porque vê e ouve pouco e anda com difficuldade.¹⁸

O terceiro relato é de Ricardo Antonio de Oliveira, lavrador, que, lia jornais ainda aos 102 annos de idade.

Ricardo Antonio de Oliveira, com 102 annos de idade, casado, brasileiro, sabndo lêr e escrever, lavrador, recenseado no Morro das Caboclas (casa s/u). Vê, ouve e anda bem. [...] Lê jornaes e discute todos os assumptos. Todo o serviço da sua lavoura é fiscalizado por elle ; trabalha ainda de enxada quando é preciso.¹⁹

Finalizamos com o relato sobre João Mina, africano que trabalhou como operário “e residiu algum tempo na Bahia” onde, provavelmente, trabalhou como escravizado, embora esse dado seja omitido de todos os relatos apresentados. Lutou na Guerra do Paraguai (1864-1870), na qual trabalhadores escravizados alistaram-se – a fim de conseguirem sua liberdade - ou foram recrutados para servir nas tropas de primeira linha ou no exército dos “Voluntários da Pátria”.

João Mina, com 100 annos de idade, solteiro, africano, sabendo lêr e escrever, operario, recenseado no Asylo de S. Francisco de

¹⁸ BRASIL. “Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)”, p. 165.

¹⁹ BRASIL. “Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)”, p. 168.

Assis. Veiu para o Brazil com 15 annos de idade e residiu algum tempo na Bahia. Tomou parte na guerra do Paraguay.²⁰

No jornal *Voz do Povo*: órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral, de 06 de fevereiro de 1920, defende-se que

No Brasil, a educação e o ensino sobrelevam, em importancia, a qualquer outro problema nacional. As estatísticas desolam a todos aquelles que têm o coração em seu logar e que não o substituíram por nenhum seixo áspero e brutal.

População: 25.000.000, sendo, 18.750.000 completamente analphabetos; 4.700.000 lendo mal e escrevendo peor, e somente 1.550.000 mais ou menos cultos.

[...]

O profundo analphabetismo da quasi totalidade da população do paiz, especialmente da que habita o interior, é um flagello, cujas desoladoras conseqüências todos nós sabemos: o analphabetismo abre cova á dignidade humana, annullando os individuos e estagiando o progresso. Ha, no Brasil inteiro, pouco mais de 5.000 escolas: é pouco. Regem-nas professores que, infelizmente, em sua maioria faz do magistério meio de vida: é vergonhoso!²¹

De acordo com o recenseamento realizado em 1920²², mesmo ano da publicação destes dados no jornal operário carioca citado, a população brasileira era de 30.635.605, sendo que, destes, apenas 17.557.282 possuíam a idade mínima para terem sido escolarizados. Dos 17.557.282, 11.401.715 não sabiam ler e escrever (64,94%). Apesar de apenas 6.155.567 habitantes saberem ler e escrever (35,06%) segundo o recenseamento, este número é maior

²⁰ BRASIL. “Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)”, p. 155.

²¹ *Voz Do Povo*, Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 1920. Disponível em:

http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00002.pdf. Acessado em 01 ago. 2018.

²²BRASIL. Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. Directoria Geral de Estatistica. “Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920”. Volume II (1ª parte) - População do Rio de Janeiro (Districto Federal). Rio de Janeiro: Typografia da Estatistica, 1923. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6383.pdf>. Acessado em 15 nov. 2015.

que o divulgado no jornal: 25% de alfabetizados (sendo, destes, de acordo com o jornal, apenas 6,2% “mais ou menos cultos”).

No Recenseamento do Brasil realizado em 1920, na 1ª Parte do Volume II, que se refere à população do Rio de Janeiro, na época, Distrito Federal, defende-se o avanço brasileiro em matéria de instrução. Na parte que se refere à população segundo o grau de instrução, defende-se que apesar de “Em materia de instrucção publica elementar, a capital do Brazil”²³ ainda não ter alcançado os índices de outros centros urbanos de igual importância, como, por exemplo, “da Hollanda, da Noruega, da Dinamarca e da Suissa, que aboliram por inutil, nos inqueritos censitarios, o quesito relativo ao analfabetismo”, era evidente o progresso que se obtinha sob o ponto de vista da instrução primária. Assim, a “porcentagem dos analphabetos em relação á população total baixou de 63,8 %, em 1872, a 38,7% em 1920”, chegando a 28% se fossem eliminadas do cálculo as crianças com idade inferior a 7 anos.

No mesmo recenseamento, apresenta-se a comparação (Tabela 4), em números, dos dados sobre alfabetização da capital brasileira com os de outras cidades importantes do mundo. Assim, percebe-se que o Rio de Janeiro apresentava os seguintes índices de alfabetização: 61,3% da população de todas as idades sabiam ler, sendo que, na zona urbana, esse índice subia para 65,6%. Entre os maiores de 7 anos, esse índice era maior: 72% da população sabia ler, sendo que na zona urbana tinha-se 75,7%, enquanto entre os maiores de 15 anos o índice era de 74,2% no distrito federal e de 77,2% na zona urbana do Rio de Janeiro, ficando com os índices próximos aos da cidade de Madrid.

Assim, em comparação com cidades de outros países, os dados do recenseamento mostram que os índices de alfabetização da capital brasileira eram superiores aos da cidade do México (42,5% da população total), Santiago (57,4% da população total) e Lisboa (44% da população total e 56,8% da população urbana). No

²³ BRASIL. “Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920”, p. 105.

entanto, os índices de alfabetização da capital brasileira eram menores que os de Buenos Aires (82,2% dos maiores de 7 anos e 69,4% da população total), Montevideo (65,3% da população total), das cidades dos Estados Unidos (em que os índices de alfabetização superavam os 90% dos maiores de 7 anos), de Bruxelas (88,4%), Paris (92,5% dos maiores de 7 anos) e Roma (84,5% dos maiores de 7 anos e 75,7% da população total).

Tabela 4: Quadro comparativo dos índices de alfabetização de grandes cidades do mundo

CIDADES	ANNO	TODAS AS IDADES		7 E + ANNOS		15 E + ANNOS	
		Sabem ler	Não sabem ler	Sabem ler	Não sabem ler	Sabem ler	Não sabem ler
Buenos Aires (<i>capital federal</i>)	1914	694	306	822	178	—	—
México (<i>distrito federal</i>)	1900	426	574	—	—	—	—
Montevideo	1908	653	347	—	—	756	244
Santiago	1907	574	426	—	—	680	320
Washington (<i>district of Columbia</i>)	1920	—	—	(1) 972	(1) 28	(2) 970	(2) 30
Chicago (<i>cidade</i>)	1920	—	—	(1) 954	(1) 46	(2) 948	(2) 52
New York (<i>cidade</i>)	1920	—	—	(1) 938	(1) 62	(2) 934	(2) 66
Philadelphia (<i>cidade</i>)	1920	—	—	(1) 960	(1) 40	(2) 957	(2) 43
Rio de Janeiro (<i>Distrito Federal</i>)	1920	613	387	720	280	742	258
Rio de Janeiro (<i>zona urbana</i>)	1920	655	344	757	243	772	228
Berlim	—	—	—	—	—	—	—
Bruxelas (<i>arrondissement administratif</i>)	1910	784	216	884	116	892	108
Bruxelas (<i>communa</i>)	1910	818	182	887	113	890	110
Lisboa (<i>distrito</i>)	1920	440	560	—	—	—	—
Lisboa (<i>cidade</i>)	1911	568	(3) 432	641	(3) 359	644	(3) 356
Madrid (<i>provincia</i>)	1900	631	369	718	282	(2) 717	(2) 283
Madrid (<i>capital</i>)	1900	695	305	777	223	(2) 781	(2) 219
Paris	1911	—	—	(1) 925	(4) 75	941	59
Roma (<i>communa</i>)	1911	757	(3) 243	845	(3) 155	841	(3) 159
Viena	—	—	—	—	—	—	—

Fonte: BRASIL. “Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920”, p. 113.

Sobre a relação entre alfabetização e nacionalidade, o censo aponta que em 1920 já havia diminuído a proporção de estrangeiros residentes no país, em comparação à 1906, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5: Presença de estrangeiros no Brasil nos anos 1856, 1870, 1890, 1906 e 1920

NACIONALIDADE	1856	1870	1890	1906	1920
Brazileiros	55,9	66,6	76,2	74,1	79,2
Estrangeiros.....	44,1	33,4	23,8	25,9	20,8

Fonte: BRASIL. “Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920”, p. LI.

Em 1920 são contestados os dados sobre os centenários do censo de 1906. Além disso, poucos relatos são encontrados sobre a vida dos centenários, dificultando o entendimento sobre a sua alfabetização. Os recenseadores são bastante sucintos sobre a nacionalidade dos recenseados, dizendo que quanto “aos centenários estrangeiros, revelam os algarismos censitários, apurados em 1920, a sua predominância entre os africanos e portugueses (25 africanos e 7 portugueses)”²⁴, não indicando quantos destes são homens e mulheres. Sobre a instrução destes, também há um breve resumo, que não indica a relação entre sexo e grau de instrução:

Em matéria de instrução são muito precárias as condições dos centenários. Os coeficientes de analfabetismo, verificados no inquerito de 1920, atingem entre eles a 90%, sendo quasi idénticas as taxas correspondentes aos brasileiros e aos estrangeiros (91% entre os primeiros e 89% entre os segundos).²⁵

Entre os poucos relatos apresentados nesse recenseamento, temos os sobre Eugenia da Rocha Bittencourt, brasileira, que sabia ler e escrever, e Emilia de Jesus Bernardes, portuguesa, que

²⁴ BRASIL. “Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920”, p. CIV.

²⁵ BRASIL. “Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920”, p. CIV.

também sabia ler e escrever (Figura 2). Sobre suas vidas, não temos muito o que recuperar com os breves relatos apresentados no censo. No entanto, acreditamos que, como os números apresentados, ou até mais do que estes, os relatos nos esclarecem sobre o quadro da alfabetização durante a República Velha.

Figura2: Centenárias no censo de 1920



Fonte: BRASIL. “Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920”, p. LI.

Neste mesmo recenseamento, os gráficos (Gráfico 1) mostram que o número de mulheres alfabetizadas na cidade do Rio de Janeiro aumentou em 1920 em relação a 1906, de 38,03% para 65,7%.

Na Figura 3, podemos ver essa relação em números: dos homens, 398.144 sabiam ler, enquanto 200.163 não sabiam. Das mulheres, 312.108 sabiam ler, enquanto 247.458 não sabiam. Ao observar a imagem, extraída do recenseamento, um aspecto salta aos olhos.

Um aspecto curioso da ilustração é que a ilustração relativa aos “Homens que sabem ler” traz um homem carregando um livro em uma mão e uma caneta em outra, o que pode simbolizar que estes não sabiam apenas ler, sabiam escrever também. Enquanto isso, a ilustração relativa às “Mulheres que sabem ler” traz uma mulher carregando algo que parece ser um jornal em uma mão e uma bolsa em outra.

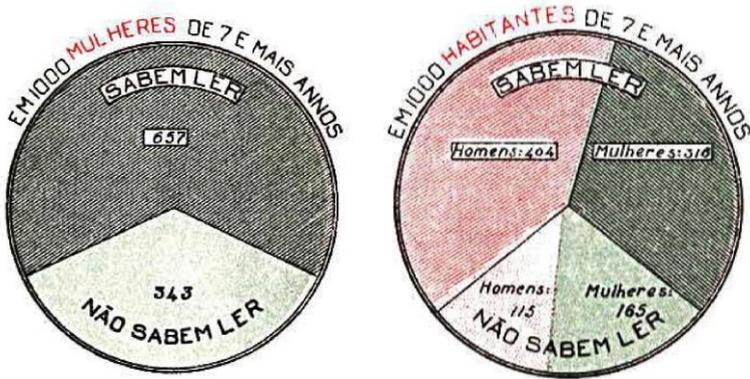
Figura 3: Alfabetização segundo gênero/sexo no Rio de Janeiro em 1920
POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (DISTRICTO FEDERAL)
 SEGUNDO O **GRÃO DE INSTRUÇÃO**



Fonte: BRASIL. “Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920”, p. 113.

Nos gráficos do censo (Gráfico 1), vemos que, em 1920, já são menos desproporcionais os índices de alfabetização das mulheres em relação aos números do gráfico do recenseamento de 1906.

Gráfico 1: Homens e mulheres que sabiam ou não ler em 1000 habitantes no Rio de Janeiro de 1920



Fonte: BRASIL. “Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920”, p. 113.

No recenseamento de 1920, é defendido que no “confronto da população nacional com a estrangeira, sob o ponto de vista do gráo de instrução, demonstra que no grupo de 15 e mais annos os coeficientes de analphabetismo são muito maiores entre os estrangeiros do que entre os brasileiros, quer no sexo masculino, quer no sexo feminino” (BRASIL, 1923, p. CXI). Assim, é dito que 83,5% dos homens brasileiros com mais de 15 anos sabiam ler, enquanto que, entre os homens estrangeiros, esse número caía para 77,1%. Entre as mulheres, 69,8 das brasileiras sabiam ler, enquanto apenas 54% das estrangeiras eram alfabetizadas, de acordo com o censo. As estatísticas de 1920, portanto, negam as de 1906, em que o número de estrangeiros alfabetizados era maior que a dos brasileiros, como já apontamos.

Para finalizar, apontamos que não temos os dados de 1930, pois, apesar do Decreto-lei nº 5.730, de 15 de outubro de 1929, o V Recenseamento Geral da população não ocorreu no ano posterior. De acordo com o IBGE (1996) foram motivos de ordem política que fizeram que não ocorresse. Entre esses motivos, destacamos a chamada Revolução de 1930, que marca o fim da República Velha.

A educação da classe trabalhadora

Embora contestemos os dados dos censos e a sua utilidade, é importante lembrar que, no Brasil da Primeira República, muitas trabalhadoras (e principalmente elas) e trabalhadores não sabiam ler nem escrever. Esse fato talvez exigisse que os jornais e boletins dos sindicatos e grupos fossem lidos “em voz alta, em grupo, nos locais de trabalho, à hora do almoço, ou nas sedes das associações para que a maioria de analfabetos pudesse ouvir, compreender as idéias, os métodos de luta, memorizá-los, assimilá-los!”²⁶, o que explica um pouco da disparidade entre os números apontados e a realidade da imprensa operária. No entanto, essa explicação não faz com que tenhamos dados satisfatórios para compreender como se dava a relação entre a classe trabalhadora, o ensino, a leitura, a escrita e a imprensa operária.

Como mostra Maria Alice Rosa Ribeiro²⁷, “o ensino industrial tem sido um dos temas esquecidos pela historiografia econômica. Ribeiro defende que as abordagens que estudam a constituição do mercado de trabalho para a indústria têm sem preocupado mais em quantificar o contingente de trabalhadores do que em verificar como esses trabalhadores adquiriam uma formação profissional. Busquemos alguns dados.

O primeiro aspecto que destacamos é que entre os trabalhadores, em algumas regiões do país, como na cidade de São Paulo,

[...] certos fatores contribuíram para difundir a alfabetização, se não mesmo uma instrução compensadora. As tipografias da cidade tornaram possível a existência de cartilhas baratas. Uma lei provincial de março de 1874 levou avante a intenção de

²⁶ RODRIGUES, Edgar. “O anarquismo na escola, no teatro, na poesia”. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda, 1992, p. 48.

²⁷ RIBEIRO, Maria Alice da Rosa. “O ensino industrial: memória e história”. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.). História e memórias da educação no Brasil. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2005, v. 3, p. 209.

reforma de 1846 tornando compulsória a educação de meninos de 7 a 14 anos e meninas de 7 a 11 anos em todas as cidades que tivessem escolas oficiais ou oficialmente subvencionadas. Em números redondos, a taxa de alfabetização na cidade de São Paulo (para pessoas de mais de 6 anos) subiu de 5% (1836) para 30% (1872) e 45% (1887).²⁸

Tendo como objetivos aumentar a participação nas organizações e alfabetizar os trabalhadores, anarquistas e sindicalistas procuraram fundar centros, escolas e ateneus ou grêmios culturais. A ação destes procurava contribuir para aumentar o conhecimento dos trabalhadores, alicerçada na ideia de que uma nova sociedade passava por uma nova educação.

Desta forma, muitos trabalhadores foram alfabetizados “através das escolas de militantes, de oradores, fundadas nos sindicatos, as seções de leituras comentadas, os debates ideológicos, as conferências, as controvérsias, os círculos de estudos, os grupos teatrais”²⁹.

Havia, inclusive, a defesa, nessas escolas, de uma educação específica para a classe trabalhadora, não ortodoxa e não oficial. No anúncio da Escola Libertária Germinal, em Bom Retiro, São Paulo, feito no jornal *O Amigo do Povo* de 26 de novembro de 1904 vemos essa defesa:

Trabalhadores, não vos iludais!... Ai! do deserdado que confia na providência dum deus quimérico, na tutela do governo ou na beneficência burguesa!... Trabalhadores, despertai!... Nas escolas subsidiadas, ortodoxas, oficiais, esgota-se a potencialidade mental e sentimental dos vossos pequeninos, com a masturbação vergonhosa e constante de mentirosa solidariedade no trabalho, na expansão e nas calamidades pátrias ... Animai os promotores ou regentes de escolas racionalistas, das quais sejam

²⁸ MORSE, 1970, apud VITORINO, Artur José Renda. Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro 1858 – 1912). São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000, p. 64.

²⁹ RODRIGUES. “O anarquismo na escola, no teatro, na poesia”, p. 43.

rigorosamente banidas as superfluidades e traições do ensino ortodoxo.³⁰

Isso porque, muitas vezes, as escolas organizadas pelos industriários visavam disciplinar a classe trabalhadora, fazendo com que essa, pela gratidão ao patrão que proporcionava sua alfabetização, não reivindicasse seus direitos. Essa tentativa de fazer com que a classe trabalhadora fosse grata aos seus patrões é visível na argumentação do seguinte texto, publicado no jornal *A Ordem*, órgão do Partido Republicano Mineiro, de 7 de setembro de 1922:

[...] Facultativo como é o trabalho noturno, não impede os operários analfabetos de frequentarem a escola primaria que funciona á noite nesta cidade, o que geralmente fazem com proveito.

No Cedro existe uma escola Estadoal, creada a pedido do Cel. Francisco Ribeiro, chefe da firma Ribeiro & Costa, a fim de beneficiar os filhos dos operarios da fabrica daquela localidade.

Essa criteriosa organização industrial deixa aos operarios, ao mesmo tempo, o campo aberto ao aumento de seus salários e os meios fáceis de se desanalfabetizarem. Assim, operarios de Montes Claros! Sempre que tiverdes vossos braços amestrados movendo as machinas productivas das industrias de nossa terra, deveis ter o pensamento elevado a Deus, em agradecimento por haver legado uma patria liberal, onde patrões e operarios vivem no mesmo plano, mãos nas mãos, confundidos pela democracia, solidarios, fraternizados.³¹

Várias eram as escolas criadas pelos patrões. De acordo com relato de Palmira Petratti Teixeira, citado no *Informativo do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo – AHM*, havia, na Vila Operária Maria Zélia, em 1924 denominada Vila Scarpa, uma

³⁰ *O Amigo do Povo*, São Paulo, 26 de novembro de 1904, p. 4.

³¹ *A Ordem*, Minas Gerais 7 de setembro de 1922.

estrutura escolar bastante organizada, da creche ao “grupo escolar”:

[...] Da crèche a creança após a idade de 4 annos passa para o Jardim da Infancia onde as creanças de 4 a 7 annos recebem instrucção segundo o desenvolvimento de cada uma. [...] Como a creche o predio da crèche, o do jardim obedece a um plano intelligente. Occupa uma quadra inteira onde se encontram. [...] O prédio é dotado ainda de três dormitórios, com 20 leitos cada um, refeitório, copa, cozinha, aparelhos sanitarios com rigorosa hygiene e, por fim, lavanderia electrica para a quotidiana limpeza de 360 peças de roupa.[...] O “Jardim da Infancia” foi instituido sómente para as creanças, filhas dos operarios que trabalham na fabrica, quando estas não têm em casa quem tome conta das mesmas.[...]

Chegada a creança a idade de 7 annos passará para o Grupo Escolar installado num prédio com 10 salões bem illuminados, esplendidos recreios, aparelhos sanitarios, agua filtrada, mobiliario de carteiras isoladas, seguindo em tudo os mhetodos da pedagogia moderna. As creanças aprendem a ler, contar e escrever. [...]

Funcionam 4 classes no periodo da manhã para meninos, e 4 no periodo da tarde para meninas, e 2 classes no periodo da noite para rapazes e moças operárias. [...]

O total dos alumnos que frequentam os períodos nocturnos e diurnos do Grupo é de 419, que adicionados as 56 crianças da creche e as 103 do Jardim da Infância, somam 578 filhos de operários educados gratuitamente [...]

Ao lado do gabinete está a pharmácia com a sua pharmaceutica e auxiliares. Ahi se aviam as receitas dos operarios a preço minimo, sendo que os remedios applicados pelo medico da casa ás crianças da creche e jardim, são distribuidos gratuitamente [...].³²

O ensino profissional também teve grande importância na época. Em São Paulo, por exemplo, a partir da década de 1880, foi criado o Liceu de Artes e ofícios pelos fazendeiros, profissionais

³² TEIXEIRA apud JUCÁ, Ana Lúcia Almeida de Oliveira; LOPES, Arzelinda Maria. “A vida numa vila operária”. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (19): jul/ago.2008 Disponível em: <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>. Acessado em 3 jul. 2016.

liberais e empresários da construção civil. Os cursos profissionalizantes substituiriam os cursos de alfabetização “das classes mais desfavorecidas”, ministrados pela antiga Sociedade Promotora de Instrução³³. Em Porto Alegre, o Instituto Técnico Parobé, de forma semelhante ao Liceu, foi fundado em 1906, com a mesma finalidade, de ministrar cursos profissionalizantes. No entanto, essas instituições não buscavam qualificar as mulheres trabalhadoras, uma vez que os cursos oferecidos, de mecânica, engenharia, eram oferecidos apenas para homens. Um exemplo disso é que uma dessas instituições, a Escola Masculina do Brás, de São Paulo, já apresentava esse intuito em seu nome.

Havia, porém, escolas para a educação das operárias. Um exemplo foi a escola paulista organizada pelo Centro Feminino Juvenil Idealista³⁴ (CFJI) em 1915, em que eram ministradas, para a instrução primária das operárias, aulas dominicais gratuitas. O CFJI também organizou uma pequena biblioteca³⁵. Matilde Soares³⁶ anunciava a escola no jornal a Plebe de 31 de agosto de 1920:

Escola Para Operárias:

O Centro Feminino Jovens Idealistas, esforçando-se por proporcionar as operárias oportunidade de conseguir uma situação despida dos falsos tradicionalismos e preconceitos sociais, criou duas escolas gratuitas, que estão funcionando na Rua Borges de Figueiredo, 37, e na Rua Jolí, 125. Dias e horários das aulas; às quintas feiras das 19 às 21 horas, e aos domingos, das 14 às 17 horas.³⁷

³³ RIBEIRO. “O ensino industrial: memória e história”, p. 211.

³⁴ Também chamado de Centro Feminino Jovens Idealistas. Criado pelas mulheres anarquistas da família Soares: as quatro irmãs do militante anarquista Florentino de Carvalho - Maria Angelina Soares, Maria Antônia Soares, Matilde Soares e Pilar Soares - e pela mãe destas, militante espanhola Paula Soares. (cf. OLIVETTI, 2016)

³⁵ LOPES, Eliane da Silva. “Fragmentos de Mulher: dimensões da trabalhadora (1900/1922)”. Campinas: Unicamp (dissertação de mestrado), 1985.

³⁶ Uma das idealizadoras da escola, anarquista, operária, professora.

³⁷ *A Plebe*, São Paulo, 31 de agosto de 1920.

No Rio de Janeiro, a União Operária do Engenho de Dentro também disponibilizava educação popular, na escola operária Elisa Scheid, aos associados da instituição e aos seus familiares. O intuito desta, segundo Elisa Scheid³⁸ defendeu no jornal *União Operaria* de 1º de maio de 1904, era fazer com que os operários conseguissem seus direitos políticos, uma vez que, na época, o voto era proibido aos analfabetos.

Ficou assim organizado pela directora da instrucção propagadora e mantida por esta associação, a sócia d. Elisa Scheid, de accordo com os professores, o horário das aulas nocturnas: segundas, quartas e sextas, portuguez, das 7 ás 8, arithmetica das 8 ás 9, francez das 9 ás 10; terças, quintas e sabbados, portuguez das 7 ás 8, sociologia das 8 ás 9, desenho das 9 ás 10.

Para as aulas diurnas a professora em exercicio seguirá um regimento interno especial.³⁹

Desta escola e das ideias pedagógicas de Elisa Scheid, temos inúmeras notícias na imprensa da época. Contamos ao menos cem. No jornal *A Imprensa*, que tinha Rui Barbosa como redator chefe, é publicado em 30 de outubro de 1899 que a escola fundada por Elisa Scheid havia conseguido subvenção da prefeitura. A mesma notícia é dada no jornal *Gazeta de Notícias* de 25 de outubro de

³⁸ Professora, escritora e sindicalista. Foi redatora do jornal *A União Operaria*, Órgão da União Operaria do Engenho de Dentro e do Partido Operário Independente. Foi presidente da União Operaria do Engenho de dentro e do Partido Operário Independente. Acreditamos que Elisa foi a primeira mulher a ser presidente de um partido político, a primeira a ser presidente de uma associação de trabalhadoras e a primeira a ser redatora de um jornal operário. Assinou a coluna “Operarios” ou “Operariado”, no *Jornal do Brasil*, entre 1903 e 1908. São várias as notícias neste jornal de conferência nas quais Scheid foi oradora. Além da escola destacada, encontramos notícias de uma escola para mulheres trabalhadoras em Pernambuco, fundada em 1905, que recebeu seu nome, para homenageá-la. Escreveu uma série de artigos sobre a questão dos índios brasileiros, que foram publicados no jornal *Correio da Manhã*. No *Correio da Manhã* também encontramos notícias suas e da União Operária da qual fazia parte, na seção “Vida de Operário”. Seu livro sobre a questão dos índios teve o seu pedido de impressão negado pelo Senado. O fato foi noticiado pelo jornal *O Paiz* de 30/11/1902. Sua escrita sobre os índios era influenciada pela sua ascendência: era filha de uma índia. O fato foi registrado na revista *Renascerça* de 11 de novembro de 1905, na qual um artigo sobre a biografia de Scheid foi publicado. No artigo, é dito que Elisa, filha de um alemão socialista e de uma índia criada na natureza, tinha a alma duplamente livre.

³⁹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1905.

1901. Em 8 de fevereiro de 1903 é publicado um edital da prefeitura cidade nesse mesmo jornal, solicitando que os professores da escola fossem à prefeitura, para que essa verificasse sua habilitação. No *Jornal do Brasil* de 7 de julho de 1901, é publicado um artigo de Elisa Scheid sobre creches para os filhos das mulheres trabalhadoras. Na apresentação do artigo, é dito que

Em tempos ventilou-se na imprensa desta capital [Rio de Janeiro] a idéa para permanencia, durante o dia, das criancinhas cujas mães necessitam trabalhar fora de suas casas, em fabricas, estabelecimentos de costuras e outros centros de trabalho. [...] A inteligente senhorita Elisa Scheid, uma das mais fervorosas propagandistas dessa altruística idéa, enviou ao *Jornal do Brasil* o artigo que adiante publicamos, applaudindo a criação da creche.⁴⁰

No artigo, Elisa defendia, em um tom bastante religioso, apelando para a caridade das mulheres da classe dominante que

[...] Na quadra que atravessamos – quadra de penosas dificuldades e dolorosas privações para a classe operaria e para aqueles que amanhã só podem contar com o escasso producto do trabalho de hoje – a fundação de uma creche será como uma benção do Céu. Virá suavisar a miseria que campeia em muitos lares, porque libertando os braços da pobre família, ella poderá confiante e alegre, buscar no trabalho cotidiano, pelo menos algum conforto para a sua prole. [...]⁴¹

Nos anos 1920, nas instituições profissionalizantes, foi iniciada a defesa da racionalização do trabalho, impulsionada pelas teorias tayloristas e fordistas. Assim, “era preciso preparar trabalhadores para que executassem seu trabalho de modo a eliminar todo e qualquer movimento inútil e que produzissem mais em um menor tempo de trabalho”⁴².

⁴⁰ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1901.

⁴¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1901.

⁴² RIBEIRO. “O ensino industrial: memória e história”, p. 219.

Outra importante fonte para a instrução da classe trabalhadora foram os jornais operários. Na época, mais de 350 jornais circulavam pelo país (vide tabelas do Anexo 1⁴³), com tiragens elevadas (até 10.000 exemplares, de acordo com Ferreira, 1978). Nestes, temos, muitas vezes, inclusive, a tentativa de ensinar regras gramaticais, como é o caso do jornal *O Artista*: órgão da classe operária, que circulava no Pará. Nele, vemos explicações feitas por um professor:

CARTA AO PROFESSOR

ISMAEL NOVAES

Prezado Collega e Amigo.

Como amo a literatura e o collega é um excellent preceptor, desejo que me responda á estas perguntas:

Como é melhor dizer-se:

—Uma porção dos taes individuos vieram ou veio da igreja ?

A meu ver, estes modismos são *mui portuguezes*; é certo, porém, que no primeiro a phraseologia está alterada.

Os melhores escriptores da língua portugueza, em taes casos, empregam o verbo no plural, como V. não ignora.

Uns exemplos dos verbos haver e jazer:

— Ha meninos, etc—

—As moças que haviam chegado ao ribeiro, etc—

—Aqui jaz ou jazem os restos mortaes de...

O verbo do primeiro exemplo está no singular.

«O verbo concorda em numero e pessoa com o sujeito» (Gram. port.)

Mas o sujeito não é meninos, sim a terra ou planeta que habitamos; ficando esta syntaxe:

A terra tem meninos.

O verbo do segundo exemplo está bem empregado.

O verbo do terceiro exemplo fica no singular, porque- de direito, o

meio é esse:

Aqui jaz F. de tal em restos mortaes.

⁴³ Tabelas adaptadas de FERREIRA, 1978. Nas tabelas, inserimos alguns jornais que pesquisamos e algumas informações que julgamos pertinentes (destacamos em itálico).

Concorda?

[...]

Seu humilde collega, José Accacio. ⁴⁴

Mesmo que não defendamos a “disposição que leva a “se vigiar”, a “se corrigir”, a procurar a “correção” através de correções permanentes”⁴⁵, por acreditarmos que a padronização está a serviço da legitimação de certas variedades linguísticas, o que acaba por silenciar outras formas de falar, pensamos que esse exemplo mostra a preocupação dos jornais operários pela instrução da classe trabalhadora.

Nessa mesma edição do jornal *O Artista*, vemos a notícia sobre uma escola criada na cidade de Cameta no Pará para a classe trabalhadora. Na notícia, é apontado pelos editores “que será criada uma do sexo feminino para o mesmo lugar e que a indignada para rege-la é a Ser^a. D. Roza Nery”⁴⁶. Tal fato mostra que a educação da classe trabalhadora não era uma preocupação exclusiva dos principais centros industriais do país, nem se restringia aos homens trabalhadores.

O número de jornais e periódicos operários publicados no Brasil da República Velha, bem como sua tiragem, nos traz dúvida sobre o público leitor. Dizia-se que a classe trabalhadora era uma classe de analfabetos. No entanto, havia no Brasil da época ao menos 350 jornais operários, com tiragens de mil a 10 mil exemplares, fora os jornais operários escritos em língua estrangeira, que passavam de 60 e os jornais populares, amplamente distribuídos, como o *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil*, *Jornal da Tarde*, *Diário de*

⁴⁴ *O Artista*, Belém do Pará, 2 de agosto de 1891.

⁴⁵ BOURDIEU, Pierre. BOURDIEU, P. “L'économie des échanges linguistiques”. *Revue Langue Française*, 34, maio 1977. Traduzido por Paula Montero. Original disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1977_num_34_1_4815>. Acessado em 10 mar. 2016. Tradução disponível em: <<http://www.antropologias.org/files/downloads/2011/05/Pierre-Bourdieu-A-economia-das-trocas-simb%C3%B3licas.pdf>>. Acessado em 10 mar. 2016, p. 20.

⁴⁶ *O Artista*, Belém do Pará, 2 de agosto de 1891.

Notícias, O Estado de São Paulo, Folha da Noite e O Jornal, que possuíam tiragens a partir de 20 mil exemplares.

Conforme os censos, o número de alfabetizados no Brasil em 1920 não foi relacionado à renda. Podemos, no entanto, fazer uma estimativa superficial, conforme os dados publicados no censo de 1920 do distrito federal - Rio de Janeiro - (Figura 4), sobre as profissões em 1920.

Figura 4: Profissões em 1920



Fonte: Brasil, 1923, p. CXVIII

O número de pessoas que sabia ler e escrever correspondia a 72% da população da capital, sendo que apenas 13,7% da população correspondia à classe dominante⁴⁷, mesmo que se

⁴⁷ Consideramos pertencentes a esta as pessoas que trabalhavam na administração pública e privada (os dados não permitem distinguir cargos), na chamada “força pública” (exército, polícia, armada e bombeiros, sobre os quais os dados disponíveis não permitem distinguir patentes) e as pessoas que viviam de suas rendas, conforme nomenclatura utilizada no censo de 1920 (BRASIL, 1923). É importante destacar, no entanto, que, por não haver no censo dados sobre a renda da população (distribuição/concentração), é difícil levantar um número exato das pessoas que pertenciam à classe

considere que toda a população da classe dominante era alfabetizada, os 58,3% restantes deveriam pertencer à classe trabalhadora. Ou seja, das 710.752 pessoas alfabetizadas, 675.040 pertenciam à classe trabalhadora.

Artur José Renda Vitorino aponta que, de modo geral,

No que se refere aos consumidores de bens culturais, há de se presumir que existia um público leitor. Afinal, mesmo com dificuldades em averiguar quantas publicações aparecem e a tiragem dos periódicos, pode-se constatar uma variedade de títulos de jornais e revistas existentes naquela época em língua portuguesa e estrangeira.

Neste sentido, um outro aspecto importante a salientar é que a própria difusão da imprensa formou um público consumidor, apesar de uma grande maioria da população constituir-se de analfabetos e de semi-analfabetos. Ou seja, ao se propagar, a própria imprensa tornou-se meio de alfabetização. E o público alfabetizado tornou-se um consumidor de produtos literários e jornalísticos. (VITORINO, 2000, p. 63-64)⁴⁸

No jornal *Voz do Povo*: órgão da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e do Proletariado em geral, de 7 de fevereiro de 1920, é anunciado o “Grupo Feminino de Estudos Sociaes”, convidando as mulheres trabalhadoras para dele participarem. Segundo o anúncio:

O Grupo estudará com carinho e debaterá com ardor os palpantes problemas da questão social e procurará elevar, por meio de conferencias, congressos, escolas e cursos de ciencias e artes o nível intellectual e moral de suas associadas, para que se abra assim na muralha negra, tenebrosa e compacta da rotina, do

dominante. Acreditamos que a porcentagem de 13,7% seja maior que a porcentagem verdadeira, justamente por, entre as pessoas que trabalhavam na força pública e na administração pública não haver distinção de cargos e patentes. Além disso, ressaltamos que a estimativa que fizemos cumpre somente os fins dessa análise. Não se pretende, de forma alguma, empreender uma análise econômica detalhada da época, embora fosse útil.

⁴⁸ VITORINO. “Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro 1858 – 1912)”, p. 63-64.

egoísmo, da ignorância e da hipocrisia, de todos os preconceitos e de todas as opressões, uma brecha, uma fresta, uma frincha por onde livremente irradie um pouco de Vida e do Ideal.⁴⁹

Certamente, estes grupos de estudos não entraram para as estatísticas oficiais, dos censos e dos governos. Assim, para finalizar, destacamos que a realidade da classe trabalhadora da época só pode ser recuperada através de seus fragmentos, que precisam ser encontrados.

Considerações finais

“Ignorante, incapaz, cego, dependente, portador de uma doença grave que precisa ser extirpada. [...] Alguém que precisa de carta de alforria, porque vive em uma espécie de escravidão”: as representações do analfabeto com as quais nos deparamos “estão inscritas nessa rede de discursos que foram elaborados e disseminados ao longo da nossa história”⁵⁰.

A classe trabalhadora da República Velha foi uma classe de analfabetos, como mostram as representações feitas pela classe dominante? Talvez. No entanto, os dados dos recenseamentos da época não nos parecem ser corretos quando calculamos a porcentagem de jornais que circulavam no país para o número de alfabetizados. Acreditamos, assim, na importância de trazer a luz esses dados para compreendermos a política do preconceito linguístico no país e o ideal normatizador da língua, reforçado pela classe dominante da época (que permanece, ainda, nos dias atuais).

Para isso, neste artigo, problematizamos as informações sobre a alfabetização na República Velha encontradas nos censos da época. Além disso, procuramos mostrar como a criação dessa representação da classe trabalhadora foi um processo longo, desenvolvido a partir do preconceito em torno da população que

⁴⁹ *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1920.

⁵⁰ SOARES; GALVÃO. “Uma História da alfabetização de adultos no Brasil”, p. 257.

“não sabia” falar português, da população “analfabeta” que se instalou no Brasil desde a época da colonização do país.

Sobre a política do preconceito linguístico, destacamos o preconceito sofrido pela classe trabalhadora através da representação que dela fazia a classe dominante, como uma classe analfabeta. A escolarização não foi uma preocupação da classe dominante desde a colonização, até a Primeira República. As poucas leis criadas na época, em que o ensino ainda não era obrigatório, tiveram a intenção de homogeneizar a linguagem utilizada no país, detendo a africanização e a “indigenização” da língua. Outras leis, no entanto, foram criadas para excluir os analfabetos da cidadania, dificultando o acesso das classes subalternizadas a possíveis direitos políticos, a exemplo do direito ao voto.

Neste artigo, defendemos que a questão do analfabetismo foi um dos maiores estereótipos sobre a classe trabalhadora brasileira do período que analisamos, uma vez que foi essa representação um dos aspectos que fez com que trabalhadoras e trabalhadores não conseguissem participar de algumas esferas discursivas.

Vimos como, durante a Primeira República, a alfabetização foi problematizada e discutida, tanto nos censos, quanto na imprensa. Lembramos que, mesmo que tenhamos contestado os dados dos censos, devido ao fato de serem, muitas vezes, contraditórios, no Brasil da Primeira República, muitas trabalhadoras e trabalhadores não sabiam ler nem escrever e apontamos algumas estratégias adotadas pela classe trabalhadora para mudar este quadro, tais como a leitura de jornais operários e boletins dos sindicatos em grupos, em voz alta, a criação de escolas e de grupos de estudo e o próprio acesso aos jornais. Vimos assim como, visando aumentar a participação nas organizações e alfabetizar os trabalhadores, anarquistas, socialistas e sindicalistas procuraram fundar centros, escolas e ateneus ou grêmios culturais.

Mostramos que, embora se defendesse que a classe trabalhadora era uma classe de analfabetos, os números dos

jornais existentes na época parecem não condizer com esta informação. Havia no Brasil, na República Velha, ao menos 360 jornais operários, com tiragens de mil a 10 mil exemplares, com frequência variada, fora os jornais operários escritos em língua estrangeira, que passavam de 60, e os jornais populares, amplamente distribuídos, que possuíam tiragens a partir de 20 mil exemplares. Acreditamos que, através dos dados analisados, conseguimos alcançar um dos objetivos que tínhamos, que era buscar respostas a respeito da alfabetização da classe trabalhadora da época.

Referências

A Ordem, Minas Gerais 7 de setembro de 1922.

A Plebe, São Paulo, 31 de agosto de 1920.

BILAC, Olavo apud RIO, João do. “O momento literário”. Rio de Janeiro: Edições do Departamento Nacional do Livro/ Fundação Biblioteca Nacional, 1994. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/momento_literario.pdf>. Acessado em 3 ago. 2018, p. 6, grifo nosso.

BOURDIEU, Pierre. BOURDIEU, P. “L'économie des échanges linguistiques”. *Revue Langue Française*, 34, maio 1977. Traduzido por Paula Montero. Original disponível em: <http://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1977_num_34_1_4815>. Acessado em 10 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. “Recenseamento do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920”. Volume II (1ª parte) - População do Rio de Janeiro (Districto Federal). Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, 1923. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6383.pdf>>. Acessado em 15 nov. 2015.

BRASIL. “Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal)”. Realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1907. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>>. Acessado em 15 ago. 2018, p. 107.

CANDIDO, Antonio. “Uma palavra instável”. In: _____. Vários escritos. 4ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas Cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 215-225.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 23 de abril de 1905

FARACO, Carlos Alberto. “História sociopolítica da língua portuguesa”. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

GALVÃO, Ana Maria; SOARES, Leôncio José Gomes. História da alfabetização de adultos no Brasil. In: ALBUQUERQUE, Eliana Borges; LEAL, Telma Ferraz (Org.). *A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, Flávio. “*Negros e Política: 1888-1937*”. Rio de Janeiro: Zahar 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). “Anuário Estatístico do Brasil de 1996”. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. v. 56. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1996.pdf>. Acessado em: 3 mar. 2016.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1901.

LOPES, Eliane da Silva. “Fragmentos de Mulher: dimensões da trabalhadora (1900/1922)”. Campinas: Unicamp (dissertação de mestrado), 1985.

MORSE, 1970, apud VITORINO, Artur José Renda. Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro 1858 - 1912). São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

O Amigo do Povo, São Paulo, 26 de novembro de 1904, p. 4.

O Artista, Belém do Pará, 2 de agosto de 1891.

RAGO, Margareth. “Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)”. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RIBEIRO, Maria Alice da Rosa. “O ensino industrial: memória e história”. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. (Orgs.). História e memórias da educação no Brasil. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

RODRIGUES, Edgar. “O anarquismo na escola, no teatro, na poesia”. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda, 1992.

SANT'ANNA, Márcia. “Escravidão no Brasil”. 2003, edição kindle.

TEIXEIRA apud JUCÁ, Ana Lúcia Almeida de Oliveira; LOPES, Arzelinda Maria. “A vida numa vila operária”. Informativo Arquivo Histórico Municipal, 4 (19): jul/ago.2008 Disponível em: <<http://www.arquivohistorico.sp.gov.br>>. Acessado em 3 jul. 2016.

VITORINO, Artur José Renda. “Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro 1858 - 1912)”. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

Voz Do Povo, Rio de Janeiro, 06 de fevereiro de 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00002.pdf>. Acessado em 01 ago. 2018.

Arte de protesto na imprensa operária brasileira: imagens, contos, poesias e suas funções políticas no mundo do trabalho

Caroline Poletto¹

Antes de mais nada é preciso assinalar que o presente trabalho tem como foco temas relativos à constituição de imaginários sociais, aos conflitos e às representações, à produção e circulação de ideias nos veículos da chamada “pequena imprensa”. De forma que pretende se inserir entre os novos estudos e problemáticas possibilitados por um “diferente olhar” sobre as fontes do anarquismo e do anticlericalismo, uma vez que procura demonstrar o interesse pelos estudos de circulação de ideias nessa imprensa contestatória, as tentativas empregadas por essa imprensa na formação de um imaginário subversivo, a importância da utilização da imagem e da literatura nessa formação e a consequente (des) construção do “outro” baseada na formação de estereótipos claramente verificados. Sendo assim, o presente trabalho pretende desenvolver algumas questões referentes à estética libertária e anticlerical, principalmente

¹ Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Técnica-administrativa do IFRS – Campus Bento Gonçalves. E-mail: caropoletto@gmail.com.

Esse artigo é fruto de uma discussão mais ampla realizada na minha tese de doutorado intitulada “A Imaginação Subversiva ao Redor do Mundo: imagens, poesias e contos de protesto na imprensa anarquista e anticlerical (Espanha, Argentina e Brasil, 1897-1936), defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos.

àquelas referentes ao papel dos recursos imagéticos e literários na imprensa operária, apresentando reflexões importantes sobre arte e cultura libertária e anticlerical; reflexões essas que poderão ser observadas através da análise prática de algumas ideias-imagens que constituíram parte do imaginário subversivo da classe operária brasileira durante a Primeira República, principalmente ideias-imagens centradas na denúncia dos seus inimigos e na potência transformadora dos operários unidos.

Para dar conta desses objetivos serão utilizados como fonte jornais e revistas de viés libertário que circularam pela imprensa paulistana² e porto-alegrense³ e jornais de cunho anticlerical⁴ que apresentavam, de certa maneira, alguma proximidade e simpatia com o anarquismo e os anarquistas. Ou seja, os dois jornais anticlericais que serão utilizados na presente pesquisa apresentam alguma relação com o movimento anarquista tendo, em determinados momentos, contado com os mesmos colaboradores das folhas anarquistas **A Luta**⁵ e **A Plebe**, ou seja, colaboradores que estavam inseridos no movimento anarquista brasileiro; outro indício de proximidade dessas folhas anticlericais com o anarquismo aparece na divulgação da relação das publicações recebidas em suas redações, sendo muitas delas publicações libertárias nacionais e internacionais.

Não há como adentrar no estudo do imaginário subversivo anticlerical e anarquista sem antes pontuar, mesmo que minimamente, algumas considerações sobre a arte de protesto de viés libertário. Os principais teóricos anarquistas que dedicaram algumas páginas a respeito da arte e da estética de protesto se aproximam quanto à sua finalidade e importância, bem como

² Será utilizado o jornal anarquista *A Plebe* (1917-1924; 1927; 1932-1935).

³ Será utilizada a *Revista Liberal* (1921-1923) de cunho libertário.

⁴ Será utilizado o jornal anticlerical paulista *A Lanterna* (1909-1916; 1933-1935) e o jornal anticlerical porto-alegrense *Lúcifer* (1907-1911).

⁵ Jornal anarquista que circulou em Porto Alegre durante os anos de 1906 a 1911.

apontam para uma ruptura com a arte burguesa ou arte comercial, procurando distanciar-se claramente da mesma. Para Kropotkin, por exemplo, é a junção de um clima de descontentamento com o desenvolvimento de uma arte de protesto, nas suas mais diversas formas de manifestação, que torna possível o motim revolucionário. É através da observação de momentos revolucionários passados, como a Revolução Francesa, que Kropotkin percebe a importância do fomento do imaginário revolucionário para o posterior advento da revolução. Para este autor, a arte precisa se unir à política, deve gerar sempre uma ação prática. Por isso, na sua concepção, os artistas têm um papel importantíssimo a desenvolver tanto no momento que antecede quanto no desenrolar do motim revolucionário. Para o teórico russo, o papel dos artistas no processo revolucionário é tão crucial ao ponto de dedicar-lhes um manifesto, um chamamento especial:

Vosotros, poetas, pintores, escritores, músicos; si comprendéis vuestra verdadera misión y el exacto interés del arte mismo, venid a nosotros; poned vuestra pluma, vuestro lápiz, vuestro cincel y vuestras ideas al servicio de la revolución; presentad con vuestro elocuente estilo y con vuestros expresivos cuadros la lucha heroica del pueblo contra sus opresores; encended el corazón de nuestra juventud con ese glorioso entusiasmo revolucionario que inflamó el pecho de nuestros antecesores; decid a las mujeres qué carrera tan gloriosa es la del marido que dedica su vida a la gran causa de la emancipación social. Mostrad al pueblo qué triste es su vida actual, y hacedle tocar con la mano la causa de su desgracia. Decidnos que racional sería la vida si no se encontrase a cada paso las locuras e ignominias de nuestro presente orden social.⁶

Proudhon, assim como Kropotkin, também reconhecerá o importante papel dos artistas no processo revolucionário, desde que esses consigam vincular a arte com a crítica social, de forma que a aspiração do artista seja tanto a de denunciar as mazelas

⁶ KROPOTKINE, Pedro (1885). Palabras de un rebelde. Palma de Mallorca: Pequeña Biblioteca Calamus Scriptorius, 1977, p.38-39.

sociais, como a de anunciar os novos tempos. A arte seria, portanto, uma arma imprescindível na luta social, à serviço da regeneração, da emancipação e da justiça. Para Proudhon, a arte tem que ser realista, prática e servir tanto como uma autocrítica como ao propósito emancipatório do povo:

[...] a arte trabalhará para o melhoramento físico e moral da espécie, e ela fará isso não por meio de hieróglifos obscuros, figuras eróticas ou imagens inúteis de espiritualidade, mas sim por meio de representações vívidas e inteligentes de nós mesmos. A tarefa da arte, eu digo, é nos alertar, nos louvar, nos ensinar, nos fazer enrubescer nos confrontando com um espelho de nossa própria consciência. Infinita em sua informação, infinita em seu desenvolvimento, tal arte estará protegida de qualquer corrupção espontânea. Tal arte não poderá possivelmente se degenerar ou perecer.⁷

Do mesmo modo que Proudhon, Bakunin também aposta numa arte realista, que possibilite o surgimento de lembranças, recordações e ações e que se desenvolva de forma espontânea e antiautoritária. Tendo isto em vista, Bakunin também aponta para a importância da arte, de forma que a considera superior à ciência, uma vez que ela é capaz de provocar na imaginação humana a recordação e o sentimento da vida, de forma a perturbar a própria imaginação e a potencializar ações práticas, possibilitando a criação de rebeldes em grande escala. Embora não tenha escrito nenhum trabalho dedicado exclusivamente à arte, Bakunin reconhece seu valor e, ao mesmo tempo, ataca agressivamente a ciência, na seguinte passagem do seu ensaio intitulado “*Considerações filosóficas sobre o fantasma divino, sobre o mundo real e sobre o homem*”:

La ciencia no puede salir de la esfera de las abstracciones. Desde ese punto de vista, la ciencia es infinitamente inferior al arte, al cual, a su vez, sólo tiene propiamente que ver con tipos generales y

⁷ PROUDHON apud ANTIF, Alan. *Anarquia e Arte*: da Comuna de Paris à queda do muro de Berlim. São Paulo: Madras, 2009, p.28.

situaciones generales, pero que gracias a un artificio propio de él sabe encararlos en formas que, aun cuando no son vivas – en el sentido de vida real –, no dejan de provocar en nuestra imaginación el sentimiento o el recuerdo de la vida: de algún modo individualiza los tipos y las situaciones que concibe, y merced a esas individualidades sin carne ni huesos – y como tales, permanentes o inmorales – que tiene el poder de crear, nos recuerda las individualidades vivas, reales, que aparecen y desaparecen ante nuestros ojos. De algún modo el arte es, pues, el retorno de la abstracción en la vida. En cambio, la ciencia es la inmolación perpetua de la vida fugitiva, pasajera pero real, en el altar de las abstracciones eternas⁸.

Tolstoi, diferentemente de Bakunin, dedica um extenso trabalho à arte e, em seu trabalho, procura responder à complexa pergunta “*o que é a arte?*”; nesse estudo minucioso e repleto de detalhes, Tolstoi trata a arte como um dos principais meios de comunicação entre os homens, de forma que a sua importância se concentre exatamente na capacidade que esta detém de humanizar, de comover e de transmitir emoções.

Arte hay si un hombre siente o cree sentir emociones de alegría, de tristeza, desesperación, valor o abatimiento, así como la transmisión de una de esas emociones a otras, si expresa todo esto por medio de sonidos que permitan a otros sentir lo que sintió. [...] Si no tuviéramos la capacidad de conovernos con los sentimientos ajenos por medio del arte, seríamos cuasi más salvajes aún, estaríamos separados uno del otro, nos mostraríamos hostiles a nuestros semejantes. De ahí resulta que el arte es una cosa de las más importantes, tan importante como el mismo lenguaje.⁹

Mas como essa potente arte a que se refere Tolstoi, Kropotkin, Bakunin, Proudhon e tantos outros é, efetivamente, visualizada na imprensa operária brasileira? Como são as imagens políticas, os

⁸ BAKUNIN, Mijaíl. *La Libertad*: obras escogidas de Bakunin. Buenos Aires: Agebe, 2005, p. 42.

⁹ TOLSTOY, Leon (1898). *?Qué es el arte?*. Buenos Aires: El Ateneo, 1949, p. 68-70.

contos e as poesias utilizadas por essa imprensa contestatária? Esses elementos estão inseridos numa tradição imagética mais ampla ou apresentam traços que remetem a acontecimentos locais? Quais são os elementos centrais que caracterizam essa arte subversiva? Qual o repertório que constitui esse imaginário forjado pelas páginas da imprensa subalterna? Antes de partir para a análise prática de fragmentos desse imaginário encontrados nos jornais brasileiros e tentar apontar algumas respostas para os questionamentos acima mencionados é salutar realizar uma caracterização mais geral sobre as imagens, as poesias e os contos divulgados nas páginas dessa imprensa e procurar mostrar o caráter de complementariedade existente entre o conteúdo textual e o conteúdo visual desse imaginário, uma vez que ambas dimensões discursivas se reforçam e reafirmam mutuamente.

Há muito o que se dizer sobre as imagens utilizadas pela imprensa operária em geral: o ilustrador Walter Crane acreditava que as crianças aprenderiam por meio de imagens antes mesmo de saber ler e escrever, o que parece bastante lógico quando se observa a grande utilização de imagens pela imprensa operária, cujo público apresentava um número considerável de analfabetos e de recém alfabetizados. As imagens apresentam ainda um forte poder de sedução e comoção, bem como o caráter do imediato, ou seja, transmitem suas mensagens numa fração de segundos e se fixam na mente do seu observador.

Portanto, o propósito das imagens não era apenas atingir o público analfabeto, mas também criar um imaginário próprio vinculado aos interesses do grupo, um imaginário de pertencimento e identificação com os princípios libertários e anticlericais, criando aquilo que o historiador Mateus denominará de “*estética de sentido*”: “[...] as imagens veiculadas potencializavam uma nova forma de atuação dos próprios anarquistas ao propor uma função inovadora, subversiva, não

apenas em conteúdo e forma, mas como uma estética dos sentidos com a força de seus atos livres e engajados”¹⁰.

As imagens utilizadas nos jornais anarquistas e anticlericais apresentam, na sua maioria, traços simples e críticas diretas, uma vez que tinham a intenção de que o seu público receptor as compreendesse de imediato, sem deixar dúvidas no ar. Assim, simplificação, clareza, ausência de múltiplos detalhes, por vezes, ironia, sarcasmo, exagero, criação de estereótipos, drama e agressividade, serão elementos constantes dessas imagens políticas.

Já as poesias utilizadas pela imprensa libertária e anticlerical têm como função primordial realizar a propaganda ácrata e anticlerical ao mesmo tempo em que se traduzem em uma forma de conhecimento; conhecimento esse que leva à compreensão dos sentimentos. Por isso, a carga emotiva das poesias aqui estudadas é bastante elevada. Através da poesia tenta-se alcançar a profundidade do operariado. A poesia comporta um trabalho minucioso sobre a linguagem, poetizando-a. Além disso, a linguagem poética conta ainda com o poder de condensação, elemento bastante apreciado numa imprensa que reclamava por carências de espaço e, por vezes, necessitava minimizar a extensão dos escritos.

Grande parte das poesias da imprensa libertária e anticlerical apresenta conteúdo breve e cortante e está em conformidade com a norma culta da época, apresentando versos ritmados e seguindo a estrutura em voga na literatura burguesa, diferenciando-se desta unicamente pelo conteúdo combativo e pela simplicidade de seus versos. Esse caráter, até certo ponto, conservador da literatura libertária, que mantém parâmetros estéticos dominantes, como a métrica e a utilização de sonetos, pode ser entendido como uma marca de “*respectability*” no sentido de que há uma espécie de apropriação do modelo literário conhecido. Essa noção de “*respectability*” foi desenvolvida por Hobsbawm e este coloca que “a

¹⁰ MATEUS, João Gabriel da Fonseca. “Arte e Anarquismo no jornal *A Plebe*”. *Rev. Hist. UEG* – v.3, n.1. Anápolis jan./jun. 2014, p. 168.

cultura das classes hegemônicas é sempre, de qualquer modo, o modelo prático a que aspiram as classes subordinadas. É o único que elas conhecem”¹¹. Segundo Hardman, é a junção dessa “*respectability*” com o conteúdo combativo da literatura libertária que a torna tão contraditória e especial: “uma literatura premiada entre a *respectability* das formas convencionais e o compromisso social com o universo dos “de baixo”¹².

Ainda é importante destacar que uma parte das poesias veiculadas nas publicações anarquistas e anticlericais apresentará uma sonoridade tal que permite que a mesma seja cantada, ou seja, trata-se de poesias escritas para serem musicalmente entoadas em hinos e canções de protesto, as quais detêm um considerável poder de memorização por aqueles que as escutam. Esse poder de memorização foi bastante explorado pelos libertários em sua imprensa, uma vez que difundiam constantemente hinos e canções de protesto, lembrando ainda que essas “palavras cantadas, decoradas” comportavam uma força de penetração em nada desprezível num contexto ainda marcado pelo analfabetismo, principalmente entre as classes populares. Os poemas veiculados nessa imprensa de protesto geralmente se utilizam de comparações, analogias, ironia, sarcasmo, dramaticidade exagerada, dicotomias e maniqueísmos, contraposições de ideias, principalmente da contraposição entre luz e sombra (marcas essenciais de toda a literatura libertária) e, por fim, uma sonoridade cuidadosa e agradável, uma vez que muitos desses poemas também eram declamados ou cantados.

Os contos, por sua vez, apesar de englobarem múltiplas definições, apresentam, via de regra, algumas características comuns. Dentre elas, pode-se citar o tamanho reduzido da

¹¹ HOBBSAWM apud HARDMAN, Francisco. *Nem Pátria, nem Patrão*: Memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: UNESP: 2002, p.58.

¹² HARDMAN, Francisco Foot. “*A estratégia do desterro* (situação operária e contradições da política cultural anarquista, Brasil: 1889-1922)”. Dissertação de Mestrado (UNICAMP). Campinas, 1980, p.202.

narrativa, o caráter ficcional, a ocorrência de poucos detalhes, utilização constante do pensamento maniqueísta e de projeções futuras, utilização do humor, da ironia, do deboche, um número reduzido de personagens nitidamente estereotipados e um alto teor de comoção. O mais importante nesses contos era a inteligibilidade do relato, alcançada através de uma simplificação da narrativa. De forma que a simplificação é uma marca que ajuda a definir, a dar contornos à literatura libertária e anticlerical. Por isso se verifica a utilização constante de diálogos e de analogias nos contos libertários, uma vez que tais recursos facilitaríamos a compreensão da mensagem que se almejava transmitir no conto. O objetivo do diálogo era “assegurar que o leitor chegasse à mesma conclusão ideológica das personagens. Tudo isso devido à crença na capacidade formativa da leitura e em sua eficácia revolucionária”¹³.

Após esses comentários mais gerais sobre a estrutura e sobre como eram apresentados e utilizados os contos, poesias e imagens na imprensa libertária e anticlerical se partirá para a análise de exemplos concretos: o primeiro exemplo a ser estudado apresentará a denúncia e a conseqüente utilização de estereótipos para definir o inimigo clerical e, o segundo, se focará na autopercepção e na positivação da força do operariado. O primeiro conjunto se centrará, ainda, nas ideias-imagens caracterizadas pela utilização da monstruosidade, do feio, para estereotipar o inimigo.

Parte o imaginário anticlerical foi constituído através da utilização do recurso da animalidade com intuito apavorante, utilizando-se do feio em demasia, vinculando imagens de animais peçonhentos e venenosos como serpentes, morcegos, corvos, abutres, hidras e aranhas à figura clerical¹⁴. Esse imaginário surpreendente e

¹³ LITVAK, Lily. *Musa Libertaria: Arte, literatura y vida cultural del anarquismo español (1880-1913)*. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2001, p. 204.

¹⁴ Dentre os demais recursos utilizados na composição do imaginário anticlerical se pode citar os seguintes: uso do recurso da animalização também para ridicularizar o ente clerical (comparando-o com burros, macacos, porcos); também são recorrentes as imagens que aludem aos prazeres sexuais dos padres, bispos e freiras; imagens que denunciam a exploração monetária dos fiéis; os excessos

horripilante foi bastante utilizado na Idade Média nas representações do inferno, não apenas nas artes, mas também na filosofia e literatura. Tal imaginário partia das interpretações dos relatos bíblicos, especialmente da narrativa do Juízo Final contida no Apocalipse e tinha como pilar fundamental o temor suscitado por esse momento de julgamento. Assim, várias pinturas se dispersaram e se fizeram presentes no cotidiano popular através, principalmente, das pinturas e dos murais que ornavam as catedrais e que atingiam também os iletrados. Tais pinturas representavam o inferno através de seres macabros e, muitos destes, eram animais peçonhentos, deformados ou, ainda, uma mescla de animais com feições de homens. De forma que a utilização do medo e do feio também detêm uma função pedagógica evidente, uma vez que, através da assombração, pode-se facilitar a obediência.

Figura 1: Aves de importação e... do país



Fonte: A Lanterna, SP, nº206 30/08/1913
p.1

Figura 2: Morcego eclesiástico



Fonte: A Lanterna, SP, nº228
31/01/1914 p.1

retratados através da fartura dos banquetes eclesiásticos e, por fim, ideias-imagens que criticam a atuação autoritária dos religiosos na questão educacional.

Figura 3: Professor vampiro



É PRECISO CORTAR AS GARRAS VENENOSAS AO HORRENDO ABUTRE QUE SE AGITA, TENEBROSO E AMEAÇADOR, SOBRE A INFÂNCIA BRASILEIRA, ENVENENANDO-LHE A CONCIÊNCIA E CORROMPENDO-LHE A MENTALIDADE

Fonte: *A Lanterna*, SP, nº384 23/08/1934 p.1

Assim, esse repertório de criaturas monstruosas presente no imaginário cristão será readaptado e reutilizado pela estética subversiva, a qual, vinculará o horripilante e o feio à Igreja terrenal. Uma das mais recorrentes imagens utilizadas pelo jornal anticlerical paulista **A Lanterna** apresenta a figura clerical com asas de morcego, animal que inclui na sua dieta sangue, tanto humano, quanto de outros animais. Assim, o jornal **A Lanterna** reproduz, em 1913, um “*clichê do Gazeta de Notícias*”, jornal carioca fundado em 1875, antimonárquico e abolicionista. Apresenta o padre-morcego atacando, com suas afiadas unhas, o peito do caboclo. Embora o formato das asas seja de morcego, a legenda que o acompanha identifica o padre como um abutre: “*enquanto o caboclo é iludido na sua boa-fé, o abutre vai lhe metendo a unha*”. No ano seguinte, o jornal apresenta uma representação similar (figura 2), que também é um “*clichê da Revista Ilustrada*”, de um exemplar de 1884, porém, desta vez, a legenda aproxima o padre-morcego da peste negra, do que é contagioso, de certa patologia social, lembrando também que o morcego é um transmissor de doenças em potencial. A legenda diz

o seguinte: “a peste negra, muito pior do que a amarela, já anda ameaçando as povoações! Se a amarela mata, essa envenena o espírito. Chamamos sobre o assunto a atenção do governo. (É à toa, mas não faz mal)”. Assim, a legenda do **A Lanterna** também procura denunciar o “pouco caso” com que a República brasileira enfrenta o avanço religioso.

O padre-morcego foi amplamente utilizado pelo **A Lanterna**, já que, quase 20 anos depois, o jornal continua exibindo tal representação. Num exemplar datado de 1934, tem-se o padre-morcego, bastante similar a um vampiro¹⁵, portando também unhas compridas e afiadas, ocupando o papel de um professor. Enquanto ele abre suas asas em postura ofensiva frente aos estudantes, alguns destes não o observam passivamente, ao contrário, o atacam com os recursos que têm à disposição: vassoura e o que parece ser um caderno. Apenas o menino do centro aparece em uma postura obediente e temerosa. A legenda reforça a imagem ao denunciar os perigos do ensino clerical: “é preciso cortar as garras venenosas ao horrendo abutre que se agita, tenebroso e ameaçador, sobre a infância brasileira, envenenando-lhe a consciência e corrompendo-lhe a mentalidade”. Lembremos que no ano de 1934, com Vargas na presidência brasileira, ocorre uma significativa (re) aproximação entre Estado e Igreja, refletindo o retorno do ensino religioso nas escolas públicas.

SEMELHANÇA

Aquele que atenção a um corvo preste
 Nele verá dum padre a pura imagem,
 São ambos – e não há quem tal conteste –
 Dois tipos semelhantes na linhagem...
 O corvo é triste assim como um cipreste,
 Por ter a cor do luto na plumagem:

¹⁵ Lembrando que a figura do “vampiro” foi popularizada através do romance de ficção gótica do irlandês Bram Stoker, escrito ainda em 1897, e intitulado “Drácula”. É possível que tal obra já tivesse sido difundida no Brasil no ano da aparição da imagem vampiresca no jornal **A Lanterna**, em 1934, contribuindo também, de certa forma, para alimentar o imaginário anticlerical.

Dessa mesma tristeza se reveste
 A cor que o padre mostra na roupagem.
 Tem o corvo a cabeça depenada
 E o padre ostenta a sua tonsurada.
 Nos hábitos parece andarem juntos.
 Mas nisto a semelhança mais assenta:
 Se de mortos o corvo se alimenta –
 O padre...também vive de defuntos!...
 Mogy Mirim.
 JOÃO BRANCO DE ABREU¹⁶

A poesia acima confirma que a analogia animalesca macabra também ocorreu através da literatura, de maneira que o discurso textual reforça o visual e vice-versa. A poesia compara os aspectos físicos do corvo e do padre e também seus hábitos, afirmando que o corvo se alimenta dos mortos e o padre vive de defuntos, provavelmente se referindo às contribuições que os religiosos recebiam à custa dos falecimentos através de missas encomendadas, de enterros e demais cerimônias. Além disso, o temor dos fiéis à morte também se reflete nestas contribuições monetárias, as quais são vistas como garantias da paz celestial. A poesia é assinada por João Branco de Abreu, colaborador da cidade de Mogi-Mirim; muito provavelmente um leitor-colaborador do jornal, uma vez que o **A Lanterna** tinha por costume publicar tanto opiniões como produções enviadas pelos leitores da folha de combate.

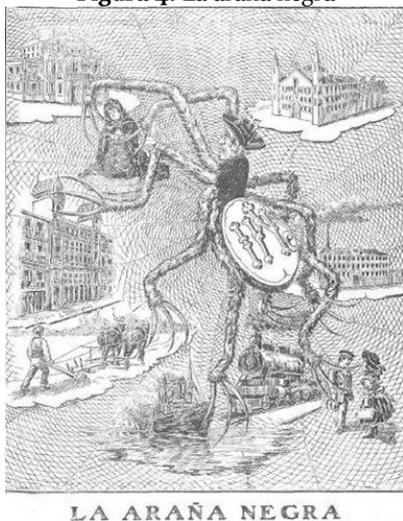
A monstruosidade clerical ainda se constituía através da analogia com aranhas, também portadoras de veneno, chegando este, em determinadas espécies, a ter efeito letal. Para Girardet, são exatamente as aranhas as principais constituidoras do “bestiário do complô”, sua peça principal:

Mas é na sombra também que se refugiam os animais imundos,
 da sombra é que surgem. Imutável, permanente através da

¹⁶ *A Lanterna*, 30 de abril de 1910, n°29, p.2

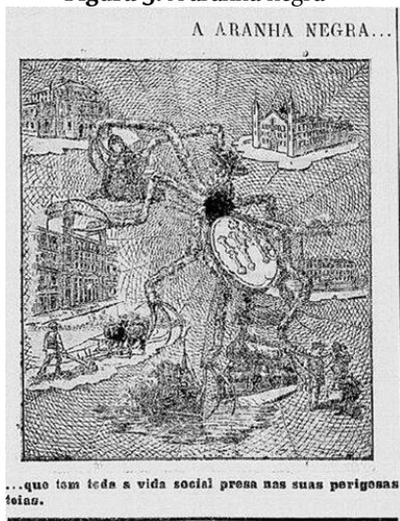
enorme massa de suas representações iconográficas e de suas expressões literárias, existe um bestiário do complô. Reúne tudo o que rasteja, se infiltra, se esconde. Reúne igualmente tudo o que é ondulante e viscoso, tudo o que é tido como portador da sujeira e da infecção: a serpente, o rato, a sanguessuga, o polvo.... No centro deste pulular repulsivo, ágil, negro, voraz e peludo, a aranha constitui aparentemente a imagem privilegiada entre todas: estende suas armadilhas com paciência infinita, envolve sua vítima em seus fios, devora-a com lentidão.¹⁷

Figura 4: La araña negra



Fonte: El Motín, Madrid, nº 4,
03/02/1910 p.1

Figura 5: A aranha negra



... que tem toda a vida social presa nas suas perigosas teias.

Fonte: A Lanterna, São Paulo,
nº 202, 02/08/1913 p.1

E é exatamente através da aranha negra que a Igreja Católica é representada nas imagens acima. A horripilante aranha ostenta a sigla IHS, que significa Iesus Hominum Salvator (Jesus Salvador dos Homens). A aranha clerical controla, com suas patas, todas as atividades cotidianas, da fábrica ao lar, perpassando também pelos estabelecimentos de ensino. Importante apontar ainda que uma mulher se encontra presa por uma das patas da aranha, de forma

¹⁷ GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 44.

que a imagem também se propunha a chamar a atenção para o risco que as mulheres corriam ao se aproximar de pavorosa figura. A figura 4, intitulada de “la araña negra”, aparece no jornal anticlerical espanhol **El Motín** durante o ano de 1910 e reaparece no ano de 1913, no jornal anticlerical paulista **A Lanterna** (figura 5), também com o mesmo título. Enquanto a figura 4 não apresenta legendas, a figura 5 traz a seguinte: “...que tem toda a vida social nas suas perigosas teias”, de maneira que a legenda reforça o sentido exibido na imagem: os padres da Igreja Católica, tal qual as aranhas, destilam seu veneno e prendem seus inimigos, impossibilitando-os de pensar através de suas próprias consciências e de se libertar de sua nefasta influência.

É importante lembrar aqui que **A Lanterna** publica uma nota em alguns dos seus exemplares avisando que utilizará as belas imagens do **El Motín** da Espanha na sua publicação, o que, segundo os editores, contribuiria para torna-la ainda mais atrativa. Ou seja, é um indicativo não apenas da intensa e rápida circulação de artefatos culturais pelas páginas da imprensa anticlerical, mas também da reutilização desses artefatos, apontando para a inserção das imagens publicadas no **A Lanterna** num repertório imagético mais amplo, inserido num circuito de difusão internacional e cujas imagens eram repetidas e reutilizadas freneticamente.

Figura 6: A hydra clerical



Fonte: *Lúcifer*, Porto Alegre, nº2, 20/09/1907 p.1

Figura 7: O monstro clerical



— Meus filhos, não vos aproximais daquele monstro, lamel sempre o seu insueto, que tudo corrumpo e intalheito...

Fonte: *A Lanterna*, SP, nº101 26/08/1911 p.1

Já nas figuras acima, visualizadas na capa do periódico **Lúcifer** no ano de 1907 e reproduzida novamente no ano de 1911 no periódico anticlerical paulista **A Lanterna**, o clero é representado através de um monstro horripilante, uma serpente de múltiplas cabeças, que o periódico *Lúcifer* denomina de “A Hydra Clerical”; monstro esse que transmite a noção de perigo em uma possível aproximação, uma vez que os monstros são alegorias para problemas políticos e sociais e são representados através do horripilante, do feio, do extraordinário. Tais elementos, justamente pela sua anormalidade, podem causar um efeito de curiosidade nos leitores e os atraírem para o periódico; de forma que os aspectos imagéticos são, também eles, estratégias empregadas nas construções dos relatos. Os periódicos, através de imagens horripilantes, pretendem confrontar-se com aquilo que os inquieta. E a inquietude transposta na seguinte caricatura é relacionada à

influência (má influência, segundo a concepção tanto racionalista, como libertária) do clero entre os trabalhadores.

A mãe retratada na caricatura está segurando seus filhos e os advertindo sobre o perigoso monstro clerical, o qual apresentava várias cabeças com representantes do clero nas ramificações de sua cauda. Além de alertar para os perigos que o clero representava, a caricatura também tinha uma função pedagógica no sentido de educar as mães (principal porta de entrada da influência religiosa na família) para se afastarem da religião. As figuras 6 e 7 apresentam suaves modificações nos títulos e legendas. O título “a hydra clerical” é substituído, na versão do **A Lanterna**, por “o monstro clerical” e as legendas que acompanham a imagem são as que seguem: “- *Meus filhos, estaes sempre longe deste bicho. - Este é o corruptor de nossa inocência. O propagador da mentira.- O inimigo da fraternidade e igualdade dos povos*”, no **Lúcifer** e “*Meus filhos, não vos aproximae daquele monstro, temeí sempre o seu contato, que tudo corrompe e infelicitá*”, no **A Lanterna**. De forma que ambas as legendas, mesmo com sutis diferenças, reforçam a necessidade de se afastar da instituição clerical. Ao dar visibilidade à figura feminina, a representação acima esforça-se por redefinir certos papéis estabelecidos no emaranhado social da época. A mulher, até então considerada ingênua e facilmente controlável, precisa urgentemente ocupar uma posição mais ativa e independente na sociedade, desvinculada da influência religiosa. Entretanto, o desenvolvimento prático dessa questão de gênero dentro do próprio anarquismo é bastante problemático, uma vez que será apenas no contexto da Guerra Civil espanhola, com a participação ativa das mulheres nas milícias armadas, nas organizações operárias e também na imprensa, que essa independência e reconhecimento intelectual se fará sentir com maior impacto. Antes disso, essa questão de gênero fica muito mais restrita ao discurso do que na prática, ou seja, os periódicos as apresentam enquanto vítimas de um sistema fortemente marcado pela religião, em que não lhes é permitido desenvolver seu

intelecto de maneira sadia e distante dos dogmas católicos, mas, ao mesmo tempo, esses periódicos não parecem realizar ações efetivas para inserir substancialmente esse público feminino dentro do próprio movimento operário.

Importante ressaltar também que o fato de a imagem ser verificada primeiramente em Porto Alegre e, apenas alguns anos depois no periódico paulista, diz respeito à ruptura da falsa e ultrapassada visão de que os artefatos culturais se alastram, necessariamente, dos grandes centros para as chamadas periferias, algo que não acontece no caso supracitado. Acredita-se que Porto Alegre possivelmente seja uma ponte primordial de artefatos culturais oriundos da Argentina e do Uruguai.

A HYDRA

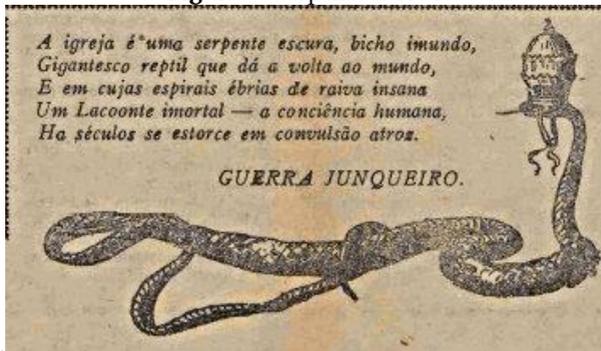
(vendo passar seminaristas)

[...] Ensina-vos, conforme o ritual mais perfeito,
A cruzar, como S. Francisco, as mãos no peito,
Sob a sotaina arqueando a gravidez das panças,
A grunhir, a ladrar sermões, missas cantadas,
E a caprichar o céu por partidas dobradas.
Não vos odeio, não, pálidos salafrários;
Vós sois unicamente os comparsas mortuários
Do papa, esse Barnum que assombra a multidão,
Com o Espírito Santo a vir comer-lhe à mão,
Satanaz a frigir (sarrabulhada trágica!)
Heresiarcas de estopa em caldeirão de mágica,
E Jehovah, um urso estúpido e cruel,
A lamber-lhe a sandália, a babojar-lhe o anel
E a ameaçar furibundo este mundo precito
A rufos de trovões ao tambor do infinito.
A Igreja é uma serpente escura, bicho imundo,
Gigantesco réptil que dá volta ao mundo,
E em cujas espirais ébrias de raiva insana
Um Laconte imortal – a consciência humana,
Há séculos se estorce em convulsão atroz.
Os elos desse monstro implacável sois vós,
Sacristas. A cabeça é o papa.
Ora as serpentes

Tem a força na cauda e veneno nos dentes.
GUERRA JUNQUEIRO¹⁸

O poema acima, de Guerra Junqueiro, também identifica a hidra, a serpente, com a figura clerical e exemplifica o grande leque de coisas inúteis que seriam ensinadas nos colégios católicos como, por exemplo: missas, sermões e medos. O poema também alerta para a grande extensão desta serpente, que chegaria a cruzar o mundo! A última estrofe do poema, que vincula diretamente a Igreja com a serpente, aparece novamente no periódico, juntamente com uma imagem da serpente ostentando a coroa papal (figura 8). O que demonstra que a repetição de artefatos culturais não se dava apenas através das imagens, mas também dos próprios textos.

Figura 8: Serpente clerical



Fonte: A Lanterna, nº381 12/07/1934 p.1

Enquanto uma parte importante do imaginário subversivo anarquista e anticlerical é construída pela representação negativa dos inimigos através da utilização de estereótipos bem definidos cuja função primordial é desumanizar os atores contra quem se luta (como no caso da serpente clerical ou do padre morcego/ abutre), outra parte desse mesmo imaginário é constituída pela

¹⁸ A Lanterna, 3 de setembro de 1910, nº47, p.2.

autopercepção positiva da força do operariado, pela autovalorização e noção de invencibilidade da massa trabalhadora unida. Ao que parece, os anarquistas entenderam, desde muito cedo, a dimensão estratégica dos ritos e símbolos e a aproximação desses com as ações concretas. Segundo Baczko, “o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico”¹⁹ uma vez que, através desse domínio, seria possível introduzir crenças e normativas comportamentais nos indivíduos.

As imagens que seguem apresentam no centro da sua composição a figura de um homem grande, agigantado, imbatível e, por vezes, musculoso. Essas imagens circularam de forma constante nos exemplares de 1º de Maio, assim como a alegoria feminina anunciadora da Revolução Social. Esse homem agigantado nada mais é do que o símbolo magnífico de uma ideia; ideia essa que concentra em uma única imagem – a do gigante do porvir – toda a força de uma classe consciente, dos proletários, em suma. Segundo Azevedo “o conjunto dos trabalhadores achava-se corporificado na alegoria do gigantesco trabalhador musculoso e de peito nu, símbolo da união e da consciência operária”²⁰. Essas figuras agigantadas realizam uma clara alusão à força que o operariado reuniria ao se conscientizar do seu papel histórico e ao se apresentar enquanto um bloco coeso e unido, de forma que esse operariado organizado se tornaria um inimigo invencível, ao qual o estado capitalista e seus aliados não resistiriam.

¹⁹ BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: ROMANO, Ruggiero (org). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, p. 297.

²⁰ AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002, p. 204.

Figura 9: Gigante do porvir

Fonte: **A Plebe**, 1º de maio de 1923, nº 208 p.01

Figura 10: Gigante do porvir

Fonte: **A Plebe**, SP, 29/04/1933, nº22 p.2

A figura 9 apresenta o trabalhador agigantado de braços cruzados. O mesmo encontra-se olhando diretamente para o receptor, observador da imagem. Sua expressão transmite certo “ar superior”, vitorioso. Tal composição imagética foi publicada no 1º de Maio de 1923 no jornal paulista **A Plebe** e, novamente, dez anos depois, no ano de 1933 (figura 10). Embora a imagem apresente elementos da estatuária – torso estático do trabalhador – é uma imagem que remete para a ideia de movimento; movimento do proletariado consciente que possibilitaria o surgimento desse trabalhador agigantado, invencível. Portanto, embora a representação tenha um único elemento de destaque – o homem agigantado de braços cruzados –, a mesma, no seu cerne, é constituída pela força de múltiplos (é a própria força da coletividade dos trabalhadores que possibilitaria o surgimento do gigante do porvir, detentor de um poder indestrutível). A legenda da imagem conduz a uma determinada interpretação da mesma,

ou seja, a vincula com a greve geral: “*o proletariado, cruzando os braços, paralisa a indústria: pensando e agindo revoluciona o mundo*”. Nesse caso, legenda e imagem se complementam, uma vez que se pretende conceder uma interpretação pré-determinada à imagem, conduzir o olhar do observador para determinado caminho, o caminho da greve geral necessária para a emancipação do proletariado, através do enfrentamento direto com seu inimigo – a indústria. Tal inimigo também aparece na representação gráfica, ao fundo e minimizado, em comparação com o gigante que se destaca em primeiro plano, de forma a aludir à superação deste inimigo – as fábricas – pelo gigante do porvir. O poder potencial do gigante é ressaltado ainda pela visualização na imagem dos instrumentos de trabalho – foice e martelo – que são também armamentos. Hobsbawm, no seu estudo centrado na iconografia da esquerda na Inglaterra, também entra em contato com a imagem do trabalhador musculoso e agigantado de torso nu e alerta para o aspecto alegórico dessa representação, uma vez que trabalhadores reais musculosos e nus eram raríssimos de ser encontrados em meados do século XIX e em um contexto fortemente marcado pela exploração física dos proletários:

[...] Algo curioso está acontecendo com o corpo do homem. Este assume cada vez mais um sentido simbólico. [...] Um jovem com o torso nu: a figura poderosa de um trabalhador, brandindo o martelo e nu da cintura para cima. Esta imagem não é realista em dois aspectos. Em primeiro lugar, não era nada fácil encontrar muitos trabalhadores do século XIX, nos países com movimentos operários fortes, trabalhando com o torso nu. [...] Em segundo lugar, a imagem da nudez não é realista porque certamente excluía o vasto grupo de trabalhadores especializados e de trabalhadores de fábricas, que nunca sonhariam em trabalhar sem suas camisas e que, por sinal, formavam a grande parte do movimento operário organizado.²¹

²¹ HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*: novos estudos sobre a história operária. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p. 131.

Esse sentido simbólico da imagem do trabalhador musculoso e nu pretendia se traduzir em atos realistas, não simbólicos, dos trabalhadores. Na figura 9, é o ato da paralisação das atividades laborais, da greve que é incitado. Enquanto que na versão de 1933, em que a mesma imagem é novamente utilizada, a legenda deixa de ser uma frase apenas para ser um breve conto; conto este que incita à destruição da sociedade vigente, alude à possibilidade de mudança e à crença no progresso humano, na possibilidade real do advento de uma sociedade melhor.

A propósito do 1º de Maio – Progresso mecânico e libertação humana

- Permita-me uma pergunta: por que voa o aeroplano?

- Cousa simples: porque o homem inventou um aparelho que sendo mais pesado que o ar pode elevar-se sobre a terra.

- Certamente, mas como é possível que corpos mais pesados que a água, como são os navios, possam manter-se à superfície e que como um submarino marchem pelos mares como se estivessem em casa? Por que um trem corre mais ligeiro que um veado e um automóvel mais que uma carroça?

- Homem, que pergunta! Porque o pensamento humano achou os meios físicos mecânicos para que essas cousas, que hoje surpreendem, fossem possíveis, e não só isso: o homem, através de uma forçada tarefa de investigação, conseguiu caçar raios com um fio de cobre, ver dentro dos corpos opacos com raios ultravioletas, emitir vozes harmônicas e figuras por meio da radiotelegrafia, produzir chuva pela eletricidade e muitas outras cousas mais...

- Sim, sei, sei mas anos atrás isso era considerado impossível, utópico, sonho fantástico, loucura. Quantas cousas consideradas misteriosas não foram já esclarecidas pelos homens e quantas crenças ditas imutáveis, eternas, têm sido desprezadas por falsas e substituídas por outras mais superiores? Quantas verdades indiscutíveis ficaram reduzidas à opiniões de fanáticos ou de ignorantes?

- Mas, se eu não lhe digo o contrário, por que me vem com essa música?

- É que, o senhor sabe, com o tempo, pela vontade dos homens mudaram as concepções do mundo – recorde-se que antigamente

se acreditava ser a terra plana e imóvel; - alterou-se o meio físico - pense na choça e nos arranhacéus, no moinho de vento e no motor elétrico; - as formas políticas - da monarquia absoluta à república, da teocracia e aristocracia à democracia - tudo muda, amigo, e você sabe-o; por que pensa então que não é possível melhorar o indivíduo e a sociedade? Suprimir o governo, o ódio, a violência que caracteriza a sociedade em que vivemos, tratar de que todos tenham a terra, as ferramentas e o direito de produzir livremente tudo o que necessitam, assegurar o maior desenvolvimento de nossa personalidade e garantir a todos e a cada um o governo da sua consciente liberdade? O amigo sabe como em 1886 penderam da força homens inocentes condenados pelas suas ideias de melhoramento social e como hoje 1º de Maio milhões de homens de todas as raças e de todos os idiomas se congregam para reclamar a maior felicidade possível e as liberdades negadas. Ou será que você opina que nada há no regime atual que mereça mudança, total transformação? Ou dar-se-á o caso que não sinta em suas veias, o clamor atroador e desesperado dos famélicos, o tiritar impotente dos corpos sem abrigo, o marchar às cegas dos cérebros obscurecidos, a nota trágica das mulheres que devem alugar a sua carne, dos homens obstaculizados em seu amor pelo interesse - das milhares de crianças desamparadas, carne de asilo, primeiro, de cárcere e hospital depois?

Ontem, hoje e amanhã, como naquele dia célebre, as tiranias encadeiam aos povos, as guerras assolam aos homens, a miséria corrói os lares, a ignorância arma ao lacaio e ao assassino, a dor e a injustiça triunfam no mundo! E nós podemos evitar grande parte de tudo isso: nós podemos libertar o trabalho, a ciência, a arte, pôr sorrisos nos lábios das crianças anêmicas, alegria nos rostos das mulheres taciturnas, satisfação de viver nos homens escravizados. Nós podemos realizar todas essas coisas grandes: produção e consumo livre, sem ladrões legais que nos explorem, nem governantes que nos ultrajem.

Mãos à obra! J.M.L.²²

O conto acima, que tem uma extensão curta, não ocupando mais do que uma página do jornal, apresenta um breve diálogo

²² A *Plebe*, 29 de abril de 1933, nº22, p.02.

entre dois personagens, sendo um deles anarquista. Nesse diálogo, o libertário procura convencer o outro personagem de que o poder da transformação está nas mãos do proletariado, ao mesmo tempo em que relembra os mártires de Chicago e enxerga com uma positividade elogiável o fato desses mártires não terem sido esquecidos e ainda, de acordo com o anarquista, seria com base nessas lembranças de eventos trágicos e de luta e na crença no progresso humano - traduzido em inovações técnicas e políticas como o aeroplano, o arranha-céu, o motor elétrico, a república e a democracia - que a história caminharia agora para uma nova fase, para uma nova sociedade em que não se verificariam governos, ódios ou violências, mas apenas a plena liberdade dos indivíduos.

No conto também se evidencia a presença de dimensões subjetivas (utopias, desejos, angústias) entrelaçadas com dimensões objetivas, com questões do cotidiano denunciadas pelo autor do texto (crianças desamparadas, mulheres exploradas, guerras, etc). Nesse sentido, os textos literários tanto servem para apontar características do mundo vivido, como para possibilitar o contato com o imaginário, o sonhado, o idealizado. A perspectiva do autor-anarquista se concentra, por exemplo, na aniquilação dos opressores e na libertação dos oprimidos. O autor se auto incorpora na ficção, ele é sujeito atuante do processo de emancipação e, por isso, utiliza a primeira pessoa do plural - “nós”, pois ele também fará a Revolução. A utilização do pronome “nós” transmite a ideia de que o criador da narrativa se inclui no universo do leitor, de forma que tanto autor quanto leitor encontram-se no papel de transformadores sociais. Existe, portanto, uma relação de cumplicidade entre produtor e receptor.

Apesar da impossibilidade de domínio dos efeitos da leitura, o diálogo verificado no conto acima, entre um anarquista convencido da capacidade transformadora do operariado e outro personagem, sujeito ainda não convencido dessa capacidade, que acaba por ser o alvo do proselitismo do personagem libertário, procura tornar a narrativa inteligível e dinâmica, uma vez que se

utiliza de falas cotidianas, dotadas de noções de realidade para transmitir a crença libertária constituída em torno da aproximação e da possibilidade de efetivação da utopia ácrata, da nova era; portanto, o desfecho do diálogo nada mais é do que a projeção de um futuro melhor. De forma que o diálogo tem uma função proselitista evidente na literatura libertária uma vez que também permite apontar para acontecimentos possíveis:

Os diálogos realizavam, dessa maneira, duas funções proselitistas muito importantes, ocupando tanto o espaço da propaganda escrita – por ser um texto impresso nas páginas de um jornal libertário – quanto o da propaganda oral, na medida em que representam conversas a princípio informais, mas que se transformam em tribuna de onde o anarquista discorre esmiuçadamente sobre sua doutrina. Fornecem não apenas uma postura militante ideal, mas até o discurso exato a ser proferido em determinados momentos, frente a determinadas situações. Seu compromisso é maior com a idealização do momento do que com a descrição de alguma situação real, e seu caráter ficcional propicia que tais roteiros de propaganda sejam apresentados como narrativas de acontecimentos possíveis e não somente como sugestões de atividades.²³

Assim, a noção de invencibilidade transmitida pela Figura 10, pelo trabalhador de torso nu que concentra em si o poder do proletariado, é (re) afirmada no conto que o acompanha no exemplar de 1933, uma vez que o narrador se encarrega de convencer tanto o personagem da narrativa como os leitores do jornal, do grande potencial de poder da classe operária organizada. Além disso, é importante ressaltar a ocorrência de conduções interpretativas diferentes da imagem do trabalhador colossal nas edições de 1923 e 1933, uma vez que a primeira utiliza uma legenda que aproxima a representação gráfica da greve geral: “*o proletário, cruzando os*

²³ LEAL, Claudia Feieranbend Baeta. “*Anarquismo em Verso e Prosa: literatura e Propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*”. Dissertação (Mestrado em teoria Literária) – Instituto de Estudos de Linguagem, UNICAMP, Campinas, SP, 1999, p. 144.

braços...”, enquanto a segunda vincula a imagem a um conto que transmite a ideia de enfrentamento direto e em variados âmbitos sociais, não se restringindo apenas à greve geral. Dessa maneira, a mesma imagem era (re) utilizada pelo mesmo jornal, porém com legendas e conduções interpretativas distintas.

Figura 11: Labor, Omnia, Vincit



Fonte: Revista Liberal, 1º de Maio de 1922 n°11-12 p.01

A imagem acima, publicada em 1922 e que ocupa toda a primeira página da edição especial de **Revista Liberal** de Porto Alegre também apresenta como centro da sua representação o trabalhador forte e agigantado. No entanto, o mesmo aparece singelamente vestido e está recebendo incentivo para lutar, para agir através da alegoria feminina, que é retratada com a mão no seu ombro, em uma postura motivacional que o chama para a luta. Raios de sol também se projetam ao fundo da imagem, a qual se completa com a aparição das fábricas. A postura não horizontal dos elementos na representação permite que o observador receba uma perspectiva que evidentemente agiganta o trabalhador e a alegoria feminina, ao

mesmo tempo em que torna pequeno e superado o universo fabril, pincelado como algo que está sendo deixado para trás. A imagem faz ainda alusão direta ao 1º de Maio, pois apresenta esse dizer em destaque (estampado em uma faixa), juntamente com as palavras “*Labor, Omnia, Vincit*”, que nada mais são do que termos latinos que, traduzidos e apresentados conjuntamente, significam “*o trabalho vence tudo*”, reforçando, portanto, o caráter de invencibilidade da representação. Importante ainda referenciar o martelo que o trabalhador ergue em sua mão esquerda, instrumento de trabalho, de construção, de mudança, mas nitidamente transformado em símbolo de luta e libertação. Sobre a utilização de instrumentos de trabalho nas imagens da imprensa operária, Azevedo constata que: “[...] era o trabalho e o esforço que estavam no cerne da valorização operária. O trabalho era representado pelos instrumentos que não só serviam para produzir a riqueza na sociedade capitalista, mas também seriam as armas da revolução e da produção na sociedade futura”²⁴.

A imagem ainda reforça a crença no progresso humano, uma vez que estampa a roda em movimento, transmitindo certa noção de avanço e não de estagnação. Além disso é possível perceber a utilização conjunta da alegoria feminina com a masculina, de forma que ambas reforçam a crença na aproximação da Revolução Social e no poder excepcional dos trabalhadores unidos. Não há, portanto, uma rivalidade entre as alegorias feminina e masculina. Como a imagem ocupa a extensão de toda a capa da **Revista Liberal**, a mesma não cumpre papel de ilustração.

CONTO DO DIA

Os cogumelos envenenados

Um indivíduo come cogumelos, e envenena-se. O médico dá-lhe um vomitório e salva-o. O curado corre logo ao cozinheiro e diz-lhe:

- Os tortulhos de ontem com molho branco envenenaram-me!

Amanhã os prepararás com molho negro.

²⁴ AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista*, p. 203.

O nosso homem come os cogumelos com molho negro. Segundo envenenamento, segunda visita do médico e segunda cura do médico.

- Diabo! - diz ele ao cozinheiro - não quero mais tortulhos com molho negro. Amanhã os frigrás.

Terceiro envenenamento com acompanhamento do médico e vomitório.

- Desta vez - exclama o nosso homem - não hão de apanhar! - José, arranja-me os tortulhos escandilados.

Os tortulhos escandilados envenenaram-lhe também.

- Mas é um idiota - direis vós - que atire os tortulhos ao lixo e não retorne a comer.

Sêde menos severos, peço-vos, porque este idiota sois vós, somos nós, é a humanidade inteira. Há mais de quatro ou cinco mil anos que preparais o Estado - isto é o Poder, a Autoridade, o Governo - com todos os molhos; que fazeis, desfazeis, cortais, limais constituições sobre todos os modelos e que o envenenamento continua. Tendes experimentado os reis de fato, os governos parlamentares, as republicas unitárias e centralizadas, e a coisa que mais vos danifica, o despotismo, a ditadura de Estado, essa a tendes escrupulosamente respeitado e cuidadosamente conservado. ARTHUR ARNOULD²⁵

O conto acima foi publicado no jornal anarquista paulista **A Plebe**, durante o 1º de maio de 1923, e realiza uma analogia entre uma situação hipotética e aquela efetivamente vivenciada pela humanidade ao longo dos anos. A situação hipotética, ficcional, descrita através de um breve diálogo entre um indivíduo e seu cozinheiro auxilia o leitor a compreender sua situação política atual e perceber os malefícios dessa situação baseada na permanência do Estado, nas suas diversas modalidades: monarquia, governos parlamentares e república. O diálogo entre os personagens descreve uma situação de permanência e insistência ridícula, que leva sempre ao mesmo resultado: o envenenamento do indivíduo. Analogamente, essa situação também é verificada na própria humanidade, que continua repetindo erros e permitindo a

²⁵ *A Plebe*, 1º de maio de 1923, nº 208, p.4.

existência do Estado, o qual a envenena continuamente. Os personagens do conto – cozinheiro, indivíduo e médico – são pouco caracterizados, de forma que é a função de cozinheiro, de médico que transmite sua identificação. A simplicidade dos personagens e a falta de descrição dos mesmos é uma constante na literatura libertária a qual recorria a um mínimo de caracterização dos personagens, apenas o suficiente para situar o leitor no contexto da trama (como já mencionado anteriormente). Assim, o breve relato tenciona alertar para a necessidade de mudança, de aniquilamento do Estado, pois, caso contrário, esse continuaria a impossibilitar a felicidade humana, da mesma forma que o indivíduo continuaria a ser sistematicamente envenenado pelos tortulhos. Mais do que informar, o conto procura convencer o leitor da necessidade da destruição do Estado, concentrando, na sua estrutura, um poder de persuasão verificável. O conto termina assim com uma lição, com um ensinamento.

Figura 12: A C.O.B contra os inimigos



Fonte: A Plebe, 12 de maio de 1934 nº 62 p.01

Nem sempre os inimigos do operariado apareciam personificados através de estereótipos repletos de excessos e bem definidos (como verificado nas imagens anticlericais analisadas anteriores). Eles também apareciam identificados através do seu nome escrito em livros velhos, já abandonados ou em elementos alusivos ao autoritarismo - um bastão monárquico - como nos pilares de um prédio em ruína, cuja destruição é certa. Ainda eram aludidos através de elementos com os quais estavam intimamente ligados: a coroa do rei, a cruz do clérigo, a espada do policial.

A imagem 12, embora possuidora de uma legenda que conduza o olhar, também é autoexplicativa. Os inimigos são identificados (também por escrito) nas colunas de um prédio que está desmoronando. O Clero, o Estado e o Capitalismo estão sendo destruídos pelo gigante representante dos trabalhadores unidos na C.O.B. (Confederação operária brasileira). Além da destruição dos inimigos, o gigante também está soltando as correntes que impossibilitam a liberdade plena dos trabalhadores e seus filhos, por isso a presença de um casal com uma criança na representação gráfica. Ambos malvestidos e com uma expressão de cansaço evidente. A legenda reforça a importância da união dos trabalhadores em torno da COB: *“trabalhadores do Brasil, uni-vos! A confederação operária brasileira é o símbolo de vossa força e da vossa consciência para a libertação do jugo capitalista”*.

Juntamente com a imagem é encontrado um manifesto da própria COB que, resumidamente, afirma que a emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores, jogando para estes últimos a necessidade de ação e de união. Assim, imagem e manifesto se complementam. A imagem é publicada no ano de 1934, no jornal anarquista **A Plebe**. Ano este que marca a reorganização da COB, fundada em 1906, e detentora tanto de um significado simbólico como de um poder de demonstração da capacidade de organização do operariado. Assim, ideias-imagens já recorrentes no imaginário anarquista como a destruição dos

inimigos e a representação da força do operariado através do homem agigantado foram utilizadas pelo jornal **A Plebe** também como um direcionamento para um acontecimento local: a reorganização da COB. De maneira que os artefatos culturais tanto faziam parte de uma estética de sentido mais ampla, compartilhada internacionalmente, como também podiam ser utilizados para divulgar aspectos do movimento operário local.

Considerações Finais

Embora esse breve artigo não esgote e nem aprofunde a difusão do imaginário anticlerical e anarquista, o mesmo possibilita perceber que algumas ideias-imagens, divulgadas através de imagens, poesias e contos, puderam ser verificadas e analisadas devido à sua recorrência, adaptação e ressignificação pelas páginas dessa imprensa contestatória, nas cidades de São Paulo e Porto Alegre, durante a Primeira República brasileira. Tais ideias-imagens continham em si diversas estratégias de interpelação do público a que se destinavam: formação de estereótipos facilmente identificáveis; criação e desumanização do inimigo; uso constante de diálogos e analogias; simplicidade da narrativa; manutenção de ritmo e sonoridade, entre outras.

Ao mesmo tempo em que se propunham a denunciar os inimigos (aqui traduzida na denúncia anticlerical através da ideia-imagem do padre-morcego/serpente/aranha), tanto as ideias-imagens quanto as estratégias que as consumavam contribuíam para a construção de uma percepção positivada de si mesmos (ou seja, dos anarquistas e/ou anticlericais) e de uma postura sempre vitoriosa diante do futuro que se aproximava, segundo seu entendimento (postura transposta através do homem agigantado e imbatível). Por fim, o estudo desses elementos da arte de protesto também permite a comprovação tanto da circulação e repetição desses artefatos culturais bem como, e sobretudo, a verificação da sua constante recriação, adaptação e, por vezes, ressignificação.

Outra verificação percebida através do estudo concomitante entre imagens, poesias e contos diz respeito à permanência, repetição e reforço das mesmas ideias-imagens nesses três tipos de artefatos culturais (imagens, poesias e contos), porém, através de formas distintas de comunicar: enquanto as imagens usualmente se restringiam em destacar um único elemento ou um número reduzido de aspectos, realizando uma crítica mais focada e direcionada, os contos e poesias ampliavam essa crítica e atacavam em diferentes frentes, apresentando diversas ideias-imagens na sua narrativa. Porém, essa diferenciação na forma de comunicar não anula o caráter complementar das imagens, poesias e contos na constituição do imaginário subversivo, uma vez que ambas se reforçam continua e mutuamente. Tanto os contos, como as rimas poéticas e as imagens combativas são elementos imprescindíveis da propaganda (proselitismo) ácrata e anticlerical, bem como da própria imaginação subversiva a qual, por sua vez, tem participação ativa no desenrolar das ações concretas.

Referências

A Lanterna (1909-1916; 1933-1935)

A Plebe (1917-1924; 1927; 1932-1935).

AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: ROMANO, Ruggiero (org). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BAKUNIN, Mijaíl. *La Libertad: obras escogidas de Bakunin*. Buenos Aires: Agebe, 2005.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HARDMAN, Francisco Foot. “*A estratégia do desterro (situação operária e contradições da política cultural anarquista, Brasil: 1889-1922)*”. Dissertação de Mestrado (UNICAMP). Campinas, 1980.

HOBSBAWM apud HARDMAN, Francisco. *Nem Pátria, nem Patrão: Memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP: 2002.

HOBSBAWM, Eric. *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre a história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

KROPOTKINE, Pedro (1885). *Palabras de un rebelde*. Palma de Mallorca: Pequeña Biblioteca Calamus Scriptorius, 1977.

LEAL, Claudia Feieranbend Baeta. “*Anarquismo em Verso e Prosa: literatura e Propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916)*”. Dissertação (Mestrado em teoria Literária) – Instituto de Estudos de Linguagem, UNICAMP, Campinas, SP, 1999.

LITVAK, Lily. *Musa Libertaria: Arte, literatura y vida cultural del anarquismo español (1880-1913)*. Madrid: Fundación Anselmo Lorenzo, 2001.

Lúcifer (1907-1911).

MATEUS, João Gabriel da Fonseca. “*Arte e Anarquismo no jornal A Plebe*”. *Rev. Hist. UEG* – v.3, n.1. Anápolis jan./jun. 2014.

PROUDHON apud ANTIFF, Alan. *Anarquia e Arte: da Comuna de Paris à queda do muro de Berlim*. São Paulo: Madras, 2009

Revista Liberal (1921-1923)

TOLSTOY, Leon (1898). *?Qué es el arte?*. Buenos Aires: El Ateneo, 1949.

Identities dos trabalhadores e trabalhadoras

Dissidentes sexuais e possibilidades de atuação na prostituição masculina a partir do caso Luísa Felpuda (Porto Alegre, 1980)

Tiago Vidal Medeiros¹

O presente texto pretende abordar como a prostituição masculina historicamente se apresenta como uma possibilidade de trabalho para as pessoas dissidentes da matriz heterossexual². Tomando um caso específico como foco de análise, busca-se questionar como diferentes indivíduos, a partir das posições de sujeito atribuídas a eles, construíram suas experiências no universo da prostituição viril. Os dissidentes sexuais, mesmo compartilhando diversas experiências de opressão e preconceito, não formam um bloco uniforme³, pelo contrário, suas experiências são atravessadas por marcadores de raça, classe, gênero e idade que configuram diferentes trajetórias de vida. E não é diferente na prostituição.

¹ Mestrando no PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista do CNPq. Email: tiagovm.t@gmail.com.

² Entendo sexualidades dissidentes conforme proposta de Sempol (2013, p. 21) que agrupa todos aqueles sujeitos que desafiam e escapam à heteronormatividade, aqui entendido como “um sistema de dominação político caracterizado pelo poder normalizador da heterossexualidade e pelas normativas que garantem e fortalecem sua legitimidade social tanto no nível das representações sociais, das subjetividades, do âmbito jurídico e dos regulamentos, assim como nas instituições públicas e privadas”. Para mais, ver: SEMPOL, Diego. *De los baños a la calle: Historia del movimiento lésbico, gay, trans uruguayo (1984-2013)*. Montevideo: Random House Mondadori, 2013.

³ SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev./1998.

Deste modo, o estudo se centra na repercussão do assassinato de Luísa Felpuda – dona de um bordel destinado ao público homossexual e travesti – ocorrido na cidade de Porto Alegre em 1980, sendo largamente noticiado pela imprensa local e alternativa na época. Tomando, especificamente, a trajetória dos três personagens principais envolvidos na trama – a própria Luísa Felpuda, sujeito homossexual e dona do bordel; Joelma, sujeito travesti que trabalhava na casa de Luísa, cuidando de seu irmão; e Jairo, michê que fazia programa na casa e também assassino de Luísa – quero interrogar o modo como tais posições de sujeitos, bem como os demais marcadores sociais se articulam na relação destes indivíduos com a prática da prostituição. Trata-se de questionar o modo como se formam as “diferenças na diferença”⁴.

Alguns pontos foram escolhidos como prioritários, pois perpassam a bibliografia sobre o tema e por serem latentes nos documentos sobre o caso Luísa Felpuda, como a relação clientes e michês, os espaços da prostituição e a violência como constituidora dessas relações. Outros aspectos, como a prostituição de travestis acabaram sendo abordados de forma secundária. Neste mundo, a prostituição surge como uma experiência de trabalho e de sociabilidade, mas também de estigma. Trata-se de um universo complexo no qual inúmeras relações de poder se entrelaçam para configurar as posições dos sujeitos na prostituição masculina. Deste modo, visto o silêncio de trabalhos historiográficos sobre o tema, foi necessário estabelecer um diálogo com os estudos antropológicos sobre o tema de modo a aprofundar a análise.

Na historiografia brasileira, a temática da prostituição feminina já é bastante estudada pelo menos desde meados da década de 1980⁵. Concentrando suas análises, principalmente, no

⁴ HENNING, Carlos Eduardo. “As diferenças na diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis, SC”. (Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008).

⁵ ENGELS, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989; RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; KUSHNIR,

começo do período republicano, diversas autoras dedicaram-se a examinar diferentes aspectos do meretrício, dentre os quais: o modo como os diversos discursos sobre a prostituição constituíram tanto a figura da prostituta depravada quanto a da dona de casa disciplinada; a construção de redes de sociabilidade de apoio entre as meretrizes; a relação que o Estado mantém com esses sujeitos, etc. Comumente referida pelo senso comum como a “profissão mais antiga do mundo” é necessário distanciar a prostituição deste tipo de concepção. De acordo com Margareth Rago⁶, apesar de práticas de comercialização do sexo existirem em inúmeras formações sociais, a prostituição, como conceito, deve ser entendida enquanto um fenômeno urbano que emerge no século XIX a partir de uma economia específica do desejo, como característica também de uma sociedade capitalista.

Cristiana Schettini, como outras autoras, destaca que a prostituição em começos do século XX envolvia mais do que a simples troca de relações sexuais por dinheiro, pois ela era para muitas mulheres uma opção de trabalho que viabilizava estratégias de sobrevivência e a criação de redes de sociabilidade e solidariedade numa sociedade extremamente desigual que buscava se modernizar⁷. Assim, ao mesmo tempo que crescia e se tornava mais parte da vida cotidiana, a prostituição passava também a ser vista como um problema público, sendo transformado numa importante figura de contenção das mulheres que, cada vez mais, pressionavam para participar da esfera pública. Nesse contexto, a prostituição e a prostituta passaram a ser objeto de interesse de médicos, criminologistas, literatos e jornalistas que lhes atribuíram características de independência, liberdade e poder. Criadas como

Beatriz. *Baile de máscaras - mulheres judias e prostituição*: as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996; SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo*: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

⁶ RAGO. *Os prazeres da noite*, p. 23.

⁷ SCHETTINI. *Que tenhas teu corpo*, p. 22.

figuras da modernidade, eram associadas à liberalização dos costumes, a uma quebra dos vínculos sociais tradicionais, à multiplicidade de novas práticas sexuais e que, portanto, precisavam ser controladas⁸.

A prostituição feminina como um problema social de começos do século também guardava certa relação com a homossexualidade masculina. Para alguns médicos que se dedicaram a estudar a prostituição, o meretrício poderia ser tanto a causa, para alguns, quanto a cura da homossexualidade para outros. Como aponta James Green, o discurso médico associava as prostitutas à sífilis que, por sua vez, era dada como a responsável pela existência crescente dos pederastas no corpo social⁹. Deste modo, achavam que o Estado deveria regular a prostituição feminina para diminuir os casos de sífilis e, por consequência, a homossexualidade.

Entre finais do século XIX e começo do XX, as mudanças pela qual o Brasil passava (a abolição, a incipiente democratização e a urbanização) eram descritas como uma feminização da sociedade que preocupava, então, intelectuais, médicos, cientistas, juristas etc., que passaram a propor medidas de controle social que não solapassem aquilo que entendiam como a “ordem social”¹⁰. Deste modo, semelhantemente à prostituição feminina, a homossexualidade emerge no discurso médico e criminológico como um problema social que deveria ser sanado. James Green destaca que, sobretudo na cidade do Rio de Janeiro, era muito comum a figura dos homens que praticavam sexo com outros homens serem ligadas com a prática da prostituição masculina¹¹. Mas, nesse contexto, era associada à prática de jovens rapazes que

⁸ RAGO. *Os prazeres da noite*, p. 37.

⁹ GREEN, James. *Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p. 81-84.

¹⁰ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Nordestino: a invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)*. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 29.

¹¹ GREEN. *Além do carnaval*, p. 63.

ganhavam a vida vendendo uma expressão de masculinidade tida como passiva, os chamados “pederastas passivos”. O historiador aponta que essa associação entre prostituição, efeminação e homossexualidade perpassou grande parte das representações do comportamento homoerótico até meados do século XX, momento em que novas formas de ver e dizer a homossexualidade masculina entraram em cena.

Principalmente a partir da década de 1950, as mudanças ocorridas nos grandes centros urbanos (como a industrialização e a migração em massa do campo para a cidade), alavancaram as possibilidades de construção de redes de sociabilidade e espaços para a vivência homoerótica, assim como para a prostituição masculina¹². Marcariam o período dos anos 1950 e 1960 a criação desses espaços, como bares e boates, especialmente nas cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. Porém, é a partir de meados da década de 1970 que tais espaços se multiplicariam redesenhando as cidades de maneira estratégica e criativa¹³. É aí que diversos lugares como cinemas, bares, hotéis, saunas e boates surgem como espaços propícios para a vivência homoerótica, mas também as ruas, as praças, as praias e os banheiros públicos foram sendo constituídos como locais importantes de sociabilidade principalmente para aqueles indivíduos que não tinham condições de pagar para entrar e consumir nos espaços privados.

Em Porto Alegre, a casa de Luísa Felpuda, nome pelo qual era conhecido Luís Luzardo Correia, emergiu como um desses locais em que a sociabilidade e a experiência da dissidência sexual eram permitidas, principalmente, para homossexuais masculinos, mas era também frequentado por travestis. O espaço foi narrado

¹² GREEN. *Além do carnaval*, p. 251.

¹³ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz; CEBALLOS, Rodrigo. “Trilhas urbanas, armadilhas humanas: a construção de territórios de prazer e de dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980”. In: SCHPUN, Mônica (org.). *Masculinidades*. SP/Santa Cruz: Boitempo/Edunisc, 2004.

pela imprensa como uma “casa gay”¹⁴, isto é, um local frequentemente utilizado pelos homossexuais para “encontros amorosos” mediante o aluguel de quartos privados e também agenciamento de garotos de programa. Luísa, então, era dona deste bordel que, como apontam as fontes, funcionou ao longo das décadas de 1960 e 1970 na Rua Barros Cassal, no tradicional bairro Bom Fim. A casa que funcionava à noite como bordel foi também a sua residência por cerca de 30 anos e, no dia 30 de abril de 1980, foi o palco do brutal assassinato de Luísa e de seu irmão, Luidoro, mortos por Jairo, um dos michês que fazia programas na casa.

O assassinato inaugurou uma recorrência discursiva que ocupou a mídia impressa da cidade de Porto Alegre – *Correio do Povo*, *Folha da Tarde e Zero Hora* – e também o alternativo *Lampião da Esquina* – destinado ao público homossexual – no decorrer de maio de 1980 até uma suposta resolução do crime. Ao fazê-lo esses veículos colocaram em discurso parte deste universo da prostituição masculina que era legado às sombras, ao invisível, atribuindo sentido aos espaços e aos indivíduos que ali conviviam. Ainda que marcados por uma “desigualdade de enunciação”¹⁵, a imprensa deu voz e lançou luz sobre os principais sujeitos envolvidos na trama, buscando “revelar” como funcionava a casa, quem a frequentava e de que modo viam e se posicionam na prostituição. Entendo, portanto, que o caso Luísa Felpuda se torna “bom para pensar” a relação dos dissidentes sexuais com a prostituição nas décadas de 1970 e 1980, a partir das trajetórias e marcadores sociais de Luísa, Jairo e Joelma.

No dia 1º de maio, o jornal *Zero Hora* noticiava o assassinato de Luísa e a descrevia como “um dos homossexuais mais conhecidos da capital”¹⁶, além de “muito benquistado”¹⁷. A fama de

¹⁴ *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 01 maio 1980, p. 1.

¹⁵ SIMONETTO, Patricio. “Intimidades disidentes. Intersecciones en las experiencias de homosexuales y lesbianas en Buenos Aires durante los sesenta y setenta”. *Trashumante Revista Americana de Historia Social*, n. 11, 2018, p. 31.

¹⁶ *Zero Hora*, Porto Alegre, 01 maio 1980, p. 40.

Luísa seria detalhada, no dia seguinte, pela reportagem da *Folha da Tarde* que foi até o “meio homossexual da cidade” para verificar a repercussão do assassinato, descobrindo um enorme carinho que os homossexuais sentiam por Luísa:

Antigos frequentadores da casa da Rua Barros Casal, 525, que preferem ficar no anonimato, revelam detalhes curiosos sobre a vida naquele bordel diferente. Lembram saudosos a época em que o bonde descia a rua, despertando os sonolentos e exaustos “casais” que se refugiavam na acolhedora casa de “Luisa Felpuda” para suas aventuras proibidas, escondendo-se da condenação social. – Duvido – acentuou um travesti – que haja em Porto Alegre alguma boneca que não tenha conhecido Luisa e sua casa¹⁸.

A “casa”, portanto, representa um ponto importante de sua trajetória, de modo que “Luísa e sua casa” pareçam indissociáveis. A relação histórica entre a ocupação do espaço público e as esferas “privadas”, a casa e a rua, pode nos auxiliar a compreender essa conexão. Em diálogo com o trabalho do antropólogo Roberto DaMatta, James Green aponta que o acesso maior dos homens ao espaço público, a rua, permitiu que os homossexuais pudessem desenvolver suas relações sexuais nele. Porém, o estigma a que foram constantemente submetidos, seja pelos agentes do Estado ou pelos demais cidadãos, levou a criação de “contra-casas”, isto é, espaços privados onde homens homossexuais podiam interagir livremente. Seriam, então, espaços localizados entre o privado (a casa) e o público (a rua) que protegiam seus frequentadores das agressões e hostilidades¹⁹.

Entre outros fatores, foi por ser proprietária de uma “contra-casa” que Luísa construiu sua fama entre os dissidentes sexuais da cidade. Suas condições sociais parecem ter sido

¹⁷ *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 01 maio 1980, p. 42

¹⁸ *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 02 maio 1980, p. 42.

¹⁹ GREEN. *Além do carnaval*, p. 33-34.

decisivas para a formação desta trajetória. Branca, Luísa era descendente de uma tradicional família da região da fronteira do Estado, cujo maior expoente seria o político e embaixador na Argentina e no Uruguai durante as décadas de 1940 e 1950, João Batista Luzardo²⁰. Ainda que após a morte a família tenha tentado se distanciar da figura que Luísa havia construído para si, é provável que, em vida, ela tenha se beneficiado do capital financeiro e simbólico de seus familiares, tanto na compra de sua casa, quanto na sua trajetória profissional como funcionário do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, onde exerceu diversas funções ao longo de 38 anos de trabalho.

Os jornais, contudo, a partir das lembranças dos desviantes sexuais entrevistados, ressaltam a atuação da própria Luísa na constituição de sua figura como uma pessoa memorável e acolhedora:

“Luisa” gostava de receber pessoalmente seus amigos e fregueses, cumprimentando delicadamente a todos. Para os que apareciam pela primeira vez, anunciava um lânguido “seja bem vindo, meu filho”. Conta-se que a casa era um verdadeiro tempo para a iniciação homossexual. Ali os neófitos encontravam a acolhida necessária, o ambiente certo, seguro e, depois não desejavam mais outro ponto de encontro, tal a atenção dispensada pelo anfitrião²¹.

A criação de um ambiente seguro abarcava a existência de um espaço onde os homossexuais pudessem desenvolver suas relações com privacidade, mas também a acolhida que propiciava os elementos desejados para a “iniciação homossexual”. Margareth Rago aponta que a imagem das donas de bordéis e cafetinas como pessoas acolhedoras eram bastante comuns nos discursos e

²⁰ Informações disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-luzardo>. Acesso em 19/08/2018.

²¹ *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 02 maio 1980, p. 42.

memórias de homens que frequentavam esses espaços²². Para a autora, a importância que bordéis e cabarés adquiriram na sociedade se devia em grande parte à habilidade e à perspicácia das cafetinas em construir relacionamentos diplomáticos, sutis, discretos e políticos com os fregueses. Assim, muitas delas, como Luísa, ficavam famosas localmente muito mais pelo seu lado aconchegante do que pela exploração econômica a que submetiam as prostitutas ou garotos de programa.

A fama de Luísa, por sua vez, não se limitava ao “meio homossexual”. O discurso jornalístico informava que a personagem cultivou amizade e respeito também entre seus vizinhos e colegas de trabalho do DEPRC. A simpatia, a capacidade de ter boas conversas, o bom humor e também uma aparência elegante, resultado dos inúmeros cuidados de si²³, são lembradas pelos colegas para relatar o último dia de Luísa no trabalho antes de sua trágica morte²⁴. A dedicação às relações e aos cuidados de si teria despertado o carinho e o respeito dos colegas de departamento, mas também os supostos vastos recursos financeiros que detinha, unido a empréstimos de dinheiro que fazia aos companheiros configuraram sua popularidade.

Ainda que sua fama na cidade tenha sido construída em torno de sua mítica figura de dona de bordel, os rastros de sua trajetória que emergem dos discursos jornalísticos indicam que a prostituição tinha um lugar diferente na vida de Luísa do que teria na de muitos rapazes ou travestis que se prostituíam ao longo dos anos 1970 e 1980. Durante a vida, mesmo sendo notoriamente homossexual, Luísa manteve relações de poder que a colocavam numa posição hierarquicamente superior a diversos indivíduos, sobretudo daqueles que frequentavam sua casa ou que nela trabalhavam. No momento de sua morte, no entanto, a

²² RAGO. *Os prazeres da noite*, p. 175.

²³ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

²⁴ *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 01 maio 1980, p. 42-43.

personagem seria enredada na teia da abjeção, tendo um final trágico, semelhante ao de muitos outros homossexuais no período. As circunstâncias de sua morte, assim como os discursos que se seguiram, sobretudo do assassino e de seu advogado tornam-se interessantes na medida em que indicam certas marcas daquilo que seria a relação cliente-michê na prostituição masculina.

No dia 8 de maio, *Zero Hora* publicou uma longa entrevista com o advogado de Jairo na qual buscava culpabilizar Luísa pela sua própria morte:

(...) a vítima se constituía uma sacerdotisa que iniciava seus servidores na prática de aberrações sexuais. (...) O seu Luiz, a Luíza Felpuda, é de domínio público que mantinha uma casa que era considerada um templo sagrado, onde a depravação, a corrupção e as aberrações sexuais eram a permanente tônica dos relacionamentos (...) Quis o destino que a purificação da sociedade se fizesse através de um menor, religioso e exacerbadamente responsável, pois **sua conduta se justifica quando Luíza Felpuda**, após o uso de tóxicos, **tentou inverter o relacionamento sexual**. (...) Se formos buscar as causas remotas da morte de Luíza Felpuda, há de se reconhecer que seus gestos estão justificados²⁵.

A fala do advogado buscou associar Luísa à violência, à corrupção, à depravação de modo a justificar a ação de seu cliente. Seu discurso não se distanciava do de seus colegas advogados que defendiam rapazes acusados de matar homossexuais. Como mostraram Sérgio Carrara e Adriana Vianna, casos de latrocínio, ocorridos nos anos 1980, nos quais homens homossexuais foram vitimados, havia uma forte tendência a culpabilizar a vítima por seu comportamento sexual que ganhava voz a partir da atuação dos defensores dos acusados²⁶. De modo geral, atacavam aspectos

²⁵ *Zero Hora*, Porto Alegre, 08 maio 1980, p. 48-49.

²⁶ CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “As vítimas do desejo”: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980”. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

da vida da vítima, fazendo alusões às imagens de degenerescência sexual e moral de maneira semelhante ao advogado de Jairo.

O mais interessante, no entanto, é perceber o que enunciado como a motivação imediata para o crime: a tentativa de inverter a posição no ato sexual. Buscando mobilizar a opinião pública, o advogado buscava esclarecer que seu cliente ocupava a posição ativa, sendo, portanto, o “macho” da relação, ao passo que Luísa seria a “bicha”, ocupando a posição passiva. Ao enfatizar esse fato, o advogado fazia alusão a certa ordem discursiva de longa duração, encontrando ressonância no discurso médico de começos do século, que enquadrava o ato de penetrar o outro como uma característica identificada com o masculino, enquanto que ser penetrado indicava feminização. Michel Misse, no final dos anos 1970, analisou essa linguagem das relações sexuais no cotidiano e concluiu que aqueles personagens considerados ativos conseguiam manter sua identidade masculina mesmo se relacionando com outros homens, ao passo que a bicha enfrentava um forte estigma ao assumir a passividade²⁷. Essas formas de se relacionar expressavam e ritualizam formas de dominação e submissão entre masculino e feminino que permeavam todo o universo da prostituição masculina, mas que também era mediada por outros marcadores sociais.

Tais hierarquias parecem ter informado a forma como o discurso jornalístico descreveu Jairo principalmente nas primeiras notícias sobre ele, divulgadas em 3 de maio, quando o rapaz veio a público confessar o crime e buscar justificar sua ação. Termos como “desempregado”, “humilhado”, “transtornado” e “cansado” surgem na descrição criada nas páginas policiais da imprensa porto-alegrense para dar sentido aos seus atos. Jairo, recém-saído do serviço militar obrigatório, com apenas 19 anos, magro, alto, conhecia e frequentava a casa de Luísa há mais de um ano, fazendo

²⁷ MISSE, Michel. *O estigma do passivo sexual*: um símbolo de estigma no discurso cotidiano. Rio de Janeiro: Booklink, 2005.

programas e performando a posição “ativa” com outras bichas, como o próprio afirmou aos jornais²⁸. Sua fala elaborava uma explicação que buscava justificar a presença de um “macho” na casa de Luísa a partir de uma forte motivação econômica. Segundo sua narrativa:

“Eu me sentia mal, mas precisava de dinheiro”. Jairo culpa a família e repete: “Tinha complexo de inferioridade, me chamavam de covarde, já apanhei muito na rua. Dentro de casa meus irmãos me insultavam, me ridicularizavam. Diziam que eu arranjava pretexto para não pegar emprego. No colégio Pio XII, onde faço o primeiro ano de contabilidade também não prestava atenção na aula”. E Jairo continuou a ir na casa de Luisa Felpuda, onde encontrou alguns colegas do tempo de serviço militar. Na terça-feira à tarde, antes de ir à casa de Luisa e matar os dois irmãos, Jairo tentou emprego como office-boy na Monopol. ‘Fui barrado como sempre, não tinha experiência. Eu estava revoltado, nervoso e com raiva’. Voltou à casa de Luisa para conseguir dinheiro, mas não consegue explicar porque não tinha movimento naquela noite no bordel²⁹.

A pressão familiar e o desemprego surgem, então, como justificativas para Jairo ter trabalhado como garoto de programa na casa de Luísa. Uma reportagem de *Zero Hora* buscou salientar as dificuldades financeiras enfrentadas pela família ao ir até sua casa e entrevistar uma de suas irmãs. O jornal descreve uma família composta por nove irmãos que moravam juntos num pequeno apartamento na zona norte da cidade e que enfrentavam o desemprego financeiro desde o falecimento do pai e da mãe no ano anterior, caracterizando uma situação de desestruturação familiar. Conforme sua irmã, após a morte da mãe, a relação de Jairo com os irmãos sofreria um desgaste: “chamavam ele de vagabundo e acho que a gente não deu tempo suficiente para que ele conseguisse um trabalho. Todos diziam que ele era um homem

²⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 03 maio 1980, p. 5.

²⁹ *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 03-04 maio 1980, p. 66-67.

feito e não podia pegar serviço de salário mínimo”³⁰. No seio familiar, como em diversos discursos da época, Jairo era estimulado a ter um trabalho e a prover o lar como forma de afirmar sua masculinidade³¹. Diante desse imperativo de masculinidade hegemônica, que é invisível e intangível àqueles que tentam alcançá-la como aponta Michael Kimmel³², e da impossibilidade de conseguir um emprego formal, Jairo afirma que sua única possibilidade foi atuar como garoto de programa.

No discurso de *Zero Hora*, *Folha da Tarde* e *Correio do Povo*, Jairo nunca é tomado como homossexual ou mesmo como garoto de programa, apesar de ter mantido relações sexuais com indivíduos sexualmente desviantes ao longo de pelo menos um ano. “Assassino”, “rapaz”, “ex-soldado” são os termos utilizados por esses periódicos para se referir a ele. É somente na publicação do jornal alternativo *Lampião da Esquina* do mês de junho que Jairo passa a ser nomeado como “michê” e “profissional do sexo” publicamente, pois esta era a forma como os eram popularmente conhecidos no meio homossexual, meio no qual a equipe de editores do periódico se incluíam³³. O michê, seria, então um tipo de “prostituto viril” que se relacionava com homossexuais passivos mediante pagamento em dinheiro ou por troca de favores. Ao analisar este universo da “prostituição viril” na cidade de São Paulo nos anos 1980, o antropólogo Nestor Perlongher descreveu relações conformadas num complexo sistema de fluxos identitários que instituiu posições e valores aos indivíduos de acordo com suas diferenças de idade, raça e classe³⁴.

³⁰ *Zero Hora*, Porto Alegre, 03 maio 1980, p. 31.

³¹ MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, p. 45-63, 2001, p. 58.

³² KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Porto Alegre: *Horizontes Antropológicos*, v. 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

³³ *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, jun. 1980, p. 3.

³⁴ PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Nesse contexto, as relações entre michês e clientes eram configuradas em torno de certa economia que controla e canaliza o desejo, tornando alguns corpos e performances como desejáveis e outros como abjetos. Perlongher indica que, de modo majoritário, o michê era aquele cujo corpo era objeto do desejo que é pago para o sexo, deveria ser mais jovem, mais pobre e, tendencialmente de pele mais escura, sendo valorizado por suas características tidas como viris, pela posição ativa na relação sexual, e também por recusar a classificação de homossexual, assim como Jairo. Já o cliente, aquele que paga pelo sexo, a “bicha”, era mais velho, mais rico e mais branco, inferiorizado por ocupar a posição passiva, como Luísa Felpuda. O antropólogo indica que era possível os michês serem passivos e haver uma inversão nos demais marcadores também, mas isso não era tão comum³⁵.

Na construção dessa economia do desejo, o corpo negro encontrava-se numa dupla posição, simultaneamente objeto de fetiche e de repulsa. Se no lugar do michê, eram fetichizados pelos clientes brancos que identificavam neles “encantos especiais” como o tamanho do pênis e certa performance “ativa”, revisitando a associação entre negritude e animalidade³⁶. Já os clientes negros sofriam muita discriminação dos michês que em diversas situações se negavam a fazer o programa, pois o associavam à pobreza. A questão de classe surge aqui racializada e generificada na medida em que o estigma do passivo sexual atua em conjunto à racialização dos corpos³⁷.

Entre a fetichização e a repulsa do corpo negro, surge a valorização do corpo “moreno”, compondo uma matriz de inteligibilidade de um corpo negro “branqueado”. Como colocam Pedro Pereira e Élcio Santos, as marcas corporais do moreno o

³⁵ PERLONGHER. *O negócio do michê*, p. 23.

³⁶ PERLONGHER. *O negócio do michê*, p. 143.

³⁷ PEREIRA, Pedro Paulo; SANTOS, Élcio. “Amores e vapores: sauna e prostituição viril em São Paulo”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-154, janeiro-abril/2016, p. 146.

associam à figura da mulata, inventada historicamente como o sinônimo da sexualidade da mulher brasileira e da cor da brasilidade³⁸. Da mesma forma, o moreno é constituído quase exclusivamente por sua sexualidade, se tornando hipersexualizado e, portanto, mais valorizado no contexto do mercado da prostituição viril. As diversas fotografias de Jairo que foram divulgadas pelos jornais parecem indicar marcas corporais mais próxima da categoria moreno, embora não haja nenhuma menção a sua cor de pele nas notícias. As informações de que dispomos sugerem apenas que Jairo frequentou por mais de um ano a casa de Luísa sendo, possivelmente requisitado e desejado pelos seus clientes e pela própria dona do bordel, além de que, segundo o *Lampião da Esquina*, ele “cobrava alto”³⁹ pelos programas. Indício de valorização de sua presumida “morenidade”? Preferência pessoal de Luísa? Real impossibilidade de conseguir um emprego fora do mercado sexual? Apenas perguntas que por enquanto não são possíveis responder.

A questão econômica seria, de acordo com Perlongher, aquela que mais aparecia na configuração dos negócios da prostituição. O pagamento transformava a relação entre michê e cliente num acordo temporário que delimitava as fronteiras da posição de cada um, garantindo os atributos identificados como masculinos aos garotos de programa, à medida que o cliente se encontrava submetido à posição feminizada. O antropólogo relata que a “falta de pagamento” era a justificativa mais comum entre os michês que roubavam, agrediam ou assassinavam seus clientes, revelando um temor de perder sua assumida heterossexualidade ou de ser penetrado⁴⁰. Tal situação se assemelha muito à relatada por Jairo e defendida por seu advogado ao jornal como a motivação para o assassinato da dona do bordel: “Luíza Felpuda teria

³⁸ PEREIRA; SANTOS. “Amores e vapores”, p. 147.

³⁹ *Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, jun. 1980, p. 3.

⁴⁰ PERLONGHER. *O negócio do michê*, p. 220.

prometido um pagamento e posteriormente negado por Jairo não ter consumado o ato sexual plenamente, quando inclusive fez a proposta a Jairo para inverter o ato, o que não foi aceito”⁴¹.

Margareth Rago, analisando o universo da prostituição feminina, afirma que esta é um lugar de manifestação do desejo, na qual o bordel tem o papel de “condutor de intensidades” em que a violência figura como uma dimensão constitutiva das relações ali estabelecidas, seja entre prostitutas e clientes, entre cafetinas e meretrizes ou mesmo entre as próprias prostitutas⁴². No mercado do sexo viril, a violência toma uma proporção ainda maior, estando sempre presente. Perlongher retrata uma violência que permeia o cotidiano de clientes que buscam o prazer sexual nos michês – como roubos, chantagens, agressões, assassinatos – de modo que acabavam tomando inúmeras precauções e estratégias para evitar tais hostilidades. Todo um trabalhoso cuidado preliminar que, segundo o antropólogo, parece inseparável do gozo em si, pois a equação binária terror/prazer alimenta e conduz as relações na prostituição viril. Dialogando com o ensaísta francês Guy Hocquenghem, Perlongher indica que a conexão histórica entre homossexualidade, criminalidade e delinquência pode ter informado certa relação de cumplicidade que os homossexuais mantinham com os michês agressores⁴³.

Já os michês buscavam legitimar as diversas formas de violência a que submetiam seus clientes como parte de uma “estratégia de sobrevivência” necessária. Contextos de miséria e desemprego especialmente criavam “condições objetivas” para que eles colocassem essas justificativas em discurso. Jairo se utilizou também desta formulação em diversas ocasiões para explicar porque frequentou a casa de Luísa por um ano, acrescentando também uma outra motivação, de ordem afetiva, relacionada à

⁴¹ *Zero Hora*, Porto Alegre, 08 maio 1980, p. 49.

⁴² RAGO. *Os prazeres da noite*, p. 229.

⁴³ PERLONGHER. *O negócio do michê*, p. 221.

pressão familiar. Em 1980, o Brasil de fato enfrentava uma grave crise econômica, resultado do fim do período do chamado “milagre econômico” da ditadura civil-militar, que atingia de forma mais forte as camadas pobres da população, em razão da inflação anual de 110% e de uma alta taxa de desemprego⁴⁴. Em seu trabalho com os michês, Perlongher identificou que a situação geral de crise e desemprego era indicada como a responsável pela grande ampliação que ocorreu no mercado homossexual ao longo dos anos 1980, pois levava milhares de jovens pobres às ruas à procura de oportunidades de ganhar dinheiro.

No discurso dos michês, a constituição das hierarquias na prostituição e a ameaça constante da violência contra os homossexuais surgem associadas a uma espécie de compensação moral pelas diferenças sociais entre eles e seus clientes. A pressão de viver cotidianamente num intervalo entre a heterossexualidade presumida e a experiência homoerótica marginal é o que desencadeava, por vezes, surtos de violência e de morte. Assim, acabava sendo comum os michês construírem certa explicação social para sua atividade, na qual se consideravam “agentes de uma expiação”⁴⁵ por fazerem os homossexuais pagarem seus pecados por serem ricos e também por se submeterem a uma relação na qual são feminizados. Tal discurso surge também na fala do defensor de Jairo quando afirmava que seu cliente promovia a “purificação da sociedade” ao matar Luísa Felpuda⁴⁶.

O negócio da prostituição masculina se apresentava, portanto, no contexto dos anos 1980 como um complexo jogo de poder do qual Luísa Felpuda e Jairo representam aqui personagens importantes para entender tais dinâmicas. Por um lado, a prostituição – e o bordel especialmente – surge como uma forma de sociabilidade, de trabalho e como possibilidade de expressão do

⁴⁴ NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2017, p. 172.

⁴⁵ PERLONGHER. *O negócio do michê*, p. 205.

⁴⁶ *Zero Hora*, Porto Alegre, 08 maio 1980, p. 49.

desejo dissidente. Por outro, ela estabelece toda uma economia do desejo que busca controlar e canalizar esse desejo de modo a evitar “perigos de fuga”⁴⁷. Perigos esses que emergem de forma diferente para esses personagens: para Luísa, dona do bordel e – no momento de sua morte – cliente, um perigo de morte ou de violência; para Jairo, michê, perigo de paixão e de efeminação.

A inter-relação cafetina-michê-cliente acabou se sobrepondo às discussões aqui propostas sobre possibilidades dos dissidentes sexuais em atuarem na prostituição. Porém, antes de concluir é necessário abordar brevemente uma terceira personagem que foi incluída nessa história também por sua experiência como dissidente. Trata-se de Joelma, uma travesti que trabalhava na casa de Luísa como enfermeira, cuidando de seu irmão, Luidoro que precisava de cuidados especiais. Desde o dia 1º de maio, os jornais já apontavam suspeitos que poderiam ter cometido o crime. Afirmavam em suas manchetes de capa que o autor poderia ser uma travesti, embora os textos das matérias mencionassem esse fato em uma ou duas frases apenas⁴⁸. No dia seguinte, no entanto, *Zero Hora* fornecia mais informações sobre a investigação policial, dizendo existir seis suspeitos, mas já nomeando um principal no subtítulo da reportagem: “O principal é um travesti conhecido por Joelma que foi gerente de uma das vítimas”⁴⁹. No corpo do texto afirmava ainda que Joelma seria responsável por fazer a cobrança dos aluguéis dos quartos da casa.

Ao lado do texto, publicou uma suposta foto de Joelma com os seios à mostra, vestindo uma saia com fenda, bolsa na mão, numa pose que poderia ser definida como insinuante, possivelmente tirada num momento de “batalha”, ocupando mais da metade da página, seguida da legenda: “Este travesti é um dos suspeitos procurados pela polícia”. Embora a notícia mencione a

⁴⁷ PERLONGHER. *O negócio do michê*, p. 252.

⁴⁸ *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 01 maio 1980, p. 1; *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01 maio 1980, p. 5.

⁴⁹ *Zero Hora*, Porto Alegre, 02 maio 1980, p. 28.

existência de outros cinco suspeitos, cujos nomes estavam em sigilo, Joelma é a única que teve seu nome e fotos divulgados, sendo imediatamente apontada como assassina. As suspeitas sobre a travesti, inclusive, desencadearam uma operação policial que durante a madrugada percorreu a zona de prostituição de travestis, levando várias para depor na delegacia⁵⁰.

A situação mudaria no dia 3 de maio com a publicação de matérias informando que estava preso o assassino, de nome Jairo, que havia confessado a autoria do crime. Nessa mesma ocasião, os jornais divulgavam que Joelma tinha comparecido para prestar depoimento, negando as acusações e se apresentava como enfermeira de Luidoro, afirmando ter deixado a casa antes do crime ocorrer. Contudo, a perspectiva de Joelma não estar envolvida na trama duraria pouco tempo. Alguns dias depois, apesar da confissão e da exposição dos detalhes da relação entre Jairo e as vítimas, os jornais noticiavam que a enfermeira estava sendo apontada pela polícia como cúmplice do assassino, pois, segundo o delegado titular do caso, Jairo “não poderia ter cometido sozinho um crime tão brutal”⁵¹. Somente em meados do mês, com o avanço da investigação e diante da enorme quantidade de provas, é que Joelma deixou de figurar no rol de suspeita e cúmplice.

Como aponta o historiador Elias Veras, seria principalmente na década de 1970 que as travestis emergiram enquanto sujeitos históricos no Brasil, dotados de uma subjetividade específica, e que ia se distanciando de uma temporalidade na qual eram produzidas enquanto um “tipo” de homossexual que se “veste de mulher”. Na emergência deste novo sujeito histórico, a imprensa atuou fortemente, criando a imagem de uma travesti marginal estigmatizada que ganha visibilidade ao ser repetidamente

⁵⁰ Idem.

⁵¹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 06 maio 1980, p. 5; *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 06 maio 1980, contracapa.

associada à prática da prostituição, à criminalidade e às doenças⁵². É nesse contexto de produção de enunciados sobre as travestis que podemos enxergar os discursos da imprensa sobre Joelma, exposta e acusada imediatamente de ter matado Luísa Felpuda e que, mesmo com a confissão de Jairo, é novamente enquadrada como cúmplice. A travesti emerge das narrativas jornalísticas como um sujeito perigoso, uma pessoa de conduta duvidosa, que, diferente dos demais suspeitos, merece atenção especial da polícia.

É interessante notar como Joelma, ao buscar se distanciar da prostituição, aproximasse de uma outra profissão tradicionalmente vinculada ao feminino, a enfermagem. Alguns trabalhos recentes abordam as profissões do campo da saúde como pertencendo a um “setor de cuidados”, cuja compreensão vem sendo ampliada por algumas autoras nos últimos anos, ao questionarem a pertinência de incluir os trabalhos domésticos diversos, os serviços prestados em salões de beleza e até mesmo a prostituição neste mesmo “setor de cuidados”⁵³.

Ainda que Joelma construísse para si uma trajetória profissional que não incluía a prostituição, é necessário destacar que para muitas travestis a prostituição era, sim, um horizonte de possibilidade material para geração de renda e também de criação de um espaço importante de sociabilidade. Nos territórios da prostituição elas podiam, além de ganhar dinheiro, fazer amizades, comprar e trocar roupas, aprender técnicas de modificação corporal com as demais, entre outras coisas⁵⁴. Naquele contexto, portanto, por mais que Joelma repetisse e provasse que seu trabalho era a enfermagem, a força do discurso da travesti-

⁵² VERAS, Elias. “Carne, tinta e papel: A emergência do sujeito travesti público-midiatizado em Fortaleza (CE) no tempo dos hormônios”. (Tese de doutorado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015).

⁵³ ABREU, Alice de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo, Boitempo, 2016.

⁵⁴ PELÚCIO, Larissa. “Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti”. *cadernos pagu* (25), jul.-dez./ 2005, p. 224.

prostituta a capturava especialmente por ainda estar próxima do mundo da prostituição masculina presente na casa de Luísa.

Ao longo deste breve texto busquei mostrar como a prostituição masculina esteve historicamente atrelada a sujeitos sexualmente desviantes da matriz heterossexual, constituindo-se como uma possibilidade no mundo do trabalho. No caso desses sujeitos, o trabalho com a prostituição mostra-se também como um dispositivo de subjetivação que conforma diversas de suas experiências. Buscando na historiografia sobre a prostituição feminina e nos estudos antropológicos sobre a prostituição viril pude perceber que as experiências dos dissidentes sexuais neste foram e são mediadas por um intrincado jogo de poder no qual os indivíduos são classificados hierarquicamente conforme seus marcadores sociais de gênero, classe, raça e idade.

Deste modo, a partir do caso Luísa Felpuda e dos discursos jornalísticos sobre Luísa, Jairo e Joelma tentei entender como diversas categorias sociais se articulavam na formação das “diferenças na diferença” para utilizar a expressão de Carlos Henning. Apesar de se tratar de um curto e limitado exercício reflexivo, a sobreposição da historiografia e da antropologia, entendo, dão algumas indicações de como a interseccionalidade pode ser um caminho profícuo de exploração historiográfica, na medida em que permite uma compreensão mais ampla e sensível dos processos sociais que compõem as experiências dos dissidentes sexuais.

Referências

ABREU, Alice de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo, Boitempo, 2016.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Nordestino: a invenção do “falo” – uma história do gênero masculino (1920-1940)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz; CEBALLOS, Rodrigo. “Trilhas urbanas, armadilhas humanas: a construção de territórios de prazer e de dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980”. In: SCHPUN, Mônica (org.). *Masculinidades*. SP/Santa Cruz: Boitempo/Edunisc, 2004.
- CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. “As vítimas do desejo’: os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980”. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- ENGELS, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.
- GREEN, James. *Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- HENNING, Carlos Eduardo. “As diferenças na diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidade em bares e boates GLS de Florianópolis, SC”. (Dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008).
- KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Porto Alegre: *Horizontes Antropológicos*, v. 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.
- KUSHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras – mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 34, p. 45-63, 2001.
- MISSE, Michel. *O estigma do passivo sexual: um símbolo de estigma no discurso cotidiano*. Rio de Janeiro: Booklink, 2005.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2017.

- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PEREIRA, Pedro Paulo; SANTOS, Élcio. “Amores e vapores: sauna e prostituição viril em São Paulo”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 133-154, janeiro-abril/2016.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SCHETTINI, Cristiana. *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, São Paulo, n. 16, fev./1998.
- SEMPOL, Diego. *De los baños a la calle: Historia del movimiento lésbico, gay, trans uruguayo (1984-2013)*. Montevideo: Random House Mondadori, 2013.
- SIMONETTO, Patricio. “Intimidades disidentes. Intersecciones en las experiencias de homosexuales y lesbianas en Buenos Aires durante los sesenta y setenta”. *Trashumante Revista Americana de Historia Social*, n. 11, 2018.
- VERAS, Elias. “Carne, tinta e papel: A emergência do sujeito travesti público-mediatizado em Fortaleza (CE) no tempo dos hormônios”. (Tese de doutorado em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015).

Trabalhadores indefinidos: trabalho, pobreza e cotidiano na cidade de Fortaleza (1900-1930)

Amanda Guimarães da Silva¹

O período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, apontam para uma nova organização das relações de trabalho no Brasil. A economia agroexportadora, sustentada por meio do sistema escravista, do latifúndio e de toda uma política paternalista, entra em conflito com o incipiente desenvolvimento industrial gestado no período, que por pressões internas e externas, impulsiona o fim da escravidão, instituindo um mercado de trabalho livre e assalariado em todo o país (COSTA, 2010). O sistema agroexportador, dependente do mercado externo, tem sua importância gradativamente diminuída, à medida que se expande a industrialização nacional e o desenvolvimento do mercado interno. Agricultura e a indústria, desta forma, moldam o que viria a ser a estrutura econômica nas primeiras décadas do século XX, organizando e definindo diversas relações de trabalho no campo e na cidade.

A expansão urbana e industrial ocorreu de forma diferenciada junto as três grandes regiões do país, Nordeste, Sudeste e Sul, devido a dinâmicas econômicas e sociais

¹ Mestranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: amssphb@hotmail.com

diferenciadas entre si. A Região Nordeste, nas últimas décadas do século XIX, tinha uma participação significativa na economia nacional, sendo um importante e expressivo exportador de algodão e açúcar, além de concentrar, aproximadamente, metade da população brasileira, sendo sustentado a partir de uma rígida estrutura econômica, social e política. (FURTADO, 1987) Esta estrutura é marcada por uma grande concentração fundiária, com uma produção agrícola extensiva, voltada para a subsistência, bem como uma organização social oligárquica, com atividades produtivas voltadas para o mercado externo, associado a aspectos geográficos e climáticos, com particularidades próprias em toda a região, que em conjunto, ajudam a explicar as dinâmicas econômicas e produtivas da região, ao longo do século XX. (ANDRADE, 1981)

Na província do Ceará, a economia algodoeira, expressiva em 1860, contribuiu para um tímido desenvolvimento local, sobretudo em Fortaleza, com a emergência de fábricas e oficinas com o desenvolvimento de atividades econômicas a partir da produção agrícola local, sendo as primeiras iniciativas produtivas nos setores de tecido, fiação e óleos vegetais, instituindo, assim, as primeiras iniciativas de constituição de um mercado interno no estado. (AMORA, 1989) Chegavam a capital, por meio da estrada de ferro, produtos para consumo vindo de Maranguape, Pacatuba e Baturité, descarregando junto aos portos, também, diversas mercadorias vindas do sertão. (GIRÃO, 1979) Este processo é consolidado com o desenvolvimento de portos voltados para o escoamento da produção, com exportações e importações diversas, por onde a mercadoria é, assim, inserida no mercado. A cidade de Fortaleza, assim como demais localizações litorâneas, desenvolve-se a partir de atividades portuárias, com o intenso ir e vir de mercadorias, de cidades próximas e países como Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos e Argentina. Somente no ano de 1898, a cidade de Fortaleza recebeu, aproximadamente, 313

embarcações vindas, principalmente, do sul do país², o que sinaliza uma inserção junto aos principais centros econômicos do período.

O desenvolvimento da sociedade industrial, assalariada e marcada pelo tempo do trabalho nas fábricas e oficinas, classificou toda uma pobreza urbana, complexa e heterogênea, a partir da sua produtividade e inserção no mundo do trabalho que se formava. Desta forma, profissões, ocupações e ofícios, continuamente gestados e ressignificados, diferenciavam um conjunto de pobres urbanos, deixando a margem aqueles que, por diversos fatores, não eram inseridos neste processo. Eram entendidos como marginalizados e mal classificados socialmente, por não possuir ocupação ou profissão dentro do espaço da cidade, que se expandia a partir da dimensão do trabalho. Eram definidos socialmente a partir da sua indefinição produtiva. Eram, no entanto, indispensáveis para a expansão do espaço urbano e da sociedade industrial, oscilando, assim, entre o trabalho produtivo e improdutivo. (HAHNER, 1993)

A pobreza urbana de Fortaleza era formada, em sua maioria, por sujeitos vindos do interior, em sucessivas ondas migratórias ocasionadas pelos períodos de seca. Chegaram a capital, somente em 1880, aproximadamente 114.000 retirantes, superlotando os dispositivos citadinos, impondo novas formas de lidar com os pobres urbanos. Emerge, no período, uma nova configuração das relações de trabalho na cidade. A prática de trabalho, sobretudo para os sujeitos vindos do campo, passou a ser utilizada em uma dimensão pedagógica, corroborando com todo um discurso médico existente no período, que associava pobreza e criminalidade, sendo somente o trabalho capaz de regenerar o pobre cidadão. (MACHADO, 2009) Estes sujeitos foram transformados, assim, em mão de obra barata, sendo absorvidos em obras, consideradas de socorro público, bem como, construções físicas dentro do espaço

² Almanaque Estatístico e Literário do Ceará. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1889.

da cidade. As diversas práticas entendidas como ações de assistência, fossem os trabalhos em obras públicas, quanto os abarcamentos, condicionavam estes sujeitos junto ao tempo do trabalho, da disciplina e da produtividade, condenando práticas de mendicância e vadiagem. (NEVES, 2005)

Os expressivos contingentes populacionais foram utilizados, em sua maioria, como mão de obra para a realização de construções, como ferrovias, portos e açudes, nas regiões de Baturité, Sobral, Quixadá, Camocim, entre outras. (CANDIDO, 2005) As autoridades públicas criaram abarcamentos para atender parte da população que não era absorvida junto as obras do período. No entanto, muitos permaneceram dentro do espaço da cidade, sobrevivendo por meio de trabalhos cotidianos, da mendicância, da caridade, e por vezes, do crime, que em conjunto, organizavam as várias dimensões da pobreza na cidade, bem como o desenvolvimento de formas de controle e repressão cidadinas.

O processo produtivo gestado no país dividia-se entre produção, transformação e emprego de matérias primas, a partir de atividades nos setores de metalurgia, têxtil, madeiras, alimentação, óleos e vegetais.³ Colocava-se, assim, um contínuo processo de divisão do trabalho, fazendo emergir diversas categorias profissionais, inseridas dentro do espaço de fábricas e oficinas, em atividades regulares e qualificadas, sendo um forte elemento de diferenciação social entre uma massa heterogênea de pobres urbanos.

Parte da pobreza urbana constituiu uma força de trabalho disponível, sendo absorvida a partir de atividades desenvolvidas junto as fábricas e oficinas, com a produção de redes, fiação, tecidos, pães, destilação, cigarros, produção de livros, encadernação, cabelereiro e barbeiros, marceneiros, carpinteiro, ourives, relojoeiro, alfaiate, marmoristas, fundição, entalhador,

³ Almanaque Estatístico e Literário do Ceará. Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará, 1902

fotografias, sapateiros, ferreiros, funileiro, torneiro, barulheiro, *sellero*, pintores, desenhistas, tinturarias, empreiteiros de obras, marchantes. Em conjunto, eram consideradas atividades industriais, apesar de não utilizarem, em sua maioria, máquinas e equipamentos de produção, sendo realizadas de modo artesanal e manufatureiro. Estas atividades constituíam as profissões e ofícios tidos como regulares e qualificados, significando um lugar social diferenciado em relação aos demais sujeitos que não estavam inseridos nesta dinâmica produtiva.

Muitos organizavam-se entre si, a partir de sindicatos e associações, praticando a solidariedade entre os membros e protegendo os interesses de ofício⁴. Nestes espaços, diversos trabalhadores compartilharam demandas e experiências em comum, impulsionando as primeiras iniciativas de organização do movimento operário. Compartilhavam longas jornadas de trabalho, baixos salários e toda uma condição de pobreza cotidianas, como acesso a moradia e alimentação. Dados imprecisos, de 1920, apontam para a existência de, aproximadamente, 7.786.375 trabalhadores imersos nesta condição laboral, em todo o país. Constituía uma minoritária força de trabalho regular e assalariada, que integravam uma parte do que seria o mercado de trabalho que se formava no período.

Os trabalhadores que não estavam inseridos em atividades de produção, transformação e emprego de matérias primas, ou junto a administração pública e em profissões liberais, eram classificados, segundo os sucessivos levantamentos populacionais realizados entre 1887 e 1920, como “mal-definidos”. Eram trabalhadores sem ocupações ou ofícios qualificados, que sobreviviam a partir de atividades diversas e incertas, sendo absorvidos, por vezes, pelos setores da indústria e de serviços, de modo temporário e intermitente. Tinham suas ocupações

⁴ Sobre produção literária operária no Ceará, ver PEREIRA, Adelaide Maria Gonçalves. *A imprensa dos trabalhadores no Ceará, de 1862 aos anos 1920*. 2001. 559 f. Tese. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

entendidas pelo discurso oficial como indefinidas ou não declaradas, sendo assim, excluídos das classificações do mundo do trabalho gestadas no período, sobrevivendo a margem da dinâmica produtiva e regular, improvisando práticas de trabalho diversas. Somavam a esta condição, aproximadamente, 21.849.230 de sujeitos, incluindo crianças, compondo, assim, uma massa expressiva de pobres urbanos em todo o país⁵.

Em Fortaleza, os trabalhadores “mal-definidos” seriam aqueles que, não inseridos nas dinâmicas produtivas e comerciais do período, sobreviviam a partir de práticas de trabalho diversas e indispensáveis para o funcionamento da cidade. Seriam os inúmeros jornaleiros, diaristas e prestadores de serviços, homens e mulheres que, sem formação qualificada e, muitas vezes, sem alfabetização, trabalhavam de forma intermitente, junto aos setores industriais e de serviços formados na cidade. Em 1872, somavam nesta condição, aproximadamente, 17.098 pessoas, de um total de 27.000 recenseados, em sua maioria, sem instrução ou alfabetizadas (QUEIROZ, 2011). Identificavam-se, profissionalmente, a partir de ocupações socialmente polissêmicas, como as de jornaleiros e prestadores de serviços, que abrangia uma diversidade de ocupações menos expressivas, que orbitavam dentro das dinâmicas formais e informais de trabalho.

Os jornaleiros operários estavam inseridos na indústria e em atividades fabris, somando em todo o Brasil, no ano de 1920, aproximadamente, 275.512 trabalhadores. Em Fortaleza, estavam relacionados aos trabalhos em pequenas oficinas da cidade, como as de tecido e algodão, segmentos que primeiro se desenvolveram no período. A atuação de jornaleiros ocorria, também, junto a construção da estrada de ferro, a qual demandava muitos trabalhadores em condição intermitente, apesar de inseridas em atividades regulares, qualificadas e assalariadas, em sua maioria.

⁵ *Recenseamento Geral do Brasil, de 1920*. (4º Censo Geral da População e 1º da Agricultura e das Indústrias). Disponível <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6478.pdf>>. Acesso. 01 out. 2017.

Estes trabalhos, em conjunto, apesar de intermitentes, situavam-se dentro de uma dinâmica produtiva regular.

Nos chama atenção, os a ocupação entendida em uma dimensão informal, como os jornaleiros que realizam atividades diversas, como transporte de cargas e prestação de serviços citadinos. Eram considerados intermitentes, pois suas práticas de trabalho dependiam de demandas urbanas, realizadas, principalmente, junto ao centro da cidade, compondo, assim, uma organização do trabalho informal e irregular. Não possuíam estabilidade profissional e financeira, oscilando entre atividades produtivas e práticas consideradas como degradantes. Suas atividades eram indispensáveis para o funcionamento da cidade, no entanto, quando não inseridos em práticas laborais, eram classificados como ébrios, desordeiros, sendo alvo constante de ações repressivas, sobretudo, policiais. Oscilavam cotidianamente quanto a sua ocupação. Exerciam atividades diversas e em muitos documentos, se identificavam profissionalmente enquanto jornaleiros.

Uma das formas de qualificar e normatizar parte da população citadina era por meio da Escola de Aprendizes, criada em 1909, pelo Ministério da Agricultura e do Comércio, devido aos altos índices de analfabetismo entre a população, bem como a necessidade de formar mão de obra qualificada, tendo como objetivo, também, o controle e a disciplina de uma expressiva quantidade de crianças pobres desassistidas dentro do espaço urbano. Buscava instituir os valores próprios da sociedade industrial, a partir da profissionalização, de modo a inseri-los no trabalho de fábricas e oficinas. Com os cursos de sapataria, alfaiataria, ferraria, serralheria e mecânica, a Escola de Aprendizes foi idealizada de modo a atender as demandas industriais da região. Apesar de dificultosas as condições de permanência nos cursos, somente no ano de 1922, foram realizadas matrículas de 235 alunos, que seriam instruídos de modo a aprimorar-se em seus

ofícios formando, assim, o operariado disciplinado e dito moderno⁶.

O poder municipal registrava todas as atividades comerciais, industriais ou realizadas em oficinas, impondo condições para o funcionamento destes estabelecimentos. Existia uma constante tentativa de normatizar e enquadrar todas as atividades produtivas da cidade, sob condições de funcionamento e pagamento de impostos. As atividades qualificadas, em sua maioria, sejam profissão, arte ou ofício, deveriam pagar uma taxa de contribuição para o seu livre exercício. A fiscalização estendia-se junto as ocupações exercidas cotidianamente nas ruas da cidade.

Dentre as diversas atividades inseridas dentro da dinâmica intermitente de trabalho, encontramos os ambulantes e carroceiros, que em conjunto, sofriam condicionamentos municipais para o livre exercício de suas atividades, sendo relacionadas, diretamente, ao comércio de alimentos e ao trânsito citadino. A existência deste tipo de ocupação não dialogava com o projeto de república e cidade moderna, moldados sob o signo do progresso e do trabalho, remetendo a um passado imperial entendido como atrasado. O controle instituído pelo município, em si, aponta para um processo de definição e qualificação de ocupações urbanas e marginais quanto a organização do trabalho produtivo.

Junto aos documentos municipais, estas duas atividades, dentre as diversas realizadas cotidianamente, como engomadeira, lavadeiras, amas de leite, entre outras, recebiam uma atenção mais próxima das autoridades, a partir da cobrança de fiscos, bem como normatização para a realização de sua atividade. Havia sanções quanto a venda de doces, biscoitos, pasteis, empadas, balas e sovertes, realizada por quintandeiras e vendedores de rua, com o controle de instrumentos de trabalho, como cestas e tableiros,

⁶ GONÇALVES, Adelaide. “Uma fábrica de homens utilizáveis”: sobre escola e instrução pública para os pobres no Ceará. In: RIOS, Kênia de Sousa. FURTADO FILHO, João Ernani. (Orgs.). *Em Tempo: História, Memória e Educação*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

bem como os espaços permitidos para comércio. Precisavam emitir junto a prefeitura, alvarás para o livre trânsito na cidade, sendo comuns casos de duplicação de números.

Apesar do processo de expansão industrial, muitas atividades permaneciam sensivelmente agrárias. Os transportes de cargas, realizados através tração animal, conviviam em meio a carros e todo um trânsito entendido como moderno. Eram igualmente sancionados, circulando na cidade somente veículos autorizados e padronizados de acordo com as medidas municipais. Anúncios do período, mostram vendas de carroças com burros e todos os direitos pagos. Os valores pagos pelos carroceiros eram, por vezes, o mesmo que indústrias de tecido. Por isso, recriminava-se veemente a adulteração de placas de serviços.

O presente texto integra o conjunto de atividades desenvolvidas junto a pesquisa de mestrado, que toma como objeto de estudo os trabalhadores indefinidos e intermitentes da cidade de Fortaleza, dentro do recorte apontado. A investigação encontra-se em andamento, com análise de fontes e leituras teórico metodológicas sobre a temática.

Referências

- AMORA, Zenilde Baima. Aspectos Históricos da Industrialização no Ceará. In: *História do Ceará*. Orgs. SOUZA, Simone. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Fundação Demócrito Rocha, 1989.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Estado, Capital e Industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CANDIDO, Tyrone. *Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, 22 ed., São Paulo: Editora Nacional, 1987

GIRAO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. 2ª ed. Fortaleza. BNB, 1979.

HAHNER, June E. *Pobreza e Política: Os pobres urbanos no Brasil (1870 – 1920)*. Universidade de Brasília, 1993.

HARVEY, David. As relações de transporte, a integração espacial e a “anulação do espaço pelo tempo”. In: *A produção do espaço capitalista*. São Paulo: Annablume, 2005.

MACHADO, Dyonélio. *Uma definição Biológica do Crime*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 250 f. 2009.

NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NEVES, Frederico de Castro. Estranhos na Belle Epoque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877 – 1915). In: *Trajetos: Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História, da Universidade Federal do Ceará*. Nº 06, Fortaleza, Departamento de História da UFC, 2005

QUEIROZ, Priscilla Régis Cunha de. *Trabalho e Cotidiano: produção e comércio de gêneros alimentícios em Fortaleza, no final do XIX e início do século XX*. 2011. 200 f. Dissertação (Mestrado História Social) – Pós Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará.

As excluídas do bem-estar: mulheres trabalhadoras no fordismo britânico (1945-1979)

Thiago Romão de Alencar¹

Em 20 de julho de 1957, o primeiro-ministro conservador Harold Macmillan declarou, num comício na cidade de Bedford que “o povo britânico nunca vivera tão bem até então”². O regime fordista de produção e acumulação capitalista, associado à institucionalização do Estado de bem-estar social, traduzira-se, no imediato pós-Segunda Guerra, em crescimento econômico e certa estabilidade social. Assistiu-se a uma profunda reforma da ossatura material do Estado daquele país, pautada nas mudanças econômicas ocorridas e nas necessidades do desenvolvimento capitalista do período. Central para esse rearranjo econômico e institucional era o papel racionalizador de um Estado de novo tipo, que apostava em certa planificação da economia visando garantir os investimentos, aquecer a economia e estimular os gastos públicos e privados.

Este regime corporativista instaurado pautava-se em alguns pressupostos específicos, cujo principal deles era a relação com

¹Doutorando em história na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: thiagobono@yahoo.com.br.

² 1957: Britons 'have never had it so good'. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/july/20/newsid_3728000/3728225.stm. Acesso em 29/08/2018.

uma classe trabalhadora organizada em sindicatos dispostos a negociarem suas demandas no interior dos limites do sistema capitalista. No caso britânico, a questão tratada como primordial pelos governos trabalhista e conservador dizia respeito ao papel dos sindicatos no desenvolvimento da economia nacional. O argumento corrente era de que estes, para poderem realizar suas demandas salariais, deveriam fazê-lo de forma responsável e equilibrada, além de dar contrapartidas à economia nacional de modo a não corroer os lucros e reinvestimentos capitalistas, em prol de um pretense interesse nacional comum. A espiral inflacionária e a baixa produtividade da economia britânica passaram a ter como bode expiatório o desenho das relações industriais na Grã-Bretanha e, conseqüentemente, os próprios sindicatos, vistos como principal entrave à saúde financeira do país.

No entanto, no período do pós-Segunda guerra, os sindicatos incluíam em suas fileiras apenas metade do total da força de trabalho empregada. Qual a relação da expressiva fração não-sindicalizada da classe trabalhadora com os benefícios do chamado Estado de bem-estar social britânico? Como se dava sua inserção no mercado de trabalho de pleno emprego da época? E como era sua relação com os sindicatos da época, instituições características e fundamentais ao regime político do pós-guerra?

Esse trabalho buscará abordar a inserção do trabalho feminino no mercado de pleno emprego britânico entre 1945 – com a vitória eleitoral dos trabalhistas e seu primeiro governo de maioria – e 1979 – quando Margaret Thatcher é eleita pelo partido conservador e inicia o desmonte do Estado social britânico. Dando especial atenção à relação desse grupo com a estrutura previdenciária e de benefícios sociais erguida no pós-1945, pretendemos alcançar uma maior compreensão do que significaram de fato as políticas de bem-estar social, os critérios que as estruturavam e a interação entre gênero e classe na

redefinição que o Estado de bem-estar impôs às relações familiares, à cidadania e à definição de trabalho assalariado.

A construção do Estado de bem-estar britânico no contexto do pós-Segunda Guerra.

Ao longo da primeira metade do século XX, a Grã-Bretanha assistira a um reordenamento do seu espectro político, com o Partido Trabalhista assumindo o papel de segundo maior partido do parlamento, tomando o lugar outrora ocupado pelo Partido Liberal, processo em muito ligado às mudanças ocorridas com relação à ampliação do direito de voto ocorrida a conta-gotas desde fins do século XIX. Com o ostracismo dos liberais no entre-guerras, o bipartidarismo assumiu feições classistas explícitas no parlamento britânico, e a vitória trabalhista em 1945 com a eleição de Clement Attlee para o cargo de primeiro-ministro pareceu abrir um novo caminho para a classe trabalhadora daquele país, pela primeira vez num governo de maioria.

O que se seguiu foi o estabelecimento de um Estado de bem-estar social que apareceu como resultado dos conflitos de classe do período, na esfera interna como parte da solução para a crise capitalista e resposta à organização da classe trabalhadora britânica; na esfera externa como forma de fazer frente ao avanço político-ideológico dos soviéticos, acompanhando o movimento mais geral das metamorfoses por que passava a forma-Estado na Europa Ocidental do pós-guerra. O *boom* do capitalismo europeu nos trinta anos seguintes deveu muito a esse rearranjo político ancorado nas políticas macroeconômicas keynesianas. No caso específico da Grã-Bretanha, um modelo corporativista de cariz liberal se impôs e teve como principal protagonista o Partido Trabalhista, visto aqui como principal fiador dos compromissos de classe que este modelo demandava.

A vitória trabalhista na primeira eleição do pós-guerra significou um marco na política britânica: liderado por Clement

Attlee, o partido fundado em 1900 pelo movimento sindical britânico, agrupamentos socialistas e intelectuais de esquerda em princípios do século XX, assumiu o poder com uma confortável maioria parlamentar que lhe permitiu implementar as políticas sociais prometidas e exigidas ao fim da guerra, que envolviam modificações substantivas na estrutura do Estado britânico, continuando a trilha iniciada ainda no período da guerra.

Importante salientar que diversos autores³ apontam com ressalvas os avanços de 1945, tratando-os mais como continuidades das políticas do período da guerra em tempos de paz, do que qualquer outra coisa. Para Saville, a fama posterior do primeiro governo trabalhista do pós-guerra – estatista, radical, revolucionário e inovador – seria resultado tanto da forte campanha conservadora contra o governo como da própria propaganda trabalhista, ansiosa em apresentar-se sob pressupostos diferentes da política britânica até ali⁴. Durante a guerra ainda, por exemplo, integrantes do governo conservador admitiam que os controles impostos à indústria deveriam ser mantidos por um tempo após a guerra até que a economia se estabilizasse. A defesa do pleno emprego e a extensão da previdência e do bem-estar também eram vistas como essenciais para a manutenção da coesão social, pois a lembrança da forte militância trabalhadora do entre guerras e o sucesso soviético ainda eram vivos. Por mais que discordassem com relação à intensidade da aplicação de suas políticas, trabalhistas e conservadores concordavam quanto ao teor fundamental do papel do Estado no pós-guerra perante a economia, principalmente após o relatório Beveridge, de 1942. E o sentimento se espalhou por toda

³ MILIBAND, Ralph. *Parliamentary Socialism: A Study in the Politics of Labour*. Londres: Merlin Press, 1979; PANITCH, Leo. *Social Democracy and Industrial Militancy (1945-1974)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976; SAVILLE, John. “Labourism and the Labour Government” (1967). In: COATES, David (Ed.) *Paving the Third Way: The Critique of Parliamentary Socialism – a Socialist Register anthology*. Londres: Merlin Press, 2003; COATES, David. *The Labour Party and the Struggle for Socialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.

⁴ SAVILLE. “Labourism and the Labour Government”.

a Europa. Como ressalta Varela, este é um dos principais resultados da Segunda Guerra: “o Estado cresce e consolida-se: manutenção da força de trabalho (cuidados de saúde); formação da força de trabalho (educação e formação profissional); política fiscal; dívida pública e orçamento público; gestão dos espaços coletivos e transportes, etc.”⁵ Assim, ao assumirem o governo, os trabalhistas já partiam de certa *expertise* adquirida no governo anterior, cuja maior parte da estrutura estatal desenvolvida no governo de coalizão da guerra liderado por Churchill – como os órgãos tripartites e as instituições de controle da demanda e da produtividade – estava mantida.

Mas, certamente, a experiência singular do período foi a construção da máquina do *Welfare State*, cuja criação do universalista *National Health Service*⁶ aparece como símbolo do período. Inspirados e estimulados pelos apontamentos contidos no famoso relatório Beveridge, as novas políticas estatais de habitação, educação, emprego, saúde e assistência social tinham por mote abarcar todos os cidadãos, e não apenas os mais necessitados. Em suma, o relatório, preocupado com a situação com que vivia o povo britânico, vinculava o pleno emprego à sustentação de tais políticas, e “pretendia, através da completa racionalização do sistema de seguros sociais vigente, inovar e superar as experiências realizadas até então, formulando um modelo que atendesse toda a população mediante um esforço conjunto do Estado e da sociedade”⁷. Tais medidas, somadas às primeiras nacionalizações implementadas no período, instauraram uma nova hegemonia, pautada em novos valores e numa nova visão de mundo que trouxe pro centro do espectro político a socialdemocracia europeia, que viveu seu período de ápice eleitoral, ocupando governos no

⁵ VARELA, Raquel. *Breve História da Europa – da Grande Guerra aos nossos dias*. Lisboa: Bertrand Editora, 2018, p. 117.

⁶ Serviço Nacional de Saúde britânico.

⁷ PEREIRA, Potyara. *Política Social: Temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008.

próprio Reino Unido, e também na Escandinávia, Alemanha, entre outros. Segundo Varela

Foi preciso, no fim da Segunda Guerra Mundial, com a derrota nazi realizada com os trabalhadores armados, a escassez real de força de trabalho pela mobilização para a guerra, e a própria devastação física de uma parte da população, para nascer um corpo de reformas inéditas – que configuravam, de forma diversa consoante o país (no tipo de serviços prestados e origem das receitas), de um conjunto amplo que garantia a proteção de quem trabalhava, desde a infância até à morte. O Estado, do berço à cova. Deixando pra trás a dependência da família, a insegurança do desemprego, a mendigagem do assistencialismo arbitrário.⁸

No entanto, tal modelo, que se espalhou por boa parte da Europa Ocidental e os EUA, não foi unívoco. Pelo contrário, o plano Meidner⁹ em nada se assemelhava ao Contrato Social¹⁰ ou ao plano de recuperação alemão. Não por acaso, os três exemplos mencionados exemplificam os três tipos de regime de bem-estar social teorizados por Esping-Andersen. É para a sua teoria que nos voltaremos agora, fundamental para se entender esse período do capitalismo, ao mesmo tempo em que apontaremos para os limites dessa teoria e a ampliaremos para matizar o entendimento desse estágio, mantendo um questionamento em mente: afinal, a quem exatamente Harold Macmillan se referia no discurso de 1957?

Desmercantilização e regimes de bem-estar: a teoria de Esping-Andersen

⁸ VARELA, Raquel. *Breve História da Europa – da Grande Guerra aos nossos dias*, p. 115.

⁹ Política de crescimento econômico, intervenção estatal, aumento de salários reais, baixa inflação e gestão da demanda instaurada em 1951 na Suécia, num amplo compromisso de classe envolvendo a principal central sindical do país e a socialdemocracia.

¹⁰ Programa de políticas macrokeynesianas do governo trabalhista eleito em 1974 que vinculava a contenção de aumentos de salários reais para manter o controle da espiral inflacionária, ao aumento de gastos sociais.

A pioneira obra de Esping-Andersen, *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, publicada em 1990, chamou a atenção pela ampla gama de países que abordou em seu estudo comparativo, o extenso uso de estatísticas a inovação em sua conceituação e tipificação do fenômeno do bem-estar social. Coube a Esping-Andersen reconhecer tanto o peso da estrutura em constante mudança do capitalismo, como também o espaço das diferentes forças culturais e políticas naquela que seria a grande inovação de sua obra: a caracterização dos três regimes de bem-estar social existentes. Além disso, ao dar poder analítico ao próprio conceito de “Estado de bem-estar” – enredado na sua análise mais abrangente do desenvolvimento do capitalismo e das variações no interior deste –, vendo-o também como agente de mudança social que afeta de diversas maneiras as formas de estratificação social e de estruturação e comportamento dos indivíduos no mercado de trabalho, o autor amplia o entendimento das nuances existentes, valorizando as diferenças nacionais. Trataremos de fazer um resumo dos principais apontamentos de Esping-Andersen, destacando os pontos mais centrais de sua obra que de alguma maneira tenham a ver com a temática deste trabalho.

Segundo o autor, os Estados de bem-estar social são mais facilmente identificáveis e classificáveis a partir de algumas características principais:

- a. extensão dos direitos sociais, ou grau de *desmercantilização*: inspirado em Polanyi¹¹, Esping-Andersen afirma que o critério central para se medir a importância e o peso dos direitos sociais deve ser o grau em que eles permitem aos trabalhadores atingirem um padrão de vida aceitável de forma independente às forças puras do mercado. Nesse sentido, os direitos sociais serviriam pra enfraquecer o status dos trabalhadores enquanto vendedores da mercadoria força de trabalho. Esping-Andersen relaciona aqui os Estados de bem-estar à

¹¹ POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

ideia de cidadania social de Marshall em seu clássico ensaio¹², afirmando que a luta por reconhecimento e garantia dos direitos sociais aponta para a desmercantilização das relações sociais, prioridade para as classes trabalhadoras e fator de conflito com as classes patronais. No entanto, é bom que se lembre, “não é a mera existência de um direito social, mas as regras e precondições correspondentes que ditam a extensão à qual os programas de bem-estar oferecem alternativas genuínas à dependência do mercado”.¹³ Tal ressalva é fundamental na tipificação dos Estados de bem-estar, como veremos mais à frente;

- b. *estratificação social*: para o autor, as políticas sociais amenizam certas estratificações sociais mas também cria outras a partir de suas próprias lógicas, podendo aumentar ou diminuir as diferenças de classe e status e criar dualismos, individualismos ou uma solidariedade social mais ampla. O Estado de bem-estar é, então, “uma força ativa de ordenamento das relações sociais”¹⁴;
- c. *nexo entre Estado e mercado no sistema de distribuição de renda através de políticas sociais*: para Esping-Andersen, o estudo das diferentes formas de interação entre Estado e mercado no arranjo das políticas sociais é fundamental na sua tipificação do Estado de bem-estar social. Segundo o próprio autor, “é uma mistificação pensar que, ou mercados, ou Estados, são naturalmente mais adequados para desenvolver o bem-estar. Na verdade, mercados são, de forma frequente, criados politicamente, e formam uma parte integral do regime geral de Estado de bem-estar.”¹⁵ E é a forma como um complementa ou rivaliza com o outro que contará para a definição dos regimes propostos pelo autor.

A pesquisa comparativa de Esping-Andersen chegou, assim, a três tipos de regime de bem-estar, a partir de arranjos entre Estado, mercado e família qualitativamente diferentes com relação a essas características apontadas acima, explicadas também enquanto resultado da história de construção nacional do Estado

¹² MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

¹³ ESPING-ANDERSEN, Gosta. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 1990, p. 22.

¹⁴ ESPING-ANDERSEN. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, p. 23.

¹⁵ ESPING-ANDERSEN. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, p. 4.

em questão e/ou da influência da força – ou fraqueza – do sindicalismo, o conservadorismo e o catolicismo, e tantos outros fatores político-ideológicos, além da estrutura de classes e da relação de forças entre elas.

O primeiro tipo seria o Estado de bem-estar de corte *liberal*, característico dos países algo-saxões, o modelo que nos interessa para o presente trabalho. Nesse regime, as assistências sociais geralmente se relacionam aos níveis de rendimento e contribuição para a previdência dos indivíduos, mantendo as transferências de renda e os planos de seguro social público em níveis modestos. Os benefícios do Estado atendem principalmente aos estratos de menor rendimento da classe trabalhadora. Nesse modelo, o progresso da reforma social permaneceu severamente circunscrito pelas normas liberais da ética do trabalho, da livre competição, da independência individual e do contratualismo. E, o principal, o Estado encorajou soluções privadas via mercado, seja passivamente – ao garantir apenas um mínimo de benefícios – seja ativamente – ao subsidiar esquemas de bem-estar privados. A consequência é que esse tipo de regime minimiza os efeitos de desmercantilização, direcionando os planos públicos apenas para uma pequena parcela da população, que se torna, assim, *dependente* do Estado para sua sobrevivência básica. Veremos mais à frente o peso que tal resultado assumirá.

O segundo tipo é o Estado de bem-estar *conservador-corporativista*, característico de países como Áustria, França, Alemanha e Itália, de forte tradição religiosa e hierárquica. Aqui, o legado estatista-corporativista da Idade Média não desapareceu por completo na Era Moderna, e a obsessão liberal com a eficiência de mercado e a mercantilização nunca foi hegemônica. O que predominou foi a preservação de diferenciações de status. Esse corporativismo fundou uma estrutura estatal perfeitamente adaptada a substituir o mercado enquanto provedor de bem-estar; sendo assim, seguros privados e benefícios complementares de renda tiveram papel marginal. Por outro lado, a ênfase do Estado

em corroborar diferenças de status significou que o impacto redistributivo foi negligenciável. Ponto importante desses regimes é o papel da Igreja, que, além de permanecer como grande fonte de provimento social, moldou tais regimes, conseqüentemente comprometidos de maneira forte com a preservação da família tradicional. Ligado a isso, temos o princípio de “subsidiariedade”, que enfatizava a interferência estatal apenas quando a capacidade da família de cuidar de seus membros não era suficiente para o seu próprio bem-estar.

O último tipo de regime teorizado pelo autor é o Estado de bem-estar *social-democrata*, identificável nos países escandinavos. Nessas nações, a socialdemocracia foi claramente a força política dominante por trás da reforma social. Ao invés de tolerar o dualismo entre mercado e Estado, entre classe trabalhadora e classe média, os socialdemocratas buscaram um Estado de bem-estar que iria promover uma igualdade nivelada por cima, em padrões altos, não uma igualdade das necessidades mínimas, como era feito nos Estados de regime de bem-estar liberal. Tal igualdade deveria garantir aos trabalhadores participação total na igualdade de direitos desfrutada pelos mais favorecidos. Envolveu todas as classes, afastando o mercado e conseqüentemente construindo uma solidariedade essencialmente universal em favor do Estado de bem-estar, do qual todos se beneficiam, todos são dependentes e assim todos se sentem obrigados a contribuir. No caso do regime social socialdemocrata, tanto o mercado como a família tradicional são visados. Em contraste com a subsidiariedade do modelo conservador, esse regime procura antecipadamente socializar os custos da família. O ideal não é maximizar a dependência da família, mas sim as capacidades da independência individual, comprometendo-se, assim, a um conjunto de serviços sociais, não apenas para ajudar no cumprimento das necessidades familiares, mas também para permitir às mulheres escolher o mercado de trabalho ao invés do lar.

A explicação do autor para as diferentes configurações dos regimes é parte da inovação de sua obra, ao mesmo tempo em que abre espaço para a sua fraqueza. Para Esping-Andersen, tais configurações não possuem uma causa única, como a historiografia sempre afirmou ao destacar apenas o poder de mobilização da classe trabalhadora no pós-guerra. Esta existiu nos países identificados pelos três tipos de regime, mas não basta para explicar suas diferenças entre si apontadas acima. Esping-Andersen então identifica três fatores:

- a. a *natureza* da mobilização de classe (especialmente, mas não exclusivamente, da classe trabalhadora): aqui, o autor busca fugir da explicação muitas vezes equivocada de que as classes trabalhadoras necessariamente se voltarão para o socialismo. Como afirma o autor, a formação histórica da coletividade das classes trabalhadoras dos diferentes países diverge entre si, com diferentes objetivos, ideologias e capacidades e formas de organização política. No caso dos sindicatos, por exemplo, estes podem ser seccionais ou gerais, seculares ou não, de esquerda ou de compromisso. Tais órgãos de representação e organização “afetarão decisivamente a articulação das demandas políticas, da coesão de classe e o escopo de ação do partido relacionado. Fica explícito assim que a tese da mobilização da classe trabalhadora [como forma de explicação para o Estado de bem-estar social] deve prestar atenção às diferentes estruturas sindicais”¹⁶;
- b. as estruturas das coalizões políticas de classe: um dos pontos da argumentação de Esping-Andersen se dirige aos limites do predomínio político-parlamentar dos partidos de esquerda no pós-guerra, normalmente identificados com as políticas sociais de bem-estar. Assim, a pesquisa deveria voltar o olhar para a construção de coalizões políticas de classe, principalmente com a classe média, e a sua posição quanto às medidas de bem-estar.

É a partir dessas variáveis, causas e formas de configuração, que Esping-Andersen desvela sua teoria a respeito da organização do bem-estar social, apontando o impacto das políticas sociais em

¹⁶ ESPING-ANDERSEN. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, p. 29.

áreas como a estrutura de aposentadorias, a redistribuição de renda e a forma de entrada e configuração do mercado de trabalho. Em comum e, em nossa visão, central para tal análise, é o conceito de *desmercantilização*, já mencionado aqui. Esping-Andersen ressalta que o potencial de desmercantilização não pode ser claramente apontado apenas através dos níveis de gastos sociais, mas requer análises das regras e dos padrões quanto ao acesso aos programas de bem-estar. As chamadas regras de elegibilidade, que determinam como, por quem e sob que condições se dá o acesso a determinados benefícios, são um importante fator quanto ao grau de desmercantilização de dado regime de bem-estar. Um segundo campo a ser analisado nesse sentido tem a ver com a substituição dos rendimentos, que atenta para a proporção dos níveis de benefícios sociais em relação aos salários praticados ou a um padrão de vida considerado adequado ou aceitável na sociedade. Por último, a própria gama de direitos fornecidos deve ser analisada, principalmente tendo-se em vista a inserção destes na relação entre Estado e mercado. Inúmeras nuances surgem a partir daí, tanto entre os três regimes, como no interior destes. Apesar de comporem o mesmo grupo de regime liberal, EUA e Reino Unido diferem, por exemplo, quanto ao acesso à saúde – privada quase por completo nos EUA, ainda pública no Reino Unido.

Depois dessa breve exposição de parte da obra de Esping-Andersen, partirei agora para a sua crítica, informado pelas críticas de feministas-marxistas, abordando o desenvolvimento do Estado de bem-estar social britânico no que tangia às mulheres trabalhadoras e aos programas que as envolviam. Perceber-se-ão os limites da abordagem de Esping-Andersen, apesar de por muitas vezes o próprio autor trazer à tona diversos fatores que poderiam ser melhor explicados se dessem conta das particularidades da inserção feminina no mercado de trabalho ou quanto à questão da reprodução social da força de trabalho.

“Generificando” a teoria de Esping-Andersen

Ao longo dos anos 1990, surgiram diversas críticas¹⁷ à teoria de Esping-Andersen sobre os regimes de bem-estar social. As que nos interessam aqui dizem respeito às questões referentes aos limites de gênero que tal obra possui. Traçaremos um panorama das principais críticas levantadas, para ao fim exemplificarmos elas com a análise história das políticas sociais para mulheres do Estado de bem-estar britânico.

A questão essencial seriam os aspectos de gênero que o conceito de *desmercantilização*, da forma como tratado por Esping-Andersen, ignora. Fica claro que, para se medir o grau de desmercantilização resultante das práticas e políticas de bem-estar, deve-se primeiro ter em conta a total mercantilização do trabalhador. E logo nota-se que o sujeito da análise de Esping-Andersen é primordialmente o trabalhador homem branco europeu, pois tal mercantilização sustenta-se no trabalho não-pago realizado por mulheres no lar, base para a reprodução de tal força de trabalho, constituindo o que a literatura convencionou chamar de *breadwinner model*, ou “modelo do homem-provedor”. Sendo assim, por mais contraditório que possa parecer à primeira vista, as mulheres primeiramente precisariam lutar para conseguirem ter sua capacidade de venda da sua força de trabalho plenamente estabelecida, o que envolveria a libertação das tarefas domésticos existentes, do trabalho não-pago e da maioria de suas funções na reprodução social.

A entrada das mulheres europeias no mercado de trabalho, que ganhou força durante as guerras, sofreu modificações ao fim do conflito bélico, na medida em que tal estado de coisas sofreu

¹⁷ ORLOFF, Ann Shola. "Gender and the Social Rights of Citizenship: The Comparative Analysis of Gender Relations and Welfare States." *American Sociological Review*, 58, no. 3, p. 303-28; SAINSBURY, Diane (org.). *Gendering Welfare States*. London: Sage, 1994; WILLIAMS, Fiona. "Race/Ethnicity, Gender, and Class in Welfare States: A Framework for Comparative Analysis". *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, Volume 2, Issue 2, 1 July 1995, p. 127-159.

retrocessos com vistas a não interferir ou prejudicar suas obrigações domésticas. Assim, se tais mulheres continuaram no mercado de trabalho, foi agora fundamentalmente em regimes de emprego de meio-período, claramente de segunda categoria no que toca a benefícios sociais vinculados à performance no trabalho, ao tempo de contribuição à previdência ou a própria duração do expediente, como eram os de cariz liberal. A hierarquização e estratificação social afirmadas por Esping-Andersen no que tangia às políticas sociais ignora a que ocorre entre os gêneros. Em suma, as políticas sociais – principalmente nos países de regime de bem-estar liberal – hierarquiza e solidifica os papéis sociais de gênero, posto que, enquanto o trabalhador branco possui benefícios conectados ao seu status de trabalhador, mulheres se beneficiam de programas sociais enquanto mães (auxílio e licença-maternidade) ou esposas (auxílio para famílias com pais desempregados) – ou seja, enquanto trabalhadoras *não-pagas*.

O conceito de estratificação trabalhado por Esping-Andersen deixa de abarcar, portanto, a forma com que as políticas de bem-estar podem reproduzir as divisões desiguais de gênero. Seu foco na relação *Estado-mercado* não dá conta das alterações que a *família* – a esfera privada – sofre, principalmente quanto à extensão que as políticas sociais de fato liberam as mulheres dos trabalhos e cuidados domésticos ou redistribuem responsabilidades de maneira mais equilibrada no interior do lar. Orloff, ao analisar criticamente as três dimensões teóricas centrais trabalhadas por Esping-Andersen (desmercantilização; estratificação social; relação Estado e mercado), aponta para as contradições surgidas ao olhar para tais dimensões sob um ponto de vista que parte do gênero e da classe imbricados. Assim, ela defende que, à forma com que a relação entre Estado e mercado determina a definição de se um regime de bem-estar é liberal, conservador ou socialdemocrata, deve-se acrescentar a variável da *família* e dos papéis e tarefas atribuídos a cada gênero no interior das relações domésticas. A tipificação dos regimes deveria então

levar em conta até que ponto as políticas de desmercantilização atuariam no sentido de uma distribuição mais equânime de tarefas e um equilíbrio de poder na relação doméstica, com entrada idêntica de ambos no mercado e nas relações de trabalho, graus de empregabilidade similares, etc. Em disputa, estaria o grau em que as políticas estatais encorajariam ou desencorajariam o acesso de mulheres a trabalho pago em período integral, garantindo assim o seu “direito a se mercantilizar”¹⁸ e a sua capacidade de formar e manter um lar independente, sem a necessidade de contraírem casamentos para tal.

Igualmente, o aspecto racial¹⁹ nas políticas de bem-estar assume um protagonismo ainda maior no caso de um ex-império colonial como a Grã-Bretanha. Dispensável dizer que a questão do imperialismo e dos discursos de nacionalidade e cultura nacional dele oriundos interferem diretamente na constituição da cidadania nos países que passaram por tal experiência, algo ignorado por Esping-Andersen²⁰, apesar do próprio abordar outros aspectos igualmente importantes na constituição das cidadanias, como a influência do catolicismo e do sindicalismo. Como afirma taxativamente Williams,

Uma análise das histórias de desenvolvimento econômico, político e social dos diferentes Estados de bem-estar desde o século XIX deve ser situada no interior de três processos intrinsecamente relacionados: (1) o desenvolvimento do capitalismo industrial e de padrões associados de mobilização em torno das relações classe-capital, (2) a implantação de fronteiras materiais e ideológicas entre a esfera pública do trabalho pago e a esfera privada da vida familiar, em conjunto com a institucionalização do modelo do homem-provedor e a

¹⁸ ORLOFF. “Gender and the Social Rights of Citizenship Welfare States”, *passim*.

¹⁹ Questão que, sabemos, é parte fundamental de tal análise, mas por limitação de espaço não conseguiremos abordar devidamente nesse trabalho.

²⁰ Não só por ele, mas por grande parte dos estudiosos do Estado de bem-estar, já que, como aponta Sainsbury, ainda na primeira década do século XXI a questão dos imigrantes era ignorada pela maioria desses estudiosos.

mobilização de interesses, especialmente, mas não exclusivamente, interesses de gênero em torno dessas esferas, e (3) o desenvolvimento do moderno Estado-nação, especialmente na construção da unidade e identidade nacionais através do estabelecimento de fronteiras geográficas em torno de uma homogeneidade ou dominância cultural/étnica/racial/linguística. Esses processos não apenas formaram panos de fundo histórico-culturais específicos para a emergência de Estados de bem-estar, mas se entrelaçaram de forma complexa, de diferentes maneiras e com diferentes consequências, na organização e mobilização por direitos sociais.²¹

Família, nação e trabalho no Estado de bem-estar britânico

Chegamos a parte propriamente empírica deste trabalho. Anteriormente, vimos como as políticas de bem-estar assumiram papel fundamental na consolidação de certos papéis sociais estratificados, ajudando na redefinição e consolidação das relações no interior da família, da nação e nas próprias relações de trabalho. Tentarei expor de forma mais pormenorizada como isso se deu no Reino Unido no pós-Segunda Guerra, seguindo uma análise mais detida das políticas trabalhistas e conservadoras quanto a tais questões.

A história das políticas sociais no Reino Unido, no entanto, não começou no pós-1945, seguindo, na verdade, a evolução e as necessidades do regime capitalista naquela nação, além de responder às demandas da classe trabalhadora organizada. O período de 1870 a 1920 assistiu a mudanças significativas no sistema capitalista, com a intensificação da competição internacional, a maximização da produção e da eficiência, o aumento dos investimentos e da mecanização. A retirada das crianças, das mulheres e dos mais velhos do mercado de trabalho pago contribuiu para uma maior separação das esferas pública e privada, além de uma maior definição das fronteiras da

²¹ WILLIAMS. "Race/Ethnicity, Gender, and Class in Welfare States", p. 138.

nacionalidade, que adquiriu significados econômicos, políticos, ideológicos, sociais e legais mais precisos e profundos. Ao mesmo tempo em que esse processo ocorria, surgiram também os primeiros esquemas de bem-estar à cargo do Estado (educação, saúde pública, mas também seguridade social e provimentos de maternidade), e a consolidação do ideal nacional em parte se relacionava e se reforçava através desses esquemas. As políticas de bem-estar introduzidas no país na primeira década do século XX, a partir do liberal *National Insurance Act* de 1911 – aposentadorias, seguro de saúde nacional, refeições escolares, supervisão de pessoas portadoras de problemas de saúde mental, bem-estar de mães e crianças, habitação pública – eram parte de tentativas do Estado de acalmar, supervisionar e controlar uma classe trabalhadora cada vez mais militante. Tais políticas também representaram uma tentativa de garantir a aptidão dos soldados britânicos a defenderem o império depois da fragorosa derrota para o exército alemão na Guerra dos Boeres²², e as habilidades e a saúde da força de trabalho para manter a supremacia industrial britânica no mercado mundial, uma supremacia que estava cada vez mais ameaçada pela competição com os EUA e a própria Alemanha.

Ao mesmo tempo, tais políticas começaram a consolidar condições e imagens particulares de família e trabalho e sua relação com interesses nacionais e imperiais que excluía e marginalizavam certos grupos sociais. Assim, por exemplo, políticas para mulheres focaram suas necessidades enquanto mães antes daquelas enquanto assalariadas. O desenvolvimento de benefícios de maternidade e serviços de bem-estar infantil depois de 1918 atendiam necessidades femininas genuínas, mas, ao mesmo tempo, serviam para consolidar o lugar da mulher como sendo o lar, já que seus salários continuavam estando muito abaixo

²² Mesma Alemanha que havia fundado o primeiro sistema de proteção social da Europa Contemporânea sob Bismarck.

ao do nível dos homens. Além disso, tais políticas elevavam a maternidade a uma nova dignidade. O papel da mulher na *família* se tornou assim atrelado ao desenvolvimento da *raça e da nação*. Essa elevação reforçou a restrição da mulher ao espaço privado e a separação entre lar e *trabalho pago*, um processo também refletido na exclusão explícita das mulheres de alguns novos tipos de seguridade e de benefícios para desempregados. A mulher sem trabalho tinha, para o Estado, um significado diferente daquele do homem sem trabalho.

Mas, como já dito aqui, é com o fim da Segunda Guerra que as políticas de bem-estar assumem o proselânio econômico, se transformando na grande marca do Estado de bem-estar keynesiano implantado a partir dos anos 1940. Nunca é demais ressaltar o papel fundamental na acumulação capitalista, na produção e no consumo que tais políticas possuíam. O Estado de bem-estar keynesiano, ancorado no sistema fordista, assegurava os interesses do capital e do trabalho através de um sistema que garantia pleno emprego, saúde e provimentos de bem-estar em conjunto com a produção e o consumo de massa.

No entanto, deve-se matizar tal descrição do Estado social britânico. Apesar do esquema de seguro nacional ter sido organizado para reunir sob seu guarda-chuva os diversos benefícios sociais – aposentadoria, auxílio-doença, licença-maternidade e auxílio-desemprego – e, apesar de tal esquema ser conjugado ao Sistema Nacional de Saúde e ao programa habitacional de reconstrução do pós-guerra firmado pelos trabalhistas, todos guiados pelo princípio do universalismo, o Estado social britânico ainda compartilhava dos atributos de um regime de bem-estar liberal, conforme teorizado por Esping-Andersen. Como explica o próprio autor,

Muitos liberais se surpreenderam frequentemente ao descobrir que o seguro social traz em si uma gama de ideais liberais: os princípios de um contrato individual, benefícios atrelados a esforços passados, independência e conformidade ao mercado.

(...) Assim, o esquema liberal de seguro social, ao ater-se aos seus princípios, também reproduzirá o perfil de estratificação do mercado, e irá promover proteção privada aos mais afortunados.”²³

Os benefícios do seguro social eram de nível mínimo, vinculados à proporção dos vencimentos e em geral menores que a média nacional de salários da faixa menor, abrindo espaço para a previdência privada. A intenção era explicitamente evitar que os benefícios sociais afastassem os indivíduos de buscarem sua subsistência primordialmente no mercado vendendo sua força de trabalho, ao mesmo tempo em que garantia um mínimo básico de subsistência. Assim, o chamado “princípio da menor elegibilidade”²⁴ permanecia como espírito da lei e dos esquemas de bem-estar fundados no pós-guerra.

Além disso, ele também reforçava a suposição do salário familiar e do trabalho doméstico feminino de forma a manter o consumo e a produção de massa e o objetivo do pleno emprego *masculino*, que era o plano inicial de Beveridge em seu relatório. A expansão da indústria e dos serviços de bem-estar, no entanto, gerou uma escassez de trabalho que foi suprida pelo recrutamento de força de trabalho feminina, ainda que de modo a não interferir e prejudicar seu papel primordial de mantenedora da reprodução da força do trabalho no lar, como já mencionamos. O trabalho dos imigrantes também seguiu tal lógica de segregação ocupacional e contraponto à escassez de mão-de-obra no imediato pós-guerra. Assim, nação, cidadania, direitos sociais e, indiretamente, o próprio império, se mesclavam numa narrativa que sustentava a hegemonia burguesa. Como aponta Williams,

²³ ESPING-ANDERSEN. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*, p. 64.

²⁴ Surgido pela primeira vez na *Poor Law Amendment Act* de 1834, determinando que as condições de trabalho nas prisões (workhouses) deveriam ser piores que o pior emprego fora desses reformatórios, para que as classes pobres ainda preferissem o trabalho à entrada nessas instituições.

Na Grã-Bretanha, o Estado de bem-estar se tornou central para a reconstrução do país no pós-guerra e representou a domesticação da missão civilizatória britânica. Civilização – tudo o que restava do poder e dos lucros declinantes do Império – era o que o Estado de bem-estar parecia representar, somado a uma esperança de que este poderia substituir o velho ideal imperial ao sustentar a coesão nacional. O relatório Beveridge (1942) reproduziu ideais de família, nação, trabalho e bem-estar: mais uma vez, o casamento e a maternidade eram tarefas pessoais e nacionais da mulher branca sem deficiências, e o papel de *homem-provedor* era designado ao seu marido. Esse ideal capturava a subordinação da mulher ao poder econômico de seu marido, o acesso limitado das mulheres ao trabalho pago, e o destino heterossexual permanente de relacionamentos.²⁵

Mulheres, sindicatos e mercado de trabalho no pós-45 britânico

Nessa seção, nossa análise dará atenção à inserção de mulheres nos sindicatos britânicos e nas políticas seguidas por estes com relação aos problemas específicos desse grupo social no que tangia ao Estado social britânico. Os sindicatos e os partidos socialdemocratas, de uma maneira geral, se constituíram nos fiadores do compromisso de classe que sustentou os “trinta anos gloriosos” do capitalismo europeu nos moldes do fordismo keynesiano. Dito de outra forma, o modelo do homem-provedor tinha nesses sindicatos e partidos seus sustentáculos político-institucionais. E como a natureza da mobilização de classe é vista como um dos fatores que explicam as configurações dos regimes de bem-estar segundo Esping-Andersen, tal análise é relevante para nosso propósito.

Os sindicatos na Grã-Bretanha se equilibravam entre o machismo que permeia as sociedades capitalistas e certa tradição socialista de maior atenção e abertura frente a tais assuntos. No entanto, em geral, os líderes sindicais britânicos “se omitiam de

²⁵ WILLIAMS. “Race/Ethnicity, Gender, and Class in Welfare States”, p. 153.

tomar ações decisivas com relação a igualdade salarial ou para consertar outras desigualdades que atingiam as mulheres. Na verdade, no período entre 1945 e 1979, havia quase que uma prontidão compulsiva em realizar acordos desiguais para trabalhadoras enquanto se vocalizava aspirações de paridade de salários no futuro”.²⁶ Velhos argumentos de que a mão-de-obra feminina regulava pra baixo a média de salários industriais encontravam eco ainda no pós-guerra.

Após a Segunda Guerra, o que se viu foi um retorno à “normalidade”, marcada pela saída de muitas mulheres de empregos mais bem pagos e que voltaram a ser ocupados por homens. Mesmo assim, as mulheres se constituíram na maior parcela do aumento de oferta de mão-de-obra durante a expansão econômica dos anos dourados, correspondendo a 35% da mão-de-obra coberta por acordos salariais e esquemas de bem-estar na metade dos anos 1950. A porcentagem de mulheres entre 15 e 64 anos trabalhando na Grã-Bretanha era a maior da Europa durante os anos 1950-80, segundo a OCDE.

E com o aumento de mulheres empregadas, aumentou o número de mulheres sindicalizadas, que cresceu num ritmo maior que o dos homens (16.5%, contra os 39.5% femininos). Entre 1966 e 1979, o número total de sindicalizados cresceu 31.1%, puxado pelo aumento feminino, enquanto que a proporção de mulheres nos sindicatos chegou a 29.4%. No mesmo período, o aumento do número de mulheres nos sindicatos significou 51.6% do total do aumento de filiações sindicais, enquanto que no período anterior, entre 1946 e 1965, havia sido de 43.8%. No entanto, a bem da verdade, tais taxas de sindicalização incorporavam, em seu auge no ano de 1979, 54% do total da força de trabalho. Não é arriscado dizer que os 46% restantes de trabalhadores não-sindicalizados se constituíam em boa parte de mulheres – e também imigrantes.

²⁶ WRIGLEY, Chris. “Women in the Labour Market and in the Unions”. In: MCILROY, John; FISHMAN, Nina; CAMPBELL, Alan. *The High Tide of British Trade Unionism: Trade Unions and Industrial Politics, 1964-1979*. Monmouth: The Merlin Press, 2007, p. 44.

Quanto ao mercado de trabalho, a grande parte do aumento do emprego feminino foi de empregos de meio-período, que se adequavam às necessidades de muitos empregadores e, como já foi dito, dos papéis sociais de gênero da sociedade capitalista. É estimado que 922 mil do milhão de novos empregos femininos na Grã-Bretanha entre 1971 e 1978 era de meio-período. É indiscutível que houve um aumento regular no número de empregos de meio-período na Grã-Bretanha e em outros países da Europa nas décadas do pós-segunda guerra. Dados da OCDE sugerem que na Europa, a Grã-Bretanha tinha o segundo maior nível de regime de meio-período, atrás apenas da Dinamarca nos anos 1970. Em 1979, as mulheres constituíam incríveis 92.8% da força de trabalho de meio-período na Grã-Bretanha, expondo uma clara preferência do mercado por alocar mulheres nesse tipo de emprego.

O número de mulheres trabalhando em meio-período (30 horas/semana) na Grã-Bretanha aumentou em cinco vezes durante 1951 e 1981. Nos anos 1950 e 1960, era predominante na indústria manufatureira (trabalhos com metal e engineering, indústria alimentícia, de bebidas e de tabaco). Em 1960, entre 76 e 82% de todo emprego feminino de meio-período pesquisado era na indústria manufatureira. No entanto, depois disso houve aumento na área de serviços, se constituindo, nos anos 1980, em 90% dos empregos dessa modalidade. A explicação para a forte presença de mulheres em regime de meio-período é dada por Wrigley:

Empregar trabalho de meio período também era atrativo enquanto fonte de mão-de-obra barata. Pois aqueles que trabalhavam poucas horas semanais não eram incorporados por legislações a respeito de demissões injustas ou “tecnológicas” ou auxílio-maternidade, assim como também não tinham direito a férias pagas. (...) O desejo de evitar esses custos adicionais encorajou o aumento do emprego de mulheres dessa forma. Mesmo assim, emprego de meio-período, incluindo plantões noturnos, se adequavam a muitas mulheres, principalmente

aquelas com filhos pequenos. Este era um fato que muitos sindicalistas demoraram a entender.²⁷

De fato, houve apenas interesse esporádico por parte dos sindicatos em trabalhadores de meio-período, vistos primordialmente como ameaça. Em 1965, o Comitê Consultivo de Mulheres do T.U.C.²⁸ divulgou uma pesquisa que mostrava um aumento no emprego de meio-período, assim como na proporção de mulheres mais velhas casadas na força de trabalho – nisso estimuladas pelo Ministério do Trabalho –, como forma de aliviar a ausência de força de trabalho disponível para isso. Como argumento para remediar tal situação, o comitê defendeu que tais trabalhadoras de meio-período, ao permanecerem não-sindicalizadas, se constituíam numa ameaça ao funcionamento da estrutura sindical e à segurança e condições de trabalho dos trabalhadores de regime integral, pois forneciam aos capitalistas uma mão-de-obra com custos e encargos bem menores do que a sindicalizada e coberta por acordos coletivos²⁹.

A baixa sindicalização de tais trabalhadoras de meio-período era algo endêmico na estrutura sindical britânica. E a postura dúbia dos sindicatos frente ao problema não ajudava: em 1974, em sua conferência anual, o T.U.C. advogava exigências mínimas para o emprego feminino, visando organizar “trabalhos adequados de meio-período para aquelas que são incapazes de trabalhar em período integral *devido ao fato de terem de cuidar dos filhos ou dos pais idosos*”³⁰. Ou seja, mesmo quando se advogava pelos direitos

²⁷ WRIGLEY. “Women in the Labour Market and in the Unions”, p. 45.

²⁸ *Trade Union Congress*, principal central sindical britânica.

²⁹ Importante apontar aqui a importância que o sistema de *closed shop* – que impunha a obrigatoriedade de contratação, pelas empresas, apenas de trabalhadores sindicalizados – adquiriu para a militância sindical no pós-guerra. Tal defesa, uma das principais bandeiras do período e uma das primeiras medidas derrubadas por Thatcher em seu governo, aliada aos fracos esforços institucionais em se aumentar a sindicalização das mulheres trabalhadoras, transformavam-se em mais um fator de subalternização e precarização das mulheres no mercado de trabalho fordista.

³⁰ WRIGLEY. “Women in the Labour Market and in the Unions”, p. 46, grifo nosso.

das trabalhadoras de meio-período, era com vistas à manutenção do seu papel social primordial, o de mães, esposas e filhas.

A presença das mulheres nos sindicatos, apesar de ter aumentado, não abarcava as empregadas nos setores de meio-período. Ao fim dos anos 1970, trabalhadores de meio-período permaneceram pouco sindicalizados e alguns sindicatos não se importavam em recrutar trabalhadoras mulheres de meio-período. Até mesmo no começo dos anos 1980, a filiação sindical estava abaixo de 10% no setor de vendas e secretárias de meio-período, 17% nos auxiliares de escritório, e 27% na saúde, todos esses postos prioritariamente femininos.

Num quadro mais geral, as iniciativas do T.U.C. frente a tais problemas não foram poucas. Em 1963, o comitê de mulheres do T.U.C. elaborou a Carta Industrial das Mulheres, que abordava assuntos como o emprego feminino, os pagamentos, treinamento, promoção e condições de trabalho. Suas seis demandas centrais consistiam em: pagamento igual baseado no valor do trabalho realizado; oportunidades de promoção para mulheres; esquemas de aprendizado e treinamento para jovens trabalhadoras; instalações para a reciclagem de trabalhadoras antigas; esquemas especiais para a saúde, bem-estar e cuidado das trabalhadoras. No entanto, assim como a demanda por igualdade salarial havia sido pela primeira vez ventilada no T.U.C. em 1888, a carta virou letra morta – apesar de atualizada em 1968, 1975 e 1977 –, pois pairava a mesma dúvida de todos os outros assuntos relacionados ao mundo do trabalho e à relação entre os sindicatos, o T.U.C. e o partido Trabalhista: tais objetivos deveriam ser alcançados através das negociações coletivas descentralizadas e acordos voluntários ou de legislação vinda de cima?

Deve-se aqui levar em conta o contexto britânico específico, principalmente relacionando-se ao próprio quadro histórico das relações industriais na Grã-Bretanha. Hyman ressalta

três características distintivas dos sindicatos britânicos: sua estrutura complexa e fragmentada; sua atitude ambígua perante a ação política; e o potente valor moral que eles adicionaram ao conceito da “negociação coletiva livre”. (...) A experiência os mostrou que negociações coletivas poderiam obter resultados aceitáveis; por outro lado, eles sabiam que os políticos e os juizes que aplicavam as leis que o parlamento promulgava vinham de uma classe diferente, e muitas vezes não tinham simpatia ou não entendiam as necessidades dos trabalhadores. Para os sindicatos britânicos, diferentemente daqueles na Europa, o Estado aparentava ser profundamente irrelevante uma vez que seu direito básico de funcionar havia sido estabelecido legalmente. Mesmo depois de terem ajudado a criar o Partido Trabalhista, na virada do século, os sindicatos normalmente tratavam a ação política como subsidiária à sua preocupação maior com as negociações coletivas; e eram bastante receosos de qualquer tentativa do governo – inclusive de governos trabalhistas – de intervir em seu terreno sem serem convidados.³¹

Tal forma de se estruturar explica em grande parte as aparentes contradições entre as recomendações do T.U.C. quanto à igualdade salarial e a forma de atuação dos sindicatos frente a tal bandeira, que muitas vezes acabavam por se constituir em verdadeiros bastiões de *desigualdade* entre os gêneros. Caso notório desse descompasso entre o órgão central e as organizações locais foi o da chamada “cláusula de solteirice”, que obrigava mulheres que se casavam a abandonarem seus empregos: tal cláusula fora abolida pelo governo trabalhista em 1946, mas em 1953 o Sindicato dos Trabalhadores do Correio moveu uma moção no congresso anual do T.U.C pedindo pela volta da cláusula, sob o argumento da alta do desemprego. Apesar de negada pelo congresso, o sindicato manteve a cláusula em seu estatuto até 1964.

Ao contrário de outros países da Europa Ocidental, como na Alemanha ou na Suécia, o T.U.C não era em si um órgão diretivo

³¹ HYMAN, Richard. *Understanding European Trade Unionism*. Londres: SAGE Publications, 2001, p. 72.

centralizador e diretor das políticas e posições a serem adotadas pelos sindicatos locais e seccionais, nem mesmo um centro de negociação governamental, de onde emanariam resoluções a serem adotadas pelos sindicatos. Como ressalta Taylor,

Ao contrário da crença popular muito difundida, o T.U.C nunca foi – e nunca reivindicou ser – uma instituição altamente centralizada que estivesse numa posição de autoridade para emitir diretivas a serem aceitas de forma inquestionável por sindicatos-membros leais e obedientes. Este sempre permaneceu como uma confederação frágil de sindicatos afiliados muitas vezes dispares, com interesses muitas vezes conflitantes, empenhados em proteger sua autonomia preciosa da intrusão do T.U.C.³²

Reflexo e ao mesmo tempo explicação para esse quadro exposto é o fato de que poucas mulheres integravam diretorias mesmo em organizações com altas proporções de mulheres entre seus membros afiliados. Em 1970, dos 148 sindicatos afiliados ao TUC, 107 tinham integrantes do sexo feminino e 25 desses tinham mais membros mulheres do que homens. O sindicalismo feminino se concentrou em relativamente poucos sindicatos, com 39 deles tendo mais de 5 mil membros. Em 1978 esse número subiu para 43 (de 117 sindicatos filiados ao TUC). No fim de 1969 havia 3 sindicatos com mais de 200 mil mulheres afiliadas, em 1978 havia 6, com 1 possuindo mais 400 mil mulheres. Apesar disso, a diminuta proporção de mulheres em postos sênior ou de diretores era visível: em 11 sindicatos de maioria feminina, apenas 15.1% dos membros da executiva nacional, 7.1% de oficiais sindicais de tempo integral e 15.4% de delegados no T.U.C. eram mulheres. Por isso as mulheres tinham a sensação de que os sindicatos, no fim das contas, não trabalhavam para elas, e grande parte das mobilizações

³² TAYLOR, Robert. *The T.U.C: From the General Strike to New Unionism*. Hampshire: Palgrave Publishers Ltd., 2000, p. 16.

de mulheres se deu fora da estrutura sindical/partidária, explicitando essa falta de representatividade.

Considerações finais

Esse quadro geral aponta para as diferentes ressalvas referentes a esse período do capitalismo. Betti está correta ao lançar dúvidas sobre a “rigidez da visão clássica do fordismo e pós-fordismo, a qual representa esses dois períodos como estando em oposição um ao outro – o primeiro caracterizado pela estabilidade do trabalho e o segundo pela flexibilidade e precariedade do emprego”. Igualmente, o questionamento das “análises socioeconômicas do sistema fordista e sua neutralidade em termos de gênero”³³ se faz necessário para uma maior compreensão desse período histórico. Se partimos do entendimento da precariedade como tendo um caráter objetivo ligado à “três aspectos principais: estabilidade de salário, continuidade e duração do emprego e a relação entre contrato de trabalho e direitos sociais e trabalhistas”³⁴, percebemos os limites do Estado de bem-estar com relação às questões de gênero.

Na prática, como mostram as análises comparativas O'Connor³⁵ e Sainsbury³⁶, as mulheres ganhavam menores salários para as mesmas funções, trabalhavam menos e em horários “flexíveis” para assumirem suas segundas e terceiras jornadas nos lares, possuíam menor representação política e sindical, e recebiam benefícios sociais relacionados aos seus papéis de mães e/ou esposas, tendo seu acesso aos programas sociais voltados para

³³ BETTI, Eloisa. “Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica”. *Revista Outubro*, n. 29, (novembro, 2017), p. 63.

³⁴ BETTI. “Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica”, p. 65.

³⁵ O'CONNOR, Julia S. “Employment Equality Strategies in Liberal Welfare States”. In: SAINSBURY (org.). *Gender and Welfare State Regimes*.

³⁶ SAINSBURY, Diane. “Gender, Policy Regimes, and Politics”. In: SAINSBURY (org.). *Gender and Welfare State Regimes*.

trabalhadores assalariados dificultado justamente devido ao seu pequeno tempo de contribuição – graças a espoliação do trabalho doméstico não-pago – e de horas semanais trabalhadas – graças ao regime de meio-período –, além da alta quantidade de mulheres que abandonam o mercado de trabalho ou entram para a informalidade, reforçando o abismo entre empregabilidade masculina e feminina. Sem contar que, ao entrarem no mercado de trabalho, permaneciam restritas a certos setores e ocupações, geralmente pouco qualificadas.

Também é importante lembrar que os programas sociais do Estado de bem-estar social liberal implantado na Grã-Bretanha seguiam a lógica liberal, que envolvia “a primazia do mercado e a privacidade da família, resultando numa doutrina de intervenção governamental mínima na vida econômica familiar. A intervenção do Estado é prescrita primordialmente no caso de impossibilidade da família e do mercado. Fora isso, famílias e indivíduos deveriam se sustentar e cuidar de si mesmos”.³⁷ Se a Grã-Bretanha se caracterizou pelo sistema de seguro social nacional, que arrecadava impostos de empresas e trabalhadores e os devolvia em forma de pensões para idosos, incapacitados e desempregados, pesquisas³⁸ mostram que os homens permaneceram sendo os maiores beneficiários de tal programa, num ciclo vicioso que retribuíu aos trabalhadores de emprego estável – e, portanto, maiores contribuintes dentro da classe trabalhadora – as vantagens de tal sistema. Geralmente as mulheres entravam como “dependentes” dos homens nesses esquemas, aumentando a quantia que estes receberiam em seu nome. O número de mulheres que recebiam esses benefícios enquanto trabalhadoras era muito menor que o de homens, geralmente beneficiadas com auxílios-maternidade. Ao mesmo tempo, a própria estrutura de contribuições-benefícios se mantinha proporcional ao grau de contribuição, o que excluía as

³⁷ SAINSBURY. “Gender, Policy Regimes, and Politics”, p. 256.

³⁸ SAINSBURY. “Gender, Policy Regimes, and Politics”, p. 257.

mulheres, prioritariamente empregadas em regime de meio-período ou, quando em regime integral, recebendo salários menores que os dos homens, mesmo realizando as mesmas tarefas, o que criava um paradoxo no regime fiscal do bem-estar, onde os maiores contribuintes – em tese, os que menos necessitavam de complemento de renda – recebiam os maiores benefícios, que minguavam à medida que a taxa de contribuição diminuía. Tal paradoxo acabava por gerar uma situação em que pais trabalhadores casados eram os maiores contribuintes e também os maiores beneficiários do seguro nacional, enquanto mães trabalhadoras casadas eram as menores³⁹, reforçando a ideia de que os regimes de bem-estar reforçavam e reafirmavam os papéis de gênero na sociedade capitalista e criavam novas estratificações sociais a partir de sua própria lógica.

Ao conjugar suas características próprias – responsabilidade estatal mínima, regime fiscal diferenciado e foco nos benefícios vinculados aos rendimentos – com o modelo do homem-provedor e papéis de gênero separados, definidos e reforçados por estes programas sociais, as políticas britânicas de bem-estar serviram para manter as diferenciações entre homens e mulheres sem alterá-las estruturalmente. Dito em outras palavras, o “direito a desmercantilização” das mulheres permaneceu profundamente prejudicado, muito devido aos próprios mecanismos de bem-estar que privilegiavam um arquétipo determinado de beneficiado. Se a base da comodificação é a venda da força de trabalho para outrem em troca de seu sustento e a desmercantilização é a reversão desse quadro através dos programas sociais, as mulheres ainda estavam muito aquém de se considerarem “descomodificadas” na mesma medida que os homens. Como conclui Betti, “de uma perspectiva de gênero, o paradigma do fordismo como a ‘era da estabilidade’ reflete um modelo de emprego masculino, aquele do chamado

³⁹ Geralmente garantiam benefícios como esposas (dependentes, como explicado antes) ou mães solteiras.

ganhador de pão masculino, não incluindo as formas múltiplas de trabalho desenvolvidas por mulheres e suas várias condições de trabalho”.⁴⁰

Pretendemos, com este trabalho, revisitar a clássica obra de Esping-Andersen à luz de importantes críticas e questionamentos ao reducionismo que sua obra acaba gerando. Escolhemos por debater tal obra dentro dos próprios marcos teóricos do autor, por isso, por exemplo, a escolha de se discutir a relação entre a mão-de-obra feminina e as organizações e militância sindical. Conclui-se que o grau de desmercantilização possibilitado pelo Estado de bem-estar britânico era muito maior para os homens do que para as mulheres. A gama de programas da previdência social segregava homens e mulheres, criando estratificações embebidas da lógica do próprio Estado de bem-estar, reforçando assim o papel da mulher na reprodução social da força de trabalho. Dois mundos complementares pareciam surgir no pós-guerra britânico: o dos homens, com emprego estável e benefícios sociais relativos à sua performance no trabalho e às suas contribuições previdenciárias; e o das mulheres, com empregos instáveis, de meio-período, baixa representatividade sindical, baixas contribuições e baixos benefícios enquanto trabalhadoras. Esperamos, com este artigo, ter elucidado exatamente quais os interlocutores de Harold Macmillan no famoso discurso de 1957. Quem vivia tão bem? Não as mulheres trabalhadoras britânicas.

Referências

1957: Britons 'have never had it so good'. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/onthisday/hi/dates/stories/july/20/newsid_3728000/3728225.stm. Acesso em 29/08/2018.

BETTI, Eloisa. “Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica”. *Revista Outubro*, n. 29, (novembro, 2017).

⁴⁰ BETTI. “Gênero e trabalho precário em uma perspectiva histórica”, p. 69.

- COATES, David. *The Labour Party and the Struggle for Socialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- HYMAN, Richard. *Understanding European Trade Unionism*. Londres: SAGE Publications, 2001.
- MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- MILIBAND, Ralph. *Parliamentary Socialism: A Study in the Politics of Labour*. Londres: Merlin Press, 1979;
- O'CONNOR, Julia S. "Employment Equality Strategies in Liberal Welfare States". In: SAINSBURY (org.). *Gender and Welfare State Regimes*. London: Sage, 1994.
- ORLOFF, Ann Shola. "Gender and the Social Rights of Citizenship: The Comparative Analysis of Gender Relations and Welfare States." *American Sociological Review*, 58, no. 3, p. 303-328.
- PANITCH, Leo. *Social Democracy and Industrial Militancy (1945-1974)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976
- PEREIRA, Potyara. *Política Social: Temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2008.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- SAINSBURY, Diane. "Gender, Policy Regimes, and Politics". In: SAINSBURY (org.). *Gender and Welfare State Regimes*. London: Sage, 1994.
- SAINSBURY, Diane (org.). *Gendering Welfare States*. London: Sage, 1994.
- SAVILLE, John. "Labourism and the Labour Government" (1967). In: COATES, David (Ed.) *Paving the Third Way: The Critique of Parliamentary Socialism – a Socialist Register anthology*. Londres: Merlin Press, 2003.

TAYLOR, Robert. *The T.U.C: From the General Strike to New Unionism*. Hampshire: Palgrave Publishers ltd., 2000.

WILLIAMS, Fiona. "Race/Ethnicity, Gender, and Class in Welfare States: A Framework for Comparative Analysis". *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, Volume 2, Issue 2, 1 July 1995, p. 127-159.

WRIGLEY, Chris. "Women in the Labour Market and in the Unions". In: MCILROY, John; FISHMAN, Nina; CAMPBELL, Alan. *The High Tide of British Trade Unionism: Trade Unions and Industrial Politics, 1964-1979*. Monmouth: The Merlin Press, 2007.

VARELA, Raquel. *Breve História da Europa - da Grande Guerra aos nossos dias*. Lisboa: Bertrand Editora, 2018.

Chegadas e partidas: a trajetória de trabalhadores espanhóis na metrópole amazônica (1898-1920)

Aline de Kassia Malcher Lima¹

Introdução

Este trabalho é fruto dos desdobramentos da pesquisa que iniciei para a construção da minha dissertação e em meio a estes levantamentos de fontes e dados percebi a necessidade de entender os percursos pelo qual passava o imigrante espanhol na Amazônia. Nesse sentido a discussão deste trabalho atende ao contexto que envolve as políticas de propaganda de imigração para o Brasil tratando especificamente do agenciamento de terras para fins agrícolas e de colonização. Entretanto as condições de trabalho nos núcleos coloniais não garantiam sua permanência ou subsistência fazendo com que muitos destes imigrantes decidissem migrar novamente em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Diversas dimensões estiveram presentes no processo de imigração espanhola para a Amazônia brasileira, de aspectos que se relacionam a questão do trabalho, indo à família e perpassando pelas relações de sociabilidade, acredito que o estudo da imigração por meio das sua redes de sociabilidade na cidade de Belém

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da UFPA. CNPq. E-mail: alinomalcherlima@hotmail.com.

permita uma leitura de dimensões até agora pouco estudadas acerca da experiência destes imigrantes, alarga-se quando analisado dentro de uma perspectiva micro-histórica tomando a definição de micro-história elaborada por Giovanni Levi, onde a principal base na qual se assenta é o conceito de “descrição densa”, compreendendo os múltiplos significados que as representações construídas coletivamente nestas associações simbolizam.²

Deste modo, a construção de uma comunidade espanhola no Pará, e mais especificamente na cidade de Belém, e sua posterior dissolução só pode ser compreendida analisando as múltiplas dimensões da imigração espanhola na Amazônia no final do século XIX. Este estudo busca enriquecer as discussões acerca dos processos migratórios, tenta compreender e analisar a inserção e os meios de sobrevivência deste imigrante na cidade. É notável que havia uma forte influencia da cultura destes imigrantes na cidade, um dos fatos mais evidentes disso são as touradas (que ocorriam no Coliseu Paraense e no Prado Paraense)³. Os espanhóis estavam inseridos no mercado de trabalho em todos os setores da nossa economia e eram a maioria no terceiro setor o qual corresponde ao comercio e serviços da cidade,⁴ estavam articulados em associações recreativas e de ajuda onde mantinham ainda mais viva a sua cultura com os bailes em datas cívicas e literárias⁵ o que proporcionava a eles uma maior sociabilidade com seus conterrâneos e exerciam sobre tudo a solidariedade com os

²LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história, *In: A escrita da História*. (Org.) Peter Burke, pp. 104-160. Para o conceito de descrição Densa ver: GEERTZ, Clifford. *Interpretação das Culturas*. 1 ed. 13 reimp. – Rio de Janeiro. LTC, 2008.

³ SÁRGES, Maria de Nazaré. “As corridas de touros e as associações de migrantes galegos: a construção do imaginário ibérico na “Nova Jerusalém” (Belém XIX/XX)”. *In: José Luís Ruiz Peinado (org.)*. *Atlântico imaginado: fronteiras, migrações e encontros*. 1ª ed. Madrid: Ministério do Trabalho e Imigração – Subdireção Geral de Informação Administrativa e Publicações, 2010.

⁴ MALCHER, Aline Lima. *A imigração espanhola na cidade de Belém: um olhar a partir de documentos cívicos de casamento (1897-1920)*, p. 29.

⁵ Discurso Pronunciado por El Cônsul General de Bolivia D. Rodolfo Arauz em la sede social, por ocasião de la conmemoración Del Dia Del Libro Español, El 7 de octubre de 1927, acervo Manuel Malvar.

mesmos. Em minha pesquisa anterior busquei dar visibilidade aos espanhóis na cidade de Belém, estes estiveram inseridos na sociedade Belenense.

A Amazônia como um mundo novo: os espanhóis no Pará

Nas palavras do Barão de Marajó a Amazônia seria como um mundo novo que se abria ao imigrante “(...) *Cuando em Europa el área de las tierras cultivables se estrecha la vida tropieza con dificultades crecientes y la miséria aconseja la emigración, la Amazonia presenta terrenos infinitamente ricos, una facilidad sorprendente y maravillosa (...)*”⁶. Os deslocamentos de espanhóis para a Amazônia estão relacionados com o auge da economia da borracha na qual eles vieram em sucessivas levadas derivadas de muita propaganda do Brasil na Europa. Podemos identificar em meio a esses imigrantes os que emigraram com destino às colônias agrícolas e os que se dirigiram para a cidade motivados por cartas de chamadas de parentes que aqui já haviam se instalado e ascendido economicamente.

A propaganda em prol da imigração efetuada na própria Espanha traz a figura dos “ganchos”, agentes contratados pelos governos com interesse na mão de obra imigrante, e pelas próprias companhias de navegação, Cánovas aponta que estes agentes recebiam de 5 a 10 libras por cada candidato que arrematavam para imigrar⁷, sabe-se da existência de um escritório para imigração direcionada ao Pará localizado em Barcelona.

⁶AMAZONIA. Escritório de emigración de España y las islas Baleares y canárias al estado del Pará en la República del Brasil. Galicia: J. Barreras 1895. <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/amazonia-escritorio-de-emigracion-de-espana-y-las-islas-baleares-y-canarias-al-estado-del-para-en-la-republica-del-brasil> acessado em 25/08/2018.

⁷CÁNOVAS. Marília D. Klaumann. “Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930: Protagonistas ou coadjuvantes.” Disponível: <file:///C:/Users/Notebook/Downloads/MariliaCanovas.pdf> acessado em 26/08/2018.



Imagem 1 – Escritório de La emigración al Pará – Plaza de Palacio, 14; Barcelona⁸.

Utilizando de fontes oficiais como documentos cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Relatórios de Presidente de Província e fontes não oficiais como periódicos da época que corresponde do período entre 1898 a 1920 este trabalho busca compreender o percurso que faz o imigrante na Amazônia. O período se justifica por ser importante para os estudos sobre a imigração no Pará reconhecido como um momento em que a presença espanhola se tornou significativa para o desenvolvimento socioeconômico da região.

A imigração subvencionada, adotada pelo governo do estado do Pará nas décadas finais do século XIX, tinha como objetivo suprir a mão de obra e é responsável por atrair uma parcela significativa de espanhóis. Maria de Nazaré Sarges que analisa alguns aspectos da imigração espanhola para o Pará, observa que houve uma série de medidas adotadas pelo Estado Paraense para atrair imigrantes espanhóis para trabalharem como agricultores,

⁸A Imagem 1- Esta imagem esta presente no livro Amazônia 1895 p. 56, que se remete a fazer propaganda da Amazônia brasileira. Foi publicada em espanhol para melhor ser vinculada na Espanha com o intuito de atrair os imigrantes a cidade de Belém. Na propaganda imigratória existe um discurso de grandes vantagens para aqueles que escolhessem a província do Pará como destino.

sendo alvo das propagandas, principalmente camponeses para aqui firmarem-se e tornarem-se agricultores. Como lembra a autora, não apenas espanhóis, mas um grande contingente de pessoas de variadas nacionalidades também aportaram no Pará nesse contexto⁹. Para o imigrante o mercado de trabalho no Brasil se mostrava vantajoso diante dos subsídios da possibilidade de ter acesso a terra, entre outros benefícios que o estado anunciava pela intensa propaganda imigratória.

O Pará se inseriu no contexto das grandes migrações internacionais em decorrência da economia da borracha. Para o Estado se dirigiram fluxos migratórios de várias nacionalidades, países como Espanha e Portugal, no final do século XIX e início do XX, transformaram-se nos principais países de divulgação da política “imigrantista” amazônica, especialmente a paraense, com o auxílio do governo em subsidiar os custos da imigração. Nos livros enviados a Europa como “*El Para*” a Amazônia era apresentada na Europa como uma terra rica e promissora, era naquele momento sugerida como a que melhor recompensava aos esforços dos homens trabalhadores na obtenção de conquistas materiais.

Havia outras razões para a imigração espanhola. O governo espanhol compreendeu as vantagens econômicas como uma solução minimizando os problemas de ordem socioeconômica como o desemprego para o grande número de jovens no país. Por outro lado era evidente que aqueles que imigrassem continuariam conservando seus laços familiares, privilegiando seus lugares de origem com subsídios econômicos, significava ao país receber de alguma forma também remeças de dinheiro, quando o imigrante conseguia “Fazer a América”, retornava a pátria mãe conquistando importantes patrimônios¹⁰.

⁹ SARGES, Maria de Nazaré. “*A Galícia paraense: imigração Espanhola em Belém*”. In: *T(r)ópicos de História; Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XX)*. ALONSO, José Luis Riz-Peinado; CHAMBOLEYRON, Rafael(org.). Belém; Açaí, 2010.

¹⁰BAHAMONDE, Ángel & MARTÍNEZ, Jesús A. *Historia de España. Siglo XIX*. 5 ed. Madrid: Cátedra, 2007, p. 432- 433.

Desse modo a vinda de espanhóis de certa forma poderia favorecer a economia espanhola, pois muitos imigrantes quando estabelecidos na cidade de Belém, ou em outros estados do Brasil, não deixavam seus familiares desamparados, enviavam recursos financeiros ou solicitavam a vinda de seus parentes por meio das cartas de chamadas já que seriam patrocinados por parentes já estabilizados no Brasil. Marília Emmi apresenta que,

Em alguns casos os imigrantes economicamente bem sucedidos, chamavam parentes e amigos para auxiliarem em seus empreendimentos. Esse convite era formalizado através da “carta de chamada”, na qual quem desejava promover a vinda de um parente ou amigo, comprometia-se diante do governo brasileiro, através do Delegado de polícia do município, a fornecer os recursos necessários a sua subsistência durante todo o tempo da sua permanência no Brasil, ou repatriá-lo se pudesse ou tê-lo sob sua responsabilidade¹¹.

Esta ajuda financeira favorecia o governo espanhol e era vista de forma positiva, nesse sentido entende-se que a imigração espanhola não se detinha somente como decisão do governo paraense de povoar terras amazônicas, de mover estes trabalhadores a extração do látex ou de fornecer alimentos para a população, mas percebe-se também uma decisão espanhola em se resolver as dificuldades financeiras do país.

Se estabeleceram no Pará importantes grupos de tradição agrícola vindo da região norte da Espanha como a Galícia se estabeleceu no Pará, a maioria procedentes de Ourense, vinham direcionados ao trabalho nas lavouras como então era exigido pelo governo do estado aos seus contratantes. Elda Martinez aponta que o fracasso da maioria das colônias agrícolas, com exceção de Benjamim Constant, os empurrou para a cidade onde a maioria se dedicou ao trabalho em bares e hotéis, embora também fossem

¹¹ EMMI, M. F. *Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: EDUFPA, 2008, p.132.

encontrados desenvolvendo outras atividades no comércio na indústria e artesanato¹².

Em Belém os imigrantes desenvolveram estratégias de adaptação à nova terra e aos novos costumes. Porém sem esquecer seus hábitos, trabalharam na solidificação de suas identidades por meio de criação de associações como o Centro Galaico fundado nesta cidade em 16 de maio de 1907, onde sua sede era composta de ilimitado número de sócios¹³ e de práticas culturais que traziam de suas terras, como as touradas que aconteciam nas tardes de domingo no Coliseu Paraense, uma ampla arena localizada no atual bairro de Batista Campos.

É preciso entender com mais amplitude os meios de integração desses imigrantes à sociedade de Belém, o matrimônio se apresenta como uma das ferramentas de sociabilidade com os conterrâneos, outros imigrantes, assim como com os paraenses. Observá-los nos registros cíveis de casamento possibilita analisar o grau de endogamia¹⁴ e exogamia¹⁵ do grupo, e nesse sentido, busca-se entender através das práticas matrimoniais os aspectos da identidade cultural dos espanhóis e o grau de trocas culturais estabelecido com esta cidade entre outros aspectos da sociedade amazônica.

As motivações que levaram estes sujeitos a buscarem refúgio no Pará e em outras terras estiveram vinculadas às questões conjunturais pelo qual a Espanha passava, como a crise na agricultura, as guerras entre a Espanha e suas antigas colônias. A estes elementos de “expulsão” somaram-se as políticas do Estado brasileiro para a atração de imigrantes europeus, no caso do Pará

¹² GONZALEZ Martinez, Elda. *La inmigración esperada: La política migratória brasileña desde João VI hasta Getúlio Vargas*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003. P257-271.

¹³ Acervo: Centro de Memória da Amazônia; Fundo: Cartório de Títulos e Documentos; Serie: Estatutos ano 1914; caixa: 2.

¹⁴ Endogamia é a união de indivíduos mais próximos do que a média da população, esta relacionado a grupos sociais nesse caso a indivíduos da mesma nacionalidade, a espanhola.

¹⁵ Exogamia é o casamento em que um dos cônjuges se declara membro de grupo diferente de imigrantes que não seja espanhol.

os projetos de formação de núcleos coloniais agrícolas fundamentaram o subsídio de passagens para a entrada de imigrantes espanhóis nos portos paraenses¹⁶, levando introdução de elevado número de imigrantes na década de 1890, segundo o censo de 1890 a população da Província do Pará computava o número total de 328.455 e destes o número de estrangeiros atingiu o computo de 4.039 indivíduos ,ou seja, apenas 1,22% da população da Província¹⁷. Para o ano de 1920 segundo o recenseamento de 1 de setembro do respectivo ano o Pará possuía 983.507 habitantes e destes 22,648 eram estrangeiros com um coeficiente de 15,2 espanhóis para cada mil habitantes¹⁸. Embora os números de imigrantes vindos da Europa sejam relativamente baixos em relação a outros Estados como os do Sudeste, a importância da imigração espanhola se processa não por uma questão quantitativa, mas em virtude das experiências sociais vivenciadas por estes sujeitos no Pará.

Na mensagem do Governador Augusto Montenegro em 1902 é indicado que dos 12 mil imigrantes espanhóis que haviam sido introduzidos no Estado apenas 1.800 permaneciam nas colônias agrícolas agora emancipadas pelo governo paraense, sendo a que a colônia agrícola *Benjamim Constat* com 2.108 colonos e destes um total de 711 espanhóis que correspondiam a 33,7% dos moradores, era o núcleo que possuía o maior número de espanhóis em 1902¹⁹. Francivaldo Nunes demonstrou as dificuldades vividas por colonos imigrantes e nacionais em núcleos coloniais agrícolas e a inaptidão do Governo em atender as demandas de parte destes colonos.

¹⁶ FERREIRA, Rubens da Silva & COSTA, Erica Elaine. Compreendendo a Imigração Espanhola no Pará (1896 - 1899): um estudo a partir das passagens grátis como fonte de informação. In: TransInformação, V. 23, n° 1; 2011, pp. 51-63 .

¹⁷ Censo Demográfico de 1890; Sexo Raça e Estado Civil, filiação Culto e Analfabetismo. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro; Oficina da Estatística, 1898.

¹⁸ Recenseamento de 1 de setembro de 1920, Vol. 4, Parte 1, p. LXII.

6GONZALEZ Martinez, Elda. *La inmigración esperada: La política migratória brasileña desde João VI hasta Getúlio Vargas*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003. Pp. 257-271.

¹⁹ Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (PA), 1902, p. 46-48. HDBN.

José Puertes que cobrava o envio de um terçado e utensílios; John William que pedia ferramentas; Fraçois Collé que Solicitava utensílios e instrumentos de trabalho; Manoel Martines que reclamava o envio de machados e utensílios; Victor Aorte que solicitava telhas e animais domésticos; e Francisco Martins que exigia o fornecimento de viveres, mantimentos e ferramentas, são algumas de muitas reclamações dos colonos e que, em muitos casos, não eram atendidas pela administração provincial. Esta situação ao mesmo tempo em que demonstrava a dificuldade de permanência em seus lotes, evidencia a incapacidade do governo em garantir s condições mínimas para que os colonos pudessem assegurar o seu sustento, através do trabalho agrícola desenvolvido nos seus terrenos²⁰.

Em 1900 o jornal paraense A Republica noticiava sob a epígrafe “Desastre Administrativo” a condição da colônia agrícola de Monte Alegre (interior da Província) alegando que a mesma estava em péssimas condições.²¹ O Inspetor de Imigração enviado pelo Conselho Superior de Emigração da Espanha a Belém em 1912, indicava que o fim das colônias agrícolas esteve relacionado à falta de planejamento dos Governos locais e mesmo a falta de união entre os espanhóis. Segundo D’ozouville:

El gobierno tampoco tuvo acierto para conducir á feliz término una empresa que debió acometer sintener la seguridad de disponer de antemano de todos lós recursos necesarios, y muy particularmente de lós económicos. Lós colonos, por su parte, cometieron imperdonables torpezas que agravaron sus males; nunca unieron sus esfuerzos ni elevaron su pensamiento á la concepción de um interes común²².

²⁰ NUNES, Francivaldo Alves. “Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia”. (Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense, 2011), p. 354.

²¹ A *República*, Pará 21 mar. 1900, p.2.

²² D. Leopoldo D’ozouville de Bardou y Cruz Alvarez. Un Viaje al Brasil: Información acerca de La situación de lós emigrados españoles em lós Estados de Pará y Amazonas y zona de trabajos de ferrocarril de Madeira – Mamoré. Madri, 1916, p. 86.

Segundo Leopold D'ozouville, durante a década de 1890 foram introduzidos no Pará 15.000 imigrantes espanhóis, dos quais em 1912 não ultrapassavam o número de 3.000, sendo que a maior parte destes se encontrava na cidade de Belém²³. Neste ponto temos mais uma etapa da experiência espanhola no Pará. A concentração de imigrantes espanhóis na cidade de Belém, que por fim proporcionou na capital paraense o desenvolvimento de núcleos de auxílio mutualistas de espanhóis.

A decadência da economia da borracha fez com os imigrantes reelaborassem suas estratégias de sobrevivência, acionassem redes de auxílio e reemigrassem, ainda sim deixando suas marcas no Pará.

Uma breve trajetória

É neste contexto de uma imensa onda imigratória europeia para as Américas que o casal Jeronimo Onetto e Aurora Moureal embarcaram em 1895 rumo ao Pará, suas famílias ao que pode-se indicar eram moradores de Cádiz na Espanha²⁴. A Cidade de Cádiz desde a década de 1860 passava por uma crise na sua principal fonte de riquezas a produção e exportação de vinhos, mesmo com uma retomada no crescimento de sua economia nas décadas de setenta e oitenta do século XIX, em 1894 nota-se a chegada da filoxeria, uma praga que afetaria as plantações de vinhedos, tendo no início do século XX uma perda nas vendas em função do declínio da exportação estrangeira.²⁵

Além da queda na produção outro fator de expulsão de Jeronimo e Aurora poderia estar associado ao envio de tropas espanholas para Cuba na década de 1890, embora a guerra

²³ Idem, pp. 80-103.

²⁴ Espólio de Aurora Monreal, 1903. Centro de Memória da Amazônia, série: Espólios, caixa 1905-1908.

²⁵ Fariñas, María Vázquez & Rosso, Javier Maldonado. Cádiz, ciudad vinatera entre mediados de los siglos XIX y XX. REVISTA DE ESTUDIOS REGIONALES N° 109, I.S.S.N.: 0213-7585 (2017), p. 95-119.

Hispano-americana só tenha eclodido em 1898 já promovia tensões na população da Espanha.

Sabe-se que durante certo tempo por intermédio de um homem chamado Raimundo Francisco Fernandez morador no interior da província Jeronimo Onetto pode conseguir um crédito para instalar um negocio de “pequena escala”. Credito obtido na casa comercial Santos & Cia, de Antônio Rodrigues dos Santos, fora concedido entre os anos de 1901 e 1902 vários valores em dinheiro e produtos.

Seu negócio funcionava no rio Jacundá próximo ao município de Bagre interior da província, negociando em pequena escala, Onetto devia em 1903 o montante de dois contos e quatrocentos e onze mil reis em mercadorias e dinheiro a Raimundo Francisco Fernandez que o protegia e servia de interlocutor na casa comercial de Bagre. É importante destacar que a maior parte dos imigrantes espanhóis que entraram no Pará entre 1896 e 1915 eram direcionados para os núcleos coloniais agrícolas após um período de estadia na Hospedaria dos imigrantes localizada em outeiro próximo a capital.

Neste sentido a presença de Jeronimo e Aurora no interior da província, nas margens do rio jacundá, remete as práticas do aviamento, tipo de relação comercial característica da economia gomífera na Amazônia, encontramos no jornal *A República* de 27 de fevereiro de 1900 o resumo da carga trazida a Belém pela lancha *Correia Braga* dos rios Jacundá, Anapú e Pacajá, levando consigo 4.635 quilos de borracha, neste mesmo o vapor Nacional e o Amazona desembarcaram em Belém 2.613 e 27. 246 quilos de borracha respectivamente.²⁶ No dia 14 de março do mesmo ano novamente a Lancha *Correia Braga* desembarcou em Belém com 4.624 quilos de borracha, 80 quilos de cacau e 4 quilos de couro de veado,²⁷ no ano de 1896 o barco Tejo trazia de bagre para Belém

²⁶ *A República*, Pará 27 fev. 1900, p. 4.

²⁷ *A República*, Pará 14 mar. de 1900, p. 3.

1.308 quilos de borracha pertencente a Thomé de Vilhena & Cia. e mais 86 quilos de borracha de propriedade de Lopes & Companhia, estes dados subsidiam a hipótese de que o município de Bagre estava dentro da rota comercial da borracha em meados do século XIX e início do XX.

Sob o comando da casa comercial Antônio Rodrigues dos Santos & C^a o espanhol Jeronimo Onetto fazia negócios no município de Bagre, quando aportou em Belém por volta de 1895 é possível que tenha sido dirigido para núcleos coloniais agrícolas ou mesmo para trabalhos na capital, contudo, ele e sua esposa constituíam parte de um contingente populacional que prezava pela mobilidade espacial buscando melhores condições salariais.

No jornal O Pará em 1899 noticiava-se que vários espanhóis que haviam sido direcionados para o núcleo colonial agrícola de Monte Alegre estavam se retirando para Manaus e Belém.²⁸ Ao analisar os registros de casamentos civis de espanhóis em Belém pude constatar que em vários destes matrimônios os nubentes alegavam urgência solicitando dispensa dos proclamas, alegando como motivo de urgência ter de se retirar da cidade, abaixo demonstro uma tabela com as afirmações para alegar urgência:

Tabela I – Análise das fontes pelos motivos na urgência do Casamento Civil²⁹.

Sobre o processo	
Ausentar-se da cidade a bem de seus interesses.	117
Retirar-se da cidade	85
Motivo de doença	34
Defloramento	8
Legitimar a união e os filhos	11

O fator de em alguns casos se porem motivos de doenças, ou para “tratar de bens de seus interesses” é aplicável, se tivermos a concepção de que tal ferramenta de “urgência” ao ser aplicada

²⁸ *Jornal O Pará*, Pará 23 ago. 1899, p. 1.

²⁹ Fonte: Centro de Memória da Amazônia, Cartório Privativo de Casamentos, subsérie Casamentos. Ano de 1897 a 1920.

poderia acelerar os tramites legais para que a mudança fosse efetuada com menor burocracia. Outros tantos espanhóis poderiam estar envolvidos em atividades produtivas que os levassem a outras partes do Pará ou de outros estados do Brasil.

A mobilidade do casal Gerônimo e Aurora fora acionada em virtude do comércio da Borracha na Amazônia, um negócio lucrativo para os donos das casas de aviamento, os sucessivos créditos tomados por Onetto durante o período que vai de 1901 a 1903, indicam ao menos que a casa comercial Santos & Cia. estava convencida da capacidade de Onetto quitar seus débitos.

Aurora e Onetto tiveram seus sonhos de riqueza, ou simplesmente de uma vida melhor encerrado pelas doenças amazônicas, Jeronimo Onetto faleceu em dezembro de 1902, poucos meses depois foi à vez de Aurora falecer internada na Santa Casa de Misericórdia do Pará em Belém.

Parece-nos que o cotidiano desses espanhóis na cidade foi recorrentemente acompanhado pelo risco de morte, o fato de alegarem terem como motivo a urgência no casamento pelo fato de um dos nubentes estar doente e por isso pretendem retirar-se para fora da província, revela essa fragilidade, em 1897 um artigo intitulado “O estado Sanitário de Belém”, fala sobre os óbitos decorridos por moléstias que outros jornais apontam como febre amarela.

(...) Um ligeiro exame da natureza desses casos revela que aos imigrantes hespanhoes, andrajosos e repelentes depois que deixam a hospedaria do Outeiro mediante contratos particulares cujo cumprimento se furtam logo, deve-se quase exclusivamente a proporção em que tem figurado no obituário a febre amarela, (...) ³⁰.

Segundo o mesmo artigo, não estava ocorrendo na cidade epidemia alguma nem os estrangeiros corriam risco, se os

³⁰ *Folha do Norte*, Pará 18 mar. 1897, p. 2.

espanhóis apareciam com frequência nos obituários era em virtude da pouca higiene destes indivíduos, assim as mortes estariam “*restrictos a esse numero de pessoas que não faz a mais rudimentar hygiene aclimação ou que, sem o necessário cuidado consigo no período de aclimação de vê colhido por enfermidade*”, e ainda por cima ressaltando que “*sem cuidados não há paiz do mundo onde não se dêem mal os estrangeiros*”.

Os dados abaixo construídos a partir de dados estatísticos tirados dos jornais Folha do Norte e A Província do Pará servem para demonstrar incidência de mortes sobre os espanhóis:

Tabela II - Número de Óbitos em Belém segundo nacionalidade³¹.

Período	Ano	Portugueses	Espanhóis	Italianos	Nacionais	outros
Fevereiro	1897	9	6	1	95	
Março	1896	27	25	3	258	9
Abril	1896	19	13	3	237	8
Maió	1896	17	3	1	202	2
Julho	1900	48	45	11	309	
Outubro	1896	Não especificado	Não especificado	Não especificado	54	14
Total		119	92	19	1115	

Levantados de forma aleatória os dados acima são fragmentados, porém nos permite visualizar que depois dos portugueses os estrangeiros que mais faleciam em Belém foram os espanhóis, seguidos de forma distante pelos italianos, na coluna outros se encontram marroquinos, franceses, ingleses, gregos africanos entre outros de numero bem diminuto. Aponto que em boa parte os óbitos de espanhóis se relacionavam tanto ao elevado

³¹ A Província do Pará, Pará, 20 jul. 1900, p. 1.

Folha do Norte, Pará 20 maio 1897, p. 2.

Folha do Norte, Pará, 15 mar. 1897, p. 2.

Folha do Norte, Pará 08 maio 1896, p. 2.

Folha do Norte, Pará 14 out. 1896, p. 2.

Folha do Norte, Pará 29 maio 1897, p.2.

número deles na cidade de Belém, como as em relação às condições sociais dos mesmos.

O fim de uma trajetória

Quando da morte de seu marido em dezembro de 1902 Aurora Moureal retirou-se do município de Bagre e foi para Belém ficando hospedada na casa do senhor Antônio Rodrigues dos Santos, proprietário da firma comercial que sedia crédito para o seu marido. No período de dezembro de 1902 a fevereiro de 1903, Aurora trocara cartas com sua irmã Maria Moureal moradora em Cádiz na Espanha, em sua última carta podemos vislumbrar os anseios e as leituras feitas por Aurora sobre sua condição e as pessoas que a cercavam:

Pará 26 de Febevo de 1903

Senora Doña Maria Moureal

Puerto Real Cadiz

Mimas querdissima hermana vin vinogressa carta tenja te aviso que pienso em barcar por el vapor que sale a 15 y que ya encarque a don Antonio Rodriguez dos Santos em cuya casa estoy vivendo para toma el passaje de terceira classe y um saque por dos mil pesetas y me compre dinero em moneta portuguesa y espanola tam bien para los gastos del viaje toda de mis economias tam luego cheque a Lisboa te a visave com um parte no te escribo mas porque estoy um pueco mala de fiebres y todabia mui sentida com la muerte de mi Geronimo de los negócios de mi marido caso que no recibio e nada porque este seno Santos es um hombre que todo se lo quere e quedar y me engana por que soi mujeo A abrazios y mando muchos versos tu hermana que te quere.

Aurora Moureal.³²

Em sua ultima carta recebida por Maria Monreal em Cádiz, Aurora avisa da sua partida programada para o dia 15 de março, a

³² Espólio de Aurora Monreal, 1903. Centro de Memória da Amazônia, série: Espólios, caixa 1905-1908.

porta de retorno para Espanha seria Lisboa. A comunicação entre o Pará e Portugal por meio da navegação marítima era corrente, Belém se inseria em um contexto de intenso fluxo de mercadorias e pessoas incluindo a chegada e partida destes imigrantes, tanto que em um anúncio publicado em 1913 no jornal *O Estado do Pará* a empresa Booth Line oferecia o serviço de viagens entre Manaus, Belém e Europa, destacando parte de seu anúncio à colônia espanhola do Pará: “*outrossim avisamos a respeitável colônia hespanhola que o vapor Antony, a sair para a Europa a 5 de setembro, tocara no porto de vigo, fazendo a travessia em 11 dias*”³³. Mesmo se tratando de um anúncio bem posterior a viagem planejada por Aurora ainda sim podemos inferir que ela vira anúncio semelhante nos jornais de Belém e decidira partir no vapor do dia 15 de março de 1903.



Decidida a partir, ela resolveu sacar todas as suas economias e embarcar em direção a Lisboa, contudo, seu estado de saúde levou a depender da ajuda do Sr. Antônio Rodrigues Santos, este fora incumbido de sacar o valor de 1.970 pesetas que naquele mês estava com o cambio de 640 reis cada peseta, totalizando em dinheiro valor de um conto duzentos mil e oitocentos reis, além de ter a responsabilidade de comprar a passagem para Lisboa, a relação estabelecida com o senhor Antônio Rodrigues dos Santos foi de desconfiança.

³³ *Estado do Pará*, Pará 31 ago. 1913, p. 8.

Aurora acreditava estar sendo enganada, particularmente em relação aos negócios de seu marido, o fato de ser mulher seria um elemento que pesava nas disputas sociais no Pará ainda mais sendo imigrante. As febres que a acometia levaram-na a ser hospitalizada na Santa Casa de Misericórdia do Pará onde falecera no dia 7 de março de 1903.

Mesmo após o falecimento de Aurora a sua irmã continuou mandando cartas para a casa do Sr. Santos para ter notícias visto em sua ultima carta Aurora ter afirmado que partiria no dia 15 de Março para Lisboa, contudo, não recebeu mais respostas, foi então que dirigiu suas cartas para o consulado da Espanha em Belém, e descobriria que sua irmã havia falecido.

Considerações finais

A Amazônia, especificamente o Pará recebeu uma importante leva de imigrantes espanhóis que se direcionou para os campos e cidades, ajudando a conformar um mercado de trabalho, sobretudo urbano na região, passando a configurar o universo do mundo do trabalho paraense, entrando em conflitos com os nacionais e outros imigrantes, dividindo espaços e construindo uma ótica de trabalho pautada na tensão entre domínio e autonomia, de um lado os patrões, e o próprio Estado e do outros, famílias que se aventuravam em busca de sobrevivência, quiçá aspirando encontrar aqui o “Eldorado” que se erguia a partir do ouro branco, como era chamada a Borracha.

O que motivou milhares e imigrantes a atravessar o atlântico mesmo para uma região que muitas vezes era apontada nos periódicos espanhóis como inóspita em função do clima e das doenças?³⁴ Acredito que além dos meios de expulsão da própria terra como as guerras, estiagem e declínio econômico que

³⁴ La Emigracion Española: Vida española en El extranjero. Revista quincenal de emigracion y colônias. Ano IV, nº 1. Madrid, 15/01/1916. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha.

provocava intenso desemprego e desesperança aos seus. Há algo nos imigrantes que esteve relacionado à necessidade de sobreviver e existir do ser humano, buscar melhores condições no seu pequeno existir no mundo mesmo que isso o leve para o outro lado atlântico.

Os núcleos coloniais agrícolas tão almejados pelo Governo do Estado Paraense, não possuíam a estrutura e os subsídios necessários para satisfazer as aspirações dos espanhóis que então moviam-se de acordo com as oportunidades. Neste sentido os centros urbanos ofereciam maiores margens de oportunidade, ao longo das décadas de 1890 e 1900, e 1910 vários núcleos associativos foram fundados em Belém; Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos, União Espanhola, Centro Galaico e Liga de Repatriação, em fim um suporte coletivo para dar conta das intempéries vividas por estes sujeitos. Os espanhóis se constituíram enquanto grupo que buscava firmar sua identidade mesmo que plural, resgatando signos e símbolos que remetiam a sua terra natal, por meio de festas, circulação de periódicos em língua espanhola, inclusive com as famosas tourados que ocorriam no *Colyseu Paraense*.

A historiografia amazônica sobre a imigração espanhola dedicou-se preponderantemente sobre aspectos demográficos, e políticos da imigração, os sujeitos eram despersonalizados de seus anseios, estratégias, conflitos, o que, por conseguinte seccionava a experiência de indivíduos que moldaram o mundo do trabalho no Pará. O casal Gerônimo e Aurora são exemplos do conjunto de experiências do processo imigratório do início do século XX, experiência o termo ausente como indica E. P. Thompson (1981), não havia uma classe de imigrantes, mas aos poucos os mesmos foram reelaborando suas estratégias, criando associações e lutando contra a exploração que sofriam.

Referências

A Província do Pará, Pará, 20 jul. 1900, p. 1.

A República, Pará 27 fev. 1900.

A República, Pará 14 mar. de 1900.

A República, Pará 21 mar. 1900.

Acervo: Centro de Memória da Amazônia; Fundo: Cartório de Títulos e Documentos; Série: Estatutos ano 1914; caixa: 2.

AMAZONIA. Escritório de emigracion de España y las islas Baleares y canárias al estado del Pará en la República del Brasil. Galicia: J. Barreras 1895. <http://www.fcp.pa.gov.br/2016-11-24-18-22-47/amazonia-escritorio-de-emigracion-de-espana-y-las-islas-baleares-y-canarias-al-estado-del-para-en-la-republica-del-brasil> acessado em 25/08/2018.

BAHAMONDE, Ángel & MARTÍNEZ, Jesús A. *Historia de España. Siglo XIX*. 5 ed. Madrid: Cátedra, 2007.

CÁNOVAS. Marília D. Klaumann. “Imigrantes espanhóis na cafeicultura paulista, 1880-1930: Protagonistas ou coadjuvantes.” Disponível: <file:///C:/Users/Notebook/Downloads/MariliaCanovas.pdf> acessado em 26/08/2018.

Censo Demográfico de 1890; Sexo Raça e Estado Civil, filiação Culto e Analfabetismo. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro; Oficina da Estatística, 1898.

Centro de Memória da Amazônia, Cartório Privativo de Casamentos, subsérie Casamentos. Ano de 1897 a 1920.

D. Leopoldo D'ozouville de Bardou y Cruz Alvarez. *Un Viaje al Brasil: Información acerca de La situación de los emigrados españoles em los Estados de Pará y Amazonas y zona de trabajos de ferrocarril de Madeira – Mamoré*. Madri, 1916.

EMMI, M. F. *Italianos na Amazônia (1870-1950): pioneirismo econômico e identidade*. Belém: EDUFPA, 2008.

Espolio de Aurora Monreal, 1903. Centro de Memória da Amazônia, série: Espólios, caixa 1905-1908.

Estado do Pará, Pará 31 ago. 1913.

Fariñas, María Vázquez & Rosso, Javier Maldonado .Cádiz, ciudad vinatera entre mediados de los siglos XIX y XX. REVISTA DE ESTUDIOS REGIONALES N° 109, I.S.S.N.: 0213-7585 (2017), p. 95-119.

FERREIRA, Rubens da Silva & COSTA, Erica Elaine. Compreendendo a Imigração Espanhola no Pará (1896 – 1899): um estudo a partir das passagens grátis como fonte de informação. In: TransInformação, V. 23, nº 1; 2011.

Folha do Norte, Pará 18 mar. 1897.

Folha do Norte, Pará 20 maio 1897, p. 2.

Folha do Norte, Pará, 15 mar. 1897, p. 2.

Folha do Norte, Pará 08 maio 1896, p. 2.

Folha do Norte, Pará 14 out. 1896, p. 2.

Folha do Norte, Pará 29 maio 1897, p.2.

GEERTZ, Clifford. *Interpretação das Culturas*. 1 ed. 13 reimp. – Rio de Janeiro. LTC, 2008.

GONZALEZ Martinez, Elda. *La inmigración esperada: La política migratória brasileña desde João VI hasta Getúlio Vargas*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2003.

Jornal O Pará, Pará 23 ago. 1899.

La Emigracion Española: Vida española en El extranjero. Revista quincenal de emigracion y colônias. Ano IV, nº 1. Madrid, 15/01/1916. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história, *In: A escrita da História*. (Org.) Peter Burke

NUNES, Francivaldo Alves. “Sob o signo do moderno cultivo: Estado Imperial e agricultura na Amazônia”. (Tese de Doutorado - Universidade Federal Fluminense, 2011)

SARGES, Maria de Nazaré. “A Galícia paraense: imigração Espanhola em Belém”. In; *T(r)ópicos de História: Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XX)*. ALONSO, José Luis Riz-Peinado; CHAMBOLEYRON, Rafael(org.). Belém; Açai, 2010.

SÁRGES, Maria de Nazaré. “As corridas de touros e as associações de migrantes galegos: a construção do imaginário ibérico na “Nova Jerusalém” (Belém XIX/XX)”. In: José Luís Ruiz Peinado (org.). *Atlântico imaginado: fronteiras, migrações e encontros*. 1ª ed. Madrid: Ministério do Trabalho e Imigração - Subdireção Geral de Informação Administrativa e Publicações, 2010.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da Teoria: ou um planetário de erros, uma crítica ao pensamento de Althusser*. Editora ZAHAR, 1981.

As lutas por reconhecimento através dos clubes de futebol operário das minas de carvão do Rio Grande do Sul (1930-1950)

Tassiane Mélo de Freitas¹

Introdução

Este artigo tem como objetivo central, a partir da apresentação das contribuições teóricas de Axel Honneth, especialmente a partir de sua obra “Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais” (2009), discutir as possibilidades de abordar os conflitos entre os clubes de futebol operário, na região das minas de carvão do Rio Grande do Sul, entre 1930-1950, como sendo parte das lutas por reconhecimento.

Após discorrer brevemente sobre a Teoria Crítica, busca-se apresentar a tese de Axel Honneth a partir das principais discussões que o levam à reconstrução do modelo de reconhecimento.

Por fim, numa proposta experimental com base nas investigações ainda em desenvolvimento, discutem-se possibilidades de uma abordagem dos conflitos entre os clubes de futebol operário em questão, a partir da teoria do reconhecimento proposta por Honneth.

¹ Doutoranda em História - Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: tassimelo@gmail.com.

Esclarece-se, no entanto, que são tentativas de elaborar uma reflexão para os mundos do trabalho a partir de uma perspectiva, que por sua vez sintetiza perspectivas diversas (sociológica, psicanalítica e filosófica) e que pretende oferecer um modelo abrangente e original de compreensão da realidade social.

Um breve panorama sobre a Teoria Crítica

Axel Honneth é um dos mais proeminentes filósofos da atualidade, cujo pensamento está vinculado à Teoria Crítica, mais precisamente no que diz respeito às suas preocupações normativas (GADEA, 2006, p. 72). Para compreender sua produção é necessário, antes, esboçar brevemente alguns elementos gerais, que compõem esta tradição e seu desenvolvimento.

Quase sempre relacionada à expressão “Escola de Frankfurt”², a Teoria Crítica, designa um campo teórico muito mais amplo. Segundo Nobre (2009, p.8), a partir da publicação do texto de Max Horkheimer em 1937 - Teoria Tradicional e Teoria Crítica -, onde a expressão designava o campo teórico do marxismo, esta “[...] passou a designar também, em sentido mais estrito, toda uma tradição de pensamento que tomou por referência teórica fundamental essas formulações de 1937”. Desta maneira, “[...] a Teoria Crítica não se limita a descrever o funcionamento da sociedade, mas pretende compreendê-la à luz de uma emancipação ao mesmo tempo possível e bloqueada pela lógica da organização social vigente” (Ibid., p. 9).

A partir da década de 1940, Horkheimer e Adorno, este último também expoente da Teoria Crítica, foram se distanciando criticamente do diagnóstico e das soluções propostas por Marx e pelo marxismo. Jürgen Habermas, também realizou este distanciamento a partir da década de 1960. Conforme Nobre (Ibid.,

² Em 1924, Max Horkheimer, Felix Weil e Friedrich Pollock fundaram junto à Universidade de Frankfurt, o Instituto de Pesquisa Social. Em 1930 Horkheimer assumiu a direção do Instituto e ocupou a cátedra que cabia ao Instituto, instalando-a na Filosofia e dando-lhe o nome de “Filosofia Social”.

p. 9), isto não significou que estes tenham abandonado os princípios norteadores da vertente intelectual do marxismo, mas sim que lhes deram novas formulações.

O filósofo e sociólogo Axel Honneth apresentou sua tese à Universidade de Berlim em 1983, sendo a publicação em livro sob o título de “Crítica do poder. Estágios de reflexão de uma teoria social crítica”. Foi assistente de Habermas entre 1984 e 1990 no Instituto de Filosofia da Universidade de Frankfurt, onde apresentou sua tese de livre-docência, cuja versão em livro é “Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais”. Honneth sucedeu Habermas em seu posto na Universidade de Frankfurt. Em 2001 assumiu a direção do Instituto de Pesquisa Social.

Seguindo a tradição da Teoria Crítica, Honneth também fez uma crítica aos seus antecessores, de modo que elementos negligenciados anteriormente poderiam dar novo rumo à teoria social crítica “[...] agora ancorada no processo de construção social da identidade (pessoal e coletiva), e que passa a ter como sua gramática o processo de ‘luta pela construção da identidade, entendida como uma luta pelo reconhecimento’ (Ibid., p. 11). Assim:

[...] seu trabalho, luta por reconhecimento, rapidamente se converteu num referente teórico imprescindível para as discussões que englobam a compreensão da lógica e das dinâmicas implícitas nos conflitos e movimentos sociais contemporâneos (GADEA, 2006, p. 72).

Para compreender a teoria do reconhecimento a partir de Honneth, é necessário retomar as referências retomadas pelo autor.

Retomando Hegel e Mead

Honneth, ao iniciar sua obra “Luta por reconhecimento: gramática moral dos conflitos sociais” (2009), retoma os escritos do jovem Hegel. Assim, discorre na primeira parte de sua obra,

sobre conceitos trazidos no “Sistemas de eticidade” (1802), tais como o de comunidade ética.

Para além da ideia da luta por autoconservação, um fundamento da filosofia social moderna, Hegel desenvolveu um novo enfoque da teoria da intersubjetividade:

[...] um contrato entre os homens não finda o estado precário de uma luta por sobrevivência de todos contra todos, mas inversamente, a luta como *medium* moral leva a uma etapa mais madura da relação ética. Com essa reinterpretação do modelo hobbesiano, Hegel introduz uma versão do conceito de luta social realmente inovadora (HONNETH, 2009, p. 48).

Hegel atribuiu, em suposição, a origem de um crime ao fato de um reconhecimento ter sido incompleto, assim:

[...] o motivo interno do criminoso é constituído pela experiência de não se ver reconhecido de uma maneira satisfatória na etapa estabelecida de reconhecimento mútuo [...] o sujeito afetado só pode reagir adequadamente à lesão a sua própria pessoa defendendo-se por sua vez de maneira ativa contra o agressor (Ibid., p. 52).

Assim concluiu que “[...] só por tais atos de destruição são criadas as relações de reconhecimento eticamente mais maduras” (Ibid., p. 56). Concluindo, em Hegel, o conflito social coloca-se como uma espécie potencial de aprendizado prático-moral.

O problema teórico colocado por Hegel avança na seguinte questão: “[...] como indivíduos, em uma situação social marcada por relações de concorrência recíproca, chegam a uma ideia de direitos e deveres?” (Ibid., p. 84). A partir desta questão, há uma discussão para além do fechamento do contrato social a partir do preceito da prudência (Hobbes) e do postulado da moral (Kant e Fichte). Chega-se ao “[...] fechamento do contrato no interior da estrutura daquela situação de concorrência recíproca” (Ibid., p. 84). Trata-se assim do o reconhecimento, no ser reconhecido.

Honneth avança em seu texto buscando também estabelecer uma conexão com o pensamento do filósofo americano George Mead (1863-1931), que, segundo o autor, através da psicologia social deu “[...] à teoria hegeliana da ‘luta por reconhecimento’ uma inflexão ‘materialista’” (Ibid., p. 155). Para Mead:

[...] a reprodução da vida social se efetua sob o imperativo de um reconhecimento recíproco porque os sujeitos só podem chegar a uma autorrelação prática quando aprendem a se conceber, da perspectiva normativa de seus parceiros de interação, como seus destinatários sociais (Ibid., p.155).

Após a exposição das bases filosóficas que irão moldar sua tese, Honneth trata de especificar os padrões de reconhecimento intersubjetivo discutidos em Hegel e Mead.

Padrões de reconhecimento intersubjetivo: amor, direito e solidariedade

Para Hegel, o amor representa a primeira etapa de reconhecimento recíproco (Ibid., p. 140). Neste sentido, Honneth busca através dos estudos de Donald Winnicott (1896-1971) esboçar os princípios fundamentais deste primeiro nível de reconhecimento.

Além do amor, tanto Hegel quanto Mead, também observam a relação jurídica como uma forma de reconhecimento recíproco. Em Hegel temos a construção de um respeito que vai além das questões emotivas/afetivas, indo assim para o campo do cognitivo (Ibid., p. 182) - um reconhecimento jurídico classificado por graus.

Tanto para Hegel quanto para Mead:

[...] apenas da perspectiva normativa de um ‘outro generalizado’, que já nos ensina a reconhecer os outros membros da coletividade como portadores de direitos, nós podemos nos entender também como portadores de direito, no sentido de que

podemos estar seguros do cumprimento social de alguma de nossas pretensões (Ibid., p. 179).

Hegel e Mead estão convencidos de que há um prosseguimento da luta por reconhecimento no interior da esfera política (Ibid., p.194). Assim, “viver sem direitos individuais significa para o membro individual da sociedade não possuir chance alguma de constituir um autorrespeito” (Ibid., p. 196). Desta maneira, ter direitos nos capacita a manter-nos como homens.

Em uma conclusão sobre o autorrespeito (reconhecimento jurídico) com base em Hegel e Mead, Honneth coloca que ninguém afirma o autorrespeito, assim a sua existência é perceptível quando há a falta dele (Ibid., p.197), ou seja, em sua forma negativa. Assim, o autor traz o exemplo da luta pelos Direitos Civis nos Estados Unidos dos anos 1950 e 1960 (Ibid., p. 198).

Ainda sobre os padrões de reconhecimento intersubjetivo, segundo Honneth, há outra forma de reconhecimento recíproco, a estima mútua, o que Hegel chamou de "eticidade" e Mead de “divisão democrática do trabalho”. Esta forma de reconhecimento está ligada à pressuposição de um contexto de vida social, cujos membros constituem uma comunidade de valores mediante a orientação por concepções de objetivos comuns. Assim Honneth vai traçando o processo de transição dos conceitos de honra às categorias da “reputação” ou “prestígio social”. A estima é assim apresentada como uma grandeza metassocial (Ibid., p. 203).

Ao longo do texto, Honneth vai apresentando como o conceito de estima social vai sendo desenvolvido ao longo do processo histórico. A exemplo disto, o autor apresenta que na luta da burguesia contra as concepções feudais e aristocráticas de honra:

[...] pela primeira vez, dispõe-se agora de uma resposta à questão se a reputação de uma pessoa deve se medir pelo valor previamente determinado de propriedades atribuídas a grupos

inteiros, tipificando-os. Só agora o sujeito entra no disputado campo da estima social como uma grandeza biograficamente individuada (Ibid., p. 204).

Assim, quanto a este percurso de transformações:

[...] uma parte não desconsiderável do que os princípios de honra, escalonados segundo o estamento, asseguravam até então ao indivíduo em termos de estima social migra para a relação jurídica reformada, onde alcança a validade universal com o conceito de ‘dignidade humana (Ibid., p. 204).

Resumindo, para Honneth a estrutura das relações sociais de reconhecimento se apresentam no quadro da dedicação emotiva (o amor), dentro das relações primárias, que gera a autoconfiança; o respeito cognitivo, por meio das relações jurídicas, gerando assim o autorrespeito; e por fim a estima social, através da comunidade de valores, gerando a autoestima.

Já as formas de desrespeito, em uma autorrelação prática, podem ser exemplificadas da seguinte maneira: desrespeito que trará implicações na autoconfiança (maus tratos); privação de direitos, exclusão que fere o autorrespeito; degradação e ofensa desrespeito que fere a autoestima, o *status* de uma pessoa. Trata-se aqui no reconhecimento recusado. “Nem em Hegel, nem em Mead havia se encontrado uma referência à maneira como a experiência de desrespeito social pode motivar um sujeito a entrar numa luta ou conflito prático” (Ibid., p. 220). Segundo Honneth, “[...] a experiência de desrespeito é a fonte emotiva e cognitiva de resistência social e de levantes coletivos” (Ibid., p. 227). A partir daí, buscando compreender os vestígios de uma tradição da filosofia social - em Marx, Sorel e Sartre - o autor busca uma aproximação histórica e ilustrativa, apresentando as possibilidades do papel dinamizador atribuído a uma luta por reconhecimento.

Segundo Honneth, Karl Marx deixou os primeiros e mais influentes sinais da redefinição inovadora da luta social vinda de Hegel (Ibid., p. 229), assim, cabe uma atenção a sua exposição.

Para Marx o processo de reconhecimento intersubjetivo se dá na efetuação do trabalho em sua totalidade (Ibid., p. 230). Assim, “[...] Marx compreende agora o capitalismo, isto é, o poder de dispor dos meios de produção que uma única classe detém, como ordem social que destrói necessariamente as relações de reconhecimento entre os homens mediadas pelo trabalho” (Ibid., p. 232).

Em seus primeiros escritos, Marx efetua, é o que se torna patente, um estreitamento do modelo hegeliano de uma ‘luta por reconhecimento’, o qual se dá nos termos de uma estética da produção”. Mas com isso, ele elimina do espectro moral das lutas sociais de sua época todos os aspectos do reconhecimento intersubjetivo não procedente diretamente do processo do trabalho cooperativo comprometendo-as com a meta da autorrealização produtiva (Ibid., p. 234)

O conceito de trabalho alienado trazido por Marx abriu a possibilidade conceitual de conceber o próprio trabalho como *medium* do reconhecimento e, por conseguinte, como um campo de desrespeito possível. Segundo Honneth, com O Capital, a luta de classes já não se apresenta para Marx segundo o esquema interpretativo hegeliano, como uma luta por reconhecimento senão que é pensado por ele conforme o padrão tradicional de uma luta por autoafirmação (econômica). “No lugar de um conflito moral que resulta da destruição das condições do reconhecimento recíproco, entrou subitamente a concorrência de interesses estruturalmente condicionada” (Ibid., p. 235 - 236).

Melhor designação para o modelo de conflito que Marx coloca na base de seus estudos históricos, segundo Honneth, sobre o 18 Brumário e as lutas de classes na França é a de expressivista (Ibid., p. 238). Na visão de Honneth, Marx nunca entendeu, sistematicamente a luta de classes como uma forma de conflito moralmente motivada. “Marx conseguiu, pelo conjunto inteiro de seus conceitos básicos, tornar transparente o trabalho como

medium central do reconhecimento recíproco, malgrado a sobrelevação da filosofia da história” (Ibid., p. 250).

Os conflitos sociais

Durante o capítulo oito da “Luta por reconhecimento...”, Honneth (2009) trata da questão do desrespeito e da resistência como parte da lógica moral dos conflitos sociais. Assim, o autor afirma que “[...] uma luta só pode ser caracterizada de social, na medida em que seus objetivos se deixam generalizar para além do horizonte das intenções individuais, chegando a um ponto em que eles podem se tornar a base de um movimento coletivo” (Ibid., p. 256).

Para Honneth, o amor é a forma mais elementar do reconhecimento, por isso não conta como sendo parte das experiências morais que possam levar por si só a formações de conflitos sociais. “Em contrapartida, as formas de reconhecimento do direito e da estima social já representam um quadro moral de conflitos sociais, porque dependem de critérios socialmente generalizados, segundo o seu modo funcional inteiro” (Ibid., p. 256).

A luta social é assim definida:

[...] trata-se do processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento (Ibid., p. 257).

Tendo em vista esta conceituação, a questão que se propõe é: como os indivíduos reclamam contra o desrespeito? Honneth traz o exemplo dos movimentos sociais, porém questionando o fato de que às vezes estes desconhecem o cerne moral de sua resistência (semântica coletiva). Desta maneira, “[...] um modelo de conflito que começa pelos sentimentos coletivos de injustiça é aquele que atribui o surgimento e o curso das lutas sociais às experiências

morais que os grupos sociais fazem perante a denegação do reconhecimento jurídico ou social” (Ibid., p. 261).

Do ponto de vista da historiografia é destacado o trabalho do historiador inglês E.P. Thompson, que segundo Honneth foi “[...] capaz de por em evidência, de maneira mais ampla e adequada, os pressupostos normativos do comportamento que as camadas sociais baixas adotam no conflito” (Ibid., p. 262). O autor segue afirmando que Thompson:

[...] foi quem deu o impulso para uma reorientação dessa espécie, através da qual os pressupostos utilitaristas da tradição anterior puderam ser substituídos por premissas normativas; com seus estudos sobre as representações morais cotidianas que motivaram as camadas baixas inglesas à resistência contra os começos da industrialização capitalista, ele preparou o caminho para todo o enfoque da pesquisa (Ibid., p. 262-263).

A grande questão empírica, no entanto é “[...] até que ponto um conflito social segue a lógica da perseguição de interesses ou a lógica da formação da reação moral” (Ibid., p. 261). A partir daí, Honneth busca apresentar as condições intersubjetivas de integridade pessoal tratando assim de discutir o conceito de moral em Kant.

Resumindo, Honneth apresenta sua tese que busca a reconstrução do modelo de reconhecimento afirmando que: “[...] os indivíduos se constituem como pessoas unicamente porque, da perspectiva dos outros que assentem ou encorajam, aprendem a se referir a si mesmo como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades” (Ibid., p. 272). Esta seria o que ele chama de autorrealização positiva. Por outro lado, a “marcha negativa” assenta-se na ideia de que sem certa medida de autoconfiança, sem autonomia juridicamente preservada, sem segurança sobre o valor das próprias capacidades, não é imaginável um êxito na autorrealização. Por fim, só se adquire

autoconfiança, autorrespeito e autoestima com a ajuda do parceiro de interação.

Possibilidades de discussão a partir da teoria do reconhecimento

Diante da exposição acerca do pensamento de Axel Honneth, busca-se aqui, ainda que de maneira incipiente e experimental, aproximar o tema dos conflitos entre os clubes de futebol operário na região das minas de carvão do Rio Grande do Sul, entre 1930-1950, com a teoria do reconhecimento. Para isso, busca-se compreender, primeiramente, a forma como se constituíram estes clubes, especialmente no que diz respeito aos sujeitos que faziam parte destes espaços, relacionando com a conjuntura do período em destaque. Após, pretende-se observar possíveis aproximações, possibilidades e limites de se pensar os conflitos e resistências como parte das lutas por reconhecimento dos sujeitos (operários e patrões) refletidos por meio dos clubes de futebol.

Observar os processos de dominação e resistência para além dos espaços “convencionais” de análise é um dos grandes avanços da produção historiográfica em torno dos mundos do trabalho. Neste sentido, o projeto de pesquisa em desenvolvimento trata de compreender as relações entre patrões e operários das minas de carvão do Rio Grande do Sul, no período do Estado Novo (1937-1945), através dos clubes de futebol fundados e desenvolvidos por estes sujeitos.

A historiografia dos mundos trabalho conta com importantes pesquisas sobre esta categoria de operários que, durante as décadas de 1930 a 1940, teve um papel importante tanto para a economia do país, como também para as lutas do operariado rio-grandense em busca de seus direitos.

No Rio Grande do Sul, destacam-se trabalhos na área da Antropologia, como é o caso do estudo feito por Cornelia Eckert (1985) sobre os mineiros de carvão na cidade de Charqueadas, seguido da dissertação (2006) e tese (2011) de Marta Cioccarì, que

se deteve no estudo de uma comunidade de mineiros do carvão na cidade de Minas no Leão.

No campo da história, destacam-se as teses de Cristina Ennes da Silva (2007), abordando as estratégias das empresas mineradoras para consolidação da indústria carbonífera no Rio Grande do Sul (1883-1945), a tese de Clarice Speranza (2012), que examinou as disputas entre operários e patrões das minas de carvão do Baixo Jacuí por meio da Justiça, durante as décadas de 1940 e 1950, e a dissertação de Felipe Klován (2014), que tratou das experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na década de 1930.

Através dos estudos desenvolvidos, outrora, sobre o Patrimônio Industrial Carbonífero no Rio Grande do Sul, observou-se a relevância da presença do futebol entre a comunidade que compreende os atuais municípios de Arroio dos Ratos, Butiá, Charqueadas e Minas do Leão.

Marta Cioccarì apontou em seu estudo etnográfico (2010), que envolveu o município de Minas do Leão, que quando chegou na localidade tinha algumas pistas de que o futebol possuía uma importância singular no cotidiano da comunidade erguida em torno das minas de carvão. Segundo a antropóloga, o pertencimento a uma equipe de futebol possui um papel central na construção da chamada pequena honra relacionada ao esporte “[...] ou seja, do valor social atribuído ao indivíduo e incorporado por ele, que deriva de suas habilidades corporais” (Ibid., p. 361). Somada às fontes materiais e imateriais encontradas, esta leitura apontou possibilidades para uma investigação histórica voltada às relações entre operariado e patrões da indústria carbonífera através dos clubes de futebol durante o Estado Novo.

Foca-se aqui, no entanto, em dois clubes de futebol operário localizados no município de Arroio dos Ratos - Esporte Clube Brasil e Esporte Clube Guarani -, cujas memórias em torno destes revestem-se das lembranças da rivalidade e dos conflitos, que certamente não se concentravam apenas em campo. Todas as

atividades que faziam parte da organização dos clubes, desde a constituição de diretorias à organização de jogos, por exemplo, envolviam tensões para além das quatro linhas.

Cabe, antes, destacar alguns dados acerca dos dois clubes. O Esporte Clube Brasil foi fundado em 18 de agosto de 1918, em Arroio dos Ratos, até então, distrito do município de São Jerônimo. Trata-se do mais antigo clube de futebol da região em atividade. Já, em 05 de dezembro de 1924, no mesmo distrito, foi fundado o Esporte Clube Guarani. Segundo depoimentos cedidos ao projeto Memória Mineira³, este foi fundado com o nome de “Espanha”, em alusão aos operários espanhóis que se instalaram na região para trabalhar nas minas e que integravam o clube. Em relação a esta informação, não foram encontrados documentos que apontassem para esta antiga denominação, no entanto, um indício a ser destacado é que as cores do clube são as mesmas que constam na bandeira da Espanha (vermelho e amarelo).

Em 19 de dezembro de 1938, houve a fusão entre Esporte Clube Brasil, Esporte Clube Guarani e Sociedade Esportiva das Minas de São Jerônimo, formando assim, a equipe de futebol vinculada ao Departamento Esportivo das Minas. Este era administrado pelo Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM), que por sua vez foi o responsável pelo controle da exploração das minas de carvão da região, de 1936 a 1964.

Começando pelos sujeitos que faziam parte dos clubes, sejam como sócios, jogadores, diretores, torcida, etc... destacam-se alguns aspectos. Embora, os dois clubes tivessem a participação de operários das minas de carvão compondo suas equipes de jogadores, quadro de sócios, diretoria, etc, o Esporte Clube Guarani, é caracterizado como sendo um clube que agregava maior

³ Projeto realizado pelo extinto Centro de História Oral do Rio Grande do Sul (CHO - RS) As fitas cassetes das entrevistas e disquetes contendo os documentos produzidos (levantamentos bibliográficos, questionário, transcrição e texto limpo) foram doadas pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) ao acervo do Museu Estadual do Carvão, em 2013.

presença de sujeitos ligados aos altos cargos da companhia mineradora, de operários espanhois e descendentes das primeiras famílias britânicas que se instalaram na região das minas no final do século XIX. Estes, por sua vez, exerciam também as funções mais destacadas na hierarquia do clube. Em entrevista L.F.A (2018) apontou:

Era o seguinte: o alto escalão da Copelmi [o CADEM] [...] a sede dela era mais lá pra cima, então eles frequentavam mais o Guarani. [...] aqueles funcionários de escritório que eram jogadores, eram tudo do Guarani. E, vamos dizer o segundo escalão da Copelmi [o CADEM], aí já tinha dirigente no Estrela e no Brasil. Inclusive o engenheiro chefe, na época, o doutor Sinval Círio. Eles tinham lá em cima coisa pra eles só. Do lado do campo do Guarani, eles tinham campo de vôlei, basquete, jogavam ali, [...] e mais um outro tipo de esporte, não me lembro o nome [...] aquilo ali era só para eles.

Por outro lado, o Esporte Clube Brasil, ainda que contasse também com a presença de chefias da mineradora compondo os altos cargos de sua diretoria, como o de presidente de honra, tinha uma participação maior de operários das minas que não ocupavam os altos cargos da companhia.

Tendo em vista que estes clubes alcançaram um período de maior destaque, seja participando de competições importantes ou mesmo conquistando significativo número de títulos regionais, durante o período do Estado Novo e, tratando-se de clubes vinculados de alguma maneira à companhia mineradora, tal é o caso do time do CADEM, cabem algumas colocações acerca da relação do Estado Novo com o esporte e especialmente tratando-se de clubes ligados ao operariado.

O regime instaurado no Brasil, em 10 de novembro de 1937, através de um golpe, o Estado Novo (1937-1945), ficou marcado pelo autoritarismo, censura e centralização do poder. Foi assim, responsável por suspender direitos políticos e individuais. Concentrando forças, Vargas atingiu pontos fundamentais para

manter seu regime autoritário, um deles foi o de suprimir inimigos políticos, assegurando um avanço no plano popular, de maneira a aumentar sua base de apoio (GARCIA, 1999, p. 62).

Entre tantos aspectos, esta conjuntura compreendeu um momento emblemático para o discurso nacionalista e para as políticas esportivas, que por sua vez exerceram um papel importante na formação de uma nova identidade nacional. Assim, tanto nos governos de Vargas quanto de Perón, na Argentina, o esporte começou a ser visto como importante elemento na relação regime e sociedade (DRUMOND, 2014, p. 134).

O decreto-lei 3.199/1941 representou desta maneira, a forma em que o Estado estaria intervindo nas questões esportivas, especialmente através da criação de órgãos tais como o CND (Conselho Nacional de Desportos) “[...] destinado a orientar, fiscalizar e incentivar a prática, dos desportos em todo o país” (artigo 1º) e os CRD’s, por Estado, aos quais competia “[...] essencialmente ao conselho regional de desportos cooperar com o Conselho Nacional de Desportos para a realização de suas finalidades, bem como funcionar como órgão consultivo do governo do Estado ou Território em tudo que disser respeito proteção a ser por este dada, aos desportos” (artigo 7º).

Ainda nesta pirâmide organizacional dos desportos, estavam logo abaixo as confederações por ramo esportivo, as federações por Estado, ligas e por fim os clubes. Tratando dos clubes operários aqui abordados, é possível observar os caminhos para que as determinações do CND chegassem aos clubes e de que maneira a federação e ligas, que atuavam de maneira mais próxima aos clubes, repassavam e mediavam as determinações. Estas mantinham profunda relação com ideias nacionalistas e higienistas do Estado Novo, que por sua vez também eram compartilhadas pelo CADEM.

Como forma de buscar uma aproximação com a proposta teórica apresentada, e de maneira experimental, busca-se trazer algumas situações apontadas pelas documentações, trabalhadas até

o momento, que podem apontar para os conflitos, como sendo também parte das lutas por reconhecimento. Ainda que em Honneth encontra-se uma abordagem que procura compreender muito mais a inserção de indivíduos e grupos na sociedade atual por meio das lutas por reconhecimento (e por isso ser mais discutida nos estudos sobre movimentos sociais contemporâneos, por exemplo), através de sua explicação normativa, pretende-se pensar de que forma estas questões poderiam estar inseridas no contexto estudado. Para isso, não dispensa-se de um todo o caráter dos conflitos como sendo também parte de uma resposta a situações que ferem as condições materiais de existência. Desta maneira, ainda que exista possibilidades de reflexão a partir desta abordagem, também há limites.

Questiona-se no entanto:

[...] em que sentido um conflito responde mais a uma lógica própria de "interesses" que à da formação de reações morais? Em que sentido os conflitos devem ser consequência da distribuição desigual objetiva de oportunidades materiais de vida? Não seria possível entendê-los como próprios de experiências morais que emergem da lesão de expectativas profundas de reconhecimento? (GADEA, 2006, p. 72)

Nesta aproximação detem-se mais especificamente na terceira forma de reconhecimento (solidariedade/eticidade) tratada por Honneth, que remete à aceitação recíproca das qualidades individuais julgadas por meio dos valores da comunidade. Como os valores das comunidades variam de um período a outro, esta forma de reconhecimento também sofre alterações.

Como pensar a resistência cotidiana a partir da perspectiva do desrespeito ou violência contra qualquer uma das formas de reconhecimento, mais especificamente aqui, em relação a da estima social?

Observando os ofícios dos clubes, expedidos e recebidos no ano de 1938, observa-se que os conflitos entre os clubes passam a

acirrar-se neste período, de maneira a ser proposto à Federação Rio Grandense de Desportos (atual Federação Gaúcha de Futebol) que passasse a mediar a marcação de jogos entre os clubes. Esta situação, inclusive, contribuiu para o processo de fusão entre os rivais E.C. Guarani e E.C. Brasil, como citado anteriormente.

Em ofício expedido pelo “Sport Club Brasil” aos dirigentes do “Sport Club Guarany”, datado de 28 de maio de 1938, observa-se que eximir-se de participar de uma partida, era caracterizado como uma afronta ao clube que realizava o convite. Assim, a recusa do Esporte Clube Guarani em disputar partida com o Esporte Clube Brasil, gerou uma situação conflituosa entre os clubes operários, e isto expressa-se na seguinte deliberação descrita no ofício acima citado:

[...] em virtude do coirmão ter se excussado em aceitar o nosso convite [...] exigindo de nossa parte ‘compromisso de honra’, etc o ‘Sport Club Brasil’ só aceitará partidas com o valoroso ‘Campeão Regional’, e ‘Municipal’, quando marcadas pela Federação Rio Grandense de Desportos.

A resposta do Esporte Clube Guarani, através de seus dirigentes, tratou de replicar os argumentos do “coirmão” em três colocações, a primeira explicando os motivos de eximirem-se da partida, pois esta deveria ser realizada em seu campo, como forma de retribuição. Na segunda colocação, indicava não haver interesse em realizar partidas com o “coirmão” e que se caso realizassem tinham como intenção “[...] rebatermos as intoleráveis ‘balacas’ dos amigos, que visavam, como objetivo único macular e desmerecerem o valor desta agremiação desportiva”. Continuando, havia indagações do motivo pelo qual as palavras Campeão Municipal e Regional foram colocadas entre aspas no ofício em questão, sendo apontado o para isso seguinte: “[...] Não sabemos se por ignorância ou hostilidade”.

A partir dos documentos acima citados, aproxima-se da ideia do conflito que se originou a partir de uma experiência de

desrespeito. Recusar uma partida e, supostamente, desconsiderar os títulos das entidades, parece encaminhar uma luta por reconhecimento destes espaços esportivos construídos por uma comunidade de trabalho. As tensões aqui parecem assentarem-se numa espécie de defesa da estima social de uma coletividade, ao invés de apresentar nuances de conflitos entre classes.

Segundo Honneth, as novas tendências dentro da historiografia dão testemunho histórico da contínua conexão entre desrespeito moral e luta social. Desta maneira, a possível lesão de expectativas de reconhecimento, é capaz de gerar reações morais por parte dos indivíduos e grupos.

Considerações finais

Embora a perspectiva teórica apresentada seja relevante para compreender a dinâmica de ação dos diferentes movimentos sociais e políticos atuais, buscou-se através deste texto abrir uma possibilidade de discussão sobre até que ponto os conflitos se encaminham para a consciência de classe ou mesmo para as lutas por reconhecimento.

Assim, investigar

[...] o horizonte das normas morais de ação, discretamente inseridas no cotidiano social nos levam a pensar que os conflitos não surgem apenas por motivos egocêntricos, mas pelo fato dos indivíduos não se sentirem incluídos, ou seja, não serem suficientemente respeitados ou reconhecidos pela sociedade⁴.

Por fim, o desafio é compreender como se dá o processo de sentir-se suficientemente incluído numa comunidade baseada no valor trabalho. Honneth aponta algumas pistas:

⁴ Entrevista de Axel Honneth ao canal Curta. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VV_otspEvvY. Acesso em 20 de agosto de 2018.

Durante os séculos XIX e XX até hoje, a classe trabalhadora tem lutado pelo reconhecimento de muitas das capacidades, habilidades e realizações que estão contribuindo para a reprodução da sociedade. A luta de classes é mais ou menos uma luta por reconhecimento⁵.

Referências

- CIOCCARI, Marta. *Do gosto da mina, do jogo e da revolta: um estudo antropológico sobre a construção da honra em uma comunidade de mineiros do carvão*. 2010. 482 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- DRUMOND, Maurício. O futebol e a política esportiva de Vargas a Perón: um estudo comparado. In: ARMUS, Diego; RINKE, Stefan (Orgs.). *Del football al fútbol/futebol: historias argentinas, brasileras y uruguayas en el siglo XX*. Estudios AHILA de Historia Latinoamericana, n. 11., Espanha: AHILA, 2014. p. 133 - 152.
- ECKERT, Cornelia. *Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas - Rio Grande do Sul*. 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFRGS, Porto Alegre, RS, 1985.
- GADEA, Carlos A. Resenha. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, n. 1, v. 42, São Leopoldo: Unisinos, 2006. p. 72-73.
- GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. Ebooks Brasil, 1999.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KLOVAN, Felipe Figueiró. *Sob o fardo do ouro negro: as experiências de exploração e resistência dos mineiros de carvão do Rio Grande do Sul na década de 1930*. 2014. 233 p. Dissertação (Mestrado em História) - UFRGS, Porto Alegre, RS, 2014.

⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VV_otspEvvY. Acesso em: 20 de agosto de 2018.

PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

SILVA, Cristina Ennes da. *Nas profundezas da terra: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul (1883-1945)*. 2007. 392 f. Tese. (Doutorado em História) -- Programa de Pós Graduação em História, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

SPERANZA, Clarice Gontarski. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre trabalhadores e patrões nas minas do Rio Grande do Sul nos anos 1940 e 1950*. 2012. 272 p. Tese. (Doutorado em História) - UFRGS, Porto Alegre, RS, 2012.

Legislação

Decreto Lei 3.199 de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 13 de agosto de 2018.

Entrevistas

L.F.A. (23/05/2018). Entrevista cedida à autora.

Memórias e cotidiano

**“Era como escravo, era empregado,
mas tinha que trabalhar”:
aspectos do mundo do trabalho de
uma charqueada na visão de trabalhadores/as
(Jaguarão, século XX)**

Allan Mateus Cereda¹

E outra coisa porque meu pai era [retomando], é verdade: olha, o senhor até me lembrou, mas acontece que aqueles anos [retomando], posso falar [tom de quem ia dizer algo “proibido”], porque o **pobre** não podia ter, **não podia ter um cargo**. E era o cargo do meu pai, um dos poucos do sindicato, e meu pai sabia ler muito pouco. Mas ele tinha uma inteligência assim, né. Ele era inteligente mesmo! Para o senhor vê, os anos fazia que ele trabalhava lá, **naquele tempo que o pessoal trabalhava não tinha domingo, não tinha nada, era como escravo, era empregado, mas tinha que trabalhar**. Domingo não tinha. Hoje, diz assim “ah, não trabalha”; domingo eles trabalhavam. Até de manhã, meio dia apartado eles não trabalhavam, mas toda manhã eles trabalhavam.²

Esse relato trata-se de um trecho de entrevista realizada com Aldamira Alves Ferreira, mulher negra, ex-trabalhadora da charqueada São Domingos. Neste momento ela falava sobre o

¹ Mestrando em História pela UFRJ, CAPES. E-mail: allan.cereda@gmail.com.

² FERREIRA, Aldamira Alves. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão, 2017.

antigo sindicato dos trabalhadores da charqueada³ e a participação de seu pai na entidade, Augusto Celestino Alves. Quando pedi para falar sobre o sindicato, a trabalhadora abordou a questão a partir de duas perspectivas importantes para entendermos o mundo do trabalho nesta unidade produtiva no período vivenciado por ela, a dimensão simbólica e a dimensão material. Primeiramente, ela afirma “pobre não podia ter cargo”, referindo-se a presidência do sindicato ocupada por seu pai. Esta afirmação tem consequência imediata tanto do ponto de vista da condição de pobreza do sujeito, quanto do impedimento, de “não poder ter” uma posição social reconhecida, referindo-se a um “cargo”. O outro ponto importante que pretendo desenvolver em seguida diz respeito a comparação feita por ela da condição de “escravo” com condições precárias de trabalho, ausência de regulação, de direitos trabalhistas.

Essa relação feita por trabalhadores rurais no pós-abolição⁴ entre modos de vida precários, condições de trabalho inadequadas e ausência de direitos com a escravidão também foi uma questão que Max Fellipe Cezario Porphirio⁵ tem se deparado em sua pesquisa sobre a atuação do PCB nos movimentos sociais do campo. O autor afirma que:

Apesar dos conceitos “servidão” e “feudalismo” terem sido utilizados para caracterizar o campo brasileiro, eram vocábulos restritos aos debates teóricos do partido. Quando se tratava de arregimentar os trabalhadores rurais e mobilizar a opinião pública, a palavra “servidão” era substituída por “escravidão”. Remeter a um período trágico para os ancestrais dessas pessoas foi uma importante estratégia de discursiva. Para tanto,

³ Não tive acesso a nenhum documento sobre esse sindicato, apenas alguns relatos de entrevistados. Esse sindicato é anterior a 1960, ano que o trabalhador mais antigo dos que entrevistei iniciou o vínculo com a charqueada São Domingos.

⁴ Aqui o pós-abolição é entendido com um campo de disputas em que sujeitos negros atuaram para enfrentar uma série de questões que continuam do período escravista, por um lado, e, os problemas que surgem a partir da emancipação de escravizados/as, principalmente no que tange a elaboração de práticas de impedimento de acesso à cidadania.

⁵ Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

classificavam o trabalhador rural como escravo do latifúndio e do imperialismo estadunidense.⁶

O que chama atenção neste debate é que apesar da caracterização da situação brasileira ser analisada a partir de categorias como “feudal” e “semi-feudal”, o vocábulo utilizado pelo PCB para mobilização de trabalhadores rurais se deu em torno do termo “escravidão”. Esta estratégia obteve bastante sucesso entre 1945-1964 no sindicalismo rural e nas próprias ligas camponesas. Porphirio explica esse resultado a partir de dois argumentos centrais que estão relacionados entre si que é muito útil para pensarmos o nosso objeto. O primeiro é a constatação da própria dinâmica rural, da possibilidade de serem percebidas as continuidades com mais facilidade do que em centros urbanos, onde, no século XX, a velocidade das mudanças acelerou grandemente. Elementos que vão, a depender do espaço e do período histórico, desde a cultura material (construções, monumentos, troncos em fazendas, etc), até a própria forma de produção. Combinado a isso temos as condições precárias de vida, de trabalho e, por vezes, a ausência de direitos.

Essa charqueada que estou pesquisando passou por um processo de industrialização paulatino e gradativo a partir de 1950, quando a administração foi assumida pela Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda⁷, culminando em 1964 com a instalação da primeira câmara fria, e em 1968 de uma segunda ainda maior, tornando a carne congelada o principal produto do

⁶ PORPHIRIO, Max Felipe Cezario. Contribuições à crítica ao “paradigma da ausência”: a identidade negra com instrumento de luta entre os trabalhadores rurais, 1954-1964. Trabalho, ainda não publicado, apresentado no II Seminário Internacional Histórias do Pós-abolição no Mundo Atlântico: 130 anos de abolição no Brasil, 2018.

⁷ Essa cooperativa, fundada em 1950, foi um empreendimento patronal de criadores de Jaguarão, Herval e Arroio Grande, com predomínio de criadores do município de Jaguarão. As principais lideranças da Cooperativa também eram lideranças políticas da cidade. Foi a partir destes que os serviços públicos chegaram efetivamente para a comunidade estabelecida na região onde está localizada a charqueada, inclusive energia elétrica, fundamental para instalação de maquinário industrial e a reorganização produtiva.

estabelecimento produtivo, agora um frigorífico, e o charque como mercadoria complementar.⁸ Concomitante a isso, em 1968, também foi imposto aos empresários a formalização dos vínculos empregatícios e o respeito a normas de segurança e higiene.⁹

Em entrevista realizada com Aradir Bom, homem e branco, ex-trabalhador da charqueada e do frigorífico São Domingos, também foi feita aproximação de tempos distintos, do trabalho escravizado pré-1888, com a ausência de direitos no pós-abolição, tendo sido o marco de ruptura os direitos trabalhistas como consequência do fenômeno da industrialização:

Allan: Tinha que trabalhar bastante pra poder ganhar alguma coisa então?

Sr. Aradir: É. É. Trabalhar muito pra ganhar pouquinho [risos].

Allan: E o frigorífico pagava melhor?

Sr. Aradir: Pagava, porque aí já começou a vir as leis trabalhistas, né. Depois do Getúlio Vargas era obrigado a pagar. Na época que meu pai era novo não tinha salário, não tinha nada. Eu tinha uma firma, pegava um funcionário, chegava o fim do mês e eu pagava o que queria pra ele, pronto. Ele não tinha o que reclamar nem nada. Aí depois não, aí mudou, né. Domingo e feriado, isso ai não tinha, todo mundo trabalhava como se fosse um dia normal. Hoje não, pah. Hoje o cara pega e: “tenho direito a isso e aquilo”. Os rico de hoje em dia na época não gostava do Getúlio Vargas, da época da ditadura, como é que chamam, a melhor coisa que teve. **Ninguém tinha salário, ninguém tinha sábado nem domingo. Era tudo o patrão que mandava, os coronel, no caso. A gente era praticamente escravo.** Antes de mim, no caso, um pouquinho. Ai começou a vir as lei e os empresário começaram a brigar. E hoje tão mudando tudo e a aposentadoria já querem mudar pra aumentar a idade. Salário mínimo, já vi um comentário, querem congelar por 20 anos [referência a PEC 241, quando realizada a entrevista,

⁸ A partir da instalação desse segunda câmara fria também foi imposto aos empresários a formalização dos vínculos empregatícios e o respeito a normas de segurança e higiene.

⁹ Um dos entrevistados, o uruguaio, sr. Juan Dirley da Silva, deixou de trabalhar neste ano devido a necessidade de pagamento de uma carteira de trabalho específica para trabalhadores estrangeiros e também não pode continuar informal.

posteriormente aprovada como Emenda Constitucional 95]. Onde se viu, com uma inflação enorme dessa? Acho que isso aí não vai passar, mas...¹⁰

Nesse depoimento de sr. Aradir, que nasceu nas Charqueadas – nome da comunidade/bairro formado no entorno da unidade produtiva – é possível identificarmos novamente uma referência a escravidão. A elaboração de uma narrativa histórica que imbuí a “Getúlio Vargas, na época da ditadura”¹¹, o rompimento com relações de trabalho escravistas, ou “praticamente escravas”, através da implantação de direitos trabalhista. É significativa para entender os seus complexos parâmetros de compreensão da realidade. Em sua fala, ele desloca o seu pai a esse mundo sem direitos, no qual “os coronel” mandavam e os trabalhadores eram “praticamente escravos”, independente de se tratar de um homem branco, ele se coloca como parte de uma geração imediatamente posterior, que experimentou uma “verdadeira” liberdade, imbuído de direitos.

Tanto Aldamira, quanto Aradir, não entendem o fim da escravidão exatamente a partir dos direitos trabalhistas, não a toa usam expressões como “era como escravo” ou “praticamente escravo”, mas entendem os direitos trabalhistas como uma continuidade da lei áurea, o “fim” de uma tipo de relação de trabalho, totalmente desregulamentada, com a aquisição de direitos. Essa interpretação coincide com a leitura feita por dona Aurora, presente na tese de Rodrigo Weimer. Ela entende “[...] os atos da Princesa Isabel e de Getúlio Vargas como dois momentos distintos de um processo de emancipação.” Se a Princesa Izabel assinou a lei áurea, a liberdade só viria através da inclusão

¹⁰ BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão, 2016.

¹¹ A ditadura que sr. Aradir se refere é ditadura civil-militar que iniciou em 1964, período, em que as leis trabalhistas foram sistematicamente implantadas na unidade produtiva, para ser mais exato em 1968. Acredito que o trabalhador tenha confundido com período Vargas pelo fato da CLT ser uma política varguista, porém sua extensão para o meio rural ocorreu no período ditatorial, em 1973, com a lei 5889.

desses/as trabalhadores/as em um mundo de direitos, como sujeitos verdadeiramente livres.¹²

Agora, o que faz esses sujeitos – uma trabalhadora negra e um trabalhador branco – da charqueada São Domingos terem a escravidão como parâmetro para lerem as realidades vivenciadas por eles?¹³ Quais elementos históricos e culturais esses sujeitos experienciaram para possibilitar essa leitura? Eu trabalho com duas hipóteses, já anunciadas acima, uma é a precariedade das relações de trabalho e a outra está em alguns marcos de memória disponíveis no contexto rural de Jaguarão, inclusive nesta unidade produtiva, em meados do século passado, da própria história e formação social da cidade.

A própria colonização do sul do Rio Grande do Sul, inclusive Jaguarão, possui algumas características fundamentais, como ser uma região militarizada, com inúmeras disputas territoriais¹⁴; a ocupação das terras ser empreendida a partir da predominância do latifúndio e da pecuária¹⁵; a constituição de um polo charqueador, carro chefe da economia sulina, tendo Pelotas, cidade vizinha,

¹² WEIMER, Rodrigo de Azevedo. “Felisberta e sua gente: consciência histórica, história e memória de uma família negra litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847 – tempo presente)”. (Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2013), p. 264.

¹³ Roediger comenta que historicamente, nos Estados Unidos, organizações trabalhistas fizeram comparação do trabalho “livre” com a escravidão, usando termos como “escravidão assalariada” e “escravidão branca”. Porém, esse artifício narrativo era direcionado para a classe trabalhadora branca com uma conotação racista. No sentido da inaceitabilidade de condições de trabalho “escravas” para trabalhadores brancos. Ver: ROEDIGER, David R. “E se o trabalho não fosse branco e masculino? Recentrando a história da classe trabalhadora e estabelecendo novas bases para o debate sobre sindicatos e raças”. In: FORTES, Alexandre et al. (Ed.). Cruzando fronteiras: novos olhares sobre a história do trabalho. Editora Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 38-39. Registro aqui esse ponto para argumentar que esse não foi a lógica da fala de sr. Aradir, argumentarei que a comparação que fez do trabalho precário com a escravidão possui outra lógica.

¹⁴ Ver: FRANCO, Sergio da Costa. *Origens de Jaguarão*. Porto Alegre: Institucional Estadual do Livro/RS e Universidade de Caxias, 1980.

¹⁵ Ver: SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª edição. Porto Alegre, Nacional, 1977, p. 150.

destaque nessa atividade¹⁶; e a utilização de trabalhadores/as escravizados/as serem utilizados em diversos setores produtivos, desde o meio urbano, pequenas propriedades, com grande concentração na indústria saladeiril.¹⁷

Jaguarão desde sua fundação, em 1802, estabeleceu-se com relativa importância enquanto um polo charqueador do Rio Grande do Sul, além de também dedicar-se a criação de gado *vacum* para abastecimento das Charqueadas de Pelotas. Inclusive, charqueadores pelotenses chegaram a possuir estâncias em Jaguarão para abastecimento de suas atividades produtivas em Pelotas¹⁸. Gustavo da Silva Gularte assinala que entre 1802 e 1834 funcionaram pelo menos quatro charqueadas às margens do rio Jaguarão, na região homônima.¹⁹ “No ano de 1854 funcionavam no município de Jaguarão 9 charqueadas, sendo que duas paralisaram suas atividades no ano seguinte.”²⁰ José Vieira da Cunha, proprietário de duas destas charqueadas, possuía em seu inventário um total 68 cativos e um rebanho de 15000 animais

¹⁶ Sobre a importância das charqueadas na economia rio-grandense ver: FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Estagnação econômica da Campanha e a ascensão da Serra e do Planalto”. In: _____ RS: *economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

¹⁷ Existe uma vasta bibliografia sobre as charqueadas escravistas no Rio Grande do Sul, sobretudo Pelotas. Uma obra clássica sobre o tema é: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional – O negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Para um texto mais recente que trata do tema ver: VARGAS, Jonas Moreira. “Pelos margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)”. (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013). Sobre a utilização de trabalho cativo em outras atividades econômicas, ver: OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América – estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.

¹⁸ Para saber mais sobre a expansão agrária da elite charqueadoras de Pelotas ver: VARGAS. “Pelos margens do Atlântico”, p. 284-304.

¹⁹ GULARTE, Gustavo da Silva. “Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801 – 1835”. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015), p. 58.

²⁰ MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Uma parda infância: nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça. (Aurélio Veríssimo Bittencourt / Jaguarão, século XIX)”. In: IV ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Anais... Curitiba, UFPR, 2009, p. 6.

designados como “reses de rodeio de charqueada”.²¹ Não deveriam ser todos os 68 trabalhadores negros escravizados que atuavam nas charqueadas, alguns poderiam atuar em trabalhos domésticos, como criados e/ou serem utilizados em outras atividades econômicas, porém, provavelmente, a maioria trabalhou nas charqueadas e na criação, já que estas atividades exigiam quantidade significativa de força de trabalho.

A utilização do trabalho cativo não foi exclusividade da indústria saladeiril também em Jaguarão, a atividade agropastoril como um todo utilizou deste tipo de regime de trabalho, isso aconteceu de maneira disseminada desde os primeiros anos de estabelecimento²². Em três diferentes trabalhos, com recortes temporais variados – de 1845-1855, de 1802-1836 e 1802-1834 – Paulo Moreira, Gabriel Aladrén²³ e Gustavo Gularte, respectivamente, encontraram, ao analisar inventários *post-mortem*, uma estrutura de posse disseminada de escravizados entre os senhores, que em sua maioria detinham de 1 a 9 cativos, com alguns grandes proprietários com a posse de 45 até 57 escravos²⁴. Jaguarão, em meados do século XIX, tinha o trabalho escravizado disseminado na sua estrutura produtiva, desde grandes e pequenos proprietários, tendo, em 1859, índice percentual superior de trabalhadores negros escravizados à Pelotas e Rio Grande, sendo inferior somente a Porto Alegre²⁵.

²¹ GULARTE. “Fronteira do Jaguarão”, p. 74-76.

²² GULARTE, “Fronteira do Jaguarão”, p. 93-119.

²³ ALADRÉN, Gabriel. “Estancieros escravistas na fronteira rio-grandense: a estrutura de posse de escravos em regiões de pecuária (Jaguarão e Cachoeira, Rio Grande do Sul, 1799-1840)”. In: HERMES E CLIO – Grupo de estudos e pesquisa em História econômica FEA/USP. Seminário de História Econômica. Anais... São Paulo, USP, 2011.

²⁴ O Tenente Jerônimo Batista Alencastro detinha um total 45 escravizados, no seu inventário de 1852. Ver: MOREIRA. “Uma parda infância”, p. 5. Já Manoel Amaro da Silveira teve registrado em seu inventário a quantidade de 57 trabalhadores negros escravizados. Ver: ALADRÉN. “Estancieros escravistas”.

²⁵ DARONCO, L. J. “Sob as sombras do passado: histórias escravistas no noroeste rio-grandense do século XIX”. In: MAESTRI, M.; ORTIZ, Helen (Orgs.). *Grilhão Negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009, p. 275.

Martins cita dois estabelecimentos charqueadores proeminentes de Jaguarão que datam de meados do século retrasado, a charqueada do coronel Zeferino Lopes de Moura e a Charqueada União. Esta última foi fundada em 1848 e manteve as atividades até o início do século passado com abate médio de 300 reses por dia²⁶. Uma das charqueadas que existiam em 1854, nos registros encontrados por Moreira²⁷, que também foi fundada em 1848 e continuou suas atividades, no mínimo, até a década de 1930, a charqueada São Pedro. A data de fundação desta charqueada tem como referência a informação presente no material audiovisual produzido por Walmir dos Santos²⁸, e a estimativa de permanência deste empreendimento é calculada a partir das idades e datas colocadas nas entrevistas concedidas pelos/as trabalhadores/as.²⁹

No mesmo lugar, onde hoje temos somente ruínas (uma chaminé e um cano), da antiga charqueada São Pedro, existe o complexo industrial onde funcionou posteriormente, já no século XX, a charqueada, a São Domingos. Ou seja, primeiro foi fundada uma charqueada, ainda no século XIX (1848) – a São Pedro; em seguida, não tenho registro preciso de data, fundaram a charqueada São Domingos; No início do século XX, ambas charqueadas coexistiram; a charqueada São Pedro é desativada na primeira metade do século XX, (estimo que sua paralisação tenha ocorrido entre as décadas de 1930 e 1940), mantendo-se em funcionamento somente a charqueada São Domingos; nos anos

²⁶ MARTINS, R. D. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil – Uruguai: a construção da cidade de Jaguarão*. Universitat Politècnica de Catalunya. Escola Técnica Superior D'Arquitetura, 2001, p. 205.

²⁷ MOREIRA. “Uma parda infância”, p. 7.

²⁸ *Progresso aqui e agora: Cooperativa de Carnes e Derivados da Zona Sul Ltda*. Produção: Walmir dos Santos. Jaguarão, 1975. Arquivo pessoal do autor. Trata-se de um documentário produzido para a participação de um concurso cultural promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

²⁹ Alguns dos/as trabalhadores/as que dialoguei tiveram parentes, pai, mãe, tio, etc., que trabalharam anteriormente na charqueada. Esse é o caso de dona Aldamira e sr. Aradir.

1950 inicia-se o processo industrialização que culminará com uma instalação moderna de trabalho fabril.

Ou seja, minha argumentação até o momento teve o intuito de demarcar que a forte presença da escravidão na cidade de Jaguarão, e no Rio Grande do Sul de forma geral, em especial nas charqueadas, inclusive as jaguarenses. Porém, qual é a relação direta destes elementos com a consciência destes trabalhadores? A partir de elementos eles conseguem relacionar essa história com a suas vidas no período em que estiveram naquele espaço? A hipótese que eu trabalho trata-se de alguns dados concretos da realidade vivida por sr. Aradir e dona Aldamira, primeiramente, algumas formas e características do próprio mundo do trabalho da charqueada São Domingos, que se assemelhavam com características produtivas das charqueadas do século XIX; além disso, a existência na zona rural de Jaguarão de uma série estruturas campestres e patrimônio edificado relacionado com o mundo do trabalho cativo.

Importante para pensarmos o trabalho e sua organização na charqueada São Pedro e na charqueada São Domingos é termos uma visão mais panorâmica do quadro geral da produção do charque e da indústria da carne no estado do Rio Grande do Sul. O charque manteve-se como principal produto da economia rio-grandense até meados da segunda década do século XX, quando começa demonstrar de maneira atenuada sua incapacidade de reprodução e expansão nas exportações, que se consolidará com a ascensão de outros produtos das regiões da Serra e do Planalto. Sua baixa competitividade não será uma decadência, propriamente dita, mas sua falta de dinamismo concomitante ao aumento de importância de outros produtos na balança comercial da província.³⁰ As charqueadas perderam a centralidade econômica,

³⁰ Pesavento argumenta que o charque platino chegava aos Portos gaúchos com melhores preços e qualidade superior a do charque gaúcho. A única forma de garantir o charque na economia nacional seria através de uma política protecionista neste setor da economia. Porém, devido ao centro do poder – economia cafeeira de São Paulo e Rio de Janeiro – ser o principal importador do charque gaúcho, não foi possível a implementação desta política. Ver: PESAVENTO, Sandra Jatthy. *República*

mas continuaram a existir no século XX, tendo sua importância na balança comercial gaúcha.

Conforme Pesavento, a segunda década do século XX, no contexto da primeira guerra mundial, houve uma expansão e valorização do mercado de bens de primeira necessidade, em especial os advindos da pecuária, na Europa, que não poderiam ser satisfeitas localmente devido ao esforço de transformar a indústria de paz em indústria de guerra.³¹ Neste mesmo contexto há uma profunda crise do charque, que tinha o norte do Brasil como principal mercado, devido a uma diversidade de aspectos, desde impasse políticos de conflitos entre criadores e charqueadores, conflitos entre charqueadores e o governo gaúcho; altos custos de produção e transporte; ao protecionismo do governo central em relação a preços de alimentos, devido a conjuntura das lutas operárias do início do século passado.³² No debate público, diante da crise das charqueadas concomitante a valorização dos produtos da pecuária, tomou força a demanda de criação de um frigorífico nacional no Rio Grande do Sul.

A implantação de frigoríficos no Rio Grande Sul se deu, sobretudo, pela ação do capital inglês e estadunidense, frustrando a concorrência do “humilde” e precário frigorífico nacional, que não tinha condições de concorrer com os *trusts*.³³ Houve um ganho de importância dos frigoríficos no debate público e nas políticas no estado, o governo de orientação positivista de Borges de Medeiros via a indústria frigorífica como símbolo de *progresso*, que possibilitaria a tão esperada “transição” capitalista na região da campanha, região de “coronéis” opositoristas dos republicanos

velha gaúcha - charqueadas, frigoríficos e criadores. Porto Alegre: Movimento, 1980 p. 43-44. O ano de 1927 será o marco da ascensão do norte do estado na balança comercial gaúcha, quando do total de exportação a banha ultrapassará o charque, que nunca mais retomarará sua liderança. Ver: FONSECA. “RS: economia e conflitos”, 1983, p. 63.

³¹ PESAVENTO. “República velha gaúcha”, p. 79.

³² PESAVENTO. “República velha gaúcha”, p. 96-124.

³³ PESAVENTO. “República velha gaúcha”, p. 126.

dos centros urbanos “mais dinâmicos”, tidos como atrasados ou como empreendimentos de proprietários desprovidos de racionalidade capitalista³⁴.

Apesar da perda de importância do charque, e de outros produtos da economia charqueadora da região da campanha gaúcha, e da reorganização da indústria da carne, que acontecerá com a inserção tecnológica de maquinário industrial para a produção de carne frigorificada, nas duas primeiras décadas do século XX no Rio Grande do Sul, a charqueada São Pedro permaneceu funcionando. Durante todo o tempo de funcionamento destas charqueadas (São Pedro/São Domingos), evidentemente, estas modificaram-se dialogando com questões do seu próprio tempo. Transformaram-se impulsionadas pelas conjunturas específicas e ações dos sujeitos envolvidos nas charqueadas, porém, estas carregaram consigo certas particularidades de seu processo de formação social, algumas continuidades que não são facilmente identificadas por marcos históricos generalizantes. Foram identificadas nesta pesquisa importantes semelhanças nas etapas de desmontagem³⁵ dos animais descrita pelos trabalhadores entrevistados com as etapas de produção nas charqueadas de Pelotas no século XIX, ainda sob a égide do trabalho cativo³⁶.

³⁴ Volkmer apresenta um debate que nem os setores mais dinâmicos da economia eram guiados por racionalidade para obtenção do máximo benefício, e nem os charqueadores significavam o atraso, desprovidos de racionalidade capitalista, mas trata-se de “empresários de carne e osso”, indivíduos de “racionalidade seletiva e limitada” capaz de desenvolver estratégias em seus contextos. Ver: VOLKMER, Márcia Solange. “Onde começa ou termina o território pátrio: os estrategistas da Fronteira: empresários uruguaios, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928)”. Dissertação de mestrado, Unisinos, 2007, p. 18; 45. Pesavento também mostra como o Partido Republicano Rio-grandense era composto também por criadores e charqueadores, tornando simplista essa polarização tradicional na historiografia gaúcha de campanha atrasada, de coronéis, e a Serra e o Planalto de progressistas politicamente, imigrantes mais dinâmicos economicamente. Ver: PESAVENTO, “República velha gaúcha”, p. 52-78.

³⁵ O termo *desmontagem* é uma referência as linhas de montagens desenvolvidas por Henry Ford, que teve inspiração na indústria frigorífica de Chicago. Ver: FORD, Henry. Os princípios da prosperidade. 2^a edição, Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1964, p. 65-66.

³⁶ Baseei-me principalmente na descrição do processo produtivo feito por Vargas, baseada nos relatos de viajantes estrangeiros que circularam nos espaços das charqueadas de Pelotas durante o

A organização espacial da Charqueada São Domingos (anterior às câmaras frias e a instalação frigorífica) é parcialmente contemplada pela tipologia geral proposta por Gutierrez:

Os pisos cerâmicos e paredes de tijolos e telheiros eram o material de construção mais utilizado. A mangueira de matança, a cancha e os galpões de salga formavam um único segmento e podiam apresentar diferentes tamanhos. Relativamente afastados destas encontravam-se a graxeira e a barraca dos couros. Na beira do rio, a alguns metros da charqueada, havia um pequeno trapiche por onde os iates eram carregados. A proximidade das águas também servia para que nela se jogassem todos os detritos não aproveitados no processo de fabricação do charque e dos seus sub-produtos. A paisagem se completava com um extenso pátio ocupado pelos varais onde a carne salgada era exposta ao sol.³⁷

Não é possível afirmar se há correspondência com o material de construção descrito por Gutierrez com as instalações da Charqueada São Domingos, porém, segundo relato de sr. Aradir, o chão era cimento batido, mais rústico que os pisos cerâmicos. Outra questão é sobre o escoamento da produção, que, segundo entrevistado, acontecia através de caminhões que levavam as mercadorias até o porto de Rio Grande. Já a produção da charqueada São Pedro (fundada em 1848) era escoada pelo rio Jaguarão até o porto de Rio Grande.

Tanto nas charqueadas no século XIX em Pelotas quanto nas charqueadas São Pedro e São Domingos (até meados da década de 1960), os espaços onde ocorriam as etapas da produção do charque, em resumo, eram as mesmas: 1. A mangueira recebia o gado trazido pelos tropeiros, onde o rebanho era concentrado, para posteriormente ser conduzido ao abate; 2. A cancha, lugar que o

século XIX – os franceses Nicolau Dreys (1839), Louis Couty (1880) e o norte-americano Herbert Smith (1882). Ver: VARGAS. “Pelos margens do Atlântico”, p. 192-206.

³⁷ Este texto trata-se do resumo de Vargas da longa descrição feita por Gutierrez em: GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Negros, charqueadas & olarias*: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: UFPel, 2001. Ver: VARGAS. “Pelos margens do Atlântico”, p. 194.

animal era esfolado, esquartejado e charqueado (retalhamento da carne do animal); 3. A salga, espaço que comportava os tanques de salmoura, onde se salgava a carne, já então charqueada; 4. O galpão, lugar de armazenamento do charque já salgado empilhado, conhecido pelos trabalhadores como “pilha de inverno”. A pilha era alternada em uma camada de carne e outra de sal; 5. Os varais, que ficavam a céu aberto, onde se secava o charque durante a entressafra para ser comercializado depois de um ano.³⁸

As Charqueadas São Pedro e São Domingos eram um híbrido de trabalho rural com trabalho urbano, de pecuária com fábrica, de permanências de sua gênese escravista com inovações da indústria moderna. Se por um lado ela está localizada a beira do rio Jaguarão, oito quilômetros de distância da área urbana, sendo o trabalho a lida com o gado, por outro lado, há certo nível de segmentação, fragmentação do trabalho e aglutinação de trabalhadores em galpões nas etapas da produção. É difícil precisar através das fontes consultadas e dos relatos dos trabalhadores quando que a charqueada São Pedro encerra suas atividades e quando a São Domingos inicia suas atividades. O que podemos afirmar é que a São Pedro era menor que a São Domingos e possuía métodos mais rústicos de produção. Outra questão é que o início de uma não significa o fim da outra, não é linear. As duas coexistem por certo período de tempo e inclusive há trabalhadores que atuaram concomitantemente nas duas charqueadas. Além disso, existe continuidade de mão de obra – trabalhadores que atuaram na São Pedro e posteriormente trabalharam na São Domingos. Porém, de uma charqueada para outra percebemos mudanças.

Sr. Aradir assim descreveu o processo produtivo na Charqueada São Pedro, onde seu pai trabalhou:

³⁸ O processo de trabalho foi descrito longamente pelos trabalhadores nas entrevistas. Foram entrevistados/as treze trabalhadores/as no total, além de mais seis pessoas que possuíam outras relações com a unidade produtiva.

Eles ilaçavam o animal. Tinha um carretel de madeira com uma manivela assim, nem ferro era. Então os caras usavam uma manivela e aquele animal via vindo contra um poste – enorme assim. Quando ele calçava a cabeça alí, com uma lança eles nucavam o animal. Aí ele já caía numa zorra, que chamava, uma caixinha de madeira com dois trilhos de trem – endendesse? – que nem esses que atravessa as ruas [referência aos trilhos de trem presentes em Jaguarão]. Aquele trilho ia da mangueira até lá dentro dos galpão. O boi caía ali em cima morto e os cara puxavam pra lá. Iam pra um lado e pra outro e os caras já carneavam no chão; no chão assim: piso de cimento. Dalí ía pros tanque de salmora, fazia o charque. Aquele charque que era carneado este ano só ia ser vendido ano que vem. Depois tinha que secar direitinho, passava 1 ano e coisa. Era um charque preparado pra durar 15-20 anos sem estragar, né, depois disso aqui, aí exportava. Tanto ía pra cá [Rio Grande do Sul], pra Bahia, pro Recife, como ía pro Canadá, pros Estados Unidos, pra vários países do mundo, né. Saía daqui de caminhão e depois embarcava nos navio [Porto marítimo de Rio Grande].³⁹

Essa técnica de “nucar” o animal com uma lança, narrada por sr. Aradir, carrega incrível semelhança com a descrição Nicolau Dreys, no qual refere-se ao período compreendido entre 1817 e 1827 em que este residiu na província:

O gado cercado no curral era “impelido na direção de dois corredores separados um do outro por uma espécie de esplanada” que estava erguida a 7 ou 8 palmos do chão. Quando o boi aparecia num destes corredores estreitos, um peão, de pé sobre a esplanada, o laçava. A corda usada pelo peão estava atada fora do recinto a uma roda de *ferralho* (uma engrenagem, como um torno) manejada por dois escravos. Laçado, o animal era puxado pela força do torno até encostar a cabeça no cercado onde, do lado de fora, um especialista (“ordinariamente um capataz”), sobre uma espécie de pedestal, cravava uma faca na nuca do boi, que ficava privado dos seus movimentos.⁴⁰

³⁹ BOM. “Entrevista”.

⁴⁰ DREYS, Nicolau. Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IEL, 1961, p. 133-134. Citado por: VARGAS. “Pelas margens do Atlântico”, p. 196.

Sr. Juan⁴¹, trabalhador da cancha, entre os anos de 1960-1967, observa que as mudanças mais substanciais ocorreram no final da década de 1960 e meados da década de 1970, quando já não trabalhava lá. Neste período, de organização frigorífica da produção, o trabalhador uruguaio sr. Juan assinala que se carneava o animal no segundo piso, “porque já tava mas moderno e crio [creio] que as coisas já caía tudo no lugar que ia ficar”.⁴² Algumas mudanças foram acontecendo ainda no período que sr. Juan trabalhou na cancha, como o guincho elétrico instalado nos seus últimos anos de trabalho, que facilitou seu trabalho neste setor: “[...] después com o guincho elétrico tu puxava uma corda así e ia lá e largava em cima a vaca do trilho e tinha que ver, essas duas roldaninha que correr, se acabou a pança essas coisa”.⁴³ A referência “a acabar a pança essas coisa” diz respeito a eficiência no que sr. Juan chama de “despançar”, que nada mais é que o esquartejamento do animal. Porém, na entrevista, assim foi resumida a atividade que executava na cancha:

Porque não era processo... Vê se eu entendi: não era processo automático. A vaca pra ir dum... Por exemplo: eu carneeí, ai pra ir pra ti, hoje ela vai mecanicamente, mas antigamente quem fazia esse trabalho era o tio Juan. Ele carregava num trilho pra ti, que ia cortar a cabeça, arrancar a cabeça fora era tu, ai ele tinha que passar pra um outro que ia tirar as pata, era o tio Juan que fazia também. O processo automático era ele que fazia⁴⁴.

⁴¹ Sr. Juan é um homem branco uruguaio. Sua família possuía uma pequena propriedade na margem uruguaia do rio Jaguarão, de frente a charqueada estudada, na região conhecida como “la coronilla”, em Rio Branco, Uruguai.

⁴² LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco – Uruguai, 2016.

⁴³ LOPEZ. “Entrevista”.

⁴⁴ Essa entrevista foi realizada com a presença de mais duas pessoas além de sr. Juan e eu. Um deles é Nelson Correa, parente de sr. Juan, que nos apresentou e contribuiu com a entrevista. Neste momento sr. Juan estava me explicando suas atividades na cancha e eu estava com dificuldades de entender. Nelson sintetizou a explicação de sr. Juan, enquanto ele balançava a cabeça concordando.

Desta forma, o trabalho realizado na cancha era um processo extremamente manual, ao menos durante o período de sr. Juan na charqueada São Domingos, 1960-1967. O uso de guinchos manuais que se locomoviam através dos trilhos é tecnologia utilizada desde meados do século XIX, nas charqueadas em Pelotas, segundo as descrições contidas na tese de Vargas. Evidentemente, já que os processos de trabalho e organizações espaciais, que variavam de charqueada para charqueada em Pelotas, a São Domingos também era diferente. Não quero deixar a entender que eram iguais, porém, no que tange à tecnologia empregada na produção e à organização do trabalho, as diferenças não eram medulares.

Em termos tecnológicos só haverá mudanças profundas na produção a partir das instalações frigoríficas. Em 1964, segundo os três entrevistados, inaugurou-se a primeira câmara fria na Charqueada São Domingos. Esta primeira câmara fria seria uma câmara de menor porte, das que posteriormente foram construídas, porém, a partir da possibilidade de resfriamento da res abatida, alterou-se o produto principal da charqueada. No período anterior ao resfriamento, toda a carne do animal era direcionada à produção do charque, inclusive as partes nobres, já com esta primeira câmara fria, com capacidade de armazenamento para dez mil reses, haverá um período de transição. Após a instalação da primeira câmara fria haverá uma complementariedade entre o frigorífico e a charqueada – parte das reses abatidas era salgada, para produção do charque, e outra parte resfriada. A partir de 1968, com o funcionamento da segunda câmara fria e o aumento da capacidade de resfriamento, a produção do charque será subsumida a partes menos nobres do animal, como as miudezas. Ou seja, a produção do charque terá importância secundária. É importante que fique nítido que a centralidade do frigorífico não se resume ao resfriamento simplesmente, mas a uma maior automatização e organização dos processos de trabalho no sentido da ampliação da produtividade.

Este período é um marco em termos de desenvolvimento organizativo. A partir deste momento, foi identificada a execução de medidas de controle do trabalho e disciplinamento dos trabalhadores. Em 1964 será proibido o fumo dentro dos ambientes de trabalho, é possível que haja questões sanitárias envolvidas, mas também é um momento de reorganização da produção. Proibir o fumo é também a imposição de uma lógica fabril na atividade, maior controle dos movimentos, do próprio trabalhador. Além de mudanças em termos de gestão da higiene e qualidade dos produtos:

Aí, depois sim, com o frigorífico já mudou, mudou tudo. Tinha que trabalhar com roupa branca, bota branca, tudo, cabelo cortado, a barba feita todos dia. Naquele tempo de charqueada ia tudo assim de qualqué jeito. Porque o charque, dizia eles, que o sal matava tudo e qualquer doença. E tem outro detalhe, ó: que aquela época salgava toda a carne; **depois o frigorífico tinha os veterinário, quando o animal era abatido eles revisava toda a carne, quando o animal era doente, não podia congelar pra vender, fazia charque.** Aquele charque depois era consumido, não tinha problema, né. Aí veio a higiene, e começou a apertar e apertar. [...] Agora, depois que começou o frigorífico mudou e ficou bonito. O animal era carneado e pendurado já. A buchada caía numa mesa de esteira, uma mesa inox que tava sempre girando, aí os veterinários tudo do lado, um pegava o fígado, outro pegava o mondongo, ia examinando e liberando. Por exemplo, o fígado já entrava numa calha de inox e caía lá numa sala lá em baixo, onde tinha as mulher trabalhando; mondongo na outra. Ali cada um fazia uma parte, né.⁴⁵ [grifo meu]

Este relato de sr. Aradir traz alguns elementos importantes. Primeiro, é a perspectiva sanitária, de inspeção da carne que passa pelo frigorífico, a partir do resfriamento e da reorganização, os animais doentes, ou a carne que não passava pela “revisão” do veterinário “não podia congelar para vender, fazia charque”. Isto

⁴⁵ BOM. “Entrevista”.

indica a coexistência de duas lógicas sanitárias, a primeira é a lógica da charqueada, “que o sal matava tudo e qualquer doença” e a segunda é da produção da carne resfriada a ser consumida que necessitava de inspeção. O segundo elemento que destaco é o nível de organização de uma “linha de desmontagem”, em que há a existência de uma esteira que encaminha o trabalho até o trabalhador, alterando o trabalho a partir da lógica de maior segmentação e fragmentação do trabalho. O terceiro elemento importante, desta fala de sr. Aradir, é a proeminência do elemento da mudança, ressalta que “mudou tudo”, em que começa argumentando sobre suas próprias vestimentas, da atividade laboral, das técnicas utilizada e da tecnologia fabril .

Sr. Aradir resume as etapas de produção do frigorífico:

Aí foi tudo modernizado alí. Fizeram as câmeras frias, direitinho. [...] Aí os animal passava pelo um banheiro de água e chegava banhado no lugar que ia ser abatido. Tinha uma caixa de ferro e eles entravam alí e aguardavam com uma marreta na cabeça – o animal caía. Aí pendurava num guincho. Aquele guincho tinha as roldana e tinha uns trilho assim. Tudo moderno já! Alí cada um fazia um pedaço: um carneava uma mão, outro uma pata, até que ele chegava no fim. Quando ele chegava carneado lá, já ia sem o couro, sem a buchada, é claro, e entrava pras câmara fria. Passava por um processo de resfriamento por 12 horas e depois ia congelar, porque se congelasse ele assim – a carne quente – ela queima e não dura. Aí ia pro congelamento, ficava 24 horas e depois ia pra estocagem. A estocagem também, era uns galpão enorme, tudo com trilhos; ficava tudo pendurado alí – 45-50 graus alí. Nós trabalhava alí de macacão, de luva, capuzi, uns tamancão de madeira que hoje não existe mais, né, a madeira em baixo e couro em cima pra ficar quentinho. [...] Aí depois, essa carne sim, era comercializada, às vezes, até 15-20 dias depois. Ou às vezes, 1 mês ou 2, depende do comércio. Aí chegava os caminhão e ia tudo na roldana do trilho, lotava o caminhão e ia embora. É assim que funcionava.⁴⁶

⁴⁶ BOM. “Entrevista”.

É possível identificar mais semelhanças da charqueada São Pedro com as charqueadas do século XIX em Pelotas, na organização do trabalho, provavelmente por ter iniciado suas atividades ainda no século XIX. O primeiro ponto que chama a atenção é a presença do trabalho noturno nos dias de matança em ambos os espaços. Segundo Gutierrez, as jornadas iniciavam meia noite e se estendiam até meio dia, de novembro a maio, período que o gado está mais robusto e o clima favorável nas charqueadas pelotenses.⁴⁷ Sr. Juan, quando indagado sobre seus tios carneadores, que estabeleciam vínculos com as duas charqueadas (a São Pedro e a São Domingos), me explica – “porque fazia uma coisa e havia uma que começava mais cedo. Antes carneavam de noite, não era de dia, era de noite.”⁴⁸ Este trabalho noturno na matança foi extinto com o fim da charqueada São Pedro. O acúmulo de jornadas de trabalho era uma estratégia, principalmente dos carneadores, já que seus trabalhos dependiam do número de gado que seria abatido por dia, assim, em dias que havia menos matança em uma charqueada, podia-se trabalhar nas duas.

Vargas escreve que o “hasteamento de uma bandeira vermelha na entrada da charqueada era um sinal entendido por todos”⁴⁹. Esse costume de utilizar uma bandeira vermelha para inaugurar os trabalhos do dia foi carregado pela São Pedro até por volta dos 1940-1950, período de uma geração anterior de familiares de sr. Juan, que trabalharam nesta charqueada:

No sobradinho que tem ali, porque no tempo que trabalhou meus tios ai não era todo dia. Tinha uma bandeira. O cara tinha que ver se a bandeira tivesse vermelha não havia vaca, não sei. Tinha duas cor e dependendo da cor que tava no mastro que havia vaca o não havia. Después si, quando eu trabalhei só se parava quinta-

⁴⁷ GUTIERREZ. “Negros, charqueadas e olarias”, p. 212.

⁴⁸ LOPEZ. “Entrevista”.

⁴⁹ VARGAS. “Pelos margens do Atlântico”, p. 195.

feira, que não carneava, esse dia era pra limpeza geral da charqueada.⁵⁰

Já na charqueada São Domingos, podemos perceber uma reorganização. Diferentemente do período anterior, que havia dias que se abatia gado e dias que não, havia trabalho todos os dias. Não só isso, a bandeira da São Pedro não era utilizada pela São Domingos. Nesta segunda charqueada, soava um alarme acoplado a uma chaminé, acionado pelo vapor da caldeira. Apitava todas as manhãs para marcar o horário que os trabalhadores deveriam iniciar os trabalhos do dia. Posteriormente às instalações frigoríficas esse alarme a vapor será substituído por um alarme elétrico acionado por um botão.

A partir destas pistas, é simbólico pensarmos que o sentido desta transformação da charqueada passa por algumas características produtivas identificadas com momentos históricos. O hasteamento da bandeira identificada com a produção do século XIX, associado ao trabalho escravo e uma produção rudimentar, enquanto o alarme a vapor como um elemento de transição e o elétrico um aspecto tipicamente fabril. Outro ponto citado anteriormente, é o abate do animal feito através de uma perfuração de sua nuca, que corresponde a uma técnica de matar a rês, que perdura desde o século XIX, que posteriormente, foi substituída por uma marreta, já em uma organização do trabalho segmentada e fragmentada, uma “linha de desmontagem”. O fim da matança noturna, típica de charqueadas escravistas, para uma organização diurna, também são elementos de diferenciações. Esses marcos históricos coexistiram com a existência concomitante das duas charqueadas, percebemos que o processo de transformação mais substantivo, de rompimento com elementos identificados à charqueada escravista, foi a partir das câmaras frias e as transformações que a acompanharam. Sintetizando, o

⁵⁰ LOPEZ. “Entrevista”.

movimento de mudança é significativo, porém, traz consigo continuidades concernentes à própria formação social da unidade produtiva: Primeiramente, a permanência da produção do charque e lógicas anteriores à industrial; depois, outra continuidade é a existência do capataz, figura central, que permanecerá existindo na charqueada São Domingos, mesmo no momento de funcionamento do frigorífico. Podemos visualizar essas questões melhor no quadro abaixo:

Permanências e Continuidade na Organização do Trabalho nas Charqueadas e no Frigorífico.

SÃO PEDRO	SÃO DOMINGOS	FRIGORÍFICO
Trabalho noturno	Trabalho diurno	Trabalho diurno
Hasteamento de bandeira	Alarme a vapor	Alarme elétrico
Nucar o animal com lança	Marreta	Marreta
Pouco gerenciamento da produção	Maior segmentação do trabalho	Segmentação e fragmentação do trabalho
Tecnologia manual e hidráulica	Tecnologia manual e hidráulica	Processos automatizados com instrumentos elétricos
Produção exclusiva do charque	Refrigeração e salga da carne como funções complementares	Produção do charque permanece, porém de maneira secundária, principal produto se torna carne congelada.
Capataz	Capataz	Capataz

Fontes: Entrevistas realizadas. Autoria própria.

Neste quadro aparece o ofício do capataz, possuidor de um papel central em todos os momentos das charqueadas São Pedro, São Domingos, inclusive em seu momento de frigorificação da carne na charqueada São domingos. Porém, é importante pensarmos que a manutenção do capataz não necessariamente significa a reprodução da mesma função no mundo do trabalho, porém, simbolicamente representa continuidade, ao menos em termos de nomenclatura e simbologia para os trabalhadores. Entendo que o capataz é central para pensarmos as relações de mudanças e continuidades e os seus significados.

O papel do capataz dentro da produção escravista no século XIX é um papel controverso, poderia assumir diferentes funções, de acordo com o contexto específico. Enquanto que ao feitor caberia o controle dos escravos, ao capataz estaria designada a chefia de pessoal, o gerenciamento e também execução do trabalho. Marques diferencia essas funções e assinala outras chefias na hierarquia produtiva nas charqueadas pelotenses, como o sota-capataz (assistente do capataz) e o mestre (supervisor das etapas produtivas)⁵¹. Porém, em outros estudos percebemos que essas funções poderiam se misturar, em algum posto de comando na organização do trabalho, principalmente do capataz. Al-Alam analisa um processo-crime relativo à morte de um capataz, assassinado por escravizados, no qual também era feitor.⁵² De acordo com o tamanho da unidade produtiva, para além das próprias charqueadas, poderia ser acumulada a função do feitor ao próprio capataz.

O capataz, mesmo nas grandes unidades produtivas, como as charqueadas pelotenses do XIX, também tinha responsabilidade direta sobre os trabalhadores negros escravizados. Em primeiro lugar, era superior na hierarquia de comando aos feitores, logo, era responsável direto pelo trabalho do próprio feitor, do controle dos trabalhadores cativos. Segundamente, em seu trabalho, na vida cotidiana, lidava diretamente com os escravizados. Denise Ognibeni, em estudo mais detalhado do papel do capataz nas charqueadas, demonstra em sua argumentação a relação dos capatazes com os trabalhadores escravizados, que apesar de seu posto de administrador geral do empreendimento, estavam em contato direto com os escravizados por serem pessoas da mais alta confiança dos charqueadores. Uma das cartas do charqueador Domingos José de Almeida, estudadas pela autora, evidencia essa

⁵¹ MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Evolução das Charqueadas Rio-Grandenses*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

⁵² AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: Polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. (Dissertação de mestrado, Unisinos, 2007), p. 182.

relação. A carta do charqueador é direcionada a sua esposa, no qual demanda ordens a serem repassadas ao “compadre Rolino”, capataz de sua charqueada. É possível também entender um pouco mais da função do capataz na organização da charqueada:

Porto Alegre, 25 de abril de 1835.

De novo te recomendo que admoestes ao compadre Rolino muita vigilância aos escravos, concórdia entre todos, que não deixe de receber gados de costeiro, ainda mesmo por menos do que correr, que ponha vigia na mandioca e que nas falhas cuide da plantação da chácara, (...) ⁵³

Desta forma, as atribuições administrativas do capataz estavam relacionadas às diversas atividades da charqueada, desde o controle dos escravizados e de seus trabalhos, ao recebimento e envio do gado, ou seja, à viabilização das atividades comerciais, até mesmo a chefia de outras áreas produtivas das propriedades, como o “cuidado com a plantação da chácara”⁵⁴ de Domingos José de Almeida.

Caiuá Al-Alam, ao estudar um processo de assassinato de um capataz, descrito como feitor do escravizado que executou-o, disserta sobre os prejuízos do charqueador decorrentes desta ação. A principal questão é a existência de expectativas nas relações de mando, entre capatazes e escravizados, que eram forjadas na relação de ambos. Isto não significa relações sociais de poder “democráticas” (nada próximo a isso), mas expectativas que deveriam ser supridas pelas partes. Até o feitor conquistar o “respeito” dos escravizados e serem forjadas as expectativas, o pleno funcionamento da propriedade escravista poderia estar

⁵³ Anais do AHRS. Vol. 3, 1978. Citado por: OGNIBENI, Denise. Charqueadas Pelotenses no século XIX: Cotidiano, estabilidade e movimento. (Doutorado em história, PUC-RS, 2005), p. 118.

⁵⁴ Jonas Vargas constatou “a busca de autossuficiência das unidades produtivas no que diz respeito ao transporte fluvial e marítimo, ao abastecimento de alimentos para os cativos e de gado para a charqueada”. Porém, discorre sobre a impossibilidade disto em relação ao abastecimento de gado. Ver: VARGAS. “Pelos Margens do Atlântico”, p. 210.

ameaçado.⁵⁵ O capataz era, neste sentido, fundamental aos interesses da manutenção da própria ordem dominante ao garantir os lucros da classe charqueadora e o controle dos negros escravizados – ampla maioria entre os trabalhadores das charqueadas. Assim, simbolicamente, ao atacar o capataz, atacava-se o próprio Sistema.

As expectativas de mando também estiveram presentes nas relações sociais de trabalho entre os capatazes e trabalhadores na charqueada/frigorífico. Sr. Juan, certo dia, foi à venda para beber com seus companheiros de trabalho. Quando de saída, comprou fiambre para comer.⁵⁶ Chegou na “peça”⁵⁷ que morava e foi comer. Ao cortar o embutido aconteceu um acidente – sr. Juan cortou o dedo. No outro dia, conversou com o capataz da cancha, argumentando que o sal agrediria seu ferimento, porém, também não queria ir ao hospital. Sr. Izolino (capataz da cancha), segundo o trabalhador uruguaio, respondeu: “ah, vá pro mato cortar embira pra fazer vassoura”. Sr. Juan assim relata: “Fiquei no mato lá cortando embira, fazendo hora, pra fazer vassoura. Ganhei as 8 hora [risos]. Ganhei sem trabalhar [risos].”⁵⁸ O capataz do setor permitiu que sr. Juan não trabalhasse com o sal de maneira informal, correspondendo à uma expectativa do trabalhador, contrariando os interesses dos seus patrões. Neste sentido, os capatazes estão numa posição que transita entre os administradores/proprietários e os/as trabalhadores/as. Ao mesmo tempo em que possui expectativas dos seus superiores, também as tem de seus subordinados. Apesar de sua função é ser “os olhos do patrão”, seu cotidiano é com os trabalhadores.

⁵⁵ AL-ALAM. “A negra força da princesa”, p. 182-183.

⁵⁶ Trata-se de um embutido consumido no Uruguai.

⁵⁷ “Peça” é umas das formas de se referir ao cômodo de uma residência, linguagem comum em regiões no Rio Grande do Sul.

⁵⁸ LOPEZ. “Entrevista”.

O capataz da charqueada no século XX e no frigorífico já não significa um pilar do regime escravista, esta é a ruptura mais profunda. Porém, a existência da função de capataz, com essa nomenclatura, no topo da estrutura hierárquica organizacional – do ponto de vista operacional – das charqueadas São Pedro e São Domingos, inclusive com a reorganização frigorífica da unidade produtiva, nos anos 1960, é um dos elementos de continuidade das charqueadas do século retrasado. A estrutura frigorífica instalada sobre a charqueada, herdeira do XIX, carregou a marca do capataz, enquanto que outros frigoríficos tiveram em “encarregados”, “gerentes”, ou cargos do tipo, na função de chefia operacional da atividade produtiva.

Marques em importante trabalho sobre as charqueadas rio-grandenses fez a reconstituição de processos da produção e organização do trabalho nas charqueadas. O autor faz a distinção entre modelos de charqueadas, o que será importante para pensarmos a charqueada São Domingos e seu processo de industrialização. Marques diferencia as charqueadas em duas tipologias, as “primitivas” e as “modernas”, sendo as modernas caracterizadas pelo trabalho em série, pelo respeito a legislação sanitária, o uso de tecnologias como trilhos a vapor, melhor aproveitamento dos derivados do animal e possuir estruturas como eletricidade e água encanada, enquanto que as “primitivas” são caracterizadas por tecnologias bastante rudimentares e pouca organização do trabalho.⁵⁹

A hipótese que tenho trabalhado nesta pesquisa é que a charqueada São Domingos era uma charqueada rudimentar, estagnada tecnologicamente, com características mais próximas de uma unidade produtiva “primitiva” do século XIX, do que uma charqueada moderna do século XX. E, a partir do empreendimento da Cooperativa de Carnes da Zona Sul Ltda., nos anos 1950, houveram transformações profundas na unidade produtiva e no

⁵⁹ MARQUES, “Evolução da charqueadas”, p. 39-66.

entorno da charqueada, transformando radicalmente a vida dos/as trabalhadores/as e seus familiares.

O outro argumento que anunciei anteriormente diz respeito ao patrimônio edificado presente na zona rural de Jaguarão que remete a contextos sociais de atuação de escravizados e senhores remanescentes do século XIX. Na área da própria Unidade produtiva havia (há ainda hoje mais desgastado) as ruínas de casas dos capatazes, localizadas ao redor da unidade produtiva, inclusive na margem do rio Jaguarão, afim de vigiar e inibir fugas de escravizados. Também continua edificado um cano e uma chaminé, remanescentes da charqueada São Pedro e um edifício, onde provavelmente era residência de senhores de escravizados, podendo ter tido outros usos posteriormente.

A dissertação de Andrea Lima (2010, p.67), em que defende uma política de memória e preservação patrimonial para esses bens, demonstrou a existência de:

[...] estâncias fortificadas, mangueiras, currais de pedra e construções que fizeram parte do ciclo do charque e caíram em desuso, com as residências dos setores escravagistas, das quais se acercavam antigamente as rudes senzalas que abrigavam numerosa prole de trabalhadores de pele negra, estão agora, contudo, à mercê do poder das intempéries. O progresso proveniente das lidas do campo, junto com a riqueza do charque, foco primário industrial e principal fator da expansão econômica do Rio Grande do Sul à época, aliado à atividade do comércio, refletir-se-á na construção civil de Jaguarão nas décadas posteriores, com a fase áurea da arquitetura situada nos três últimos decênios do período oitocentista e princípios do século XX.

Ressalto a relação que autora faz com a acumulação de riquezas a partir do trabalho cativo e as construções do centro histórico de Jaguarão, repleto de casarões erguidos ainda no século XIX.

Diante disso, as relações de mudanças e permanências não estão presentes somente na charqueada (unidade produtiva), se

manifestam nas subjetividades dos trabalhadores que compartilharam esse mundo do trabalho rural e a própria comunidade/bairro ao redor. Há uma relação de “pertencimento” a esses mundos, dona Aldamira e sr. Aradir se colocam temporalmente no “mundo dos direitos”, mas o seus pais em um “mundo praticamente escravo”, há uma percepção de proximidade entre os tempos, de continuidade, independente do marco de 1888, que é sempre lembrado pelas marcas da charqueada escravista, do patrimônio edificado, enquanto memórias da escravidão. Neste sentido, o mundo do trabalho rural, sem direitos e com condições de vidas precárias são comparados com os tempos de escravidão, se articulavam de forma complexa na formação das subjetividades destes trabalhadores a partir da precariedade vivenciada neste mundo rural.

Referências

- ALADRÉN, Gabriel. Estancieiros escravistas na fronteira rio-grandense: a estrutura de posse de escravos em regiões de pecuária (Jaguarão e Cachoeira, Rio Grande do Sul, 1799-1840). In: HERMES E CLIO – Grupo de estudos e pesquisa em História econômica FEA/USP. Seminário de História Econômica. *Anais...* São Paulo, USP, 2011.
- AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: Polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. (Dissertação de mestrado, Unisinos, 2007).
- BOM, Aradir. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão, 2016.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional – O negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- DARONCO, L. J. Sob as sombras do passado: histórias escravistas no noroeste rio-grandense do século XIX. In: MAESTRI, M.; ORTIZ, Helen (Orgs.). *Grilhão Negro: ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

- DREYS, Nicolau. Notícia descritiva da Província do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IEL, 1961.
- FERREIRA, Aldamira Alves. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Jaguarão, 2017.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “Estagnação econômica da Campanha e a ascensão da Serra e do Planalto”. In: _____ *RS: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FORD, Henry. *Os princípios da prosperidade*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1964.
- FRANCO, Sergio da Costa. *Origens de Jaguarão*. Porto Alegre: Institucional Estadual do Livro/RS e Universidade de Caxias, 1980.
- LIMA, Andrea da Gama. *O legado da escravidão na formação do patrimônio cultural jaguarenses (1802-1888)*. Dissertação (mestrado em memória social e patrimônio cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2010.
- LOPEZ, Juan Dirley da Silva. Entrevista concedida a Allan Mateus Cereda. Rio Branco – Uruguai, 2016.
- MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Evolução das Charqueadas Rio-Grandenses*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.
- MARTINS, R. D. *A ocupação do espaço na fronteira Brasil – Uruguay: a construção da cidade de Jaguarão*. Universitat Politècnica de Catalunya. Escola Tècnica Superior D’Arquitectura, 2001, p. 205.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. “Uma parda infância: nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça. (Aurélio Veríssimo Bittencourt / Jaguarão, século XIX)”. In: IV ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Anais... Curitiba, UFPR, 2009.
- GULARTE, Gustavo da Silva. “Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801 – 1835”. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015).

- GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: UFPel, 2001.
- OGNIBENI, Denise. *Charqueadas Pelotenses no século XIX: Cotidiano, estabilidade e movimento*. (Doutorado em história, PUC-RS, 2005).
- OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América – estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *República velha gaúcha – charqueadas, frigoríficos e criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980.
- PORPHIRIO, Max Fellipe Cezario. *Contribuições à crítica ao “paradigma da ausência”: a identidade negra com instrumento de luta entre os trabalhadores rurais, 1954-1964*. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional Histórias do Pós-abolição no Mundo Atlântico: 130 anos de abolição no Brasil, 2018.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª edição. Porto Alegre, Nacional, 1977.
- VARGAS, Jonas Moreira. “Pelas margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)”. (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013).
- VOLKMER, Márcia Solange. *Onde começa ou termina o território pátrio: os estrategistas da Fronteira: empresários uruguaiois, política e a indústria do charque no extremo oeste do Rio Grande do Sul (Quaraí 1893-1928)*. Dissertação de mestrado, Unisinos, 2007.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente: consciência histórica, história e memória de uma família negra litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847 – tempo presente)*. (Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2013).

Trabalhar e morar em Florianópolis: políticas urbanas e condições de moradia dos(as) trabalhadores(as) da Companhia Hoepcke (1945-1960)

Jéssica Duarte de Souza¹

No dia 10 de agosto de 1936, aos 22 anos, Norisvaldo Willaim foi admitido na Fábrica de Pontas Rita Maria² da empresa Carl Hoepcke, contratado como oficial de máquinas. A Fábrica não era um local novo para Norisvaldo, seu pai e irmão eram antigos funcionários da empresa. Morador da Rua Hoepcke, uma pequena rua ao lado da Fábrica formada por casinhas geminadas pertencentes a Carl Hoepcke, Norisvaldo certamente transitava pela localidade e já conhecia seu local de trabalho antes da admissão. A modalidade de moradia em vilas operárias, caracterizadas por serem administradas pelos patrões, acarretava uma série de controle aos trabalhadores. Em relação a Vila Operária Hoepcke, não há informações acerca das condições de moradia do local, mas com o auxílio de estudos sobre a temática é possível aferir alguns padrões que provavelmente ocorreram nesta situação. Como, por exemplo, algumas condições para a locação de uma casa na vila: ser membro de uma família numerosa e possuir

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES. E-mail: jds.duartejessica@gmail.com.

² A Fábrica confeccionava diferentes tamanhos de pregos.

qualificação profissional. Ter próximo ao local de trabalho funcionários que soubessem resolver problemas com a produção e famílias extensas proporcionando mão-de-obra disponível mais facilmente, eram circunstâncias interessantes para as empresas, tanto, que são características usualmente encontradas entre os moradores de vilas operárias³. Ao que indica, Norisvaldo se encaixava nos dois requisitos.

A residência em vilas operárias trazia um vínculo entre contrato de trabalho e moradia. O atrelamento de dois pontos fundamentais de sobrevivência causava dupla instabilidade aos operários e sua família, visto que a perda do emprego vinha acompanhada da perda de moradia. Essas condições certamente geravam consequência nas relações de trabalho. É possível que algumas insatisfações e reivindicações fossem reprimidas pelos trabalhadores(as) em detrimento da garantia da residência e do emprego formal para a família, obviamente que a classe patronal sabia do valor dessas questões e também barganhavam a situação. Porém, a postura do trabalhador seria o que José Sérgio Lopes chamou de processo de interiorização da dominação por parte dos operários residentes nas vilas. Mas esse problema não pode ser visto apenas por essas lentes, ao focar exclusivamente no ponto da dominação, o valor simbólico da casa é negligenciado. Outras circunstâncias precisam ser analisadas para compreender a realidade do trabalhador, como o valor de aluguel mais acessível, a proximidade do local de trabalho e manutenção da vila. O significado da moradia não se restringe ao econômico; esses locais estão permeados de laços de solidariedade, de conflitos e de sociabilidade.⁴

O caso da vila da empresa Carlos Hoepcke não se enquadra no padrão mais clássico de vila operária isolada, com dependência

³ BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operarias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985, p. 175.

⁴ LOPES, Jose Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na 'cidade das chaminés'*. São Paulo: Marco Zero; [Brasília]: Ed. UnB, 1988, p. 119.

quase total da fábrica. Situada na região central mais urbanizada da cidade, a vila estava em contato direto com a dinâmica de urbanização.⁵ Isso significava um aluguel mais acessível, próximo ao local de trabalho em uma região de valorização urbana, provida ao menos de infraestrutura básica, algo que regiões mais periféricas, onde geralmente a classe trabalhadora estava alocada, não usufruía. Desse modo, ao meio das políticas urbanas e encarecimento de aluguéis da região central de Florianópolis, morar no centro da cidade é um aspecto importante. Portanto, residir na vila operária não era apenas estar submetido ao controle patronal, são muitos aspectos que poderiam se apresentar nessa relação. Norisvaldo Willaim viveu na Rua Hoepcke até meados da década de 1950, quando já era casado, e após esse período seu destino foi o bairro Estreito, parte continental de Florianópolis. As circunstâncias que o fizeram sair da vila da empresa são desconhecidas.

O movimento traçado por Norisvaldo em relação à sua moradia foi algo que aconteceu com diversos trabalhadores de Florianópolis na década de 1950. A capital catarinense passava por transformações e a capitalização do solo foi um aspecto fundamental para a migração de pessoas do Distrito Central para bairros periféricos. O discurso que imperava nesse momento na cidade era o ideário da modernização e a dinâmica da cidade era objeto central desse projeto. No contexto em que o termômetro de desenvolvimento era a industrialização a realidade de Florianópolis parecia não se encaixar nesse padrão. No levantamento do Anuário Estatístico de 1945, das 21 capitais arroladas, Florianópolis estava entre as três menos industrializadas, com 13 estabelecimentos industriais contando com 530 trabalhadores. No âmbito comercial,

⁵ Criada no início do século XX, essa pequena vila foi instalada onde posteriormente se chamou Rua Hoepcke. Em 1945 a vila fazia parte do Distrito Central e estava próxima ao único acesso terrestre da Ilha com o continente, porém no início do século XX esse não era um local tão privilegiado. A Rua tinha como vizinhos um cemitério e um forno incinerador de lixo. A região tinha poucas habitações por ser bastante íngreme e rochosa, mas a medida em que a cidade foi crescendo e principalmente com a inauguração da ponte Hercílio Luz, em maio de 1926, a vila foi sendo incorporada à cidade.

a cidade apresentava 43 comércios, somando 544 funcionários.⁶ Para o setor público, considerada a dinâmica empregatícia mais importante de Florianópolis a partir da década de 1930, a soma das atividades governamentais, em 1940, correspondia a 32,5% da oferta de empregos do município, em uma população ativa de 7.745 pessoas.⁷ Além das possibilidades empregatícias apresentadas, devido as transformações e investimentos na cidade, a construção civil foi um ramo que aumentou a mobilização de mão de obra na década de 1950. Muitos moradores de municípios vizinhos, predominantemente rurais, migraram para Florianópolis para trabalhar na construção civil.⁸ Nesse cenário, a empresa Carlos Hoepcke destacava-se por ser o único estabelecimento de envergadura do setor produtivo na cidade.

A Carlos Hoepcke foi fundada pelo imigrante alemão Carl Hoepcke na última década do século XIX e desde sua criação já atuava em diferentes ramos econômicos. A Companhia Hoepcke, como era chamada logo após sua criação, ainda nas primeiras décadas do século XX possuía casas comerciais, cooperativas de crédito, Companhia de Navegação, Estaleiro, Oficina mecânica e as fábricas de Pontas (pregos) Rita Maria (1896), de Gelo (1897) e Rendas e Bordados (1913). Além dos empreendimentos em Florianópolis a empresa tinha filiais de suas casas comerciais em outras regiões catarinenses.⁹ No início século XX, os

⁶ BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1946. p. 365.

⁷ PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. In: _____. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC; Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1991, p. 7.

⁸ A maioria dessas pessoas iam residir no Morro da Cruz, maciço na parte central de Florianópolis. Eram trabalhadores que foram para a cidade atuar nas obras ditas "modernizadoras", mas sua presença gerava contradição, pois eram mão-de-obra necessária para colocar em prática os projetos de desenvolvimento, mas suas residências e costumes eram a personificação daquilo que era considerado "atraso", ou seja, a pobreza. ARAUJO, Camilo Buss. "*Os pobres em disputa: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis - anos 1950 e 1960*". (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006).

⁹ MÜLLER, Max José. *Carl Hoepcke: estruturador do desenvolvimento catarinense*. Florianópolis: Insular, 2007.

estabelecimentos da empresa faziam saltar o número de indústrias e de operários do município, que em comparação com as demais cidades do estado, ocupava o terceiro lugar na distribuição de estabelecimentos industriais por município.¹⁰

Ao longo do século XX o empreendimento manteve-se em progressão econômica e destaque social. Em 1942 houve mudanças na direção da empresa e Aderbal Ramos da Silva passou a presidir-la.¹¹ Aderbal era membro de uma das maiores oligarquias catarinense: os Ramos; família que posteriormente será vinculada ao PSD (Partido Social Democrático). Aderbal era a principal representação política do partido na capital. Em 1947 foi eleito governador do estado. Nesse sentido, percebe-se a influência política e econômica que a empresa exercia em solo catarinense, sobretudo em Florianópolis. Portanto, apesar de a industrialização não ser o mote da cidade, ela sediava grupos fabris bastante relevantes para a economia de Santa Catarina, que estavam vinculados a uma das maiores empresas do estado. Além disso, para a realidade econômica e social de Florianópolis, a quantidade de mão de obra empregada pelas fábricas da empresa teve grande significado.

O objetivo de destacar a relevância da empresa não é o de elevar à cidade ao status de industrializada, mas de enfatizar que a não industrialização da cidade não era algo dado, mas estava em disputa. O olhar atual, de saber que este foi o "projeto perdedor", não pode cegar os caminhos que ele estava seguindo nesse período. Digo isto também para chamar atenção à falta de estudos referentes aos trabalhadores(as) desse seguimento, sobretudo

¹⁰BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense: das origens a integração no desenvolvimento brasileiro*. 2ª edição. Florianópolis: CNI/FIESC, p. 47.

¹¹ Isso ocorreu depois da inclusão de Carlos Hoepcke na lista negra. Essa lista foi publicada após a aproximação do Brasil com os países aliados da Segunda-Guerra Mundial, a lista negra enumerava empresas e indivíduos que supostamente tinham algum vínculo ou que poderiam colaborar com países do eixo, principalmente a Alemanha. O documento recomendava vigilância e aplicação de severa repressão aos locais e indivíduos com suposto envolvimento com países inimigos. In: SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra*. 3ª edição. São Paulo: Manole, 2003, p. 284.

dessa empresa, que era uma das maiores do estado. Até que ponto o discurso de uma cidade turística e de servidores públicos não camufla a existência dessa parcela da população? É necessário pensar como o discurso desse período estava sendo pautado e proferido.

O discurso político da cidade estava atrelado a noção de adequar-se aos ideais modernizadores. Porém, definições genéricas como "modernização", "progresso" entre tantas outras, são formas de legitimar a expansão capitalista que de inovadora só tem a roupagem, visto que objetiva manter o poder concentrado nas mãos de quem já os detinha. Esse "progresso" significa "atraso" para a maior parte dos seguimentos populacionais. Mas, foram essas as categorias de legitimidade utilizadas em diferentes localidades do território brasileiro e em Florianópolis não foi diferente. A necessidade de urbanização e desenvolvimento econômico estava em foco nos projetos e discursos políticos. Para pensar o planejamento urbano a Prefeitura do udenista Paulo Fontes contratou um Escritório de Urbanismo de Porto Alegre para a criação de um Plano Diretor, que promovesse a urbanização. O primeiro Plano Diretor da capital catarinense foi elaborado por dois arquitetos (Demétrio Ribeiro e Edgar Albuquerque Graeff) e um engenheiro urbanista (Edvaldo Ruy Pereira Paiva) em 1952. A versão final do Plano, em 1955, foi transformada em lei municipal, mas poucas das propostas chegaram a ser implementadas.¹² O Plano Diretor salientou a importância do resgate da função portuária da cidade, com a necessidade da construção de um grande porto na região continental. O caminho para o crescimento econômico seria o desenvolvimento industrial.

Na segunda metade do século XX, principalmente nos anos 1950 com o nacional-desenvolvimentismo, as intervenções na urbe visavam o crescimento econômico. "O urbanismo propôs medidas

¹² LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Artífices do Futuro: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980)*. Florianópolis: Insular, 2016.

para intensificar o desenvolvimento e tomar a cidade como um espaço de produção, ao qual cada habitante estaria integrado”. Desse modo, as intervenções nas cidades ocorreram em detrimento do crescimento econômico. O Plano Diretor de Florianópolis seguiu a mesma direção, enfatizando a necessidade da lógica urbana funcionar em prol da dinâmica produtiva do local e como as dificuldades de conexão entre os espaços eram um dos agravantes do seu “atraso”.¹³

A ausência de indústrias modernas e a natureza das ocupações da população florianopolitana explica o ritmo relativamente lento de vida que, [...] concorre para a dispersão das habitações e a baixa densidade do conjunto urbano. Essa dispersão, que se observa em geral nas nossas cidades, é um fator desfavorável à produtividade do trabalho da comunidade e, por outro lado, tornando mais onerosas os melhoramentos urbanos e os serviços públicos, contribui para o atraso de nossas urbes.¹⁴

Pelo excerto do texto do Plano Diretor, percebe-se como a cidade passou a ser pensada dentro da dinâmica do trabalho e o tratamento de questões tocantes a população, como a moradia, também seguiam esse raciocínio. As diferentes maneiras de pensar o espaço público tiveram impactos nas formas de morar e de interagir com a cidade. Analisar o Plano Diretor de Florianópolis é importante para a percepção de que a falta de industrialização da cidade não era algo dado, estava em discussão, porém, conforme o desenrolar dos investimentos e acontecimentos, sabe-se que a principal dinâmica capitalista em Florianópolis não foi a lógica produtivista, mas a capitalização do solo.

O projeto político concorrente à industrialização da cidade era o seu desenvolvimento turístico. Colocado como principal alternativa para superação do atraso econômico de Florianópolis,

¹³ LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Artífices do Futuro*, p. 110.

¹⁴ PAIVA, Edvaldo; RIBEIRO, Demetrio; GRAEFF, Edgar. *Florianópolis: Plano Diretor (1952)*, 1955, p. 15.

ele teve implicações direta na fragmentação e manutenção do espaço como clivagem social. Assim, a exploração imobiliária assumiu ares de estratégia para ativação da economia da cidade e ganhou respaldo social. O discurso de modernizar os espaços para a recepção dos visitantes legitimou os projetos e planos urbanísticos com intenções de manter intacta a distribuição de poderes e riquezas na cidade.¹⁵

Esse contexto era caracterizado por uma longa transição, nas décadas seguintes, de um paulatino abandono de atividades produtivas e importantes ramos comerciais pelo investimento no mercado imobiliário.¹⁶ No estudo de Carina da Cruz, em que investigou os balanços financeiros da principal empresa do município, a Carlos Hoepcke, constatou que entre 1942 e 1945 o valor de imóveis e propriedades no ativo imobilizado praticamente dobrou. Mesmo atuando em diferentes setores produtivos, a empresa deslocou investimentos para o mercado imobiliário, que segundo a autora, era uma tendência que apontava para a “falta de perspectivas nas atividades produtivas de Florianópolis”. O investimento imobiliário se dava ao mesmo tempo em que ocorria o desmembramento de grandes áreas de chácaras localizadas nas imediações do perímetro urbano para a formação de loteamentos (a maior delas, com cerca de 20 mil metros quadrados, pertencia à família da Carlos Hoepcke).¹⁷

Em paralelo a isto o número de habitantes de Florianópolis cresceu consideravelmente. Em 1940 a população do município era de 46.771 habitantes, em 1950 o número foi para 67.630. A taxa de crescimento entre as décadas de 1920 e 1940 foi de 13,14%. Esse

¹⁵ LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Artífices do Futuro*, p. 215.

¹⁶ AREND, Silvia; LOHN, Reinaldo. "Estado e populações pobres no Brasil: a espacialização da desigualdade social em Florianópolis - SC (décadas de 1930-1950)". *Geosul*, Florianópolis, v. 28, n. 56, p 33-64, jul./dez. 2013, p. 35

¹⁷ CRUZ, Carina Martins. "A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-espacial catarinense: o caso da região metropolitana de Florianópolis (SC)". (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

mesmo indicativo em relação ao crescimento de 1940 a 1950 é de 44,6%, seguido do mesmo percentual na década posterior.¹⁸ É inegável o salto populacional que ocorreu no município a partir de 1940 e que isso teve implicações diretas em diferentes setores locais, principalmente considerando o aumento demográfico tão ínfimo que ocorreu nas duas décadas que o precederam. Em 1943 o distrito do Estreito foi desmembrado do município de São José e anexado à Florianópolis, por ser bastante populoso, esse fato contribuiu para o aumento da população. Segundo Wilmar Dias, aproximadamente um quarto da população florianopolitana vivia na parte continental do município em 1947, um dos motivos da densidade demográfica do local era o preço da terra mais acessível e a proximidade com o centro da capital.¹⁹

O destino da habitação destas pessoas era a parte central de Florianópolis, uma extensão pequena da ilha e do continente que concentrava a maioria da população de todo o município. Em 1940, pouco mais de 50% da totalidade de habitantes residiam do Distrito Sede, na década seguinte, o número se elevou para 75,8% chegando a 80,5% em 1960.²⁰ Essa circunstância ocasionou problemas graves na questão habitacional de Florianópolis e na sua estrutura urbana. As direções de expansão da cidade eram caracterizadas pela precariedade e por ocupações, não raras, irregulares. Nesse quadro, não é de se estranhar a habitação como um problema fundamental da cidade.

Em 1955, o prefeito recém-eleito (1954) Osmar Cunha, do PSD, solicitou a doação de terreno estatal para a construção de casas populares na cidade. Devido as condições da cidade e seu problema de fragmentação, Osmar Cunha, disse que "o resultado é

¹⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. "Censo Demográfico 1950. v:1, População". <https://goo.gl/VnyjS1>. Acesso em 04 de abril de 2018.

¹⁹ DIAS, Wilmar. DEGC: Boletim Geográfico. Julho 1947. Ano 1, n. 2. Florianópolis: Ensaio de Geografia Urbana. p. 9.

²⁰ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. "Censo Demográfico 1940. v:1, População". <https://goo.gl/wx89nB>. Acesso em 04 de abril de 2018.

a existência de grande número de núcleos esparsos da população, na cidade e arredores, localizados, predominantemente, nos morros, vivendo em miseráveis casebres, na mais perniciosa promiscuidade e desoladora condição de conforto e higiene".²¹ A preocupação do prefeito com as ocupações nos morros é perceptível, é provável que seu projeto era que as pessoas que moravam nos morros ocupassem as casas populares que queria construir em sua gestão, aplicando assim a lei municipal 105 de 1951. Provavelmente essa era uma tentativa de conciliar a necessidade de um modelo urbano para a cidade, em que os morros não faziam parte com o atendimento das demandas populacionais, causando mais popularidade com a sua gestão e possíveis futuros eleitores para o seu partido.

Sob a referida lei, ela foi criada em 1951, pelo prefeito da UDN, Paulo Fontes. Entre os artigos estabelecidos pela legislação, estavam a destinação de 3% da receita municipal para a construção de casas populares, que deveriam ocorrer preferencialmente em terrenos suburbanos, sua venda seria destinada apenas para quem não possuísse algum imóvel, a preço de custo e com o pagamento a vista ou em parcelas mensais com o prazo máximo de dez anos, sem juros.²² Até o momento não há nenhuma indicação que essa doação de fato ocorreu e que a legislação foi colocada em prática, mas é importante pensar que o debate estava ocorrendo em nível municipal, e que não pôde passar ao largo das preocupações, pelo menos de algum modo, dos governantes.

Desse modo, os problemas gerados pela urbanização e crescente processo de exploração imobiliária são agravados pela

²¹ FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal. Assistência Social. 28 de fevereiro de 1955. Ofícios das Prefeituras Municipais para o Governo. Pasta 1955. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

²² FLORIANÓPOLIS. "Lei nº 105, de 05 de outubro de 1951. Dispõe Sobre Construção de Casas Populares". <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1951/11/105/>>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

quase nula responsabilidade dos poderes públicos com habitação popular. Desse modo, para compreender a espacialização da cidade, foi identificado os locais de moradia dos operários(as) da Fábrica de Pontas Rita Maria, da empresa Hoepcke, dialogando com as condições e/ou existência de serviços coletivos nos bairros em que eram residentes. O reconhecimento dos locais de residência se deu através de um livro de registro de funcionários da Fábrica, dos anos de 1945 a 1960. A documentação fornece informações diversas sobre os trabalhadores, mas todas bastante pontuais. Os dados das fichas que compilam o livro são: número da carteira de trabalho, nome do(a) trabalhador(a), data de admissão, data e local de nascimento, local de residência, salário, cargo, informações de retiradas de férias e de acidentes de trabalho, além de, em quase todas as fichas, conter uma foto 3x4 do funcionário. Portando, essa fonte permite o acesso apenas a superfície da vida desses trabalhadores.

O exemplar é composto por 144 fichas, mas algumas pertenciam a mesma pessoa. Em alguns casos devido ao tempo de serviço muito extenso, foi necessário a abertura de uma nova ficha por não haver mais espaço na antiga, e em outros, por uma mesma pessoa ter vários contratos temporários. O primeiro caso era composto somente por trabalhadores homens e o segundo por mulheres. A situação revela a existência de funcionários com muito tempo de trabalho e a necessidade da empresa contratar trabalhadoras esporadicamente, provável que em períodos de maior produção. Analisando o conjunto destes registros, foi identificado que assim como Norisvaldo, vários trabalhadores compartilhavam o local de serviço com seus familiares. Não se sabe como ocorria a política de contratação da Fábrica, mas a prática de empregar parentes acontecia desde períodos anteriores.²³ É possível que esse modelo fosse estimulado pela empresa,

²³ SOUZA, Jéssica Duarte. "Trabalho e raça: perfil dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas Rita Maria no Pós-abolição (Florianópolis, 1894-1930)". (Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016). p. 50.

apostando no papel vigilante que familiares e amigos poderiam exercer uns sobre os outros em caso de conflitos e embates no local de trabalho, além de contribuir para um discurso patronal de solidariedade e construção de um ambiente familiar no trabalho. Entretanto, a contratação de parentes muitas vezes podia significar a manutenção e reforço de lealdades e solidariedades anteriormente ao emprego.²⁴

Sem as fichas repetidas haviam 104 pessoas cadastradas no livro, 33 mulheres e 71 homens. Sobre o endereço das residências, estavam concentradas majoritariamente na delimitação central da ilha, mas no perímetro leste, seguidos pela região urbana periférica continental, centro do continente e região urbana periférica da ilha, todos pontos de expansão dos limites urbanos. Com números menores, mas também presentes, foram o Morro da Cruz e São José (cidade no continente vizinha de Florianópolis). Devido a dificuldade de conexão do município, é normal não ter moradores de distritos um pouco mais distantes do central. Conforme destacado anteriormente, o espaço citadino se transformava na década de 1950 e passava a ser ainda mais uma fonte de investimento. Uma das maneiras de compreender essa lógica é verificar os serviços coletivos da cidade e como eram distribuídos. Desse modo, foi investigado entre bibliografias referente ao tema e ofícios da prefeitura de Florianópolis para o governo os locais de Florianópolis com mais solicitações de demandas urbanas. Não é de se estranhar que se encontravam justamente nos pontos de expansão da cidade, exatamente os locais que os trabalhadores(as) do livro de registro da Fábrica de Pontas moravam.

As reivindicações mais recorrentes eram sobre o abastecimento de água e luz, nos bairros Estreito (área urbana continental), Sacos dos Limões, Trindade e Pantanal (todos situavam-se na zona periférica da área central), mesmos locais em

²⁴ FONTES, Paulo. Migrações nordestinas e experiências operárias. In: BATALHA, Cláudio et al (orgs). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 375.

que maior parte dos funcionários da Fábrica residiam. Sobre a parte urbana da ilha, tinham apenas dois pedidos de melhoramento das estradas, mas eram por parte dos vereadores e não dos habitantes do local. Apesar de ser uma localidade mais provida de serviços públicos, existia uma divisão social clara no Distrito Central da Ilha. A península norte, local das residências e chácaras dos mais abastados foi abastecida com energia elétrica, tanto pública quanto particular, desde o início do século XX.²⁵ Diferente do que ocorreu com a parte leste, da catedral até as encostas do Morro da Cruz, com alguns pontos caracterizados pela ocupação dos mais pobres.²⁶

Mais de 50% das solicitações de melhoramento urbano em 1955 eram referentes ao déficit de rede hidráulica no Estreito, Saco dos Limões e Trindade. A gravidade era tamanha que em fevereiro de 1955 o Posto de Saúde do bairro Saco dos Limões não conseguiu manter seu funcionamento devido à falta de água. A parcela da capital localizada no continente liderava as queixas por estruturas básicas de sobrevivência urbana. A solicitação de construção de uma escola estadual no bairro do Estreito, em 1953, elucida, ao menos em partes, as condições encontradas no bairro.

Sr. Presidente.

Considerando que o sub-distrito do Estreito, seguindo o recenseamento geral de 1950, possuía 3.695 jovens entre 11 e 18 anos, idade ideal para obtenção do curso secundária; Considerando que centena de crianças, diariamente, se locomovem para os educandários desta capital, dada a inexistência de um único colégio do ciclo secundário na parte

²⁵ O contraste dos serviços oferecidos na península norte do Distrito Central denuncia a diferenciação de investimentos. A disparidade era tanta, que dos nove hospitais existentes no município de Florianópolis na década de 1960, cinco situavam-se nesse perímetro urbano. Dos restantes, um localizava-se no continente e os outros três em regiões diferentes do Distrito Central. Na década de 1950 foram construídas as avenidas Osmar Cunha e Othon Gama D'Eça que ligavam essa região ao centro da cidade.

²⁶ Também essa parte da área central da ilha foi elitizando seus espaços e até final da década de 1960 todos os locais eram voltados quase que exclusivamente para a atividade comercial e administrativa.

continental da cidade Florianópolis; Considerando que a elevação constante dos preços das passagens já influem poderosamente no orçamento debilitado da maioria da população do Estreito; Considerando que muitas cidades deste Estado com população inferior àquela parte da cidade, que já possui mais de 20.000 habitantes, são providas de ginásios estaduais ou Institutos de Educação; [...] Considerando que o único estabelecimento de ensino existente naquela parte da cidade - um grupo escolar com curso normal regional - está superlotado não mais oferecendo, por isso, condições pedagógicas, mau grado o esforço e a qualidade excepcionais do seu magistério; [...] Considerando que a densidade de população do Estreito justifica, plenamente, a construção de um GINÁSIO ESTADUAL, com todos os requerimentos modernos da pedagogia, para uma população escolar de 4.000 alunos.²⁷

Na sequência do documento a escola estadual para o bairro é requerida. A autoria é de Osmar Cunha (PSD), que nesse momento atuava na câmara de vereadores da capital, com legislatura iniciada em 1951 e interrompida em 1954, em virtude de sua candidatura para prefeito nas eleições de 1955 em que saiu vitorioso. O ofício expõe a realidade material que a população residente nessa região era submetida. A necessidade de deslocamento também ocorria para o atendimento médico, pois a parte continental não era suprida com hospitais ou posto de saúde.

O pedido de construção de uma unidade de saúde para assistência desse bairro, reconhecidamente populoso entre as autoridades, ocorreu em 1955. Novamente, os problemas enfrentados pela população vêm à tona, em que “muitas vezes sem recursos para pagar a passagem de ônibus, vem a pé até o centro da capital, para procurar tratamento de saúde”. As dificuldades de locomoção, seja pela pouca frota de transporte coletivo ou o custo elevado dos mesmos, sobressaltava o limitado

²⁷ FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal. Requerimento, nº 142. 19 de agosto de 1953. Ofícios das Prefeituras Municipais para o Governo. Pasta 1952-1953. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

investimento público da localidade. Esse mesmo requerimento descreveu os residentes dessa localidade como “populações, em sua maioria, constituída de pessoal parco de recursos e, por conseguinte, de hábitos sanitários deficientes, levando-se em conta ainda a falta de água e esgoto, que muito contribui para isto”.

No excerto a associação de pobreza e atraso é evidente. Apesar de reconhecer a falta de serviços públicos básicos como atenuantes para as condições sanitárias da região, sugere-se que elas são oriundas da conduta da população pobre, quase como uma relação natural de causa e consequência. Aos olhos do vereador Carmelo Mario Faraco, redator do pedido, os ditos “hábitos sanitários deficientes” pouco tinham a ver com as circunstâncias materiais do bairro. A situação deficitária dessas regiões de expansão dos limites urbanos certamente foi influenciada pelo repentino aumento da população ocorrido a partir da década de 1940, porém, a ação estatal, ou a falta dela, contribuiu para o cenário. Desse modo, pode-se pensar que Norisvaldo e sua família enfrentaram algumas dificuldades quando mudaram-se da vila operária Hoepcke para o Estreito. O movimento de deslocamento da parte urbana da ilha para o continente ocorreu entre outros trabalhadores da Fábrica registrados no livro. Pode-se aferir que o aumento no custo de vida dessa região ocasionou o deslocamento.

Sendo o Estreito o bairro mais populoso e recém anexado juridicamente a capital, as solicitações de prolongamento de abastecimento de água, energia elétrica e pavimentação de ruas pipocavam entre os ofícios da prefeitura para o governo. Nas ocasiões, os residentes do local procuravam os vereadores para intermediar suas demandas nos debates da câmara e nesses casos, chegando até o governo. Foi através desse mecanismo que o abaixo-assinado dos moradores da região do Pantanal chegou nas mãos do governador do Estado, Irineu Bornhausen, em 1952:

Os abaixo-assinado, moradores no Pantanal, sub-distrito de Saco dos Limões, vem respeitosamente solicitar a Vossa Excelência, que tão dignamente representa esse recanto do nosso Município, se digne fazer um apelo aos poderes competentes para ser estendida na rua até o Morro da Gema do Ovo, a rede elétrica, com a colocação de alguns postes e as respectivas lâmpadas, pois o local é escuro e os transeuntes, à noite, sofrem, às vezes, ameaças de desconhecidos.²⁸

Assinado por 25 moradores o documento foi endereçado ao vereador Rafael Di Giacomo, do PSD, eleito em 1950. Esse episódio demonstra a população acionando uma figura política para que intervisse pelas necessidades sentidas nos bairros. Estes sujeitos estavam dialogando e lutando pelos espaços públicos, exercendo uma entre as várias facetas políticas da cidade. Um local que apresentava condições precárias de serviços públicos, mas que não apareceu em nenhuma das solicitações em que a prefeitura encaminhou para o governo foi o Morro da Cruz.

As habitações do Morro da Cruz enfrentavam as condições mais extremadas da falta de estrutura urbana. Apesar de não ter sido o local de maior concentração dos trabalhadores da Fábrica o Morro da Cruz era um dos locais que o adensamento demográfico mais crescia nesse período. Na década de 1950 a energia elétrica só chegava em regiões mais baixas do Morro, deixando assim boa parte da população sem acesso ao serviço. André Santos retratou um caso emblemático no Morro do Mocotó, em que uma moradora, Sr^a Luci, compôs um poema como forma de reivindicar o abastecimento de luz elétrica no Morro. Segundo Santos, o poema da senhora chegou nas mãos do então governador do Estado, Jorge Lacerda, que atendeu o seu pedido. Com a obra finalizada o governador subiu ao morro para inauguração. Não há menção da data de concretização da obra e também se abrangeu

²⁸ FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal. Requerimento, nº 86. 20 de março de 1953. Ofícios das Prefeituras Municipais para o Governo. Pasta 1952-1953. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

todo o território do referido Morro.²⁹ Este não é um caso isolado envolvendo reivindicações por melhorias no maciço do Morro da Cruz. As condições das estradas eram precárias e o abastecimento de água só ocorreu na década de 1980.³⁰

Outra esfera fundamental para compreender a relação dos trabalhadores com a cidade é a mobilidade. O transporte coletivo apresentava-se como um problema em diferentes centros urbanos do país e Florianópolis seguia a mesma linha. Até 1930 era possível encontrar pela cidade bondes de tração animal, que com a inserção dos ônibus a motor foram paulatinamente substituídas. Os “carros de boi” além de mais demorados conflitavam com a imagem moderna da qual o município evocava. Foi devido ao “orgulho local”, que em 1930 cidadãos jogaram ao mar um dos bondes restantes que fazia o trajeto do centro ao bairro Agrônômica e incendiaram os depósitos e instalações da empresa responsável. Desde então, o transporte coletivo da região central era realizado exclusivamente por veículos a motor. Porém, o transporte não suprima as demandas da cidade.

Não havia estação rodoviária ou ao menos abrigos para que a população pudesse esperar os coletivos, e a espera era longa. Segundo Dias "Os horários das diferentes empresas são organizados em função única das suas necessidades e dos seus interesses, não havendo sincronização de modo a atender os interesses e conveniências da população".³¹ O relato corrobora com o cenário colocado até então, de quase nula conexão entre a cidade. A interação estava centralizada em um espaço muito pequeno, sediado pela dinâmica comercial e administrativa e isso repercutia

²⁹ SANTOS, André Luiz. "Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis". (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009), p. 601.

³⁰ ARAUJO, Camilo Buss. "Os pobres em disputa: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis - anos 1950 e 1960". (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006). p. 131 e 132.

³¹ DIAS, Wilmar. DEGC: Boletim Geográfico, p. 61.

nos diferentes setores de funcionamento da urbe, incluindo o transporte coletivo.

De todo modo, a precariedade de estruturas básicas dos locais de expansão dos limites urbanos impactou, em diferentes aspectos, a qualidade de vida da população residente nesses locais. Como foi o caso de duas trabalhadoras da Fábrica de Rendas e Bordados, da empresa Hoepcke. Sr^a Adélia residia no bairro Saco dos Limões e Sr^a Zulma no Estreito, ambos os locais apresentavam carências urbanas e contavam com linhas de ônibus. Porém, a realidade diária das duas trabalhadoras denuncia a escassez do suprimento do transporte público. Sr^a Adélia contou que devido aos poucos horários e elevado custo da passagem, fazia o percurso de casa ao trabalho andando e o trajeto durava quase duas horas. Sr^a Zulma também fazia seu trajeto todos os dias andando por causa dos esparsos horários e pelo itinerário ser longe de sua casa. Provavelmente essa situação também ocorria entre trabalhadores de diferentes seguimentos da cidade.

Com o quadro experienciado pelas duas trabalhadoras e as condições de políticas públicas dos bairros relatados é possível verificar um caso embrionário de espoliação urbana. Esse termo, pensado por Lúcio Kowarick para uma realidade muito distinta como São Paulo e um período posterior, fala sobre como as classes populares além de espoliadas no trabalho passavam por um processo de espoliação na cidade, sendo também moradores espoliados. As regiões periféricas acabam sendo o paradeiro para os mais pobres, devido ao custo de vida mais acessível, porém a economia monetária vem acompanhada de um ônus social, sendo um deles a distância do local aos centros urbanos, onde geralmente concentram-se os empregos da população desses bairros marginais. Isso implica em aumento considerável no tempo demandado ao trabalho, além das oito horas trabalhadas o trabalhador também leva algumas horas no trajeto ao serviço.³²

³² KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2009, p. 22.

Kowarick chama atenção para o papel fundamental do Estado nesse aspecto, pois o investimento que injeta no tecido urbano é fator de valorização. Nesse caso, aparece como "ator importante no processo de especulação imobiliária e segregação social".³³ Em Florianópolis, na década de 1950, os projetos urbanos planejavam condições apropriadas para a recepção de turistas, antes mesmo que a cidade ofertasse para seus próprios habitantes algumas condições básicas da estrutura urbana moderna.³⁴

A situação se agravou com o passar do tempo, graças as escolhas políticas implementadas na cidade. Nesse sentido, mesmo que apenas em um grau, foi visto como os trabalhadores da cidade interagiram e acionaram suas diferentes formas de intervenções políticas frente a realidade que encontravam. Porém, em um cenário como Florianópolis, propicio a desmantelar organizações combativas, também existiam outras estratégias utilizadas pelos trabalhadores. Diante das difíceis condições de vida em que os grupos populares eram submetidos, a rede de amparo social e a política de favores do poder público surgia como alternativa concreta de sobrevivência.³⁵

Nesse particular, Aderbal Ramos da Silva estava no centro de uma rede de distribuições de recursos, caridade e favores exercidos na capital. A sua capacidade de lidar com a presença popular na cena pública deixava-o em condições privilegiadas tanto com seus pares como com a população pobre. Nas entrevistas dos ex-funcionários da empresa Hoepcke a memória de Aderbal estava quase sempre associada a alguém preocupado com o povo, muitos contaram sobre quando Aderbal visitou sua casa e/ou seu bairro. Um dos ex-trabalhadores afirmou que sua admissão na Carlos Hoepcke só ocorreu graças a uma carta de Aderbal. Esse ato,

³³ KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. p. 22.

³⁴ LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Artífices do Futuro*, p. 34.

³⁵ LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Artífices do Futuro*.

segundo seu relato, era uma retribuição do político ao seu pai, taxista, que teria ensinado Aderbal a dirigir.

Essas práticas nada mais eram do que um meio do Estado reduzir o conflito de classe. Através do amparo social o governo conseguia relativa fidelidade das classes populares aos grupos dominantes, isso "evitava que se transformassem em classes perigosas ou capazes de gerar instabilidade aos ocupantes do poder". O principal privilegiado dessa situação era o próprio Aderbal Ramos da Silva, dono de meios de comunicação importantes (rádio Guarujá e jornal O Estado) e diretor do maior grupo empresarial da cidade, que conduzia e mantinha "relações de poder que eram uma grande máquina eleitoral".³⁶ Desse modo, há uma clara ligação entre público e privado e diferentes forças permeando essas relações. O exemplo de Aderbal é emblemático pois além de sua influência política no local estudado também era o dono de uma das maiores empresas de Santa Catarina. Porém, essas práticas não eram exclusividade sua.

A urbanização e os projetos efetivados na urbe foram (e são) afetados por interesses de grupos políticos e empresariais. De certa maneira, esses grupos possuíam o mesmo projeto de cidade, excludente à população mais pobre e em defesa dos interesses próprios, o que estava em disputa eram os rumos e quem colocaria esses projetos em prática. Porém, diferentes formas de implementação de políticas públicas também impactam a população de diferentes maneiras.

Referências

ARAUJO, Camilo Buss. "*Os pobres em disputa: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água, Florianópolis - anos 1950 e 1960*". (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006).

³⁶ LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Artífices do Futuro*, p. 39.

AREND, Silvia; LOHN, Reinaldo. "Estado e populações pobres no Brasil: a espacialização da desigualdade social em Florianópolis - SC (décadas de 1930-1950)". *Geosul*, Florianópolis, v. 28, n. 56, p 33-64, jul./dez. 2013.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense: das origens a integração no desenvolvimento brasileiro*. 2ª edição. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia do Departamento de Estatística e Publicidade, 1946.

CRUZ, Carina Martins. "A contribuição de alemães e descendentes para a formação sócio-espacial catarinense: o caso da região metropolitana de Florianópolis (SC)". (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

DIAS, Wilmar. DEGC: Boletim Geográfico. Julho 1947. Ano 1, n. 2. Florianópolis: Ensaio de Geografia Urbana.

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal. Assistência Social. 28 de fevereiro de 1955. Ofícios das Prefeituras Municipais para o Governo. Pasta 1955. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

FLORIANÓPOLIS. "Lei nº 105, de 05 de outubro de 1951. Dispõe Sobre Construção de Casas Populares". <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/1951/11/105/>>. Acesso em 15 de outubro de 2017.

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal. Requerimento, nº 86. 20 de março de 1953. Ofícios das Prefeituras Municipais para o Governo. Pasta 1952-1953. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

FLORIANÓPOLIS. Câmara Municipal. Requerimento, nº 142. 19 de agosto de 1953. Ofícios das Prefeituras Municipais para o Governo. Pasta 1952-1953. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC).

FONTES, Paulo. Migrações nordestinas e experiências operárias. In: BATALHA, Cláudio et al (orgs). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. "Censo Demográfico 1940. v:1, População". <https://goo.gl/wx89nB>. Acesso em 04 de abril de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. "Censo Demográfico 1950. v:1, População". <https://goo.gl/VnyjS1>. Acesso em 04 de abril de 2018.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Artífices do Futuro: cultura política e a invenção do tempo presente de Florianópolis (1950-1980)*. Florianópolis: Insular, 2016.

LOPES, Jose Sergio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na 'cidade das chaminés'*. São Paulo: Marco Zero; [Brasília]: Ed. UnB, 1988.

MÜLLER, Max José. *Carl Hoepcke: estruturador do desenvolvimento catarinense*. Florianópolis: Insular, 2007.

PAIVA, Edvaldo; RIBEIRO, Demetrio; GRAEFF, Edgar. *Florianópolis: Plano Diretor (1952), 1955*.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade. In: _____. *Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC; Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

SANTOS, André Luiz. "Do mar ao morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis". (Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009),

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra*. 3ª edição. São Paulo: Manole, 2003.

SOUZA, Jéssica Duarte. "Trabalho e raça: perfil dos(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas Rita Maria no Pós-abolição (Florianópolis, 1894-1930)". (Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016).

Empoderamento de mulheres por meio do trabalho na construção civil: uma forma de inclusão social

*Neusa Maria da Silva*¹

*Daisy Moreira Cunha*²

As Nações Unidas, desde a primeira conferência realizada no México em 1975, quando foi inaugurada a Década da Mulher, vem viabilizando ações para que haja igualdade de gênero no mundo e para que sejam reconhecidos os direitos das mulheres. Ações importantes promovidas pela ONU, como a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento na cidade do Cairo em 1994 e a Quarta Conferência Internacional da Mulher, em Beijing no ano de 1995, foram marcos importantes para que os direitos das mulheres fossem reconhecidos como direitos humanos, e também para o reconhecimento da importância dos movimentos feministas, que levaram as questões das mulheres para o patamar político. Nesse sentido o Fórum Mundial Econômico de 2005 elaborou o documento: *Empoderamento da Mulher - Avaliação das Disparidades Globais de Gênero*, esse documento pontuou cinco fatores muito importantes, que pelos

¹ Professora de Filosofia da rede estadual de MG, Mestra em Educação Tecnológica, Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social- FaE/ UFMG - MG - Brasil e-mail: neusafilos@gmail.com

² Professora, Orientadora, Pós-doutora do Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social - FaE/ UFMG - MG - Brasil - e-mail daisycunhaufmg@gmail.com

quais havendo maior participação da mulher, seu empoderamento poderia se efetivar. Os cinco pontos selecionados no Fórum são: “participação econômica” que significa: a presença da mulher no mercado de trabalho em termos quantitativos, reduzindo assim os níveis desproporcionais de pobreza e também como medida para aumento da renda familiar e estimula o desenvolvimento econômico do país. O ponto que se refere à “oportunidade econômica” diz respeito à qualidade do envolvimento econômico das mulheres e extrapola a mera presença feminina em sua condição trabalhadora. Esse é um problema de países desenvolvidos, onde mulheres têm relativa facilidade de conseguir emprego, mas concentrado em baixos salários ou em emprego sem qualificação que são verdadeiros guetos caracterizados pela ausência de mobilidade e oportunidade de crescimento. O “empoderamento político” diz respeito não só a representação equitativa de mulheres em estruturas de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, mas também ao seu direito à voz na formulação política que afetam a sociedade onde estão inseridas. As conquistas educacionais, segundo o Fórum é requisito fundamental para o empoderamento das mulheres em todas as esferas da sociedade. Sem educação de qualidade e conteúdo confiável e recebida por meninas e meninos, as mulheres não conseguem acesso a empregos bem pagos no setor formal, nem avanços na carreira. Com relação à saúde e bem-estar são conceitos relacionados às diferenças substanciais entre homens e mulheres, considerando o acesso a nutrição adequada, cuidados com a saúde e facilidades reprodutivas e a questões de segurança indispensáveis a integridade pessoal. Porém, mesmo com os esforços da ONU, desde a quarta Conferência Internacional da Mulher em Beijing em 1995, pouco se avançou na igualdade de gênero, como apontou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, implantada pela ONU em 2015. A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade, ela busca também, fortalecer a paz universal com

mais liberdade. A efetivação dessa ação só acontecerá se as 169 metas³ como orientações forem cumpridas juntamente com os dezessete⁴ objetivos que fortalecem os cinco fatores presentes no documento *Empoderamento da Mulher – Avaliação das Disparidades Globais de Gênero* e dentre os dezessete, o cumprimento de quatro objetivos é fundamental para o empoderamento das mulheres acontecer, são eles; o objetivo número *um* que é a erradicação da pobreza, o objetivo *dez* sobre a erradicação das desigualdades, o *cinco* que é promover igualdade de gênero e o *oito*, que promove o crescimento econômico, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todas as pessoas. Em cumprimento das ações propostas pela ONU, o Governo brasileiro, elaborou o Plano Nacional para Mulheres- PNPM-, em 2004, cujo objetivo era o enfrentamento e a superação das desigualdades de gênero e raça em nosso país. Nesse sentido, foi criada a Secretaria de Políticas para Mulheres, que implementariam o PNPM incluindo a perspectiva de gênero em todas as políticas públicas, para tornar as mulheres principais agentes da construção de uma sociedade mais justa. Esse projeto foi pensado para a construção de um país sem miséria e pobreza. Um país sem preconceitos de qualquer espécie. Nessa perspectiva, o PNPM, propôs a qualificação de mulheres, por meio de ações públicas para o trabalho. E, uma das ações foi o oferecimento do curso “Mulheres Mil”. O projeto “Mulheres Mil” privilegiava a formação inicial e a formação continuada, que abrangem direitos e deveres das mulheres, empreendedorismo, economia solidária, saúde, elevação da auto-estima. O projeto “Mulheres Mil” era

³-Para conferir as 169 metas consultar

<https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>

⁴- Objetivos da agenda 2030: 1) Erradicação da pobreza, 2) Fome zero, Agricultura sustentável, 3) Saúde e Bem estar, 4) Educação de qualidade, 5) Igualdade de gênero, 6) Água potável e saneamento, 7) Energia limpa e acessível, 8) Trabalho decente e crescimento econômico, 9) Indústria, Inovação e infraestrutura, 10) Redução das desigualdades, 11) Cidades, comunidades, sustentáveis, 12) Consumo e produção responsáveis, 13) Ação contra a mudança global do clima, 14) Vida na água, 15) Vida terrestre, 16) Paz, justiça e instituições eficazes, 17) Parcerias e meios e implementação.

direcionado para as mulheres em situação de vulnerabilidade social e procurava propiciar a inclusão produtiva e social, dando oportunidade às essas mulheres para exercerem a cidadania. Esse artigo é fundamentado por pesquisa empírica realizada em 2014 com quatro mulheres, sendo duas de baixa escolaridade, as outras duas têm ensino médio completo, pobres e residentes na periferia da região metropolitana da cidade de Belo Horizonte. Os dados foram obtidos por meio de observações e entrevistas semiestruturadas, que foram feitas para a realização de uma pesquisa de mestrado, porém, partes desses dados não foram utilizadas, sendo agora necessárias para a realização desse artigo. A pesquisa procurou compreender como acontece a inclusão social por meio do trabalho na construção civil, para isso foram entrevistas quatro operárias de um canteiro de obras na cidade de Belo Horizonte. As entrevistadas todas moradoras de uma cidade da periferia de Belo Horizonte, região de vulnerabilidade social, são chefes de família, todas têm filhos menores de 18 anos, são negras e todas vieram do trabalho doméstico assalariado, a faixa etária delas está entre 28 anos e 45 anos. A SU⁵ e a GEO tem apenas os quatro primeiros anos do ensino fundamental e a VAL e a NAD, têm o ensino médio completo. A pesquisa centrou se nos itens que se relacionam à educação, à desigualdade de gênero e ao empoderamento da mulher, pois, segundo, (Nobre, 2016) “O acesso à educação, ao trabalho remunerado, a direitos civis e políticos melhorou a vida de muitas mulheres.” Em busca desse entendimento nossa investigação se iniciou no canteiro de obras da construção civil. Esse setor produtivo foi escolhido por que ele exerce um papel de grande importância na economia de todas as sociedades. No Brasil, com a expansão do setor da construção civil nos últimos vinte anos⁶, podemos ver obras de variados portes

⁵ Todos os nomes de operárias ou operários que por ventura aparecerem, são fictícios em respeito ao direito do entrevistado ou entrevistada em se manterem anônimos (as)

⁶ Pesquisa realizada em 2013 e divulgada pelo Sindicato da Indústria da Construção de Minas Gerais (SindusCon-MG) em 2014. Disponível em: <http://www.brasilengharia.com/portal/eventos/9700->

surgindo na cidade de Belo Horizonte, que foi o cenário de nossa pesquisa, esse crescimento demanda por uma mão de obra qualificada. Porém, há dificuldades para essa mão de obra qualificada ser encontrada e esse contratempo, é devido, porque as construtoras não investem na formação e na qualificação da sua mão de obra. Esse pouco interesse em qualificar sua mão de obra, se dá porque, geralmente, quando a obra finaliza os operários são dispensados e não têm a garantia de serem recontratados na mesma construtora. Entretanto, com a necessidade de operários qualificados no mercado, algumas construtoras começaram a se preocupar com este problema, á vista disso, iniciaram cursos de qualificação e capacitação para seus operários, na maioria das vezes, no próprio canteiro de obras conforme suas necessidades. E também surgiram cursos de extensão oferecidos por universidades, como CIPMOI⁷, na UFMG, PROGEST, no CEFET, esses no âmbito da cidade de Belo Horizonte, bem como, podemos encontrar os cursos do SENAI na área da construção civil, e os cursos de iniciativa privada. Também tem a Escola Popular Orocílio Martins Gonçalves, que é uma iniciativa do Sindicato dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte, com o foco na diminuição dos altos índices de analfabetismo nos canteiros de obras, que segundo (Silva, 2015), chega a quase 20% dos operários, sendo que, a maioria dos analfabetos, se concentra nos operários que exercem a função de serventes, a Escola oferta curso de alfabetização, como também, oferece cursos de informática e leitura de projetos. Dentre os cursos citados, apenas o PROGEST, ofereceu uma turma exclusiva para mulheres, no momento de nossa pesquisa. Nesse fluxo da mão de obra nos canteiros de obras, a mulher tem encontrado oportunidades para seu ingresso

estudo-sobre-o-impacto-do-plano-real-na-construcao-marca-a-abertura-do-minasconstruir-minas

⁷ CIPMOI – Curso Intensivo de Preparação de mão de obra Industrial, - PROGEST- Programa de Engenharia, Sociedade e Tecnologia. - CEFET – Centro de Educação federal de Minas Gerais. SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

no canteiro de obras, porém para exercer tarefas consideradas “menos importantes”, como varrição do canteiro e faxina nas unidades prontas do canteiro de obras. A mulher geralmente não tem experiência no setor da construção civil, assim ela muitas das vezes, procura pelos cursos de capacitação na esperança de garantir sua inserção e ou permanência no canteiro de obras. Essa busca que a mulher atualmente impetra pelos canteiros de obras, local de predominância masculina e propício às discriminações, nos faz refletir sobre como será o cotidiano laboral dessas mulheres, uma vez que, na sociedade o papel da mulher é construído para ser restrito ao ambiente doméstico, e o do homem, para o ambiente público, ou seja, o trabalho produtivo, como bem identificou (Hirata e Kergoat, 2007) em seus estudos sobre a divisão sexual do trabalho, que existem dois princípios organizadores, sendo que, o primeiro é o princípio da “separação”, que existem trabalhos de homens e de mulheres, e o segundo princípio é o da “hierarquização” que o trabalho dos homens vale mais do que o da mulher. Essas prerrogativas são estereótipos que ainda predominam, mesmo com os avanços das lutas feministas. No canteiro de obras a desigualdade no trabalho existe gerando a discriminação quanto ao trabalho feminino, pois o canteiro de obras da construção civil sempre foi um território historicamente de maioria masculina. Na cidade de Belo Horizonte, as mulheres ocuparam 1,3%⁸ das vagas que foram oferecidas pela construção civil no ano de 2012. Apesar de números ainda tímidos, nota-se a mudança cultural que está acontecendo no mundo do trabalho da construção civil, por isso faz-se necessário o estudo desse campo de trabalho na perspectiva de gênero. Dessa forma, o presente artigo procura descrever como pode acontecer o empoderamento da mulher no trabalho da construção civil, um ambiente laboral marcado pela desigualdade de gênero, sendo que, o empoderamento de que se trata esse estudo se funda na ascensão

⁸ - Boletim Trabalho e Construção

econômica por meio do trabalho, que possibilita a mulher e a sua família ter melhores condições de vida.

Desigualdade de gênero no trabalho da construção civil

Para se compreender as desigualdades de gênero é necessário que se entenda o conceito de gênero antes de tudo, segundo (Scott, 1995) gênero é:

[...] igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.

Assim podemos entender que gênero pode ser um sistema de relações de poder fundamentadas em um conjunto de comportamentos opostos atribuídos as mulheres e aos homens. As relações de gênero assim, como as de classe e raça ou etnia são determinadas socialmente. Enquanto o sexo é determinado pela natureza, pela biologia, o gênero é construído historicamente sendo, portanto, variável e mutável. As relações de gênero são instáveis, pois geralmente os homens obedecendo a uma ordem cultural, querem manter o poder no espaço público, essa determinação acontece mesmo às pesquisas indicando o crescimento da população feminina, que segundo a IPEA⁹, “No Brasil, as mulheres são a maioria da população, passaram a viver mais, têm tido menos filhos, ocupam cada vez mais espaço no mercado de trabalho e, atualmente, são responsáveis pelo sustento de 40% das famílias. Dados da última Pesquisa Nacional por

⁹ IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Amostra de Domicílio (PNAD), divulgada pelo IBGE¹⁰ em 2015, indicam que viviam no Brasil em 2015, 104,7 milhões de mulheres, o equivalente a 51,4% da população.” Mesmo as mulheres sendo a maioria, elas ainda têm salários inferiores aos dos homens e são menos presente em cargos de comando. No canteiro de obras o espaço sempre foi majoritariamente masculino, não seria diferente, a desigualdade de gênero estar presente no cotidiano de trabalho dessas mulheres, conforme afirma (Silva, 2015) que, para cada 48.971 Pedreiros, havia 372 mulheres nessa função e na função de servente havia 91.397 homens para apenas 3.632 mulheres. E os salários dos homens são sempre maiores, mesmo em funções idênticas. Dessa maneira, conforme os dados estatísticos apontam, a desigualdade de gênero predomina no canteiro de obras. Como sempre predominou em todos os setores no mundo do trabalho, conforme (Matos, 2000) a luta no Brasil por melhores condições de trabalho e equidade salarial entre homens e mulheres é antiga, como nos relata a autor sobre a primeira greve das costureiras em 1907 que foi encabeçada por Enertina Lesina, imigrante italiana, anarquista e uma das fundadoras do Jornal operário *Anima Vita*, em São Paulo. Também foi uma das fundadoras da Associação das costureiras de Saco, que deflagraram a primeira greve em 1907, reivindicando, jornadas menores de trabalho, denunciavam maus tratos e exigiam equidade salarial entre homens e mulheres nos mesmos postos de trabalho. Mas apesar da luta histórica por equidade salarial, outros fatos apresentados por (Silva, 2015), demonstram que essa luta está longe de seu fim, pois em pesquisa recente a autora constatou que no canteiro de obras no momento das progressões, geralmente os homens são promovidos em menos tempo de permanência no canteiro de obras, do que as mulheres. Essa situação é demonstrada nos estudos de Hirata e Kergoat sobre a divisão sexual do trabalho quando as autoras afirmam que:

¹⁰ - IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos. (...). Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado, como os valores políticos, religiosos, militares etc. (Hirata e Kergost, 2007)

Dessa forma, podemos entender que a divisão sexual do trabalho é um fator importante nas desigualdades de gênero que acontecem no canteiro de obras, pois ela vai se modulando conforme a necessidade masculina para lhes garantir sua permanência no poder. E, assim, pode confirmar Helena Hirata, em sua pesquisa “que a divisão sexual do trabalho parece submetida a uma forma que leva mais ao deslocamento das fronteiras do masculino e do feminino do que à supressão da própria divisão sexual.” (Hirata, 2002). Dessa forma, pode se concluir que a divisão sexual do trabalho pode proporcionar a desigualdade de gênero e conseqüentemente, a mulher entra em um processo de exclusão no canteiro de obras, que hipoteticamente, o empoderamento da mulher poderá reverter esse processo, pois quanto mais qualificada para a atividade de trabalho, mais garantias a mulher tem para permanecer no canteiro de obras.

Empoderamento da Mulher na atividade de trabalho no canteiro de obras

O empoderamento pela dimensão econômica, mesmo sendo essencial para que as mulheres possam prover seu próprio sustento e decidir por suas próprias vidas, não afasta os demais problemas de opressão que podem marcar a experiência de trabalho de mulheres em um canteiro de obras. Se este aspecto é importante, pois ele assegura uma primeira soberania para que

elas façam escolhas, para ter tempo para atividades de lazer, ter tranquilidade para a escolha de sua profissão e poder fazer projeções para sua vida futura, é bom lembrar que ele nem sempre é uma realidade visto que tenho o emprego na construção civil, as estatísticas do mercado de trabalho mostram que elas recebem bem menos do que eles, mesmo exercendo a mesma função. Acompanhamos (Sardenbergr, 2006) quando admite que “a libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero e da opressão patriarcal” fazem parte crucial do processo de empoderamento da mulher, lembrando que estes aspectos nem sempre guardam relações estreitas com o emponderamento econômico. Ou seja, outros aspectos devem estar relacionados para que a mulher realmente assuma o controle de suas vidas e de seus corpos. Mas, para esse procedimento se tornar efetivo é necessário que as mulheres reconheçam primeiramente as discriminações por gênero que sofrem e que se conscientizem da necessidade da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, por que somente assim, as mulheres poderão combater as desigualdades de gênero. É um processo de mudança de mentalidade, como podemos ver na fala de NAD o quanto está arraigado o fato de que homens têm mais direitos e privilégios “[...] é normal os homens ganharem mais, eles são mais fortes, acho que sempre foi assim...” Nesse sentido (Costa, 2012) reconhece a urgência da mulher se empoderar, pois segundo a autora o empoderamento,

é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir. Para as feministas o empoderamento compreende a alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais.

E, segundo ainda esta mesma autora, o conceito de empoderamento surgiu com os movimentos pelas lutas dos direitos civis nos Estados Unidos, nos anos setenta, através da bandeira do poder negro, como uma forma de auto valoração da raça negra e conquista de uma cidadania plena. O percurso para a busca da igualdade é longo e penoso, pois desafiar um sistema de domínio que prevalece há muito tempo, o patriarcado, seja ele na família ou no trabalho é complicado, pois a resistência é grande. É um processo demorado de mentalização dos envolvidos, ou seja, é um trabalho de longo tempo e é uma luta que envolve a extinção dos mecanismos que estão arraigados dentro da sociedade e são disseminados de várias formas em uma tentativa de resistência. Segundo (Andrade, 2016) ao preconceito de gênero feminino e à cor negra, acrescentam-se “aspectos como origem, idade, orientação sexual, estado civil, gravidez, doença e deficiência”. Além disso, as mulheres são as vítimas mais recorrentes do assédio, tanto moral como sexual. Todas essas barreiras devem ser vencidas para que as mulheres prossigam em sua luta contra a opressão e a desigualdade. Mirian Nobre, 2016, informa que nos princípios dos anos de 1900, a situação das mulheres era bem precária, politicamente não tinham voz, não podiam gerir seus próprios negócios, eram impedidas de estudar, hora por parte de instituições, ou porque o pai ou marido não permitiam, mas graças aos movimentos feministas, que não aceitavam os limites que a sociedade lhes impunha, simplesmente pelo fato de terem nascido com o sexo feminino, essa situação começou a mudar, pois as mulheres alcançaram direitos que antes lhes eram negados, como exemplo o direito ao sufrágio. O empoderamento por meio do trabalho pode oportunizar às mulheres a realização de desejos como os da operária SU, como apontou (Silva, 2015), que em sua fala demonstra a mudança em sua vida, a partir do trabalho no canteiro de obras, que lhe proporcionou melhores salários e assim, pode construir sua casa e proporcionar melhor conforto aos seus

filhos, situação que ela trabalhando 20 anos no trabalho doméstico assalariado não havia ainda conseguido.

Hoje eu já construí meu barraco, no quintal do meu pai, e não pago mais aluguel. Meus colegas que me ajudaram a levantar! Essa união não tem na casa de família, lá você é sozinha. Consegui comprar meus móveis, e meus filhos andam mais “arrumadinhos”. Só vejo vantagem no trabalho no canteiro de obras. (SU, 2014, operária da construção civil)

Assim como a SU, as outras entrevistadas também manifestaram o mesmo sentimento, são mulheres que vieram do emprego doméstico assalariado sem proteção social, e viram no trabalho da construção civil uma oportunidade de melhorar suas condições de vida por meio dos melhores salários que recebem na construção civil. Para algumas a oportunidade de trabalho no canteiro fizeram com que elas saíssem linha da pobreza, que segundo o Banco Mundial são pessoas que vivem com menos de U\$5,50, por dia, ou seja, R\$18,51, que soma aproximadamente R\$555,30 por mês, quantia inferior ao atual salário mínimo que é de R\$954,00. E, essas mulheres antes de adentrarem ao canteiro de obras, informaram que no trabalho doméstico assalariado elas percebiam menos que o salário mínimo na maioria das vezes. Dessa forma, para continuarem no canteiro e manterem seus ganhos elas sabem que aprender o trabalho é essencial que poderá garantir sua manutenção e progressão no canteiro de obras. Mas nenhum aspecto isolado assegura o emponderamento de gênero no canteiro de obras, pois ele é produto da luta contra várias opressões históricas marcadas pelas opressões de gênero, raça e classe.

Educação para a atividade na construção civil

Por muito tempo a aprendizagem do trabalho no canteiro de obras acontece com os funcionários veteranos transmitindo aos

novatos os sabres do canteiro de obras, que segundo (Costa, 2010) “é um processo acumulativo, realizando-se ao longo da trajetória profissional no mercado de trabalho”. Dessa forma o reconhecimento deste aprendizado se dá também no canteiro de obras em forma da progressão na carteira de trabalho. E nesse processo, o operário é observado e analisado, e o resultado dependerá de seu desenvolvimento no trabalho e principalmente do que seu instrutor dirá ao mestre de obras. Desse modo para (Brochier, 2014), pesquisador francês que fez um estudo a construção civil no Brasil, a melhor oportunidade para os serventes está fora do canteiro de obras, está nas “suas relações familiares”, pois na maioria das vezes eles têm um parente que é ou foi profissional da construção civil, que pode lhe dar conselhos a respeito da execução do trabalho. Para confirmar a afirmação de Brochier,(2014), as entrevistadas afirmaram que ter parentes ou amigos próximos trabalhando na construção civil, a quem geralmente elas recorrem, é de grande ajuda para elas. Dessarte, o caminho da qualificação no canteiro de obras é longo para os operários, mas para as operárias essa trajetória se torna ainda mais longa e difícil, por que são discriminadas na aprendizagem, pois quem ensina, escolhe a quem ensinar, e geralmente, quem ensina é um homem, visto que, eles estão na construção civil há muito mais tempo. Dessa forma, muitas mulheres procuram os cursos para aprenderem o trabalho no canteiro de obras. Os cursos na área da construção civil, segundo (Silva, 2015), oferecem somente a teoria, a maioria deles não tem aulas práticas, fato que dificulta para as mulheres, pois elas necessitam também de aulas práticas. O contrário acontece com os homens, pois eles chegam aos cursos já com a prática de anos de trabalho em canteiros de obras e a maioria deles vão à busca da certificação profissional. Apesar da maioria dos cursos não ter aulas práticas, são importantes para as mulheres, pois por meio deles, elas adquirem o primeiro contato com os sabres teóricos do canteiro de obras. Nessa perspectiva que as mulheres se comprometem muito com o

trabalho no canteiro de obras, têm sempre que mostrar o tempo todo, que elas são capazes e estão sempre atentas, para como o trabalho acontece, dessa forma que GEO aprendeu o trabalho para ser promovida de servente, para servente de pedreiro, ela observava o trabalho do pedreiro e do servente de pedreiro, por isso na primeira oportunidade, ela se apresentou para o cargo, conseguindo assim sua progressão, depois de seis meses trabalhando como servente de pedreiro. Dessa maneira elas vão criando situações para aprender o trabalho. Elas vão fazendo uso de si, que segundo (Schwartz & Duc, 2007) é “[...] fazer uso de suas próprias capacidades, de seus próprios recursos e de suas próprias escolhas [...]”. Nesse sentido podemos identificar na fala de SU o uso que ela sempre faz de si no canteiro de obras para aprender o trabalho. Podemos entender a situação quando ela explica como fez para aprender o ofício de bombeiro hidráulico, segundo SU, ela ficava observando o trabalho do bombeiro hidráulico, observa seus gestos e principalmente quando o mestre de obras ia lhe passar as instruções para a próxima tarefa. Ela se mantinha atenta e no próximo intervalo que tinha, ou quando chegava a casa, anotava tudo em seu caderninho. Depois ela ia lá, para ver como tinha ficado a execução do trabalho, para poder comparar com suas anotações. A dúvida que ela tinha sempre se esclarecia com seu primo, que era bombeiro hidráulico em outra empresa. Dessa maneira, ela aprendeu os princípios básicos dessa função. E assim, quando houve uma oportunidade, ela se ofereceu para cobrir a falta do bombeiro na obra, desta forma que ela conquistou o posto de bombeiro hidráulico e mais tarde a progressão em sua carteira de trabalho. Com esse relato podemos entender o quanto é complicada a posição da mulher no canteiro de obras. Mas também tem aquelas que procuram os cursos para se qualificarem, que são o caso da VAL e da NAD que foram em busca do aprendizado nos cursos. A VAL, depois que entrou para o canteiro de obras, fez curso de eletricista predial e de leitura de projetos, em um curso da iniciativa privada próximo a sua casa ela

acredita que com esses cursos ela conseguirá na obra uma colocação melhor. A NAD estava cursando o curso de técnico segurança do trabalho em uma escola privada, na qual, segundo ela era bem caro, mas em sua opinião compensava o investimento e pretendia continuar no canteiro de obras, pois segundo ela, se identificou com o trabalho no canteiro, apesar das discriminações que às vezes lá sofre.

Considerações

A pesquisa pode apurar que, as mulheres entrevistadas apesar de reconhecerem que no canteiro de obras ocorrem desigualdades de gênero, elas querem permanecer lá, pois conseguiram por meio do trabalho no canteiro de obras empoderar-se. Segundo elas, supridas as primeiras necessidades, o caminho é ir para a luta por salários e oportunidades iguais no canteiro de obras, até mesmo por que elas querem permanecer nele. Essa ascensão pode proporcionar lhes a realização de seus desejos, como construir a casa própria, adquirir bens materiais, que proporcionaram melhores condições de vida para elas e para seus filhos, pois todas as entrevistadas são as responsáveis pelo sustento da família. E além dessa ascensão econômica, o maior ganho que elas consideram é a visibilidade social, que favorece a auto-estima, situação que elas não tinham no trabalho doméstico assalariado. Também, se sentem seguras com a proteção social que o trabalho com registro na carteira de trabalho garante. Dessa forma essas mulheres seguem em busca da inclusão social, pois é um longo caminho no qual muitos obstáculos têm que ser superados.

Referências

- ANDRADE, T. *Mulheres no mercado de trabalho: onde nasce a desigualdade?* Consultora Legislativa da Área V. Direito do Trabalho e Processual do Trabalho, Estudo técnico, 2016.
- BRASIL-IBGE-PNAD, 2015. Disponível em: <https://teen.ibge.gov.br/sobre-o-brasil/populacao/quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.114 p. : il. 1. Plano Nacional - Brasil. 2. Discriminação contra a Mulher - Brasil. 3. Igualdade para as Mulheres - Brasil. 4. Políticas Públicas. I. Título. II. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Disponível em: www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/pnpm-2013-2015-em-22ago13.pdf . acesso em: 10/03/2018
- BRASIL ONU. *Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> acesso em:10/03/2018
- BROCHIER, C. O aprendizado in loco nos canteiros de obras brasileiros. In: COSTA e BARONE.(2014) (Org.) *Qualificação profissional em construção: formação e aprendizagem na construção civil*. Curitiba: CRV, 2014.
- COSTA, A.A. *Gênero, poder e empoderamento das mulheres*, 2012. Disponível em: <http://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf> . acesso em 10/03/2018
- COSTA, L. R. *Trabalhadores em Construção: mercado de trabalho, redes sociais e qualificações na Construção Civil*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - UNICAMP, Campinas. Forun Mundial econômico *.Empoderamento da Mulher – Avaliação das Disparidades Globais de Gênero*, Disponível em: www.observatoriodegenero.gov.br/.../empoderamento...mulheres-avaliacao-das-disparidadesglobaisdegenero Tradução: José Humberto Fagundes. Acesso em 10/03/2018.
- HIRATA, H. *Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002

- HIRATA, H. & KERGOAT, D. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set. dez. / 2007.
- NOBRE, M. *Gênero e autonomia econômica para mulheres*. Caderno de Formação- Brasília: SPM - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH.
- MATOS, M. I. S. *Costurar e Batalhar: o cotidiano de trabalho e de luta feminino - São Paulo (1900-1930)*, In: *Feminismos: Teorias e Perspectivas*. vol. 8, nº 112, 2000.
- OIT - Organização Internacional do Trabalho.(2010) *Mais mulheres optam por trabalhar, mas igualdade de gênero no trabalho ainda está longe*, 2010. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/mais-mulheres-optam-por-trabalhar-mas-igualdade-de-g%C3%AAnero-no-trabalho-ainda-est%C3%A1-longe>. acesso em: 10/03/2018
- SANDENBERG, M.B.C. *Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista*, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf> - acesso em 10/03/2018
- SCHWARTZ, Y. & DURRIVE, L; DUC, Marcelle. Trabalho e uso de si In: SCHWARTZ,Y. & DURRIVE,L. (orgs). *Trabalho e Ergologia: conversas sobre atividade humana*. Niterói, Editora da Univercidade Federal Fluminense, 2007.
- SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

Mudanças no cotidiano de trabalho das famílias nos seringais do Amazonas após a Segunda Guerra Mundial

Agda Lima Brito¹

Para desenvolver a pesquisa, recorreu-se a fontes orais recolhidas pelo método da entrevista; considera-se que a metodologia da história oral nos permite analisar, neste caso, a experiência das entrevistadas nos seringais².

A história oral nos possibilita analisar a experiência e modos de vida de pessoas ou grupos, possibilitando assim uma mudança de perspectiva acerca de fatos históricos que outrora, privilegiavam a história de “vencedores”. Dito isso, sabemos que a história oral contribui para a história e memória, para compreender as ações de grupos e valores coletivos³. Sobre as fontes orais Verena Alberti, nos traz uma importante perspectiva metodológica, de como através da oralidade é possível tratar das experiências desses indivíduos:

¹ Doutoranda em História na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista Faperj. Email: agdalencar.lima@gmail.com,

² PORTELLI, Alessandro (I). O que faz a história oral diferente. in Projeto História – Cultura e Representação. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. SP: Educ. fevereiro/1997. p. 30.

³ ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: história dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). Fontes Históricas. p. 166. 2.ed., I a reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008.

Reconhecer os paradigmas que estão na base da História oral não implica renunciar a sua capacidade de ampliar o conhecimento sobre o passado. Ao contrário, saber em que lugar nos situamos ao trabalhar com determinada metodologia ajuda a melhor aproveitar seu potencial. Uma das principais vantagens da História oral deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas, pois é preciso ter claro que a entrevista não é um "retrato" do passado.⁴

Conforme aponta Alberti, o trabalho com (quem utiliza) as fontes orais deve ser rigoroso e cuidadoso, uma vez que mesmo que sejam fundamentais para tratar da vivência dessas pessoas, não deve ser tomada como cópia do passado, deve ser analisada de forma detalhada e aprofundada como qualquer outra fonte.

Tomando a visão de Marieta de Moraes Ferreira⁵, a entrevista seria o centro da investigação, por isso mesmo devemos fazer uso de outras perspectivas, como a questão da oralidade e escrita, memória e história, dando ênfase a histórias de mulheres, grupos sociais, entre outros que estão ligados à história dos excluídos.

Nossa atenção está em tratar da história desses sujeitos e como principalmente as mulheres contribuíram para a sobrevivência dessas famílias, nas matas amazônicas. Não estamos tentando vitimizar esses sujeitos, a preocupação está além de “dar voz” a esses trabalhadores e trabalhadoras, a questão é mostrar através do testemunho dessas pessoas, reconhecendo seus significados e suas próprias experiências, dessa forma buscando entender a história de trabalho dessas famílias que viveram nos

⁴ Ibidem. p. 170.

⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. *História oral: velhas questões, novos desafios*. In: CARDOSO, Ciro Flamaron; VAINFAS, Ronaldo (Org). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

seringais do Amazonas e como, sobretudo as mulheres, que ficaram durante anos invisibilizadas dentro das matas, com isso dificilmente terão seu trabalho reconhecido pelos setores responsáveis, sofrendo dificuldades para se aposentar, dentre muitas outras questões que serão tratadas sobre o trabalho feminino nos seringais.⁶

No âmbito da memória, explora-se, neste caso, as vivências, as experiências, as memórias e as histórias das mulheres nos seringais, considerando-se que a memória envolve experiências, emoções e sensibilidades, este trabalho de compreensão da vida de pessoas de setores subalternos, não poderia ser realizado caso não se recorresse à entrevista. Como aponta Portelli, “os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute”⁷. Acredito que escutar e observar a humanidade destas pessoas é algo que tão somente recorrendo a periódicos, por exemplo, e tendo em conta o tema tratado, não poderia ser resgatado.

Nesse sentido, as discussões em torno da categoria memória acabaram se intensificando no século XX, passada a Segunda Guerra Mundial, historiadores se preocuparam com as questões que surgiam em torno da memória e história, sobre tudo historiadores franceses com as novas questões que foram surgindo, como a história das mentalidades coletivas, por exemplo⁸.

Um dos historiadores que sem dúvida contribuiu para os estudos acerca de memória, foi Jacques Le Goff que usa como título do seu livro justamente essa chave “História e Memória⁹”, preocupado em destrinchar a categoria memória, Le Goff traz um panorama do desenvolvimento dos usos dessa categoria desde a

⁶ FERREIRA, op. cit., 2011, p. 176.

⁷ PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH, Fortaleza, 2009. p. 2.

⁸ FERREIRA, op. cit., 2011, p. 175.

⁹ LE GOFF, Jacques. História e memória / tradução Bernardo Leitão. [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

antiguidade até o século XX, demonstrando que foi no século XX, sobretudo no Pós-Guerra que a memória passa por uma verdadeira revolução e as discussões sobre história e memória ganham cada vez mais o interesse de pesquisadores, dessa forma, entendemos que a história não é memória, mas a memória seria um dos meios de elaboração da história¹⁰.

Fernando Catroga¹¹ em seus estudos sobre memória e história dialogando com pesquisadores que escreveram sobre memória, como por exemplo, Maurice Halbwachs, Paul Ricouer, entre outros e história como François Hartog, entre outros, nos mostrar como a história está próxima da memória e mesmo não sendo iguais ambas carregam suas especificidades, mas mesmo assim, estariam bem próximas nos processos de pesquisas, podendo então a memória colaborar com a história.

Para Maurice Halbwachs¹² as lembranças são construídas através da interação com outros grupos, formando a memória coletiva. Halbwachs foi um sociólogo que contribuiu consideravelmente para os estudos em torno da memória coletiva, para o autor a memória é formada sofrendo influência dos grupos que convivemos logo a memória individual existe baseada na memória coletiva, uma vez que sofre influência dos grupos que convive. Para o autor, a memória coletiva seria limitada no espaço e no tempo, só que de modo diferenciado, pois precisamos ao narrar determinados casos confiar na memória do outro, “carrego comigo uma bagagem de lembranças históricas, que posso ampliar pela conversação ou leitura. Mas é uma memória emprestada, que não é minha¹³”. Nos estudos acerca da categoria memória coletiva as observações de Halbwachs são bem conhecidas e utilizada por

¹⁰ LE GOFF, op. cit., 1990, p. 49-50.

¹¹ CATROGA, Fernando. Memória, História e Historiografia. Quarteto editora, 1º edição Coimbra, 2001.

¹² HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2004, p. 47.

¹³ Ibidem, p. 54

pesquisadores, pois suas reflexões ajudam a entender a formação da memória coletiva e usos da memória enquanto ferramenta de estudo para a história.

Oliver Sacks nos mostra uma importante discussão acerca da manipulação da memória, o autor ao explorar suas próprias lembranças, se dá conta que durante muito tempo narrou um determinado acontecimento como se tivesse vivido aquele fato, quando na verdade quem viveu foi seu irmão, importante entender que o autor teria reconstruído a cena contada por seu irmão em uma carta e durante anos acreditou ter vivido aquele acontecimento, que na verdade foi escrito por seu irmão, dentro dessa discussão o autor conclui que todos nos transferimos experiências em alguma medida, chamando a atenção ao fato de o cérebro não ter uma ferramenta que distingue o que é verdade ou não, não há como saber que todos os depoimentos colhidos, sobretudo para quem trabalha com história oral, sejam totalmente verdade, essas questões e reconstrução de memória dos indivíduos são subjetivas, cabe ao pesquisador fazer um trabalho investigativo, e se aprofundar ao máximo sobre o assunto pesquisado, uma vez que a memória, segundo o Sacks surge também da “interação de muitas mentes¹⁴”.

Sabemos que os estudos de memória envolvem experiências, vivências, dentro dessa temática Beatriz Sarlo¹⁵ nos dá um novo panorama sobre as discussões de memória e subjetividade, importante lembrar que a autora não busca esgotar essas questões e sim nos apresentar meios de entender essa temática, tão atual na historiografia.

Para Sarlo ocorre um ressurgimento entre pesquisadores contemporâneos, do sujeito narrando suas experiências, entre 1960 e 1970, ao tratar desses assuntos fala sobre a questão da

¹⁴SACKS, Oliver. Cap. A Falibilidade da Memória. In: O rio da consciência. 1º Editora, São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 92.

¹⁵SARLO, Beatriz. Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução: Rosa Freire d' Aguiar Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

subjetividade nos testemunhos, a autora faz em sua discussão sobre o lugar do testemunho, sobretudo os regimes de ditadura na América Latina, procura tratar da preservação dessa memória, mas colocando uma questão em cheque, que seria a veracidade dessas experiências narradas. Dialogando com diversos autores, se propõem então a discutir a experiência da narração desses sujeitos e como os testemunhos se tornaram não só armas jurídicas, passados vinte anos dos crimes realizados pela ditadura em diferentes locais da América Latina, mas também uma chave para responder uma série de questões sobre a história desses indivíduos.

Ao analisar alguns desses testemunhos, dialogando com autores como Primo Levi¹⁶, Walter Benjamin¹⁷, entre outros, Sarlo levanta uma questão importante para este trabalho sobre testemunhos e subjetividade na escrita, conclui que:

O sujeito não só tem experiências como pode comunica-las, construir seu sentido e, ao fazê-lo, afirma-se como sujeito. A memória e os relatos de memória seriam uma “cura” da alienação e da coisificação. Se já não é possível sustentar uma verdade, florescem em contrapartida verdades subjetivas que afirmam saber aquilo que, até três décadas atrás, se considerava oculto pela ideologia ou submerso em processos pouco acessíveis a simples introspecção. Não há verdade, mas os sujeitos, paradoxalmente, tornaram-se cognoscíveis.¹⁸

Ou seja, não é porque esses testemunhos não podem ser tomados como “verdades absolutas”, que não estejam carregados de experiências e que não possam fazer parte das pesquisas, como fontes inclusive, é uma realidade que atualmente em caso de escassez de fontes, os testemunhos orais ou jurídicos, estão sendo

¹⁶ LEVI, Primo. Os afogados e os sobreviventes. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

¹⁷ BENJAMIN, W. “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

¹⁸ SARLO, op. cit., 2007. p. 39.

cada vez mais utilizados como fontes em pesquisas de diversas áreas das ciências humanas. Entendemos que a subjetividade, que segundo a autora ganhou ênfase na contemporaneidade, não seria tomada como algo negativo, sobretudo para quem trabalha com memória e história, mas é claro sem cometer exageros.

É importante que historiador ao trabalhar com as fontes orais esteja atento à discussão sobre memória, conforme aponta Verena Alberti “cabe ao pesquisador estar atento aos significados e escolhas, determinadas por uma visão retrospectiva, que dá sentido as experiências no momento que são narradas¹⁹”, é preciso entender os instrumentos que possui, para lidar com a memória desses sujeitos.

Para Le Goff os estudos acerca da memória têm evoluído e contribuído para a história, sobre a memória coletiva o autor indica que:

Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória.²⁰

Importante frisar o papel de pesquisadores em desconstruir a história do ponto de vista dominante, partindo, portanto, de uma história democrática, preocupada com os usos da memória de forma coerente.

Dito isso sabemos que as fontes sobre mulheres dentro do tema trabalhado e na região que está sendo estudada são escassas, por isso mesmo tentamos dar conta dos trabalhos nos seringais através do trabalho com a memória, entendendo que a história analisa a memória, neste caso através da entrevista e ainda que o

¹⁹ALBERTI, op. cit., 2008.

²⁰LE GOFF, op. cit., 1990. p. 410.

depoimento que é colhido no presente sobre o passado, esteja carregado de características do presente e que o entrevistador (ainda que tome todos os cuidados) interfira no depoimento do(a) entrevistado(a)²¹, o papel social da história é revisitar a memória e botar em cheque questões que estão sendo colocadas no presente.

As Mulheres nos Seringais

Após a crise da borracha, que ocorreu no início do século XX, a Amazônia passou por um longo período de crise econômica, até a década de 1940 onde a região passa por um período de recuperação da extração do látex e as políticas Vargasistas de ocupação dos “vazios demográficos” do território nacional (conhecida como Marcha para o Oeste), o governo voltava seus olhos para a região em busca de atender exigências dos Norte Americanos, tendo em vista que o Brasil naquele período entrou na Segunda Guerra Mundial, sendo necessário colaborar para o esforço de guerra dos Aliados.

O trabalho de extração de látex era algo que demandava muito tempo, os cortes eram realizados no verão amazônico de maio a novembro, antes do nascer do sol, este trabalhador já levantava e partia para o corte da seringa.

Além do trabalho cansativo da retirada do látex, tinham as implicações da defumação. Temos que levar em consideração que muitos trabalhadores adoeceram com problemas pulmonares e malária, que sofriam de desnutrição devido à falta de consumo de alimentos frescos, pois mesmo morando na mata, somente tinham tempo para o corte da seringa, os preços do instrumento para caçar ou pescar eram muito altos, o que faziam com que consumissem somente produtos dos barracões²².

²¹CATROGA, op. cit., 2001.

²² WOORTMANN, Ellen. Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal. In: Ana Maria Niemayer; Emilia Pietrafeza Godoi. (Org.). Além dos Territórios: por uma troca entre a etnologia Indígena. Os estudos rurais e estudos urbanos. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998. p.12 - 14.

Após esse processo, teriam ainda que levar aquilo que era produzido rumo aos barracões para realizar a pesagem e adquirir bens básicos, como comida e ferramentas, aumentando sua dívida, pois o seringueiro já chegava aos seringais devendo as ferramentas para o patrão e outras mercadorias necessárias para alimentação e vestimentas.

Com a presença do trabalho feminino era possível se dedicar a agricultura e ao corte da seringa, mesmo com os patrões tentando enraizar na mente dos trabalhadores que a produção da borracha era prioridade, conforme apontado por Cristina Wolffman²³:

A grande questão é que, apesar de ganhar com a seringa muito mais dinheiro do que poderia obter no Nordeste, o seringueiro aqui era obrigado a gastar muito mais com sua subsistência, pois qualquer mercadoria era vendida nos barracões a um preço muito maior do que nas cidades, as vezes 200% mais caro. Além disso, a troca não era normalmente mediada pelo dinheiro, o qual o seringueiro somente obtinha ao final do período de corte, se lograsse ter saldo em sua conta – corrente, na qual eram debitadas suas compras no barracão e creditada a borracha produzida. Isso se o patrão ainda se dispusesse a pagar o saldo, pois são muitos os relatos de brigas entre patrões e seringueiros que cobravam seus saldos. O monopólio que o patrão manteve nessa troca com os seringueiros, reforçado pelo contrato – padrão imposto pelos órgãos governamentais na Batalha da Borracha, e a incompetência desses mesmos órgãos na fiscalização dos abusos, garantia essa troca desigual que fazia com que fosse difícil para um seringueiro liberta – se da eterna dívida com o patrão²⁴.

Nesse contexto foram reinventadas novas formas de sobrevivências nas colocações, contanto com aquilo que era produzido dentro dos próprios seringais e com aquilo que poderia

²³ WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

²⁴ WOLFF, op. cit., 1999. P. 139.

ser adquirido em meio à mata Amazônica. Na relação com ambiente em que viviam essas mulheres, foram aos poucos se tornando peças fundamentais para assistência de suas famílias nos seringais.

As mulheres vindas de outras regiões ou nascidas nos seringais, dentro das colocações, desde muito cedo já tinham uma rotina de trabalho, com o tempo para cada coisa, para cada colheita, para o corte da seringa.

Por conseguinte, percebemos como os modos de trabalho ainda estão vivos na memória dessas mulheres, já que o seu cotidiano de trabalho estava em torno de sua sobrevivência nas colocações e nos barracões. Dessa forma, sua rotina girava a maior parte do tempo em torno do trabalho.

As que trabalhavam nas colocações ao mesmo tempo em que produziam para os seringalistas, experimentavam certa liberdade criando suas formas de resistência, pois segundo Gerson:

A diferença é que no mundo em que vivem, os personagens dessas histórias ganham forma no silêncio, na solidão e nos seus modos de relacionamento com a floresta. Em sua compreensão de mundo, eles ganham concreticidade porque se articulam com os significados da preservação da existência humana, com suas tradições e valores, significados que fazem parte de seus modos de vida em constante reelaboração.²⁵

A divisão entre trabalho produtivo relacionado com os homens e o trabalho “reprodutivo” vinculado à mulher já está enraizado em nossa cultura. Há uma ideia de que o trabalho feminino é complementar ou menor. Por isso não se tem essa visão que o trabalho feminino é primordial, sem levar em consideração que antes esses trabalhadores não conseguiam realizar outras tarefas além da coleta da seringa e que, portanto, acabavam consumindo em maior quantidade produtos nos barracões. Só que

²⁵ ALBUQUERQUE, G. R.. Trabalhadores do Muru: o rio das cigarras. 1. Ed. Rio Branco - Acre: Editora da Universidade Federal do Acre - EDUFAC, 2005. V. 01. p.60.

com a presença da família, nesse segundo momento de produção da borracha, toda a família é inserida nessa dinâmica de trabalho.

Por isso se fez necessário comprovar como essas mulheres começaram a buscar outras formas de se manter fora das dependências dos barracões. Além da borracha, a coleta da castanha, a produção da farinha e a manutenção de uma roça são exemplos claros de mercadorias que eram vendidas nos regatões e também armazenadas para consumo próprio²⁶.

Como relata, Ana Xavier após a morte do pai, ela começa a exercer a atividade do corte da seringa nas regiões mais afastadas, após casada, continuará trabalhando na lida de coleta do látex e outras atividades:

(...) por que o serviço mais pesado que tinha, era você corta seringa, brincadeira mana eu saía de madrugada, o Anibal (marido de Ana Xavier) saía duas horas da Madrugada pra estrada, dava um rodo, quando chegava oito horas do dia chegava em casa, aí almoçava, ficava um pedacinho virava pra trás, chegava em casa quatro horas, quatro e meia, com o leite, ia colher, aí defumar, guardava, botava a borrachinha lá, vamos pro lago, vamos mariscar...²⁷

Organizavam-se de modo que envolvia toda família nos afazeres diários, trabalho esse que se fazia necessário, haja vista que o seringueiro passava muito tempo fora na realização deste e outros serviços. No relato de Consuelo Ladislau Pereira, afirma que a família de sua mãe era de agricultores dentro dos seringais, seu pai cortava seringa no Anori, ela descreve com que trabalhavam na região:

Com feijão, arroz. Elas plantavam, eles eram agricultor, era assim cuidava daquelas pessoas, cozinhava, matava boi e tudo, porco,

²⁶ WOORTMANN, op. cit., 1998, p. 34.

²⁷ PINTO, Ana Xavier. *Ana Xavier Pinto*. Depoimento [15 Novembro. 2013]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2013.

galinha, ela fazia pros que tavam trabalhando com eles, do nordeste também²⁸.

Essas mulheres também eram responsáveis pelo serviço de defumação. O látex, esse processo era realizado dentro dos tapiris, em sua maioria realizados por mulheres, que ficavam expostas a fumaça. Francisca Ribeiro trabalhadora do seringal, evidência esse serviço:

(...) ele cortava seringa e eu ficava em casa com os meninos, aí quando era de tarde que ele chegava com o leite, ajudava ele defumar, fazia borracha (risos) defumar né, no tapiri²⁹ NE. Aí deixava nós defumando, eu mais o Jucelino (filho de Francisca) e ele ia atrás de matar um bicho pra nós comer, caçar.

Aí quando ele chegava nós já tinha acabado de defumar a borracha, aí no outro dia ele saía quatro horas da madrugada pra cortar, ele ia cortando e ia botando aquela tigelinha na árvore né, aí quando acabava de corta todinho, meio dia ele voltava colhendo já o leite no balde né, aí quando ele chegava, já era de tarde né. Umás quatro horas ele chegava com o leite, aí ele, deixava nos defumando eu mais o Jucelino (filho) e ele ia atrás de uma comida, mata uma caça pra nós jantar...³⁰.

Dito isso, sabemos que as mulheres ainda que sem ter seus trabalhos reconhecidos, trabalharam dentro dos seringais em diversas atividades, sendo uma delas, a mais presente em suas narrativas é justamente o trabalho na roça, na agricultura.

Com isso após o término da Segunda Guerra Mundial, percebemos que o governo irá tentar traçar políticas de recuperação para a região da Amazônia, que foram discutidas desde 1946, conforme aponta Carlos Eugenio Renha:

²⁸ LADISLAU, Consuelo. Consuelo Ladislau [10 Abril. 2016]. Entrevistadora: Jéssyka Samya, Manaus: Amazonas, 2016.

²⁹Espécie de prensa ou espremedor de palha trançada usado para escorrer e secar raízes.

³⁰RIBEIRO, Francisca das Chagas. *Francisca das Chagas Ribeiro*. Depoimento [10 Fevereiro. 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2014.

Proposto pelo deputado federal pelo Amazonas Leopoldo Peres, o artigo 199 da Constituição Federal de 1946 criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Sucinto, o artigo apenas definia que a União aplicasse quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária no desenvolvimento da área amazônica por, no mínimo, vinte anos consecutivos. Além da União, os Estados e os Territórios da região amazônica, bem como os respectivos Municípios, também estavam obrigados a reservar para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias³¹.

No entanto somente em 1953 que foi criada a lei nº1. 806 O Plano de Valorização Econômica da Amazônia³², tratava – se de uma série de medidas que visavam incentivar o desenvolvimento da região, dentre eles incentivar o desenvolvimento agrícola, destacamos o artigo 1 que resume parte do plano de valorização:

Art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no Art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País³³.

Acreditamos que a criação da SPVEA acarretou mudanças dentro do meio rural no Amazonas, pois um de seus pontos principais será investir na agricultura e pecuária. Importante ressaltar que entendemos os seringais como um espaço de trabalho que abrange várias atividades e não somente o lugar onde é colhida a

³¹ RENHA, Carlos Eugênio Aguiar Pereira de Carvalho. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966), 2017, p. 46.

³² *Legislação Informatizada - Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953 –Página Consultada em 19 de setembro de 2016.* <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>.

³³ *Legislação Informatizada - Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953 –Página Consultada em 20 de novembro de 2016.* <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>.

seringa. Nos *Relatórios de Comercio do Amazonas* de 1950, por exemplo, produtos como a castanha, a farinha, juta dentre outros vão ser amplamente tratados como um recurso de incentivo da Amazônia.

Ou seja, o governo volta seus olhos para o serviço que até então era realizado por mulheres, por isso mesmo, acreditamos que essas medidas irão afetar a vida dessas famílias, que o trabalho sofrerá uma reorganização.

A documentação em torno das mulheres ainda é escassa, mas as fontes orais têm nos ajudado a compreender as experiências dessas trabalhadoras, e possibilitando que tenhamos referências que possam ser cruzadas com outras fontes.

Deste modo, estamos tentando entender como se deu essa nova dinâmica de trabalho dentro dos seringais, como por exemplo, conseguimos realizar entrevistas com algumas mulheres e homens, que moram no município de Manacapuru, notamos que as mulheres que trabalharam em seringais, não conseguiram se aposentar como seringueiras, passados alguns anos, já na década de 1970 através de sindicato que foi criado no município de Manacapuru, conseguiram se aposentar como agricultoras, outras se aposentaram em outras funções ou não se aposentaram ainda.

Tivemos acesso a quinze pedidos de aposentadorias junto a Procuradoria da República no Estado do Amazonas (PRAM), sendo desses pedidos, oito de mulheres que contavam sua trajetória de trabalho no seringal e com depoimento de testemunhas, essas tiveram seus pedidos negados.

Constatando que no Pós-Guerra esse controle sobre essas famílias que trabalhavam nos seringais se estenderia por mais alguns anos. Estamos tentando dar conta desse período de 1946 onde existe uma preocupação do governo federal com o desenvolvimento da Amazônia e seguindo até 1966 onde a SPVEA deixa de existir devido a diversos fatores e ocorre o surgimento da SUDAM que vem atuando até o tempo presente. Estamos buscando compreender o por quê de o mesmo sistema de trabalho ter perdurado dentro das matas

durante tantos anos. As famílias da mata foram mantidas como trabalhadores não reconhecidos, em se tratando das mulheres a situação se torna mais grave, pois a negligência ocorre desde a década de 1940 quando elas já eram trabalhadoras atuantes na região do Amazonas e não conseguiram se aposentar como seringueiras. Por isso mesmo, é necessário que a história redima esse silêncio e torne visíveis essas famílias e essas mulheres, para isso é fundamental investigar essa nova reorganização do trabalho nos seringais do Amazonas, no Pós-Guerra, dando a devida atenção ao trabalho familiar nos seringais e suas mudanças em regiões que era inicialmente seringais e foram se tornando áreas onde serão desenvolvidas outras atividades, demonstrando como essas famílias viveram nos seringais após a crise da borracha.

Referências

- ANDRADE, Regina Marcia. *Delírios e agruras do látex: o Amazonas de 1880 a 1920*. Dissertação de Mestrado. Ano de obtenção: 1991.
- ASSUNÇÃO, Sandra; SILVA, Josué; SILVA, Adnilson. *Lembranças do Lugar: O ser Seringueiro em Extrema RO*. Revista Igarapé, Vol. 1, No 1 (2013).
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco – antes e além depois*. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.
- BRUNO, Regina. Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres. *ANTHROPOLÓGICAS*, ano 16, volume 23(1): 2012.
- CHEROBIM, M. Trabalho e comércio nos seringais amazônicos. *Perspectivas*, São Paulo, 6:102-107, 1983.
- DAUPHIN, Célia, FARGE, Arlette, PERROT, M. *A história das mulheres*. Cultura e Poder das Mulheres: Ensaio de Historiografia. Tradução de Rachel Soihet. Rosana M. A. Soares e Suely Gomes Costa. Gênero. NUTEG-Núcleo Transdisciplinar dos Estudos de Gênero. 2º. Sem 2001- vol.2, n.1(2 sem 200), Niterói : Ed. UFF,2000.

- FERREIRA, Maria Liége Freitas. *Mulheres no Seringal*: submissão, resistência, saberes e práticas (1940-1945). VIII Simpósio Internacional Processo Civilizador, História e Educação. Paraíba, 2004. In: LEAL, Davi Avelino. Por uma arqueologia dos seringais. Canoa do tempo (UFAM), v. 1, p. 205-2201, 2007.
- GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *A Batalha da Borracha*: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante o Estado Novo. Revista de Sociologia e Política. N° 9, 1997.
- LAGE, Mônica Maria Lopes. *Mulher e Seringal*: Um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.
- LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. *Soldados da Borracha*, das vivências do passado às lutas contemporâneas. Dissertação de mestrado. Ufam: Manaus, 2013.
- MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. Os Degredados Filhos da Seca. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MCGRATH, David. Parceiros no Crime: regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. *Novos Cadernos NAEA* vol. 2, n° 2 - dezembro 1999.
- MORGA, Antonio Emilio e LAGE, Mônica Maria Lopes. Mulheres nos Seringais do Amazonas: sociabilidade e cotidiano. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 91 - 104 jan. / jul. 2015.
- NASCIMENTO, Maria das Graças. O Trabalho silencioso da mulher no interior da Floresta Amazônica. Revista de Educação, *Cultura e Meio Ambiente*-Março. - N° 11, Vol. II, 1998.
- PEREIRA, Marcelo Souza. Servidão Humana na Selva: o aviamento e o barracão no seringal da Amazônia. *Somanlu*, ano 12, n. 1, jan./jun. 2012.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*: operários, mulheres, prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 4ª. Ed, 1988.

- PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina*. (CIP) UFPA, Belém: Açaí, 2010.p.p.124,136.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O seringal e o seringueiro*. 2º Ed. ver. Manaus. Editora da Universidade do Amazonas- Governo do Estado do Amazonas, 1997.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *O genius de uma economia: reflexões e propostas sobre o desenvolvimento da Amazônia*. Populações Humanas e Desenvolvimento Amazônico. Belém: UFPA, 1989.
- OIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. “A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 54, jul – dez. 2007.
- SOIHET, R. História das Mulheres e História de Gênero - um depoimento. Cadernos Pagu (UNICAMP), Campinas/ São Paulo, v. 11, 1998.
- SOUZA, Carlos Alberto Alves. “Varadouros da Liberdade”: Cultura e trabalho entre os trabalhadores seringueiros do Acre. *Projeto História*, São Paulo, (16) de fev. 1998.
- TEXEIRA, Carlos Correia. *Servidão Humana na Selva: O Aviamento e o Barracão nos Seringais da Amazônia*. Manaus, editora Valer/ Edua, 2009.
- UGARTE, Maria Luiza. *Nos Meandros da Cidade: Cotidiano e Trabalho na Manaus da Borracha, 1880-1920*. ANPUH - XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - Londrina, 2005.p. 2.
- WOORTMANN, Ellen .Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal. In____. *Os estudos rurais e estudos urbanos*. (Org.). Ana Maria Niemayer; Emilia Pietrafeza Godoi. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998.

Memórias dos Mundos do Trabalho em Macapá (década de 1990): relatos de trabalhadores como fontes para o ensino de história local

Angela Maria dos Anjos Nascimento¹

Introdução

Pensar em novas possibilidades metodológicas para o ensino de história que mobilizem alunos e professores em torno de um ensino-aprendizagem para além dos modelos tradicionais já constituídos é um grande desafio. Cada vez mais se busca discutir categorias e conceitos que relacionem a vida cotidiana dos alunos, suas realidades imediatas com os conhecimentos históricos necessários a reflexão e entendimento do mundo. O presente estudo, ainda introdutório, reúne dados de estudos feitos por mim durante a especialização em *História e Historiografia da Amazônia* (2016) e também durante o *Mestrado em Ensino de História* (2018), acrescidos de novos estudos sobre os mundos do trabalho na cidade de Macapá.

Durante o estudo da especialização analisei a relação entre a migração para o estado do Amapá e a formação da identidade amapaense – a amapalidade. Mais precisamente no segundo

¹ Mestra em Ensino de História pelo Programa de Mestrado em Ensino de História – Profhistória/Unifap. Graduanda do Curso de História da Unifap. Professora da rede Estadual de Ensino do Amapá. E-mail: gelianjos@gmail.com.

capítulo da monografia, intitulado *Amapá: uma história de migração*, pude perceber que o fator o preponderante para este fenômeno nos tempos modernos era a busca por trabalho e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

Nos estudos durante o mestrado, com recorte espacial menor - a cidade de Macapá -, tive oportunidade de analisar metodologias para o ensino de história local e desenvolvi uma metodologia que utilizou lugares e memórias dos moradores da urbe para estudar a história da cidade. Durante este estudo tive contato com mais de 200 relatos de moradores da cidade colhidos pelos alunos por meio de questionários e, pude ter uma ideia da origem dos moradores de Macapá e as motivações que os trouxeram até cidade.

Trabalho semelhante já havia sido feito quando lecionei em turmas da EJA, contudo, naquele momento o objetivo era traçar um perfil dos moradores de áreas de ressacas (áreas baixas, alagadas ou alagáveis), estudo que foi desenvolvido em conjunto com os alunos por meio de entrevistas, tabulações e análises de resultados.

Emprego, desemprego, trabalho autônomo e as táticas de sobrevivência em Macapá chamaram-me a atenção para uma temática que se apresenta reveladora da gênese e da problemática atual da cidade, o trabalho. Este tema se mostra fecundo e abre um leque de possibilidades para se pensar a realidade macapaense e suas conexões com contextos mais amplos. E, ao enveredar no trabalho com temática no ensino de história pretendo demonstrar o quão necessário é o diálogo com outras áreas do conhecimento, neste caso, em especial com a geografia.

Os dados quantitativos se fazem presentes neste estudo e se mostram essenciais ao entendimento, não como mera ilustração, mas como parte essencial à compreensão das transformações e evoluções ocorridas em Macapá. Estes dados, colhidos em estudos sobre a cidade de Macapá em artigos de estudiosos como Sidney Lobato (historiador) e Jadson Porto (geógrafo) entre outros. Dados estatísticos do IBGE foram transformados em gráficos para facilitar e

dar visualidade aos números e séries, assim como foram analisados e complementados qualitativamente por meio de análises.

Além disso, foram feitas entrevistas com 3 moradores de Macapá, selecionados neste momento por a) representarem diferentes situações de trabalho na cidade; b) terem diversas relações com trabalho ao longo de suas trajetória de vida; e c) terem vivenciado o trabalho em Macapá na década de 1990 do século XX. Estas entrevistas foram transcritas e depois transformadas em pequenos textos/relatos, a partir dos quais, em sala de aula, se pretende estudar os mundos do trabalho em Macapá.

As memórias do trabalho em Macapá por meio de relato de trabalhadores serão utilizadas como uma ponte para se entender a formação deste núcleo urbano, assim como refletir sobre as dinâmicas atuais: suas características políticas, sociais, culturais e econômicas.

As novas tendências para o ensino de história e a história local

Construir conhecimento histórico a partir do local de vivência dos alunos é uma forma de aproximar o alunado de um aprendizado mais autônomo e estimulante. Na nossa experiência como professora de História da Educação Básica, no Ensino Médio e Fundamental (Anos Finais), temos percebido que os jovens, na sua maioria, envoltos pela cultura imediatista/presentista, veem o lugar onde vivem como se ele fosse sempre assim, da mesma forma, sem conseguir conectar a estes lugares um sentido histórico. É um grande desafio na atualidade pensar novas possibilidades metodológicas que mobilizem alunos e professores em torno de um ensino-aprendizagem de História para além dos modelos tradicionais já constituídos.

O ensino de História de hoje ainda tem marcas muito fortes de seu passado. Métodos e técnicas de ensino de meados do século passado estão ainda em voga, como se fossem as únicas possibilidades didático-metodológicas. A própria História como

componente curricular ainda é vista pela maior parte dos alunos como uma disciplina de memorização mecânica e repetição de conteúdos, onde o saber está pronto e acabado, bastando apenas “decorá-lo”.

O professor dentro desta perspectiva tem papel de destaque como transmissor do conhecimento histórico acumulado. O aluno por sua vez é um mero receptor acrítico de verdades indiscutíveis. Na perspectiva tradicional, os fatos históricos são do passado e nenhuma relação têm com o presente. Este tipo de educação, baseada na repetição de conteúdos, dificulta o entendimento e afasta o ensino de História do processo efetivo de elaboração do conhecimento, transformando-o em ensino monótono e acrítico.

Identificada esta situação-problema, busca-se a superação dos resquícios ou vícios da educação tradicional ainda existentes. Para isso, é necessário que o ensino de História promova situações onde os alunos possam participar do processo de fazer história. E que este processo prime pela valorização da diversidade de perspectivas e pelo reconhecimento da memória como fonte histórica.

Sobre isso, Marta de Sousa Lima Brodbeck, em *Vivenciando História: metodologia do ensino de História*, explica:

Ensinar História, teoricamente, deixou de ser a memorização de datas e nomes, a disciplina passou a oferecer ao aluno a possibilidade de construir conhecimento a partir de próprias experiências e bagagem cultural. Reforçam-se os diálogos entre pesquisadores, o saber acadêmico e as práticas em sala de aula. Gradativamente, as propostas curriculares passaram a ser influenciadas pelo debate entre as diversas tendências historiográficas e muitos historiadores se voltaram para a abordagem de novas problemáticas e temáticas de estudo ligadas à história social, cultural e do cotidiano, sugerindo possibilidades de rever a abordagem histórica tradicionalmente trabalhada na sala de aula.²

² BRODBECK, Marta de Sousa Lima. *Vivenciando História: metodologia do ensino de História*. Curitiba: Base Editorial, 2012. Citações seguintes: BRODBECK. *Vivenciando História: metodologia do ensino de História*, p. 8-9.

As novas propostas didáticas para o ensino de História apontam para o respeito à diversidade e apresentam o aluno com sujeito da própria história. A escola é um espaço privilegiado para a construção de saberes que valorizem a diversidade de ideias, perspectivas, crenças e experiências. Sobre a diversidade no âmbito do ensino, vejamos o que consideram os PCNs e as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Amapá:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras.³

Implica incluir a abertura de espaços para que a cultura dos grupos não representados no currículo escolar, como as populações ribeirinhas, indígenas e comunidades quilombolas, passem a fazer parte deste currículo e se torne presente por meio de narrativas que salientam suas experiências e viabilizem diálogo entre as diversas culturas.⁴

A diversidade cultural brasileira tem ganhado espaço dentro do currículo escolar nas últimas décadas. Isso pode ser percebido nas diretrizes elaboradas para a educação básica, assim como nos debates, propostas e pesquisas que buscam a transformação dos procedimentos de ensino de História, visando “o acesso aos conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania”⁵, despertando o interesse e gerando melhores resultados no que tange à formação de alunos mais críticos, participantes e autônomos.

³ BRASIL, *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) História. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos*. Brasília: MEC/SEF, 1998. Citações seguintes: *PCN História... Op. Cit.*, p.05.

⁴ AMAPÁ, Governo do Estado do Amapá, Secretaria de Educação do estado do Amapá. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Amapá: Estudos Amapaense e Amazônico*. Macapá-AP: Seed/ap, 2015. Citações seguintes: *Diretrizes... Op. Cit.*, p. 115.

⁵ BRASIL. Citações seguintes: *PCN História... Op. cit.*, p. 05.

A ideia é aproximar o aluno da história. E a história local se apresenta como elo entre o aluno e contextos históricos mais distantes ou macros, como a história nacional e mundial, que por vezes podem parecer não ter qualquer relação com os estudantes, ou relação muito distante temporal e espacialmente com realidade imediata destes. Afinal, ela (a história local) é a história que trata de assuntos referentes à determinada região, município, cidade ou comunidade, que se caracteriza pela valorização das particularidades e diversidades, e que por isso pode ser um dos pontos de partida para a formação da identidade sociocultural.

A história local trouxe consigo a prerrogativa de que sua adoção pudesse contribuir para a construção do pertencimento do aluno ao seu grupo social e cultural, ao tempo que mostra diferentes modos de viver do presente e do passado, que habitam e habitaram o espaço da cidade. E, devido a se ater ao espaço e tempos próximos (inclusive o cotidiano dos alunos), tem potencial de provocar maior interesse nos estudantes, podendo esses criticar e arguir sobre o mundo e fazer conexões entre os acontecimentos locais e globais.

Sobre isto os PCNs proferem: “Assim, o ensino de História deve ter como ponto de partida a compreensão da vida cotidiana de cada aluno, para que ele possa, pelas experiências, entender a dimensão destas experiências na vida de todos os homens.”⁶ Esse ensino, que tem como ponto de partida a vivência dos alunos, passou a fazer parte dos debates para a elaboração de projetos pedagógicos em muitas escolas nos últimos anos.

Contudo, introduzir a história local no ensino de História é ainda muito desafiador. Menos por conta da carga horária que a disciplina⁷ tem hoje, e mais pela formação⁸ que a maioria dos

⁶ *Ibidem*, p.10.

⁷ No Amapá, há uma disciplina específica para o ensino da História e Geografia local chamada de Estudos Amapaenses e Amazônicos. Esta disciplina faz parte da matriz curricular dos anos finais do Ensino Fundamental, tem carga horária de duas horas-aula semanais e pode ser lecionada por professores com formação em História ou Geografia.

⁸ Na nossa experiência como docente se percebe certa resistência de muitos professores no trabalho com a história local, com exceção dos que tem especialização na área. O que pode indicar certa

professores desta área teve e/ou têm, pela escassez de materiais de apoio disponíveis na escola e, principalmente, pela falta de diálogo com as demais áreas do conhecimento no tange à elaboração de projetos interdisciplinares ou multidisciplinares. No caso do Amapá, a criação de uma disciplina que contemplou os estudos locais/regionais (Estudos Amapaenses e Amazônicos) tem ajudado a diminuir estes problemas ou entraves.

Tem ficado claro para o professorado a fundamental importância de os alunos participarem do seu processo de aprendizagem de maneira ativa, para que este momento tenha maior rendimento, êxito e significado para os mesmos. Os projetos pedagógicos que têm resultados mais satisfatórios ratificam esta afirmação, como os projetos para ensino de História que ganharam o Prêmio Educador Nota 10. Todos eles primam pela participação ativa dos alunos no processo de ensino aprendizagem. A tendência hoje é que se façam projetos de aulas em que os alunos tenham participação intensa e que se baseiem ou partam de temas ou problemas próximos de suas vidas como: música, memórias e relatos de pessoas mais velhas, objetos antigos, bairro etc. E, acredita-se que, feito desta forma, o ensino de História poderá contribuir para a formação de pessoas conscientes de si como sujeitos históricos.

O trabalho como temática e defesa da utilização de memórias no ensino de história

A questão do trabalho e emprego aflige o Brasil e o mundo. Maria Antônia Correio e Sandra Regina Correio⁹ identificam que Macapá e Santana, as maiores cidades do Estado do Amapá, têm

insegurança em fazer conexões do currículo que prioriza contextos nacionais e mundiais com os contextos regional e local.

⁹ CORREIO, Maria Antônia Nascimento, CORREIO, Sandra Regina Smith. “Desemprego de jovens amapaenses com escolarização superior em Macapá e Santana”. *EM PAUTA* - Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 14, n. 38, p. 344 - 363, 2º Semestre de 2016. Citações seguintes: CORREIO e Correio. “Desemprego de jovens amapaenses com escolarização superior em Macapá e Santana”, p. 344.

um perfil de economia com alto grau de trabalho informal e uma forte expansão de trabalhadores com nível superior que não conseguem se inserir no mercado de trabalho ou quando sim, não no ofício em que foram diplomados ou mesmo em atividade que resulte em remuneração qualificada, ou seja, para as autoras, há precarização do trabalho e desemprego de jovens com escolarização superior nestas cidades.

As mesmas autoras salientam que esta é uma característica do capitalismo contemporâneo: a mercantilização da educação superior no contexto da reestruturação produtiva. A privatização do ensino superior aparece para os jovens que não têm acesso ao ensino público como possibilidade de ascensão social e, programas como ProUni e Fies contribuem com este acesso, contudo, acrescento, não há programas do mesmo porte que garantam ou colaborem com ingresso no mercado de trabalho na área de formação.

O estudo dos mundos do trabalho de Macapá aparece neste mote como temática que aproxima o alunado do estudo de sua história, afinal, neste contexto, ele – o aluno- está imerso em seu objeto de estudo. No presente estudo, que visa estimular o respeito ao outro, a diversidade de pontos de vista e a memória como fonte para o aprendizado da história, o interesse dos alunos pelo estudo da História ocupa lugar de destaque.

Considera-se que conhecer a forma como os moradores contemporâneos de Macapá lêem, percebem, experienciam e concebem o trabalho na cidade, pode permitir análises mais profundas sobre as relações de poder, convívio, sobrevivência, para além do simples conhecimento da história local. Além do que, esta experiência pode contribuir para a atribuição de significados pelos educandos sobre si e sobre os outros, na cidade e no mundo, corroborando para que desenvolvam participação e autonomia na construção do próprio conhecimento. Sabe-se que para que as iniciativas de ensino baseadas no desmonte dos modelos acríticos e engajadas no conhecimento sejam eficazes, é imperativo que nos

distanciemos do objeto estudado para lê-lo a partir de outras percepções.

Este distanciamento ou “olhar de fora o objeto” é imprescindível para a tomada de consciência. Para compreender melhor este ponto busco as contribuições de Paulo Freire que em seu livro *Educação e mudança* afirma:

Somente um ser que é capaz de sair de seu contexto, de “distanciar-se” dele para ficar com ele; capaz de admirá-lo para, objetivando-o, transformando-o, sabe-se transformado pela sua própria criação; um ser que é e está sendo no tempo que é o seu, um ser histórico, somente este é capaz, por tudo isto, de comprometer-se.¹⁰

No prefácio de *Pedagogia da autonomia*, também livro de Freire, Ernani Maria de Fiori apresenta-nos uma frase que esclarece bastante esta reflexão: “Gosto de discutir sobre isto porque vivo assim. Enquanto vivo, porém, não vejo. Agora sim, observo como vivo”¹¹. Neste prefácio, Fiori afirma que a consciência é a misteriosa e contraditória capacidade do homem de distanciar-se das coisas para fazê-las presentes¹².

Freire enfatiza que este tipo de iniciativa/postura pedagógica leva o aluno a substituir a captação mágica do mundo pela captação mais crítica, que o ajuda a pensar, refletir e a assumir formas de ação também críticas¹³. Acredita-se, por esse motivo, que o estudo do trabalho na cidade tem grande potencial para a formação da consciência histórica. Acrescentamos que essa consciência é elaborada através do diálogo. Logo, as aulas de história devem ter como fundamento o diálogo, a comunicação

¹⁰ FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Citações seguintes: FREIRE, *Educação e mudança*, p. 17.

¹¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. Citações seguintes: FREIRE, *Pedagogia ..Op. Cit.*, p. 13.

¹² *Ibidem*.

¹³ FREIRE, Paulo. *Educação... Op. Cit.*, p.68.

entre sujeitos. Paulo Freire aponta neste sentido, pois defende uma educação dialógica, afirmando que somente com um método ativo, dialogal e participante¹⁴ sujeitos seriam capazes de adquirir consciência de si mesmos e do mundo que os cerca. O uso de temáticas no ensino de história propicia este tipo circunstância dialógica.

Brodbeck entende que o ensino de História no Ensino Fundamental pode se beneficiar de novas abordagens como a da “Nova História Cultural”, que trabalha com a micro-história e a história do cotidiano, valorizando a diversificação de documentos na construção do conhecimento histórico¹⁵. Porém, ressalta que, apesar de o ensino desta disciplina ter como fundamento sua ciência de referência, a História, esta relação não é tão simples¹⁶.

A simples utilização de métodos e conceitos da História no ensino da disciplina escolar homônima é no mínimo equivocada. Não se está afirmando que isso seja impossível, mas que devem ser levados em consideração o público, os objetivos e as particularidades operacionais do âmbito escolar. A ciência é sempre inspiração para a disciplina. Todavia, a transposição de métodos de pesquisa em métodos de ensino requer muitas adaptações e por vezes alterações.

A História de sala de aula não pretende formar pequenos historiadores. Ela tem objetivos e finalidades específicas preconizados nos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (5^a. a 8^a. series):

- identificar relações sociais no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços;
- situar acontecimentos históricos e localizá-los em uma multiplicidade de tempos;

¹⁴ FREIRE, Paulo. *Educação... Op. Cit.*, p. 68.

¹⁵ BRODBECK, *Op. Cit.*, p. 15.

¹⁶ *Ibidem*, p. 16.

- reconhecer que o conhecimento histórico é parte de um conhecimento interdisciplinar;
- compreender que as histórias individuais são partes integrantes de histórias coletivas;
- conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos, em diversos tempos e espaços, em suas manifestações culturais, econômicas, políticas e sociais, reconhecendo semelhanças e diferenças entre eles, continuidades e descontinuidades, conflitos e contradições sociais;
- questionar sua realidade, identificando problemas e possíveis soluções, conhecendo formas político-institucionais e organizações da sociedade civil que possibilitem modos de atuação;
- dominar procedimentos de pesquisa escolar e de produção de texto, aprendendo a observar e colher informações de diferentes paisagens e registros escritos, iconográficos, sonoros e materiais;
- valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade social, considerando critérios éticos;
- valorizar o direito de cidadania dos indivíduos, dos grupos e dos povos como condição de efetivo fortalecimento da democracia, mantendo-se o respeito às diferenças e a luta contra as desigualdades.¹⁷

Os objetivos do ensino de História carregam forte influência da história cultural, que de acordo com Roger Chartier “tem por objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. Chartier¹⁸ indica que para dar conta desta tarefa há de se entender às “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”, pois, para ele são esses esquemas intelectuais que nos auxiliam a criar figuras, figuras essas, que por sua vez, podem adquirir sentido, tornando o outro inteligível e o espaço decifrado.

¹⁷ BRASIL. *PCN História... Op. cit.*, p. 46.

¹⁸ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2ª ed. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa: Difel, 1988. Citações seguintes: CHARTIER, *A História Cultural: entre práticas e representações*, passim.

Ao utilizar a memória no ensino de História deve-se ter consciência dos seus limites e possibilidades como fonte histórica e como fonte de conhecimento. A memória, assim como a História, é uma construção do passado suscetível às intervenções e necessidades do tempo presente. Mas, diferente desta, que é pautada na racionalidade, na análise crítica e numa sequência temporal, a memória é baseada nas emoções e por isso muito mais flexível que a História.

Segundo Nora:

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações... é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente... Porque é efetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções... instala a lembrança no sagrado... emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada... se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto... é um absoluto.¹⁹

Por todas estas características Nora afirma que memória e história estão longe de ser sinônimos, ao contrário, em muito se opõem. Mas, diante disso, como fazer uso da memória no ensino de história? A memória é o que temos e trazemos sempre conosco. Os alunos ao adentrarem na escola trazem consigo memórias, vivências, e saberes, ao que chamamos de conhecimentos prévios, que por vezes não são levados em consideração no fazer escolar.

¹⁹ NORA, Pierre. Entre memória e História: A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, (10), dez 1993. Citações seguintes: NORA, Entre memória e História: A problemática dos lugares, p. 9.

Tais conhecimentos são construídos, por exemplo, no núcleo familiar, no contato com vizinhos, amigos e também no âmbito escolar, com os colegas de colégio e com tudo e todos que deste universo fazem parte.

São estas memórias que constituem os sujeitos, que formam suas identidades. E são essas identidades um dos grandes alvos do intento escolar ao formar cidadãos. A memória, nesse sentido, se torna material riquíssimo para o ensino da História. Sobre isto, Ana Maria Monteiro assinala:

Os professores precisam estar atentos às representações sociais de que seus alunos são portadores e procurar dialogar, lidar com elas no seu trabalho, principalmente no ensino de história, no qual estará trazendo revisões e críticas a saberes consolidados, e que servem para a comunicação entre os grupos aos quais seus alunos pertencem.²⁰

A mesma autora acrescenta que o ensino de história:

Traz subsídios do conhecimento para auxiliar a construção e reconstrução da memória que possibilita aos indivíduos estabelecer relações afetivas com a cidade e o país onde vivem, compreendendo como a sociedade em que vive foi construída através do tempo, tendo uma história com continuidades e descontinuidades, mudanças, transformações. Além do mais, incorporam contribuições e informações que fortalecem lutas e demandas sociais.²¹

Como podemos ver, o estudo da História contribui para a constituição da memória. Por isso, a memória foi pensada como ponto de “partida” e “chegada” do processo educativo. Partir do que se sabe/vive, levar esse saber em consideração, mais que isso, dialogar e lidar com ele, para, a partir daí, trazer subsídios que

²⁰ MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História: entre história e memória*. 2007, p. 13. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo1.pdf>>

²¹ *Ibidem*. Citações seguintes: MONTEIRO, *Ensino de História: entre história e memória*, p. 19.

possibilitem “revisões e críticas a esses saberes consolidados” é o que se deve fazer para se ter um ensino de história que auxilie na “construção e reconstrução da memória que possibilita aos indivíduos estabelecer relações afetivas com a cidade...”, como bem lembrou Monteiro.

Nora destacou que a memória “está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”²². Ainda assim, fazemos nossa a afirmação de Pollak de que, “a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como um adicional para a pesquisa”.²³

Como alertou Nora, “a memória é vida, sempre carregada por grupos vivos”, por isso, a memória ainda encontra-se entre nós, refugiada nas lembranças de moradores da cidade de Macapá. Mas as pessoas se vão, e com eles suas memórias, por isso há uma urgência maior de torná-las objeto de práticas de rememoração, afinal, se continuarem apenas nas recordações das pessoas, poderão se perder tão logo seus depositários pereçam.

Para Catroga²⁴, contar a história é um protesto contra a finitude. A perspectiva da morte causa preocupação em preservar a memória. A memória por sua vez é sentida como um elo entre o tempo e os sentidos do presente. Por meio dela se atribuem significados à vida e para além dela. Por isso, o esquecimento absoluto é tido como danoso.

²² NORA. *Op. Cit.*, p. 09.

²³ POLLAK apud FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Topoi: Rio de Janeiro, dez. p. 314-332, 2002. Citações seguintes: FERREIRA, *História, tempo presente e história oral*, p. 321.

²⁴ CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001. Citações seguintes: CATROGA, *Memória, História e Historiografia*, passim.

O exercício de lembrar causa o confronto com o presente, incita comparações, movimentada as experiências e reorganiza esse próprio presente. Quando a memória se esvai com os mortos há a perda do passado, ou seja, se perde parte importante e constitutiva do presente.

Nos dias atuais, quando o novo e o moderno tem por vezes mais valor que o antigo e/ou velho considerados ultrapassados (Hartog²⁵ chama este fenômeno de presentismo), a valorização das memórias se torna uma forma de valorizar a experiência, valorizar os mais velhos.

Utilizar as memórias como fonte para o aprendizado de História estimula o contato e o respeito dos alunos para com os outros e seus diferentes pontos de vista, a identificação do aluno com o seu local de vivência, além de tornar o estudo da história local mais participativo e por isso mais interessante, na medida em que põe os educandos em contato direto com relatos de pessoas que guardam memórias de outros tempos.

Jacques Le Goff²⁶ nos ajuda a pensar a memória: “Conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. O processo de constituição da memória é muito mais que pura absorção, como a princípio poderia parecer, pois “o processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios”²⁷.

Le Goff chama atenção para os sistemas auto-organizadores²⁸, e dentre eles destaca o comportamento narrativo, caracterizado pela sua função social comunicativa, que na ausência

²⁵ HARTOG, François. *Regimes de historicidades: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, (Coleção história e historiografia), 2013. Citações seguintes: *Regimes... Op. Cit.*, passim.

²⁶ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. Citações seguintes: LE GOFF, *História e Memória*. p. 424.

²⁷ *Ibidem*, p. 425.

²⁸ *Ibidem*, p. 426.

do “objeto” ou acontecimento é reconstituído pela narração. Afirma que a utilização de diferentes linguagens é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória e que, graças a isso, pode sair dos limites do nosso corpo para estar interposta, quer nos outros, quer nas bibliotecas (entre outros lugares). A narrativa é a memória fora do corpo podendo se configurar em uma contação de história, livro, documento, imagem, objeto, monumento, edifício, paisagem, um lugar.

O uso de fontes orais ainda causa muitas controvérsias no campo da historiografia e requer cuidados como proposta para pesquisa com os alunos. Afinal, a fonte oral é uma fonte viva. Um cuidado metodológico sugerido por Oliveira, Almeida e Fonseca²⁹ ao se adotar a história oral é que se tenha um conhecimento prévio do assunto a ser estudado. “Nesse sentido, uma boa fundamentação teórica sobre o assunto, por meio de leituras e pesquisas, enriqueceria o trabalho em campo”.

Trabalhar com memórias no ensino de História é colocar os alunos em contato com gerações mais velhas, com suas famílias e com as memórias do trabalho na cidade. Isto possibilita o cultivo de valores como o respeito e admiração, e sensibiliza os estudantes para a preservação de pessoas e locais históricos. Assim como também pode impulsioná-los para uma nova relação com o mundo a sua volta, uma relação mais próxima, mais pertencente.

Macapá, o *el dourado* moderno: a cidade no imaginário dos trabalhadores e a migração

O imaginário trouxe para esta terra, há muito chamada de Macapá, muitos sonhadores, desbravadores, trabalhadores. Localizada a margem esquerda do Rio Amazonas, mais precisamente na sua foz, ela já foi alvo de grande disputa entre

²⁹ OLIVEIRA, Regina Soares de, ALMEIDA, Vanusia Lopes de, ALMEIDA, Vitória Azevedo. *História*. Mário Rogério de Oliveira Cano (coordenador). – Coleção a reflexão e a prática no ensino - São Paulo: Blucher, 2012. Citações seguintes: OLIVEIRA, ALMEIDA, ALMEIDA. *História*. p. 84 - 85.

povos europeus. A sua posição geográfica estratégica, nas Terras do Cabo Norte, porta de entrada para a região amazônica e para possíveis riquezas econômicas, atraiu a atenção e a ambição de várias nações. Além da portuguesa e a espanhola, a francesa, inglesa e a holandesa.

O mito do *el dourado*³⁰ alimentou a cobiça estrangeira e deu gás ao intento desbravador e conquistador durante as grandes navegações. Esta cobiça colocou a região do Cabo Norte (hoje Amapá) no centro de disputas diplomáticas e militares que duraram até 1900, quando da assinatura do Laudo Suíço e, provocou a criação de uma colônia, cujo povoamento com não nativos começou em 1751, com a vinda de colonos da Ilha de Açores, e mais adiante a construção da maior fortaleza da América Latina, a Fortaleza de São José de Macapá. Janaína Camilo sintetiza com destreza este momento:

Pelas Instruções Régias Públicas e secretas, de 31 de maio de 1751, Mendonça Furtado [Governador do Estado-Grão Pará, do qual Macapá fazia parte] foi orientado a incentivar, entre outras coisas, miscigenação entre portugueses e índios para assegurar um crescimento contínuo da população na região fronteiriça. Além disso, deveria trazer casais açorianos e importar escravos, que serviriam de mão-de-obra para a lavoura de algodão, no Maranhão, e arroz, no Grão-Pará... convém registrar que essa mão-de-obra também foi destinada ao trabalho de construção de vilas e fortificações, garantindo, assim, o domínio luso na porção setentrional da América do Sul.³¹ [grifos meus]

³⁰ Segundo as lendas, ouvidas pela primeira vez entre 1531 e 1532 pelos espanhóis que desbravavam as regiões costeiras da Colômbia, Venezuela e Peru, liderados por Diego de Ordaz, existia próximo dali um reino, dos nativos Chibcha—também conhecidos como Muiscas—, onde seu líder tinha tantas riquezas que era costume ele cobrir-se com uma resina e aplicar ouro em pó pelo corpo todo. No fim do dia o monarca ia até uma lagoa, banhava-se e retirava todo o pó que cobria seu corpo. Disponível em: <<https://historiazine.com/o-mito-do-el-dorado-b1fce7797a58>>

³¹ CAMILO, Janaína. *Homens e Pedras nos desenhos das fronteiras amazônicas (1764/1782)*. In: OLIVEIRA, Augusto, et al. *Amazônia, Amapá: escritos de História*. Belém: Paka-Tatu, 2009. Citações seguintes: CAMILO, *Homens e Pedras nos desenhos das fronteiras amazônicas (1764/1782)*, p. 183-184.

A partir da década de 1750, o projeto de colonização, apesar de ter caráter militar, ou seja, de guarda do território, ganhou o enfoque agrícola que garantisse a manutenção de soldados-colonos na foz do Amazonas. A estes colonos então foram impostas algumas obrigações como: a proibição de qualquer tipo de comunicação com os franceses; dedicação ao trabalho agrícola; e disponibilidade compulsória de servir como militares sempre que fosse requisitado, inclusive nas obras da Fortaleza. Estes trabalhadores sofreram também com as interferências dos comandantes das vilas em seus trabalhos e bens, além do que as obras de construção da Fortaleza de São José de Macapá ocupavam demasiadamente seu tempo. A vila de Macapá se destacou, pois manteve uma relativa estabilidade populacional e econômica até o terceiro quartel do século XVIII.

Ao se tornar território federal, o Amapá se vê novamente como alvo de volumosas ondas migratórias. Isso pode ser verificado na taxa média de crescimento anual do Amapá que em 1940 era de 1,83% aumentou para 6,14% em 1950.³² Em “A cidade dos migrantes: migração e urbanização na foz do Amazonas (1944-1964)”, Sidney Lobato chama nossa atenção para os discursos sobre a Amazônia e, como estes discursos influenciaram/mudaram o sentido dos fluxos migratórios:

Em meado do século passado, a Amazônia despontava no imaginário e no discurso autorizado de intelectuais e políticos dos centros hegemônicos do Brasil como um lugar distante não só no espaço. Segundo esta percepção, este naco do território nacional e sua população estavam muito aquém na escala que historicamente media o grau de civilização dos povos. Talvez o primeiro impacto que este estudo cause no seu leitor seja o de demonstrar que na foz do rio Amazonas, entre 1940 e 1964, vivia-se dramas relativos à urbanização parecidos em muitos aspectos com aqueles

³² PORTO, Jadson Luís Rabelo. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais - 1943 a 2000*. Macapá: Edição do Autor, 2007. Citações seguintes: PORTO, *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais - 1943 a 2000*, passim.

experimentados no Sudeste. A “*sociedade em movimento*” de meado do século XX — as volumosas ondas migratórias que saíram principalmente Nordeste — não dirigiu seu fluxo apenas para as áreas onde a industrialização era mais pulsante. E devemos lembrar que, nos últimos duzentos anos, o comércio e a indústria não foram os únicos indutores de processos de urbanização. Nas franjas do mundo modernizado, em diferentes momentos históricos, o Estado tem aparecido como o principal indutor destes processos. Isto permite entender o aparecimento de Brasília. Ajuda também a explicar as transformações urbanas ocorridas em Macapá entre 1944 e 1964.³³

Neste mesmo texto, Lobato afirma que as agências do Estado planejavam mudar o histórico perfil de ocupação do território brasileiro e assim corrigir os problemas que o povoamento espontâneo criara, como a grande concentração populacional no litoral e a população rarefeita no sertão.

Áreas de fronteira contestadas durante longo tempo preocupavam ainda mais o governo federal. Era o caso do Território Federal do Amapá, cujas terras foram disputadas (diplomática e militarmente) por franceses e brasileiros no curso de décadas e décadas. Para o governo, a definitiva incorporação nacional de áreas como o Amapá seria resultado do trabalho de fazer coincidir a fronteira econômica com a fronteira política.³⁴

A criação do Território Federal do Amapá consistiu em uma mais contundente intervenção estatal visando a alteração dos modos vida da região, uma modernização draconiana calcada nas diretrizes da segurança nacional e na integração das áreas fronteiriças aos mercados do centro-sul brasileiro. Porto destaca a preocupação histórica com esta região que pode ser observada nos

³³ LOBATO, Sidney. “A cidade dos migrantes: migração e urbanização na foz do Amazonas (1944-1964)”. In: SILVA, Francisco Bento da Silva; AGUIAR, Verônica Aparecida Siqueira (org.). *Fronteiras amazônicas: vivências, representações e conhecimentos*. Porto Velho-RO: Edufro, 2016. Citações seguintes: LOBATO, “A cidade dos migrantes: migração e urbanização na foz do Amazonas (1944-1964)”, p. 182.

³⁴ *Ibidem*, p. 183.

diversos acordos assinados, na ocupação perpetrada no período colonial e mais recentemente na instalação de grandes projetos como o Projeto Jari, Icomi, o Sivam, entre outros.³⁵ Na Amazônia da segunda metade do século XX, para estimular a iniciativa privada, foi necessário um investimento maciço em transporte, comunicações, energia e melhoria dos núcleos urbanos, aliados a incentivos fiscais e financeiros, que incentivaram de maneira intensa a migração. Porém, antigos fatores, como descoberta de garimpos, extrativismo madeireiro, etc., também continuaram a atrair migrantes de outros estados, principalmente paraenses e nordestinos. Daniel M. Huertas enfatiza que “Planos oficiais e privados de colonização, novamente sob o pretexto de integração nacional, revivem o mito do Eldorado e atraem milhares de nordestinos e sulistas para Regiões Norte e Centro-Oeste, evidenciando poderosos instrumentos produtores de psicofera”.³⁶

A demanda por mão-de-obra local para as obras da Icomi também motivou o afluxo de muitos migrantes. Além dos operários, trabalhadores autônomos vieram para o Amapá em busca de prosperidade, pois a partir de 1940, o Amapá passou a ser considerado um lugar com boas perspectivas de futuro. Morar aqui viraria sinônimo de bem-aventurança. Mas, obviamente, estes outros trabalhadores não teriam as mesmas oportunidades que os operários da Icomi, tendo que arranjar ocupações informais, por vezes trabalhos esporádicos, os chamados “bicos”. Este movimento de vinda para o Amapá duraria algumas décadas e estimulou a migração interna no sentido campo-cidade, fazendo com que Macapá (por ser a capital) e Santana (por ser o município mais próximo da capital e também ser a principal porta de entrada do território, por conta do seu porto) em pouco tempo se tronassem centros urbanos de médio porte.

³⁵ PORTO, *Op. Cit.*, 21.

³⁶ HUERTAS, Daniel M.. *Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial*. São Paulo: Annablume, 2009. Citações seguintes: HUERTAS, *Da fachada atlântica à imensidão amazônica*, p. 105.

Quando da estadualização em 1988, o Amapá tornou-se novamente uma área de atração. Destacou-se igualmente neste contexto a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, em 1991, como polo de atração de migrantes, pois criou no imaginário desses, expectativas quanto a emprego e principalmente melhoria de vida. Em *Realidade Migratória em Macapá e Santana* a Diocese de Macapá aponta o incentivo irrestrito ao industrialismo, rodoviarismo e integracionismo nacionais a custo do intenso processo de reconstrução fundiária em todo país como a causa da migração interna do estado nas décadas de 70 e 80.³⁷ Isso ocasionou além da migração interna (campo-cidade) a expulsão de trabalhadores rurais e de índios de suas terras, degradação ambiental e migrações para outras regiões. No mesmo sentido, Lobato destaca que

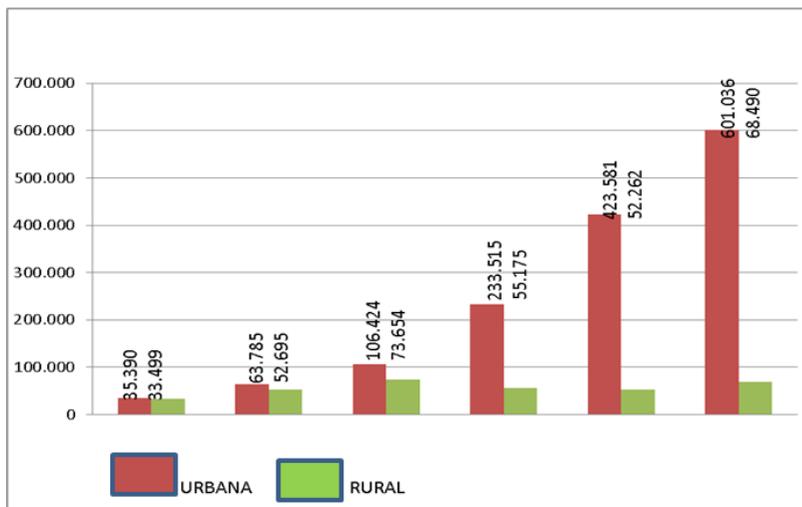
Os grandes projetos agroindustriais surgidos na década de 1970 ensejaram uma ocupação mais fragmentária, dispersa e desarticulada do espaço regional, além de uma rápida concentração de migrantes nas chamadas *company towns*. Porém, o grande número de trabalhadores que não encontrou aí acolhida ensejou a improvisação de assentamentos sem qualquer infraestrutura ou rede de serviços. Assim, concomitantemente, a Amazônia ganhou um perfil predominantemente urbano e novas formas de contraste social.³⁸

Esse fluxo migratório interno (campo-cidade) no Amapá foi tão intenso quando o fluxo externo (vinda de outros estados para Amapá). Isso provocou uma grande discrepância demográfica entre zona urbana e rural. O relatório da Diocese de Macapá destaca que quando da criação do Território Federal do Amapá 63% da população era rural e 37% era urbana. A partir de então

³⁷ DIOCESE DE MACAPÁ. *Realidade Migratória em Macapá*. Macapá-AP: Gráfica São José Ltda, 1995. Citações seguintes: DIOCESE DE MACAPÁ, p. 10.

³⁸ LOBATO, Sidney. “A historiografia da Migração na Amazônia do Século XX: pressupostos, teses e debates”. In: *Fronteiras do tempo*: Revista de Estudos Amazônicos, nº 5, 2014. Citações seguintes: LOBATO, “A historiografia da Migração na Amazônia do Século XX: pressupostos, teses e debates”, p. 12.

houve uma inversão, passando a população urbana a crescer muito rapidamente. O gráfico a seguir nos auxilia a avaliar tais alterações:



Fonte: Censos de 1960-2010 (IBGE).

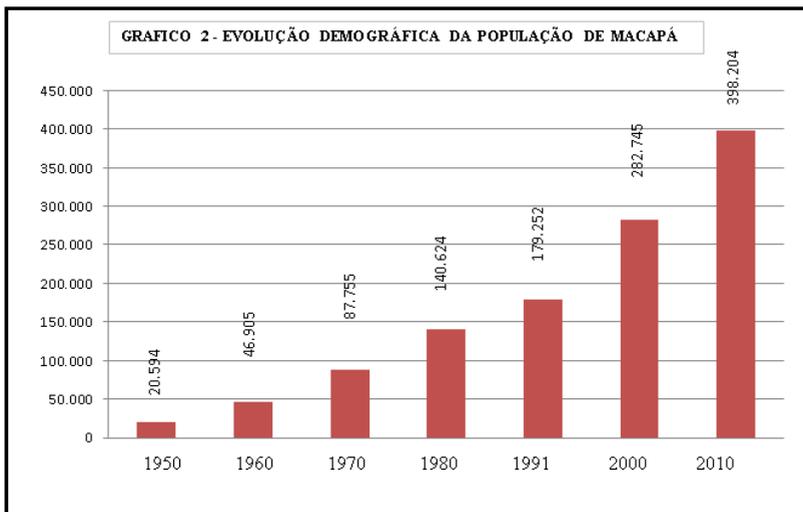
No gráfico fica clara a estagnação e, até mesmo o momentâneo decréscimo (1980-1991) demográfico da zona rural do Amapá. Essa progressiva inversão agrava problemas estruturais já existentes, que se intensificam, dando “sinais do caos social pela falta de estrutura no campo e na cidade, que favorecerá a proliferação de favelas nas duas principais cidades do Amapá: Macapá e Santana”.³⁹

Como exemplo da preocupação do poder público com êxodo rural no Amapá, destacamos que entre o final da década de 1990 e o início dos anos 2000, o governador do Amapá João Alberto Capiberibe, no intento de aquecer as economias locais dos municípios do interior, fez uma parceria com a Universidade Federal do Amapá (Unifap), onde esta ofereceu vagas, através de

³⁹ DIOCESE DE MACAPÁ, *Op. Cit.*, p. 10.

processo seletivo especial, para professores da rede pública estadual, em graduações relacionadas com suas áreas de atuação⁴⁰ em polos distribuídos pelos interiores, entre eles: Oiapoque, Amapá, Serra do Navio e Laranjal do Jari. Este empreendimento demonstrava a grande inquietação do governo com o abandono do interior do estado e o consequente inchaço populacional de Macapá e Santana. Contudo, tal governo não atentou para outras políticas como investimentos em saúde, emprego, educação e moradia, que são os fatores que mais vêm impulsionando a migração para centros urbanos de maior porte.

O próximo gráfico mostra a evolução demográfica de Macapá, a capital do estado:



Fonte: Censo de 2010 (IBGE)

Podemos observar que desde meados do século passado o Amapá apresentou um crescimento acima da média do restante do país. Porém, não é o simples crescimento populacional que chama

⁴⁰ Professores de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental no curso de pedagogia e, professores de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e Ensino Médio, ainda não graduados e que possuíam apenas a antiga licenciatura curta, nas demais áreas de licenciatura.

nossa atenção, mas sim o que impulsiona este crescimento: a migração. E, de 1990 a 2000, segundo o Ibge, o maior crescimento relativo de população não-natural ocorreu no Amapá (108%). O estado tem experimentado um aumento substancial no número de imigrantes nos últimos anos. O Censo de 2000 registrou 153.980 não naturais do estado contra 74.053 naturais. Em 1991, 71% do acréscimo populacional foram provenientes da migração oriunda do Pará e 18% da vinda de maranhenses. O Ibge usa para seu cálculo a diferença entre o número de entradas e saídas em cada estado da federação.

O fluxo migratório para o Macapá destaca-se quando confrontado com os índices dos demais estados brasileiros. Mas, a grande questão é saber o que atrai estes migrantes até o estado. O citado relatório da Diocese de Macapá destaca que: “Do ponto de vista econômico, sob a ótica do migrante, percebe-se certa atração quanto a perspectivas de emprego e ocupação proferidas por um Estado emergente, a criação da Área de Livre Comércio, a existência de garimpos e outros projetos minerais e extrativistas”.⁴¹ Rita Adriana Palheta e Raimundo Carlos Marques, em *Discurso jornalístico: a imigração na imprensa amapaense*, argumentam que a presença dos migrantes não se deve exclusivamente a fatores socioeconômicos. Estes autores destacam o poder do discurso jornalístico como criador de um imaginário positivo a respeito da Amazônia, o que tem certo peso na decisão de muitos migrantes. Porém, eles também insistem na centralidade do trabalho. Palheta e Marques problematizam a construção de uma memória coletiva negativa a respeito da migração e do migrante, memória que associa este a problemas sociais, como o desemprego e a criminalidade.⁴²

⁴¹ DIOCESE DE MACAPÁ *Op. Cit.*, p. 44 - 45.

⁴² PALHETA, Rita Adriana da Silva e MARQUES, Raimundo Carlos da Silva. “*Discurso jornalístico: A imigração na imprensa amapaense*”. (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Amapá, 2001)p. 91. Citações seguintes: PALHETA, MARQUES, p. 62.

Então, ao tempo que o discurso jornalístico serviu como meio de divulgação da imagem do Amapá como Estado, destacando seu desenvolvimento, “através da repetição, acabou construindo um imaginário no leitor, fazendo com que estes passassem a assimilar e pensar no Amapá e em Macapá como uma cidade estruturada, e, por conseguinte, que daria oportunidade, principalmente aqueles que se viam á margem da sociedade”⁴³. Em muitos momentos a imagem do migrante a problemas sociais e econômicos, “*O Jornal do Dia*, assim como outros jornais, tinha como característica comum a afirmação de que o imigrante constituía uma ‘chaga social’”.⁴⁴ Os discursos jornalísticos podem levar a população a uma representação contraproducente a figura do migrante, como elucidam Palheta e Marques:

As matérias jornalísticas citadas levam o leitor a pensar que os grandes culpados pela falta de emprego são os imigrantes, como se os imigrantes tivessem tirando a oportunidade de trabalho dos amapaenses. Construindo, assim, um novo modelo de compreensão da realidade, onde não se leva em consideração a crise econômica que assola o mundo e o país. Assim, consequentemente no Amapá, esse modelo de compreensão enfatiza o problema da falta de emprego para a população e não considera a falta de política de geração de emprego no Estado. Portanto, o discurso é sistematizado no sentido de que o grande causados do problema do desemprego e o perturbador da ordem econômica é o imigrante.

É certo que o discurso jornalístico influi tanto na construção do imaginário do migrante acerca do Amapá, e ainda mais, nas representações da população local acerca dos migrantes e da migração. Acrescentamos também um meio de comunicação muito antigo, contudo muito utilizado para se adquirir e fazer circular informações sobre um local ou situação: “o boca-a-boca”. As redes

⁴³ *Ibidem*, p. 69.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 71.

de informações através de conhecidos, amigos e parentes também são um meio que ajuda o migrante a formar seu imaginário sobre o Amapá. Somam-se a isso, as redes de sociabilidade e de ajuda mútua, que geralmente são constituídas e reforçadas por grupos de mesma origem. Ainda a propósito das representações e memórias formadas sobre o fenômeno da migração e os migrantes do Amapá, podemos perceber ainda certo conflito “silencioso”, criado entre sujeitos que dividem um mesmo espaço.

Vale considerar que todos que para o Amapá vieram, de alguma forma, deixaram o mundo em que viviam: seus parentes, seus lares, seu cotidiano, por vezes seus costumes e estilos de vida, para “embarcarem” em uma “viagem” rumo ao desconhecido. Deve-se considerar aspectos relacionados à identidade de sujeitos que, “retirados” de seu *locus* de origem e imersos em uma nova cultura, ainda podem se ver diante de discriminações ou mesmo de depreciações de antigos costumes ou modos de falar.

Memórias de trabalhadores de Macapá e as possibilidades de uso no ensino de História

Neste momento apresentamos três resumos de entrevistas realizadas com moradores de Macapá que tiveram experiências trabalhistas na década de 90 do século XX. Intentamos utilizar as entrevistas para iniciar o estudo sobre o trabalho em Macapá. Dividimos, a priori, a metodologia da seguinte maneira:

1º momento: Estudo sobre a memória e o estudo de história. Pois acreditamos que os alunos precisam primeiramente ter noções um pouco mais ampliadas sobre memória e sua constituição, para que ao ter contato com os relatos haja respeito ao outro e ao passado.

2º momento: Análise das entrevistas. Em equipe os alunos poderão fazer a leitura dos textos. É prudente não fazer equipes muito numerosas. Os alunos devem apontar o que dar para saber e/ou entender do trabalho em Macapá. Comparar aos dias atuais e

verificar mudanças e permanências no mercado de trabalhos. A partir da análise destas entrevistas em conjunto com os alunos em sala de aula detectar passíveis de aprofundamento.

3º momento: Aprofundamento. Por meio de pesquisas na internet e/ou em livros, ou mesmo por meio de novas entrevistas feitas pelos alunos ampliar o entendimento sobre o período estudado.

Vejamos agora os resumos das entrevistas:

Entrevista realizada em 27 de julho de 2018

Local: Macapá - AP

Nome: Abraão Lima - 59 anos

Nascido em: 16 de março de 1959

Escolaridade: terminado o Ensino Médio por exame de massa (década de 1990), Ensino Médio completo (atualmente).

Meu nome é Abraão Lima Nascimento, amapaense, nascido no Bailique [interior de Macapá] e criado em Macapá, trabalhei no período de 87 a 97 na EMDESUR [Empresa Municipal de Desenvolvimento e Urbanização de Macapá], foram dez anos dois meses e foi no período de transposição do território. Um período bom ainda, se tinham muitas vagas. E de lá pra cá foram mudando de governo e aumentando a população e foi ficando pior de arrumar trabalho. E hoje é mais difícil se empregar, não tem emprego! O desemprego está muito alto, a população cresceu muito e Macapá continuou marchando sempre na mesma direção: A renda é só dos contracheques do governo e por isso que não evoluímos em nada. Por isso que estamos voltando praticamente pra estaca zero. O maior número de migrantes começou a vim pra cá foi nessa década de transformação do território, ali por 92-93 com a implantação da Zona de Livre Comércio, não teve emprego *pro tanto* de gente que veio e deu muito problema, então começaram a trabalhar mais de autônomo: vendedor e enfim... A relação com esses migrantes que vieram *pra* cá era boa, era muito

trabalhadora a grande maioria que veio pra cá! Mas, mesmo assim o mercado não suportava! Nem todos arrumavam serviço! O jeito era ser autônomo. Eu ... a passagem... a questão da passagem do território para o estado que era tudo muito forçado, na empreita, tudo era criado na marra, foi tudo muito rápido mesmo, não tinha Tribunal de Contas, nem Assembleia, foi tudo feito rápido mesmo!! Tudo sendo implantado sem o planejamento adequado. A carência de 10 anos que está na luta, desde o território e que foram prometidos na época a gente não viu isso não! O estado começou a descuidar e teve corte de orçamento da União que até hoje tem. E é por conta disso que estamos enfrentando tantos problemas hoje. E depois disso foram criados muitos e muitos municípios, municípios muito pequenos também, quem nem tinham condições de ser município, um exemplo é Cutias do Araguari. Quando minha família veio do Bailique para Macapá, eu era de colo, por volta dos anos 60 mais ou menos, teve um surto de malária e aí e a chegada de lá pra cá foi muito difícil, muita dificuldade mesmo, os barcos eram lentos e, veio eu, meus pais e meus avós vieram *pra cá, pra* botar os menores *pra* estudar e não voltaram mais, por conta do problema da malária e ficaram por aqui sobrevivendo de todo jeito né, porque foi o que deu mesmo, eles não tinham nenhuma profissão, eram agricultores e enfim... sem profissão era ruim de empregar. Aqui a minha mãe era lavadeira, a minha vó era doméstica e meu avô era agricultor, trabalhava com banana e meu pai era cozinheiro e trabalhava em firma e todos eram muito humildes não tinha ninguém de linha média não, era POBRE mesmo e família muito numerosa mesmo. Comecei a trabalhar com doze (12) Anos como padeiro, ali por volta de 16 anos ali por volta de 1976 aí eu troquei a profissão, fui trabalhar com madeira, aí sim que eu comecei a ganhar um pouco mais, um salário mínimo e tal, o que antes eu não chegava nem perto com a venda de pão. Até que em 87 eu me empreguei na prefeitura, comecei a trabalhar na EMDESUR de carteira assinada e tudo mais, tinha mais tempo *pra* fazer outras coisas e aí enfim... a coisa começou a

melhorar, aí foi o tempo que minha esposa também se empregou, e daí pra frente as coisas melhoraram mais, antes foi dificuldade mesmo. A questão da saída da empresa foi que entrou um prefeito achando que, reduzindo a folha de pagamento ele iria resolver a situação da prefeitura e não resolveu, reduziu, e eu fui no meio de dois mil e poucos funcionários que foram botados *pra* rua, que até hoje nem todos foram dados baixa na carteira de trabalho e, eu ganhei todos os meus direitos na justiça, só que parcelado né... e foi aí que eu fui prejudicado, porque eu tinha tempo de serviço. O meu trabalho desde que saí da EMDESUR em 1997 é de taxista autônomo, é taxista. Mas hoje esse trabalho tá fracassado, várias e várias situações que estão acontecendo, aplicativos de transporte, por exemplo, concorrência desleal e a prefeitura tem pouco fiscal e pouco equipamento para que possa se fazer cumprir as normas e aí o serviço fica desvalorizado, aí o rendimento vai lá pra baixo, fica pouco ,não dá, dá só mesmo pra não dizer não tá trabalhando. A cidade mudou muito, muito mesmo depois da vinda de migrantes, muitas invasões, muitos bairros cresceram por invasão mesmo e a de cidade cresceu, eu acho que multiplicou por 3 o tamanho da cidade. A situação hoje é de muito desemprego e carência em todas as áreas, a maior delas é na saúde!

Entrevista realizada em 30 de julho de 2018

Local: Macapá – AP

Nome: Alex Raniere Palmeirim – 42 anos

Nascido em: 02 de agosto de 1976:

Escolaridade: terminado o Ensino Fundamental e iniciando o Ensino Médio (década de 1990), Superior completo (atualmente)

Meu nome é Alex Ranieri Palmeirim Ferreira, tenho 42 anos, sou nascido no município do Itauba do Pírim, no dia 2 de agosto de 1976, hoje eu resíduo aqui na cidade de Macapá no Amapá, onde eu vim morar quando vim do Itauba, quando tinha de 9 anos pra 7 mais ou menos, acho que foi em 1989 por decorrência de estudo

porque no lugar onde eu morava só tinha de primeira a quarta série na época aí então meu pai sentiu a necessidade de me mandar *pra* cá pra estudar, depois de ter mandado a minha irmã mais velha por volta 1987. O meu pai era funcionário público da prefeitura daqui de Macapá, mas trabalhava lá no Itaupal, que na época era distrito de Macapá, mas hoje já é município. Aí quando foi transformado em município o meu pai foi transferido de volta, aí com isso a minha família teve que vim embora toda também, porque ele veio trabalhar *pra* cá, só que eu já estava aqui, eu *tava* estudando e tudo. Eu vim *pra* cá morar com a minha vó paterna e devido o meu pai não ter um bom rendimento e um bom salário, isso dificultou e muito a manter a questão dos meus estudos, porque ele não tinha condições de manter eu e a minha irmã na casa da minha tia, que era solteira e tinha muitos filhos e só vivia de lavagem de roupa *pra* fora, então ficava muito difícil manter uma família grande com pouco dinheiro e nisso a gente passava muitas dificuldades. E diante disso eu tive que começar a trabalhar muito cedo com 14 anos. Aí depois de uns 3 anos depois que meu pai veio morar *pra* cá conseguimos comprar uma casinha pra gente, na verdade ele invadiu um terreno em Macapá, aí foi que a gente começou a melhorar de vida, com todos trabalhando e casa própria. Meu pai veio morar *pra* cá acho que foi por volta de 92, por aí. E hoje eu vejo que o meu trabalho nessa época por conta de eu ter que acordar muito cedo e trabalhar muito foi um empecilho na questão dos meus estudos. Todos sentindo muita dificuldade, pois lá no interior a gente tinha uma roça *pra* gente plantar e ia *pro* rio pegar um peixe, então ficamos sentindo que o trabalho na cidade não rendia tanto. O nosso terreno era bem farto de frutos e aqui em Macapá não, tudo era comprado. Então passamos por dificuldades mesmo e devido a isso os mais novos tiveram que optar pelo estudo ou o trabalho fora, *pra* não ter que passar por mais dificuldades, então eu sempre trabalhei desde criança. Eu comecei a trabalhar com 13 anos em lanternagem e pintura, e daí eu fazia várias coisas, eu fui frentista de posto, acho que minha

primeira carteira assinada eu fui ter... eu já tinha mais de vinte anos de idade, pois, na maior parte das vezes eu trabalhava, não autônomo, mas em empresas que não assinavam a carteira e quando assinei a carteira foi trabalhando como frentista de posto e depois como motorista, primeiro na Pemaza e depois na Domestilar. Trabalhei por 3 anos como contrato administrativo. Na década de 90, durante todo esse período eu trabalhei como auxiliar de lanternagem, mecânica e pintura durante a adolescência toda. Na década de 1990, nessa época foi quando ocorreu a municipalização de Itaubal e aí os funcionários públicos de Macapá que trabalhavam em Itaubal, vieram todos *pra* capital e as pessoas que moravam e trabalhavam com a plantação começaram a ver isso e mandar os seus filhos *pra* Macapá na esperança de uma vida melhor, de uma renda e um trabalho melhor. Então os migrantes de dentro e de fora do Amapá vinham devido a isso. No período da criação do estado aconteceram diversos concursos, nesse período aqui, a questão do ensino era muito fraco então era normal vim pessoas de fora mais preparadas prestar os concursos. Até hoje existe essa questão das pessoas de fora vim pegar nossas vagas, não por vim tomar a vaga, mas como nossa educação era fraca a disputa de vagas era um pouco injusta, pois, o pessoal daqui não estava preparado. Então muitas pessoas de fora vinham tanto para concurso, quanto para montar empresas e trabalhar com o comércio, pois, era um estado novo, com novas expectativas de vida para todos, com muitas oportunidades. E tinha muito aquela velha história de dizer que tudo que aqui se colocava dava dinheiro! E as pessoas com esse pensamento vinham em peso pra cá e começavam a colocar suas barraquinhas. Eu acho que consegui assinar a carteira só depois 21 anos e não na década que teve uma crescente de empregos na década de 90, porque existiam muitos empregos, mas, a maioria eram empregos informais. Não existiam empresas grandes *pra* contratar pessoas e garantir a todos os direitos trabalhistas, mas em compensação tinha muitos ramos de serviços informais e as pessoas nem tinham a visão da

importância de trabalhar de carteira. Então as pessoas caíam em uma falsa visão de que estavam ganhando muito dinheiro sem se importar com o futuro. E pensavam que aquela fonte de dinheiro informal era um mercado que nunca iria acabar, e hoje o que vemos é que ninguém se mantém nesses tipos de emprego. Eu acredito que a década de 90 era um período de ganhar dinheiro, um período melhor que hoje sim. Como a cidade era menor a população era menor então tinha menos concorrência e mais oportunidades de emprego. Se você montasse um empreendimento a concorrência era baixíssima.

Entrevista realizada em 11 de agosto de 2018

Local: Macapá – AP

Nome: José Brandão de Araújo) – 43 anos

Nascido em: 28 de outubro de 1974

Escolaridade: 5ª série do Ensino Fundamental (década de 1990), Ensino Médio completo (atualmente)

José Brandão de Araújo, quarenta e três anos (43), nasci em mil novecentos e setenta e quatro (1974), vinte e oito(28) do dez(10) de... é. Eu vim de Pio Doze do Maranhão, minha família é do Maranhão. A história da minha família é sofrida, ah... é muito sofrida, é... nove filhos a minha mãe teve e... já sabe né?! Eu sou o filho do meio, aí, como a situação era muito ruim, a situação financeira me trouxe pra cá: vim, buscar uma melhora. Eu vim pra cá através de meu irmão, que já morava aqui a pouco tempo e me chamou pra cá. Eu sabia que Macapá era bom de ganhar dinheiro, quê que ele [irmão] me falava. Ele falou: “Melhor, que lá era! Com Certeza!”. Eu não tinha em vista um trabalho certo não, vim aventurar! . Cheguei aqui, fui vender... fita cassete [k7]! O meu primeiro emprego aqui foi... Acho que... com vinte(20) anos em 1994. Quando eu vim trouxe só uma mochila toda rasgada e...[gargalhada], e uma rede [gargalhada]. Eu vim morar com meu irmão que tinha um quartinho, acho que uns... o tamanho era dois

e meio por três (2,5/3), eu, ele, dois filhos e mais um amigo. Meu irmão trabalhava, ele subia no pé de coco e tirava o coco e vendia em seguida na Praça Zaguri! Ele trabalhava disso. Acho que uns três meses mais ou menos, acho, já. Como é que eu imaginava Macapá, antes de chegar aqui? O quê que me falavam de Macapá? Ah , falavam bem né. Era cidade boa pra se trabalhar e ganhar dinheiro. E quando eu cheguei aqui, Macapá era muito bom!! Bom pra trabalhar e só ficava ali se quisesse, porque o que fizesse ganhava dinheiro! Eu mais trabalhei, por último agora, motorista na Caixa Econômica, [durante] seis anos! Trabalhei de camelô, vendendo relógio e outras coisas também. De camelô eu trabalhei bastante mesmo! Eu ia de vez em quando lá com minha família, de dois em dois anos. E continuo indo! O meu irmão, ele... a mulher dele começou a querer ir embora, até que ele, depois foi embora e me deixou sozinho [risos]. Não tem mais alguém da minha da família aqui não, só eu! Minha mãe agora, atualmente, mora em Boa Vista! Roraima! Isso! Porque a irmã minha foi embora *pra* lá, o marido dela levou ela e... e minha mãe foi atrás que é, por ser mulher né, aí ela gostou de lá e ficou morando lá, até hoje! . Minha irmã é empregada até hoje lá! Ela trabalha numa daquelas barreira de eletricidade, não tem?! Igual de Ferreira Gomes. Até hoje ela trabalha lá e a minha mãe tá lá por perto! Meu teu pai faleceu lá também em Roraima. Faz tempo, faz acho que uns dez anos, por aí. Eu nunca tinha trabalhado assim: empregado. Demorei muito *pra* me empregar na União Macapá, eu passei *seis* *mês* só como cobrador. Pouco tempo. Nunca achei... O emprego maior que encontrei [de carteira assinada] foi esse, maior tempo né, de motorista da Caixa Econômica. Aí... ao longo desses tempo só me viro, né. Trabalhei de Moto Taxi clandestino e não consegui como regular porque minha moto não tinha o ano adequado né, tirei toda a documentação, mas, a moto não correspondia o ano. Aí rodei de moto taxi clandestino, mas, pouco tempo também, eu sempre me virei sozinho mesmo! Eu trabalhei com venda autônoma de fita cassete lá no Centro! Lá na Cândido Mendes, era

no tempo do Papaléo [prefeito de Macapá], aí teve um tempo que ele acabou mesmo com tudo, botou até guarda municipal na rua! O Rapa que chamavam, agora não tem mais acabou, até botaram uma feira com cobertura lá, o pessoal chama até de circo [rsrs]. Foi aí que como eu te falei né, rodei de moto taxi, porque a gente não pode ficar parado né, tem que se virar em alguma coisa, então eu trabalhei de várias coisas... as vezes procurava serviço e não encontrava, porque agora tenho o 2º Grau né, mas, quando cheguei eu tinha a 5ª série. A primeira vez que eu assinei a carteira aqui em Macapá foi em 1999. Primeiro foi na União Macapá [Empresa de transporte público] e depois foi em umas 3 dessas empresas de fora, terceirizadas, que prestam serviço *pra* Caixa Econômica. Eu era motorista. De carteira assinada sempre [trabalhei] só de motorista e atualmente sou motorista também.

Pontos passíveis de discussão, problematização e ampliação

Empresas públicas e empresas privadas, pirataria, trabalho em empresas sem e com assinatura na carteira de trabalho, trabalho infantil, contrato administrativo e serviço público, leis e direitos trabalhistas, CLT e Regime Estatutário, ALCMS (Área de livre Comércio de Macapá e Santana) e sua diferença da Zona Franca de Manaus, migração, êxodo rural, identidades amapaenses, moradia, áreas de ressaca, escolaridade superior X mercado de trabalho, inchaço populacional, novos bairros, ambulantes e a fiscalização da Prefeitura, obras e trabalho em Macapá, jovens e emprego, década de 1990: período áureo ou ilusão?, etc.

Considerações finais

Nos últimos anos tem se intensificado nos meios acadêmicos os debates sobre Trabalho. Esta temática nos chama a atenção porque a cada dia surgem novas e diferentes abordagens. Contudo,

são poucos os que tratam desta temática visando uma discussão ou estudo com os escolares. Por isso, neste estudo, adotamos como abordagem o tema trabalho para o ensino de História. A ideia é levar relatos/entrevistas de trabalhadores da cidade de Macapá como forma de incitar discussões, análises e explorações de conceitos, da história, das políticas, da economia, de um período que foi considerado por muitos como um “Um período bom ainda, se tinham muitas vagas. E de lá pra cá foram mudando de governo e aumentando a população e foi ficando pior de arrumar trabalho.” como é caso de seu Abraão Lima, 59 anos, um dos entrevistados.

A proposta metodológica de levar essas memórias para discussão com os alunos é fruto das últimas leituras, cursos acadêmicos e principalmente da experiência adquirida ao longo da carreira pedagógica em diversos níveis e modalidades. O trato com memórias de trabalho no ensino de história visa aproximar a juventude (estudantes) dos mais velhos (trabalhadores de Macapá), num resgate das relações sociais (principalmente familiares) um tanto fragilizadas na correria da vida cotidiana. As memórias têm papel primordial, pois leva os alunos a terem contato com o fazer histórico (discussões, pesquisas, fazer novas entrevistas) e perceberem que não só os documentos escritos podem ser fontes, mas que as narrativas pessoais também são um riquíssimo aporte para constituição histórica da cidade.

Identificou-se por meio deste breve estudo as potencialidades dos mundos do trabalho em Macapá como temática para o ensino de História. Acredita-se que este tema pode fomentar a reflexão sobre o trabalho, a migração, as políticas públicas, além de proporcionar um novo olhar do estudante para com as dinâmicas sociais e para os trabalhadores (migrantes ou não) de forma geral.

Referências

- AMAPÁ, Governo do Estado do Amapá, Secretaria de Educação do estado do Amapá.
Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Amapá: Estudos Amapaense e Amazônico. Macapá-AP: Seed/ap, 2015
- BRASIL, *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) História. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRODBECK, Marta de Sousa Lima. *Vivenciando História: metodologia do ensino de História*. Curitiba: Base Editorial, 2012.
- CAMILO, Janaína. *Homens e Pedras nos desenhos das fronteiras amazônicas (1764/1782)*. In: OLIVEIRA, Augusto, et al. *Amazônia, Amapá: escritos de História*. Belém: Paka-Tatu, 2009.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2ª ed. Coleção Memória e Sociedade. Lisboa: Difel, 1988.
- CORREIO, Maria Antônia Nascimento, CORREIO, Sandra Regina Smith. “Desemprego de jovens amapaenses com escolarização superior em Macapá e Santana”. *EM PAUTA - Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, v. 14, n. 38, p. 344 – 363, 2º Semestre de 2016.
- DIOCESE DE MACAPÁ. *Realidade Migratória em Macapá*. Macapá-AP: Gráfica São José Ltda, 1995.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidades: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, (Coleção história e historiografia), 2013.

- HUERTAS, Daniel M.. *Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial*. São Paulo: Annablume, 2009.
- LOBATO, Sidney. “A cidade dos migrantes: migração e urbanização na foz do Amazonas (1944-1964)”. In: SILVA, Francisco Bento da Silva; AGUIAR, Verônica Aparecida Siqueira (org.). *Fronteiras amazônicas: vivências, representações e conhecimentos*. Porto Velho-RO: Edufro, 2016.
- LOBATO, Sidney. “A historiografia da Migração na Amazônia do Século XX: pressupostos, teses e debates”. In: *Fronteiras do tempo: Revista de Estudos Amazônicos*, nº 5, 2014.
- MONTEIRO, Ana Maria. *Ensino de História: entre história e memória*. 2007, p. 13. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica-educacional/artigos/artigo1.pdf>>
- NORA, Pierre. Entre memória e História: A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, (10), dez 1993.
- OLIVEIRA, Regina Soares de, ALMEIDA, Vanusia Lopes de, ALMEIDA, Vitória Azevedo. *História*. Mário Rogério de Oliveira Cano (coordenador). – Coleção a reflexão e a prática no ensino - São Paulo: Blucher, 2012.
- PALHETA, Rita Adriana da Silva e MARQUES, Raimundo Carlos da Silva. “*Discurso jornalístico: A imigração na imprensa amapaense*”. (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Amapá, 2001).
- POLLAK apud FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, tempo presente e história oral*. Topoi: Rio de Janeiro, dez. p. 314-332, 2002.
- PORTO, Jadson Luís Rabelo. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais - 1943 a 2000*. Macapá: Edição do Autor, 2007.

As fotografias 3x4 dos trabalhadores do Rio Grande do Sul no acervo da Delegacia Regional do Trabalho, 1933-1943

Aristeu Elisandro Machado Lopes¹

Considerações Iniciais

O mundo do trabalho no Brasil sofreu uma fundamental transformação a partir dos anos 1930, em especial na sua relação com o Estado devido a ascensão ao poder de Getúlio Vargas². Um dos marcos dessa mudança foi a instituição da Carteira Profissional em 1932, ainda pelo Governo Provisório nascido da Revolução de 1930. Com a Carteira Profissional, o recém-criado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio obtinha maior controle sobre a população trabalhadora dentro de um projeto que visava regular e fiscalizar as relações entre capital e trabalho no país³. No Rio Grande do Sul, as carteiras começaram a ser confeccionadas em

¹ Doutor em História/UFRGS. Professor Adjunto IV do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas-UFPeL. Pós-Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense-UFF. E-mail: aristeuufpel@yahoo.com.br

² Angela de Castro Gomes e Fernando da Silva destacam que as discussões sobre a criação de uma legislação específica para os trabalhadores já estavam presentes no cenário político brasileiro antes da ascensão de Vargas ao poder: “em fins da década de 1920, estava montada uma estrutura institucional para o tratamento das questões do trabalho, da indústria e do comércio, com vinculação direta ao Poder Executivo”. GOMES, Angela de Castro e SILVA, Fernando da. (Orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p.17.

³ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

1933 pela Inspeção Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, a qual passou a ser denominada, em 1940, como Delegacia Regional do Trabalho.

Parte significativa do acervo da DRT/RS foi preservada e atualmente encontra-se sob os cuidados do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas. O acervo, que compreende os anos entre 1933 e 1968, é constituído, em sua maioria, por aproximadamente 630.000 mil Fichas de Qualificação Profissional, também chamada de Fichas-Espelho, organizadas em livros e armazenadas em 1.053 caixas de arquivo permanente⁴.

A proposta deste artigo tem por principal objetivo apresentar algumas considerações sobre as fotografias 3x4 dos trabalhadores solicitantes da carteira profissional. As fotografias já eram utilizadas como controle do estado antes da criação do documento no Brasil. Como atesta John Tagg, o uso da tecnologia da fotografia estava relacionado com as transformações políticas e sociais nas sociedades capitalistas no século XIX⁵. A fotografia estava relacionada com as esferas médica e jurídica como, por exemplo, o registro visual de pacientes em hospitais e de prisioneiros em delegacias⁶. Um dos objetivos é discutir esses aspectos sobre o uso da fotografia como controle do estado no contexto brasileiro dos anos 1930/1940. Concomitante, a proposta almeja apresentar determinados grupos de trabalhadores e suas fotografias 3x4, discutindo a construção de suas identidades profissionais e investigá-los a partir de uma perspectiva que pretende dar a ver esses trabalhadores, homens e mulheres comuns, que estavam em busca de suas carteiras profissionais.

⁴ LONER, Beatriz Ana. Um perfil do trabalhador gaúcho na década de 1930. *Anais eletrônicos do IX Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*. Porto Alegre: ANPUH-RS/UFRGS, 2008, p.01-18.

⁵ TAGG, John. *The burden of representation. Essays on photographs and histories*. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

⁶ DUBOIS, Philippe. *O Ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1993; FABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais. Uma leitura do retrato fotográfico*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

As fichas de qualificação profissional e a carteira profissional

A Carteira profissional surgiu juntamente com vários outros decretos, que visavam regular a jornada de trabalho de algumas categorias ou coibir abusos ao trabalho feminino e infantil. Nesse mesmo momento, foram instituídas as Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento, que em novembro de 1932 foram restritas apenas aos sindicalizados e, mais tarde, substituídas pela Justiça do Trabalho. Embora alguns desses direitos sofressem reveses temporários, especialmente na Constituição de 1934, em sua maioria foram reafirmados durante o período do Estado Novo pelo governo e consolidados em 1943 pela CLT⁷.

Entende-se, portanto, que o estabelecimento da carteira foi parte inicial e importante da legislação social para o trabalhador, pois, como afirma Angela de Castro Gomes, a carteira foi uma “criação do pós-30 e documento por excelência do novo regime, traduzia o tipo de relação entre cidadão e estado que se desejava construir”⁸. As palavras do então ministro Marcondes Filho, impressas até 1988 na carteira, retratariam sua missão:

Por menos que pareça e por mais trabalho que dê ao interessado a carteira profissional é um documento indispensável à proteção ao trabalhador.

Elemento de qualificação civil e habilitação profissional, a carteira representa também título originário para a colocação para a inscrição sindical e, ainda, um instrumento prático do contrato individual de trabalho.

A carteira pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examinar, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica como uma abelha, ou permaneceu no mesmo

⁷ FRENCH, John D. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

⁸ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, p.223.

estabelecimento, subindo a escala profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência⁹.

A advertência ao trabalhador ainda hoje é função cumprida pela carteira e não só em relação a sua eventual mobilidade de emprego. A hipótese contrária, de não haver nenhuma anotação, também é interpretada como falta de experiência profissional ou de competência do candidato, fato arduamente sabido por todo aquele que tenta ingressar no mercado de trabalho regulamentado.

O decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, que estabelecia a Carteira Profissional¹⁰, a colocava como opcional ao trabalhador, mas sua regulamentação pelo decreto nº 22.035, de 29 de outubro do mesmo ano, a transformou rapidamente em imprescindível. Por fim, na tentativa de incentivar a sindicalização oficial, o governo terminou impondo que só teria direitos aos benefícios trabalhistas (como lei de férias e aposentadoria) o trabalhador que possuísse carteira e fosse sindicalizado. E, portanto, fazer a carteira tornou-se praticamente obrigatório aos trabalhadores urbanos, o que explica a demanda pelo documento. Segundo os dados dos Anuários Estatísticos do IBGE, apenas no ano de 1933 foram solicitadas, no Rio Grande do Sul, 18.190 carteiras¹¹. Nos anos e décadas seguintes, a carteira se tornou importante para o trabalhador e a trabalhadora, pois representava, pelo menos na teoria, a garantia de direitos, como estabilidade, salário regular, aposentadoria e inclusão em serviços previdenciários. Dessa forma, tornou-se hábito “tirar” a carteira logo ao início da vida profissional¹².

⁹ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, p.235, nota 18.

¹⁰ BRASIL. Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932. Institui a carteira profissional. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21175-21-marco-1932-526745-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21/10/2017.

¹¹ SPERANZA, Clarice. Branco, preto, pardo, moreno ou escuro? Classificações raciais nas carteiras dos trabalhadores gaúchos (1933-1945). *Tempos Históricos*. (UNIOESTE), v.21, 2017, p.113.

¹² Importante explicar que o acervo da DRT/RS não possui o total das solicitações de carteira profissional realizadas no Rio Grande do Sul. As fichas representam uma parcela desse total, sendo

O trabalho de pesquisa desenvolvido nos projetos com o acervo da DRT/RS foi facilitado desde a criação de um banco de dados para armazenar todas as informações declaradas nas fichas pelos trabalhadores. Esse banco de dados reproduz os mesmos campos da ficha – cerca de 50 campos – permitindo que toda a informação de uma ficha fique disponível ao pesquisador e possibilitando o seu cruzamento com aquelas de outros trabalhadores. Dessa forma, é possível estudar determinados grupos de trabalhadores, profissões, grau de instrução, entre outros. No momento, é possível consultar informações de aproximadamente 47 mil fichas correspondentes aos anos entre 1933 e 1944.

Os campos da ficha de qualificação profissional são minuciosos e permitem observar detalhes da vida do trabalhador que solicitava a carteira. Há um grupo de itens que se refere aos dados pessoais do trabalhador: nome, sexo, altura, cor da pele, cor dos cabelos e cor dos olhos e, se do sexo masculino, barba e bigode. Ainda é possível saber se o trabalhador possui sinais particulares, ou seja: falta de membros, calvície, cicatrizes, marcas de varíola¹³, deficiências físicas, queimaduras, entre outros. É possível saber a filiação, se solteiro, casado ou viúvo, o número de filhos. Também eram solicitados os dados do nascimento do trabalhador: a data, o local do nascimento, com o nome da cidade e do estado e, se estrangeiro, o ano da chegada no Brasil e, quando realizada, o ano da naturalização. Outras informações solicitadas eram o endereço e o grau de instrução do trabalhador. Outro grupo de campos se referia às atividades profissionais do trabalhador, nos quais eram registrados: a profissão, o nome e a espécie do estabelecimento

que muitas devem ter se extraviado antes da chegada da documentação no Núcleo de Documentação Histórica. Detalhes sobre os totais de solicitação e das fichas no acervo podem ser conferidas em: SPERANZA, Clarice. Branco, preto, pardo, moreno ou escuro.

¹³ Sobre as marcas da varíola, ver: LOPES, Aristeu. Os trabalhadores com sinais de varíola no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, 1933-1944. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 23, 2016, p. 1209-1227.

profissional, a cidade e o endereço do estabelecimento, e se o trabalhador fosse sindicalizado o número da matrícula e o nome do sindicato.

Todos esses campos se localizavam na primeira página da ficha de qualificação profissional que recebia ainda a data da solicitação da carteira, o número da solicitação, o número do livro, a série, e caso fosse uma segunda via, também era possível registrar. Todos esses dados são transpostos para o banco de dados facilitando, portanto, o cruzamento das informações e no caso desses últimos itens, facilitando a localização dos documentos no acervo. Já o verso da ficha recebia uma foto 3x4 do trabalhador, as impressões dos dedos das mãos e se fosse necessário registrar outras informações, estas também eram feitas no verso¹⁴.

A fotografia e o controle do estado

A carteira profissional era mais um dos elementos da legislação social que regulou as relações de trabalho no Brasil entre o estado e os trabalhadores, no período pós 1930. Ângela de Castro Gomes coloca que a origem dessa relação ocorreu com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ainda em 1930, seguida pela lei de sindicalização de 1931. A autora destaca que foi durante a gestão do Ministro do MTIC Joaquim Pedro Salgado Filho (1932-1934)

que foram promulgadas quase todas as leis que passaram a regular as relações de trabalho no Brasil, quer em termos das condições de trabalho (horário, férias, trabalho feminino e de

¹⁴ Mais informações sobre pesquisas realizadas no acervo podem ser conferidas em: LOPES, Aristeu; SCHMIDT, Mônica. Os trabalhadores no Frigorífico Anglo de Pelotas no Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul: história, memória e fotografia. *Revista Tempos Históricos*, v. 22, 2018, p.398-423. LOPES, Aristeu; JAQUES, Biane. Os trabalhadores gráficos e os ofícios em extinção: tipógrafos e litógrafos no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, 1933-1943. In: Lorena Almeida Gill; Micaele Irene Scheer. (Org.). *À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer*. Pelotas: Editora da UFPel, 2015, p. 15-28.

menores), quer em termos das compensações sociais devidas àqueles que participavam da produção (extensão dos benefícios de aposentadorias e pensões), quer em termos dos mecanismos institucionais para o enfrentamento dos conflitos de trabalho (Comissões e Juntas de Conciliação, Convenções Coletivas do Trabalho)¹⁵.

A carteira profissional tinha, portanto, um papel importante em todo esse processo. O decreto que instituiu a carteira profissional explicitava em seu artigo vigésimo segundo a importância da carteira para dirimir possíveis conflitos entre os trabalhadores e seus empregadores: “Após doze meses de vigência do presente decreto, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio só tomará conhecimento das queixas e reclamações dos empregados que possuírem carteiras profissionais”¹⁶. O governo estabelecia, com a carteira: “um instrumento capaz de exercer um controle bem eficaz sobre a massa trabalhadora”¹⁷.

No presente texto não se pretende discutir se, de fato, a carteira profissional controlou os trabalhadores. A discussão se pautará, justamente, na tentativa desse controle, imposta pelo estado e, na qual, a fotografia era parte importante desse processo. Ana Maria Mauad explica que o *corpus* fotográfico pode ser organizado em função do tema ou através das diferentes agências de produção, entre as quais está o estado¹⁸. O conjunto de fotografias 3x4 presente nas fichas de qualificação profissional foi produzido pelo estado brasileiro a partir das demandas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, notadamente, pela Delegacia Regional do Trabalho. A obrigatoriedade da fotografia estava prevista no decreto, conforme o parágrafo primeiro, do

¹⁵ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, p.164.

¹⁶ BRASIL. Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932.

¹⁷ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*, p.167.

¹⁸ MAUAD, Ana Maria. *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: Editora da UFF, 2008, p.40.

artigo segundo: “Fotografia com a menção da data em que tiver sido tirada.” No mesmo decreto era prevista a forma como a fotografia deveria ser apresentada: “Art. 6º As fotografias que figurarão na carteira deverão reproduzir a imagem da cabeça tomada de frente, com as dimensões aproximadas de três centímetros por quatro, tendo, num dos ângulos, em algarismos bem visíveis, a data em que tiverem sido feitas, não se admitindo fotografias tiradas mais de um ano antes da sua apresentação”¹⁹. O decreto ainda estipulava em outro artigo a obrigatoriedade do fornecimento de três fotografias.

Como sinalizado acima, nas considerações iniciais, os recursos fotográficos foram empregados, como controle do estado, antes da criação da carteira no Brasil. John Tagg afirma que, a invenção da fotografia logo foi integrada à políticas de controle do estado ainda no século XIX:

As condições para um encontro marcante estavam postas - cujas consequências ainda estamos vivendo - entre uma forma romanceada de estado e uma tecnologia do conhecimento nova e em desenvolvimento. A chave dessa tecnologia a partir dos anos de 1870 estava na fotografia, e é nos trabalhos do complexo expandido de estado que devemos buscá-la se quisermos entender a força que a fotografia passou a ter no final do século dezanove²⁰.

Dessa forma, logo a fotografia passou a ser utilizada como controle do estado direcionada para aqueles que corrompiam a ordem social, em prisões e em estabelecimentos policiais e em instituições médicas. O registro fotográfico, o retrato passou a ser

¹⁹ BRASIL. Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932.

²⁰ TAGG, John. *The burden of representation*, p. 63. No Original: “The conditions were in play for a striking rendezvous - the consequences of which we are still living - between a novel form of the state and a new and developing technology of knowledge. A key to this technology from the 1870s on was photography, and it is into the workings of the expanded state complex that we must pursue it, if we are to understand the power that began to accrue to photography in the last quarter of the nineteenth century.”

“um instrumento de recenseamento generalizado, que tanto pode exaltar os feitos do indivíduo, quanto pode apontar à atenção pública aqueles que apresentam desvios patológicos²¹. Um dos exemplos desse uso da fotografia, praticamente imediato após a sua invenção, foi sua aplicação por Alphonse Bertillon, chefe do Serviço de Identidade Judiciária da Polícia de Paris²². O sistema criado por ele, de identificação antropométrica, se ampara na possibilidade de estabelecer identidade individual de maneira infalível, através do registro face/perfil que enquadrava na imagem o rosto do retratado, ou seja, os elementos fisionômicos e as marcas corporais de todos os tipos²³. Esse método se tornou muito conhecido, pois se trata da “execução do famoso retrato duplo, de frente e de perfil, é assim definida em seus mínimos detalhes: ‘Para a pose de frente, focar o ângulo externo do olho esquerdo; para a de perfil, o ângulo externo do olho direito’²⁴.”

Aplicação semelhante foi desenvolvida pelo estado brasileiro, que exigia três exemplares da fotografia 3x4 do trabalhador, dos quais apenas um retornava ao fotografado, na sua carteira. Os demais ficavam com o governo sendo que um deles constituía parte dos registros na Capital Federal, diretamente no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o outro ficava conservado na ficha de qualificação na Inspetoria Regional no estado em que o documento foi solicitado. A ficha, além da fotografia, registrava os dados antropométricos do trabalhador, como apontado no tópico anterior. Philippe Dubois ressalta que o sistema de Bertillon foi complementado em 1902 com o acréscimo da impressão digital na ficha policial²⁵. Nota-se a semelhança entre o método de Bertillon com a ficha de qualificação profissional

²¹ FABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais*, p.40.

²² DUBOIS, Philippe. *O Ato fotográfico e outros ensaios*, p.241.

²³ DUBOIS, Philippe. *O Ato fotográfico e outros ensaios*, p.241.

²⁴ ROUILLÉ, André. *A fotografia entre documento e arte contemporânea*. Trad. Constancia Egrejas. São Paulo: Editora do SENAC, 2009, p.87.

²⁵ DUBOIS, Philippe. *O Ato fotográfico e outros ensaios*, p.241.

criada pelo governo brasileiro nos anos 1930. É provável que o modelo da ficha fosse inspirado em outros mecanismos de controle já existentes, sendo o objetivo principal a tentativa de controlar os trabalhadores. No tópico seguinte, serão averiguadas algumas das fotografias 3x4 de um conjunto de trabalhadores que solicitaram carteira profissional. Em todas elas é notado que o enquadramento do fotógrafo seguia o modelo de registro criado por Bertillon e, da mesma forma, observava o que foi imposto no decreto no artigo sexto que tratava sobre a fotografia.

As fotografias 3x4 dos trabalhadores

Os trabalhadores que solicitaram carteira profissional no Rio Grande do Sul constituem um universo diversificado de homens, mulheres e menores que atuavam nos mais variados setores da economia. A maioria das solicitações apontada para a cor branca dos solicitantes, enquanto preta, parda e morena eram algumas das outras cores informadas nas fichas²⁶. Em relação às mulheres, elas também constituíam um número menor, embora não insignificante. Até o momento, foram localizadas 9.936 mulheres, o que corresponde a 21,75% do total das solicitações. Em relação aos menores, muitos solicitavam suas carteiras de acordo com outro decreto, o 22.042, que regulamentou o trabalho dos menores na indústria. Nas fichas de menores, que solicitavam de acordo com esse decreto, consta a informação que o pedido ocorria conforme previsto na legislação, mas o número de jovens com idades entre 12 e 18 anos supera os 811 localizados com essa anotação em suas fichas.

Essas informações gerais sobre os solicitantes servem para explicar um pouco desse universo variado de trabalhadores.

²⁶ SPERANZA, Clarice. Branco, preto, pardo, moreno ou escuro?; LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Os trabalhadores negros a partir das Fichas de Qualificação Profissional da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (1933-1943). *Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: UFSC, 2013, p.01-17.

Entretanto, as fotografias 3x4 também constituem um multifacetado conjunto de registros, alguns realizados em estúdios fotográficos e outros em locais distintos; alguns, provavelmente, no próprio local de trabalho. A maioria encarava a câmera, mas outros desviam o olhar, o que poderia ser visto com um recato em relação as mulheres, mas também como uma forma do deixar-se registrar mais semelhante a uma *carte-de-visite*, por exemplo²⁷. Parte das mulheres apresentava acessórios, como jóias e adereços de cabelo, e os homens vestiam suas melhores roupas. Outras e outros, no entanto, foram fotografados com roupas mais comuns – talvez usadas somente no trabalho – alguns com vestimentas de trabalho. Algumas fotografias se distanciam do que estava previsto no decreto e o enquadramento registrava o trabalhador da cintura para cima. Outras identificavam que se tratava de um registro coletivo, ao permitir verificar parte dos braços de uns nas fotografias dos outros. Os fundos das fotografias também eram diversos. Havia os tradicionais, em estúdio, com o recurso do fundo neutro ou com cenário composto por paisagens ou colunas. Alguns fundos registram os locais de trabalho, paredes, tecidos escuros e com marcas de amassado, entre outros detalhes.

As fotografias 3x4 da figura 1 apresentam três trabalhadores e três trabalhadoras. Suas solicitações ocorreram, respectivamente, nos anos de 1933 e 1934. Duas características presentes em todas elas são: o registro realizado em estúdio, como é percebido pelo fundo escuro e pela iluminação, e todos estão bem vestidos para o registro. Os homens usam terno e gravata – o primeiro um modelo borboleta –, os cabelos estão penteados e a expressão é séria, como se espera de uma fotografia para um

²⁷ A *carte-de-visite* foi criado na França, em 1854, por Adolphe Eugène Disdéri: “A novidade de Disdéri, a *carte-de-visite* (ou cartão de visita), era preparada a partir do colódio úmido e obtida por meio da engenhosa câmera com lentes múltiplas. O negativo era reproduzido numa folha de papel albuminado; após seca a folha, as fotos, que mediam aproximadamente 6 cm x 9,5 cm, eram cortadas e cada uma delas era colada num cartão de papel rígido um pouco maior que ela”. KOUTSOUKOS, Sandra. *Negros no estúdio do fotógrafo*. Brasil, segunda metade do século XIX. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2010, p.33-34.

documento oficial. Já as mulheres, igualmente bem vestidas, usam acessórios. A primeira escolheu brincos pequenos e usa um lenço com um broche, a segunda veste um casaco com pele e um colar enquanto a terceira, que também optou por brincos pequenos, complementa o visual com um colar. É possível verificar nestas fotografias o cuidado dos trabalhadores com a apresentação de si, o que leva a dedução que todos escolheram suas melhores roupas. Da mesma forma que foi verificado por Miriam Moreira Leite, ao estudar as fotografias de família, os trabalhadores optaram por trajes domingueiros, roupas de sair de casa ou de festa²⁸.



Figura 1: Trabalhadores e Trabalhadoras solicitantes de carteira profissional. Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul/Núcleo de Documentação Histórica/UFPeL

²⁸ LEITE, Miriam. *Retratos de família*. São Paulo: EDUSP, 1993, P.97

Essa condição para o registro, embora abarque a maioria das fotografias existentes no acervo da DRT/RS, não foi unânime. Muitos foram fotografados fora de um estúdio, provavelmente pararam suas atividades para o registro e, em seguida, retornaram às suas atividades. A figura 2 apresenta seis trabalhadores que se enquadram nessa característica. Os três homens usam roupas que se diferem daquelas dos homens da figura 1, sendo que apenas o primeiro usa casaco. Já as mulheres, todas fotografadas no mesmo dia, apresentam certa uniformidade em seus registros: todas estão com roupas claras e nenhuma usa acessórios. Nota-se também nas duas primeiras fotografias que ambos os trabalhadores foram registrados em um ambiente aberto tendo, no primeiro, o fundo com uma parede de tijolos e, no segundo, uma parede de madeira. Já o fundo da terceira fotografia foi formado por um tecido escuro. Ainda nas duas primeiras fotografias, a data do registro foi anotada posteriormente. Já o enquadramento do trabalhador, nas três fotografias, não atende o que estava previsto no decreto, uma vez que o registro enquadrou não apenas a cabeça.

Annateresa Fabris, ao estudar as fotografias de estúdio produzidas no Brasil no século XIX, considera que tais registros apontavam para uma construção, na qual a pose não é apenas estética, mas é, também, a “própria concepção de identidade”²⁹. Conforme a autora é graças a pose que “o sujeito torna-se um modelo; deixa-se captar como uma forma entre outras, ao interagir com o cenário que lhe confere uma identidade retórica quando não fictícia, fruto de uma composição plástica e social a um só tempo”³⁰. As fotografias 3x4 dos trabalhadores não apresentam cenários, mas, ao verificar aqueles da figura 1, é possível considerar que eles também se tornam modelos. Os prováveis trajes de domingo – e assim como os acessórios usados pelas mulheres – lhes conferem uma identidade que poderia estar dissociada da sua

²⁹ FABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais*, p.58.

³⁰ FABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais*, p.58.

condição de trabalho, por exemplo. As fichas dos trabalhadores e das trabalhadoras da figura 1 registraram as seguintes profissões, respectivamente: mecânico, ferreiro, pintor, fiandeira, tecelã e auxiliar de comércio. As fichas dos homens da figura 2 registraram, como profissão: tamanqueiro, carpinteiro e mecânico. Já as mulheres da figura 2 eram, todas elas, serventes do Frigorífico Armour of Brazil Corporation, de Santana do Livramento.



Figura 2: Trabalhadores e Trabalhadoras solicitantes de carteira profissional. Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul/Núcleo de Documentação Histórica/UFPel

O que se quer dizer com tais considerações é que, seguindo a mesma análise desenvolvida por Annateresa Fabris para as fotografias de estúdio do século XIX, é possível apontar, também para as fotografias 3x4 dos trabalhadores da DRT/RS, a verificação de uma construção retórica, fictícia, ao considerar a profissão declarada. Essa verificação é exemplificada pelo conjunto das

fotografias da figura 1 enquanto o conjunto fotográfico da figura 2 aponta para uma identidade que poderia ser considerada próxima daquela profissional dos trabalhadores.

A produção de fotografias 3x4 em série, e no mesmo dia ou em dias próximos, é verificada com regularidade nas fichas. Como era necessário já ter a fotografia antes do dia da solicitação da carteira, muitos empregadores, possivelmente, liberavam seus empregados para a realização da fotografia. Outra possibilidade era o registro feito no próprio local de trabalho. Uma indicação para essa alternativa está na própria fotografia, no que compõe o fundo. Geralmente, nas fotografias realizadas fora do estúdio, o fotógrafo improvisava um fundo aproveitando uma parede do local do trabalho ou utilizando um tecido escuro. Essas eram, por exemplo, as táticas utilizadas por Assis Horta, ao produzir os registros de trabalhadores da Vila de Biribiri, em Diamantina, no estado de Minas Gerais, a partir de 1943. Em relação ao fundo, “optava sempre por um que fosse escuro, podendo ser a parede formada por tábuas de madeira ou por um tecido escuro estendido atrás do fotografado”³¹. As mulheres da figura 2, apesar do fundo não ser escuro, se enquadram nessa possibilidade.

Em outras palavras, é provável que elas foram fotografadas no próprio frigorífico. O uso de roupas claras e a ausência de acessórios é um indício, uma vez que em um local que produz carne processada e enlatada a presença de pequenos elementos, como um brinco ou uma tarracha, que poderiam ser perdidos e acabar se misturando com o produto, possivelmente seria um risco de prejuízo considerável à empresa. Provavelmente, anéis, brincos, pulseiras, colares, correntes e outros objetos de uso pessoal eram proibidos nas linhas de produção.

Os registros nos locais de trabalho se tornam mais evidentes a partir das fotografias 3x4 dos trabalhadores da figura

³¹ SILVA, Cléber. *O olhar de Assis Horta: Tradição e dignidade em retratos de operários*. Dissertação (Mestrado em Artes, Cultura e Linguagens) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017, p.99.

3. Os três primeiros eram metalúrgicos da empresa Ernesto W. Biehl, de Sapiranga, o quarto trabalhador era servente da Fábrica de Borracha Hoelzel e Companhia LTDA, atual Mercur, de Santa Cruz do Sul, a quinta trabalhadora era telefonista, da Companhia Telefônica Rio-Grandense, e o último trabalhador era servente da Cooperativa da Banha LTDA, de Guaporé.

Nos quatro primeiros registros é notado, no fundo, parte do maquinário dos estabelecimentos. Já na fotografia da trabalhadora, pastas de arquivos compõem o fundo enquanto no registro do último trabalhador ele é fechado com um tecido escuro. Nesta fotografia, no entanto, é notado parte do acessório de trabalho, uma touca de proteção, a qual era utilizada para evitar que o cabelo do trabalhador caísse no produto e não para protegê-lo durante a execução de suas tarefas. Em todas as fotografias se torna evidente a realização do registro fotográfico no próprio local de trabalho. Todos estavam trabalhando, pararam suas rotinas quando o fotógrafo chegou e, ao fim do processo, retornavam para suas atividades. Esse conjunto, novamente, pode ser analisado a partir das considerações de Annateresa Fabris, apontadas acima, mas, ao contrário do que a autora aponta para a fotografia do século XIX, que permite a construção de uma identidade fictícia do(s) fotografado(s), as fotografias 3x4 apresentam uma identidade menos fictícia e mais próxima daquela do trabalhador, considerada apenas em seu aspecto profissional.



Figura 3: Trabalhadores e Trabalhadoras solicitantes de carteira profissional. Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul/Núcleo de Documentação Histórica/UFPel

Considerações finais

A carteira profissional surgiu em um momento de estreita relação entre o governo e os trabalhadores, embora a busca por direitos trabalhistas fosse uma campanha anterior e existente desde, pelo menos, o século XIX³². A criação da carteira e o sistema criado à sua solicitação podem ser considerados como um exemplo dessa relação e da tentativa de controle dos trabalhadores pelo governo. Se, de fato, ela foi útil para esse fim, é possível concluir que não. No entanto, a tentativa foi realizada com as fichas que armazenavam todas as informações pessoais e profissionais, as

³² Sobre a organização dos trabalhadores no Rio Grande do Sul, nos anos 1930, mas também antes, ver: LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

digitais eram copiadas e a fisionomia afixada, no formato de uma fotografia 3x4. É a partir deste sistema, burocrático e detalhista, que, na atualidade, é possível averiguar o perfil profissional dos solicitantes.

O conjunto das fotografias 3x4 dos trabalhadores é considerado como uma fonte importante à compreensão da história desses trabalhadores. A fotografia permite dar a ver quem era o trabalhador ou a trabalhadora, mas não se resume apenas a essa questão, como se fosse uma mera imagem ilustrativa dos dados anotados nas fichas. Os registros fotográficos permitem a observação de outros detalhes. Os fundos das fotografias possibilitam verificar que elas foram produzidas em estúdio ou fora dele e, em alguns casos, revela o ambiente de trabalho. Outra verificação possível, exclusivamente a partir da fotografia, está no modo como os trabalhadores se apresentaram para o registro, quais roupas selecionaram e quais acessórios, em especial as mulheres, escolheram para compor o seu figurino. Em outras, é visível que eles não tiveram opção e suas fotografias foram feitas sem que fosse possível um esmero com suas aparências. Essa constatação leva a outra consideração: em algumas delas é possível notar as condições de trabalho, a roupa usada para desempenhar as tarefas, por exemplo³³. As fotografias, portanto, permitem dar a ver os trabalhadores, homens e mulheres comuns, que contribuíram com o desenvolvimento econômico do estado e que, nos anos 1930/1940, estavam em busca de seus direitos, entre eles a carteira profissional.

Referências

BRASIL. Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932. *Institui a carteira profissional*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21175->

³³ Não foram trabalhadas neste texto, mas há fotografias de trabalhadores com curativos e outros usando aventais.

21-marco-1932-526745-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 21/10/2017.

- DUBOIS, Philippe. *O Ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1993.
- FABRIS, Annateresa. *Identidades virtuais*. Uma leitura do retrato fotográfico. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- FRENCH, John D. *Afogados em leis*. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- GOMES, Angela de Castro e SILVA, Fernando da. (Orgs.). *A Justiça do Trabalho e sua história: os direitos dos trabalhadores no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- KOUTSOUKOS, Sandra. *Negros no estúdio do fotógrafo*. Brasil, segunda metade do século XIX. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2010, p.33-34.
- LEITE, Miriam. *Retratos de família*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- LONER, Beatriz Ana. *Construção de Classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.
- LONER, Beatriz Ana. Um perfil do trabalhador gaúcho na década de 1930. *Anais eletrônicos do IX Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*. Porto Alegre: ANPUH-RS/UFRGS, 2008, p.01-18.
- LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Os trabalhadores negros a partir das Fichas de Qualificação Profissional da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (1933-1943). *Anais do 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis: UFSC, 2013, p.01-17.
- LOPES, Aristeu. Os trabalhadores com sinais de varíola no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, 1933-1944. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos* (Impresso), v. 23, 2016, p. 1209-1227.
- LOPES, Aristeu; SCHMIDT, Mônica. Os trabalhadores no Frigorífico Anglo de Pelotas no Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do

Sul: história, memória e fotografia. *Revista Tempos Históricos*, v. 22, 2018, p.398-423.

LOPES, Aristeu; JAQUES, Biane. Os trabalhadores gráficos e os ofícios em extinção: tipógrafos e litógrafos no acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, 1933-1943. In: Lorena Almeida Gill; Micaele Irene Scheer. (Org.). *À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer*. Pelotas: Editora da UFPel, 2015, p. 15-28.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e Flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: Editora da UFF, 2008.

ROUILLÉ, André. *A fotografia entre documento e arte contemporânea*. Trad. Constanca Egresas. São Paulo: Editora do SENAC, 2009.

SILVA, Cléber. *O olhar de Assis Horta: Tradição e dignidade em retratos de operários*. Dissertação (Mestrado em Artes, Cultura e Linguagens) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017.

SPERANZA, Clarice. Branco, preto, pardo, moreno ou escuro? Classificações raciais nas carteiras dos trabalhadores gaúchos (1933-1945). *Tempos Históricos*. (UNIOESTE), v.21, 2017, 100-124.

TAGG, John. *The burden of representation*. Essays on photographs and histories. New York: Palgrave Macmillan, 2002.

Sobre o V Seminário Internacional Mundos do Trabalho

O V Seminário Internacional Mundos do Trabalho foi realizado entre 25 e 28 de setembro de 2018 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em conjunto com a IX Jornada Nacional de História do Trabalho e a IX Jornada Regional do GT Mundos do Trabalho. O evento foi promovido pelo GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História (ANPUH) em conjunto com o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e o Programa de Pós-graduação em História da UFRGS e teve como tema principal “Trabalho, democracia e direitos”. A programação abrangeu conferências, mesas-redondas e 41 sessões de comunicações científicas reunindo 180 pesquisadores de todas as regiões do Brasil, bem como do Exterior.

V Seminário Internacional Mundos do
IX Jornada Nacional de História do
IX Jornada Regionais do GT Mundos do

TRABALHO

25 a 28 de setembro de 2018

Porto Alegre
Brasil

Trabalho,
democracia
e direitos

Promoção:



Financiamento:

